



Edwin José Negrette Hernández

**“Cidades do Pós-conflito”: O papel das Cidades
Intermédias Colombianas no Desenvolvimento
Regional Sustentável diante do fim do Conflito Armado**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Urbana e Ambiental.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro

Abril de 2018



Edwin José Negrette Hernández

**“Cidades do pós-conflito”: O papel das
Cidades Intermédias Colombianas no
Desenvolvimento Regional Sustentável
diante do fim do Conflito Armado**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e
Ambiental da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo assinada.

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Gabriela Maria Lema Icasuriaga

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a Valéria Pereira Bastos

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Márcio da Silveira Carvalho

Coordenador Setorial do
Centro Técnico Científico – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Edwin José Negrette Hernández

Graduou-se em Engenharia de Minas e Metalurgia pela Universidade Nacional de Colombia – Sede Medellín, em 2014. Desempenhou-se como jovem pesquisador, atuando e participando em diversos grupos de pesquisa da Faculdade de Minas da Universidade Nacional de Colombia – Sede Medellín.

Ficha Catalográfica

Negrette Hernández, Edwin José

“Cidades do Pós-conflito”: O papel das cidades intermédias colombianas no desenvolvimento regional sustentável diante do fim do conflito armado / Edwin Negrette Hernández; orientador: Rafael Soares Gonçalves – 2018.

257 f. : il. Color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, 2018.

Inclui bibliografia

1. Engenharia civil – Teses. 2. Engenharia urbana e ambiental – Teses. 3. Cidade Intermédia. 4. Desenvolvimento Regional. 5. Sustentabilidade. 5. Conflito armado colombiano. 6. Pós-conflito. I. Soares, Rafael. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. III. Título.

Para meus pais, Edwin e Amalfi,
minhas irmãs, Angie e Aura, e meu
sobrinho, Gerônimo, pelo amor, apoio
e confiança.

Agradecimentos

Ao meu orientador Rafael Soares Gonçalves pelo estímulo e parceria para a realização deste trabalho.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos meus amigos da Comunidade Parque da Cidade, Gávea, Rio de Janeiro, por todo apoio, paciência e compreensão.

Aos meus pais, pela educação, atenção e carinho de todas as horas.

Aos meus colegas da PUC-Rio.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

A todos os professores e funcionários do Departamento pelos ensinamentos e pela ajuda.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram.

Resumo

Negrette Hernández, Edwin José; Soares Gonçalves, Rafael (orientador). **“Cidades do Pós-conflito”: O papel das cidades intermédias colombianas no desenvolvimento regional sustentável diante do fim do conflito armado.** Rio de Janeiro, 2018. 257 p. Dissertação de Mestrado, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O século XXI é o século das cidades. Atualmente, o processo de urbanização é um fenômeno acelerado e em escala planetária, com ritmos desiguais e caminhos diferentes, mas que conduzem a uma mesma realidade: a construção de um planeta de cidades. Apesar da progressiva concentração da população nas grandes urbes, a maior parte da população mundial mora em centros urbanos de porte médio e pequeno. Nesse universo de cidades, no contexto da globalização e o uso intensivo de informação e conhecimento em redes, sobressaem, as cidades intermédias. Entendidas não como pontos isolados na rede urbana, as cidades intermédias têm aparecido nos estudos recentes como importantes nós nas redes, exigindo uma análise que considere as relações entre a cidade e a região e entre as cidades de diferentes níveis hierárquicos, em forma de cidade-rede-região. A presença de cidades de importância regional de porte médio em áreas afetadas historicamente pelo conflito armado sugere que tais cidades devem exercer um rol significativo em seus respectivos espaços geográficos no período do pós-conflito. Desta forma, a partir de uma análise histórico-geográfica do desenvolvimento do conflito armado e fundamentada no conceito de cidade intermédia, a pesquisa pretende identificar aquelas cidades que apresentam o potencial de liderar essa nova fase de transição na procura de atingir o desenvolvimento sustentável das regiões.

Palavras-chave

Cidade intermédia; desenvolvimento regional; sustentabilidade; território; conflito armado colombiano; pós-conflito.

Extended Abstract

Negrette Hernández, Edwin José; Soares Gonçalves, Rafael (Advisor). **“Post-conflict cities”: the role of intermediate Colombian cities in the sustainable regional development facing the end of armed conflict.** Rio de Janeiro, 2018. 257 p. Dissertação de Mestrado, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Urbanization is a global phenomenon and occurs on a planetary scale, with unequal rhythms and different paths, but leading to the same complex and diverse reality: the construction of a planet of cities. Nowadays, we see a process of urbanization that we can describe as global and accelerated, but it does not develop in a balanced and efficient way on the territory. The progressive concentration of the population in large urban agglomerations, the accelerated and sometimes uncontrolled growth of megacities are spatial effects of the current process and trends of urbanization. Nevertheless, the majority of the world urban population lives in small and medium-sized cities and forecasts indicate that these centers will continue to increase their population. In the last decades, it has been observed that in several Latin American countries, the settlement model is changing and there are areas of economic importance, where decades ago, they used to be entities without much population dynamism. Despite this, there are not many international or regional studies on the smaller cities in urban systems.

The process of population concentration in large urban centers is more relevant than the spatial diffusion phenomenon of urbanization. But at the same time, the relationship between population growth and city growth is much more important for intermediate cities, which demonstrates the dynamism of this category of urban centers. These changes call for a reflection on the transformations in the urbanization process, its territorial configuration and, especially, the role of medium cities and their articulations in the regional, national and international context. Some studies indicated that countries that have more dispersed urbanization patterns, with several intermediate-sized urban centers, tend to show a greater reduction of poverty than those with a higher concentration of population and economic activities in some major cities. On the one hand, that small and medium-sized cities are gaining importance as centers of economic growth and shelter a substantial part of the total national population. In fact, it is estimated that

half the urban residents of the region live in urban centers with less than 100,000 inhabitants.

According to the Inter-American Development Bank (IDB), in Latin America, intermediate cities are growing faster than large cities and therefore, in the future, they are a great opportunity to improve the quality of life of their populations. The presence of regional progress poles allows a more balanced occupation and development in the national territories. It is argued that within this group of cities between 50,000 and 1 million inhabitants, some have great potential for sustainable urban development. Over the last few years, medium-sized cities have undergone transformations in the face of new services, especially logistics, information, communication, transport, education and tourism. They appear, therefore, as a housing alternative, because they offer, even in terms, better conditions and quality of life in relation to metropolitan areas. Despite the lack of knowledge about the type of dynamics of development that cities of different sizes can stimulate in the territories that surround them; there are strong urban-rural economic and social interdependencies between small and medium size cities and their respective geographical spaces, which are important factors in the dynamics of territorial development.

In 2016, the Colombian government and the Revolutionary Armed Forces of Colombia - People's Army, FARC-EP, the country's main guerrilla movement, are moving forward in building the necessary conditions for the implementation and solidification of the "Final Agreement for the Conclusion of the Armed Conflict and Building of a Stable and Lasting Peace ". Likewise, the interest of other armed actors, the guerrilla group ELN and the criminal organization "Clan del Golfo" in opting for a peaceful solution to the conflict strengthens the way to the end of the armed conflict. After more than five decades of confrontation, the present moment through which it crosses Colombia seems to be the preamble of an unprecedented phase in Colombian society. Nevertheless, it must be recognized that not all actors are moving towards the goal of peacebuilding. The overlapping of war geographies of armed conflict with areas of environmental importance, mining-energy and infrastructure projects, high poverty and inequality rates, and the presence of medium and small size regional cities suggests that Colombian intermediate cities should role in the country's near future. A condition that is relevant, facing a possible end of the armed conflict.

Although historically, the main scenarios of confrontation of the armed conflict were the rural areas, nowadays, the cities have been playing a determining role for the future of the country. Colombian cities not only face the consequences of the rapid urban agglomeration derived from the rural-urban migratory flows, they must also face the impacts of the armed conflict, which has generated great inequities and injustices. Unlike, the main Colombian cities correspond to urban agglomerations that have more than one million inhabitants and present problems inherent in postmodern cities, a marked socio-spatial segregation and high environmental problems. Intermediate cities can become an alternative for service delivery and generation of opportunities, while at the same time damping the accelerated growth of major cities. Therefore, there is a need to reflect on the role of these categories of cities in the destination of the country. It is imperative to follow such growth with adequate planning to prevent disorderly occupation of the territory.

The present research aims to be a contribution; firstly, to the various post-conflict studies in Colombia, and in the second instance, it is added to the studies on intermediate cities in Latin America. In this way, it seeks to contribute to the understanding of the relationship between armed social conflict in this country, the quality of life of the populations and the territorial dynamics in the most affected regions, in order to identify those cities, regardless of their demographic size and position in the hierarchy of the urban system, have certain urban characteristics and perform intermediation/articulation functions at different scalar, regional, national and global levels, such that they are called to lead the post-conflict phase. In other words, the research proposes to identify a group of cities that, because of their location within the geography of the armed conflict and its recent economic and population dynamism, present the potential to drive and to lead the different processes of planning and territorial management that are to promote the construction of territorial peace.

Intermediate cities understood not as isolated centers in the urban network, have appeared in recent studies of urbanization as important points in the network, requiring the researchers to analyze the relations between the city and the region and between the cities of different hierarchical levels in the form of network-city-region or city-network-region. The idea of regional city networks arises as a consequence of the understanding that despite the importance of daily flows in the

world economy, the process of globalization and the evolution of technology and communication instruments, one cannot deny the territorial and place they have been provoking in space. These regional cities function increasingly as specialized spatial modules within the global economy and as political actors within the international arena. The role of cities and the region has been renewed as a place of decision-making and political autonomy. As exchange flows begin to define, isolated city analysis has lost strength compared to regional cities or regional city networks.

From this perspective, although the research does not address a detailed and specific study of each of the urban centers associated to the cities studied in the regions most affected by the armed conflict. In an effort to overcome the rural horizon of the agreements signed in Havana between the Colombian government and the FARC guerrilla group, this implied city-network-region relationship is assumed and the role of intermediate cities is recognized as: articulating centers and intermediaries of their respective rural environments at the regional, national and international levels, in order to establish a more inclusive territorial configuration with those territories historically forgotten and affected by the armed conflict. This paper proposes a theoretical-methodological framework for the definition of "post-conflict cities", based on the concept of "intermediate city". It was decided that both armed conflict and post-conflict phase should be encompassed by a territorial approach.

Theoretical-conceptual and Methodological Framework

(1) Intermediate City

As a notion or possible concept, the term intermediate city derives from an intellectual construction and, as such, it is inserted in a certain historical and geographical context. Economic and demographic growth, along with the processes of integration and demographic and functional differentiation have led to the consolidation of more articulated urban networks with more differentiated urban centers with the emergence of metropolitan centers, medium cities and innumerable populated centers considered as small cities. For some time, the urgency of understanding the territorial dynamics of medium-sized cities in the context

generated by the globalization process has arisen in literature. Historically, the uses of the term average city are related to the demographic and functional criteria, the relations with the regional planning and the urban network configurations. The term average city, although often used in the bibliography, does not have a precise definition. It is common to find studies that use denominations such as: intermediate city, regional city, regional center or even medium-sized city.

The definition of the intermediate city is based on the urban functions of the city, mainly related to consumption levels and the command of regional production in its technical aspects. It is no longer a center in the middle of the urban hierarchy, but rather a city with the capacity to participate in relationships established in national and international urban systems. The studies on these cities should be based on a networked conception of the city and the region, in a perspective that prioritizes, rather than the demographic dimension, the way the middle city articulates its relations with other components of the urban system. The medium or intermediate cities correspond to territorial realities characterized by the primacy of urban relations and functions; different forms of the relationship with the regional rural environments in which they are registered; an average population size in relation to the national structure of the country that corresponds to it; level of sufficient productive economic specialization and a possible development perspective based on the factors mentioned above.

The terms "intermediate city" or "intermediary city" used in this work, referring to the areas that serve the functions of intermediation / articulation between major and minor areas, in different urban scale, regional, national and global networks. Therefore, different from the so-called "medium-sized cities", based on their demographic size, there is a difference between the medium and the intermediate quality. First one, it is defined by the quantitative criteria, and the second one, set the relations established between the urban center and the geographical environment. These centers are centers that established spatial interactions in different scales, local, regional, national or international urban system levels. They depend on the relationships with others centers of the urban system. The characterization of intermediary cities by the functional approach has always been associated with the definition of their regional roles and the potential for communication and articulation provided by their geographical situations, a

more important role than the production in the structuring of the flows that define the intermediary role of these cities.

The concept of intermediation encompasses a broad and diverse spectrum of cities, which play a determining role between rural areas and urban networks, representing a driving force both in the economic field (transaction centers between rural activities and commercial and administrative services of urban type), and at the sociodemographic level, as settlement areas for immigrants of rural origin and other urban centers. Therefore, the intermediate city is associated to an area or region that commands, consequently, the recognition of the dynamic city-region refers to the necessity that to study medium cities it is necessary to work with the analysis of the relations between the interurban space and the space. Thus, from this perspective, two geographic scales are placed in relation, the studies of the urban network and the intra-urban studies.

The term "intermediary" is born of the need to broaden the meaning of the average city, and to emphasize its role of articulation, creating and weaving networks by introducing and valuing more dynamic and strategic aspects that open new possibilities for insertion at the regional, national and to incorporate the concept of a more open, dynamic and interactive urban system. They are referred to as "intermediate cities": (a) centers that offer more or less specialized goods and services for their area of influence, (b) centers that are articulators of flows to other levels of the urban network, (c) centers where local and regional government offices are located, playing an important role in the administrative and governmental decentralization of these levels. The identification process of intermediate cities considers:

- Centers supplied with goods and services more or less specialized for the care of the population of the municipality itself and others, more or less nearby, on which it exerts influence;
- They are centers of social, economic and cultural interaction;
- Settlements are interconnected by infrastructure networks that connect to local, regional and national networks and, in some cases, with easy access to international networks;
- These are centers that house local, regional and subnational government bodies;

- They are more easily governable and controllable centers that allow for greater popular participation in government and city management;
- They are centers that allow greater human sociability. Places where it is relatively easier for the citizen to create an identity with the place and the city itself;
- They do not have the same environmental problems presented by megacities;
- Due to their size they have less social and cultural diversity;
- They also have less capacity for economic competitiveness compared to metropolises or large cities, which tend to concentrate higher functions of the system. Thus, medium-sized cities have greater difficulty in accessing the main flows of information and capital.

The diagnosis of intermediate cities involved four levels of reflection: demographic size, centrality, intra-urban and intercity space. The need to overcome classifications based exclusively on demographic size incorporates other dimensions, such as the position of the city in the region and the urban network, the socioeconomic and demographic dynamics, the main socio-spatial characteristics of these centers, and the role of medium cities as regional centers and their most important functions in the processes of polarization of the territory.

The reflection has as its starting point the recognition of the Urban System of Colombia with the purpose of identifying those non-metropolitan urban centers, which could fit within the definition of intermediate city. For this purpose, the criteria of centrality and demographic size were taken into account. Subsequently, the analysis of the agents and dynamics that define the intra-urban and interurban space of cities. Finally, it was observed the degree of territorial affectation, local and regional, by the armed conflict to determine the selected cities.

(2) Aspects addressed in the study of Colombian Intermediate Cities

Centrality is fundamental in the definition of the urban phenomenon and is the main characteristic of this category of cities, since it relies on its power of articulation between the different levels of urban centers, its performance as a center of supply of goods and services for as well as the role of different types of networks,

functions that are at the heart of the concept of centrality. Cities belonging to urban agglomerations are excluded.

The **population size** of the city is always mentioned when it comes to medium-sized cities, although there is a consensus that this characteristic is not decisive, however, it should be considered as an element within the research. Although considering the demographic difference a methodological problem of project, it must be remembered that the important thing for the analysis of an intermediate city is the role that it plays in the urban network in which it inserts and not the demographic size. However, disregarding full demographic size is a decision that may compromise the analysis of a survey, especially for the establishment of comparisons between cities.

The **degree of urbanization** is also important in the definition of intermediate cities, since the activities required to perform the urban functions, such as that of articulator of the urban system, those of activity center, of production and of services are typically characteristics urban.

The **intra-urban space** of intermediate cities changes in the face of the new roles and assumed spatial relationships, be it with the region, country or world. It is currently more diversified, with amenities and attractions previously available only in large centers. Consequently, the analysis of the intra-urban space of the intermediate cities takes into account some dynamics and economic agents that alter with different intensities and rhythms, the roles of the medium cities. Also, economic size is considered, since it is relevant, since it is indicative of the economic dynamics of the center, responsible for the existence of infrastructure necessary to the power of locational attraction and the intermediation role that characterize medium cities.

The **Interurban space**. The importance of a middle-sized city is directly related to the area over which it is able to exert influence. Or, in other words, the area from which someone is willing to move to an intermediate city to have access to the consumption of goods and services. The web of relations with urban spaces of major importance and / or others of the same importance is also observed, reinforced by the geographical situation of the intermediary city, according to the facilities for the drainage of regional production and for the supply by the entrance of goods, produced in other subspaces on the national or international scale.

The framework of basic characteristics for the definition of intermediate cities complements the **quality of urban life**. Relevant aspect in the definition of intermediary cities, taking into account the provision of urban infrastructure, security, mobility, among others, thus constituting a locational attraction factor for individuals and also for the installation of production units of more capitalized groups.

Finally, **territorial affection** by the armed conflict in Colombia, in terms of intensity and persistence, shows a differential behavior in the different territories according to the logics and territorial domains of the actors of the conflict, which affect in some way the territorial configuration.

From the Armed Conflict to the Post-Conflict Era

From diverse approaches and disciplines, explanatory frameworks and empirical work have been produced to try to understand the structural causes of violence in Colombia, and as part of it, the phenomenon of forced displacement. Within the characteristics that give authenticity to the Colombian Armed Conflict, we find: an authoritarian political culture that opposes democratic behavior, a historical tendency to use violence to achieve political objectives, and the permanence of perverse exclusion or inclusion structures. On the other hand, the land structure characterized by an unequal distribution of ownership over productive land, the predominance of latifundia as the basis of commercial agriculture, low labor absorption, vulnerability to climate change, regional inequities, economic centralism and spatial fragmentation are part of the factors that explain the complexity of the conflict. As much as wars extend over time, as in the case of Colombia, motives overlap and feed themselves so that war acquires its own dynamics independently of the original motives, at the same time as war strikes as a own factor, socially and politically.

The Colombian armed conflict is explained by other issues, such as the configuration of land distribution inherited from the colonial era, excluding most of the population, and an economy that is unequal and dependent on commodities for export such as coffee and oil.

(1) Genesis and Evolution of the Armed Conflict

Violence appears in Colombian history as a reiterative element in resolving conflicts since the country's independence. Since the late nineteenth and early twentieth centuries, there has been a persistence in the use of violence in the countryside. After World War I (1914-1918), the rise in the price of coffee and the growth of domestic demand triggered agrarian conflicts in the coffee-growing areas where land tenure and colonization predominated. The price of coffee represented a considerable increase in the government's expenditure assumption, so control over the land and the state would be associated with violence. Since the early 1920s, pioneer settlers were slowly displaced from their smallholdings to make way for the latifundia. After the crisis of 1929, peasants and workers occupied farms in different localities of the country, in a kind of popular agrarian reform. The struggles for land tenure became politically colored as political parties, Liberals and Conservatives, became involved in the agrarian conflict over electoral control of rural areas. In 1933, the Liberal party won the elections and the Conservatives responded with aggressions, introducing violence into political discourse.

On April 9, 1948, with the murder of the presidential candidate of the Liberal party, Jorge Eliécer Gaitán (El Bogotazo), a series of violent demonstrations started the period called "La Violencia", extended for ten years, and where, the main scenarios were rural areas of central region of Colombia. The constant contest for political power generated a strong crisis in representative democracy, which would result in a cruel armed conflict in the countryside, carried out by the police and military apparatus, and by armed bands serving the two parties. As a result of this period, there was a greater expansion of the latifundia. After ten years, from "El Bogotazo", the National Front was born, a period in which political parties, Liberal and Conservative, through a pact, assumed the presidency and bureaucracy at all levels of government between 1958 and 1974. Such an artifice had aimed at avoiding the continuity of military rule, allowing relative political stability for 16 years.

However, this did not mean the resolution of the socioeconomic land conflict in the countryside, the original motive that provoked the war. At the time, it was recognized that social and economic factors could trigger a revolutionary war. The political exclusion of the different political parties during the National Front was a sufficient justification for opting for armed struggle. From the 1960s onwards, different expressions of the armed insurgency, particularly the Revolutionary

Armed Forces of Colombia - FARC (1964), the National Liberation Army – ELN (1965) and the People's Liberation Army - EPL (1967), began to emerge. The peasant guerrillas, allied initially with the Liberals faced, in addition to the military forces, new counter-guerrilla, paramilitary or "self-defense" movements, created in response to the insurgency and which remained loyal to conservatives and large landowners.

The country became demographically, moving from rural predominance to urban, collapsing cities. Subsequently, the country would experience internal changes in territorial restructuring, which not only relate to economic factors, but also to social factors linked to conflicts over land tenure in the countryside. The country's economic policies related to exports and imports, as well as the attempts of industrialization and agricultural modernization, were, as it knows, immersed in the world economic processes. However, it is the agrarian conflict turned into bipartisan conflict who played a preponderant role in the migratory field-city phenomenon. In this sense, a mixture of global economic factors and local socio-political factors generated a particular dynamic.

In this way, the 1970s are characterized by the proliferation of social movements and armed actors, despite the low intensity of violence. In 1974, a new guerrilla movement named M-19 was born. At the same time, workers' organizations were being promoted, but the violation of human rights was imposed as a policy to weaken union and civic demands. Later, in the 1980s, Colombia experienced new rural exodus caused by the exacerbation of armed conflict in the countryside. At that time the phenomenon of drug trafficking in the history of the country appears with force. Initially, it was observed as a peripheral phenomenon by Colombian society, over time it was infiltrating the different social and political spheres, distorting the socioeconomic functioning of the country and constituting a factor of violence, financing the warlike capacity of the groups of confrontation.

The territorial expansion of the guerrillas and the height of paramilitary violence were not only possible by political factors, but also by economic factors. The country experienced deep economic transformations in the 1980s that multiplied social conflicts and created economic poles that served as opportunities for expansion for the armed actors. These changes focused on Colombia's transition from coffee country to mining country and coca grower. Later, the decade of the nineties would be characterized by the peace processes with the guerrillas M-19

(1990) and EPL (1991). In this context, it emerged to the new Constitution of 1991. Internally, the State was advancing in the fight against drugs, aimed at dismantling drug cartels. First the Medellín's Cartel (1993) with the death of Pablo Escobar, and later the Cali's Cartel (1995). In the same way, new oil deposits were discovered in the eastern region and the country was betting on the economic opening.

From 1996, the Colombian economy entered a period of deceleration that would end in an economic crisis between 1998 and 2002. During that period, the public force began to show some capacity to neutralize the FARC's military actions, a tendency that was strengthened in later years with the implementation in 2000 of "Plan Colombia". In 1999, there was a peace process with the FARC, which was suspended later in 2002. From here, the government initiates the policy of "Democratic Security", the political character of the armed conflict is unknown and the recovery of territorial control by the State begins, resulting in the exacerbation of the conflict. In this way, the war reached its maximum expression, extension and victimization. Military policy focused its efforts against the FARC as the main actor in the conflict, unleashing the biggest political, military and legal offensive against the guerrillas in the history of the armed conflict.

The military offensive managed to reduce the FARC's war capacity, isolating it from urban centers, but with high economic and social costs. Between 2004 and 2006, the government and the paramilitaries stage the demobilization process of the latter. Through this process, the links between paramilitaries, businessmen, military and politicians were demonstrated. From that moment, a phase of appeasement and reconfiguration of the conflict is evident (2005 - 2016). This new dynamic of the conflict takes place in a context of reactivation and economic growth, but behind this growth, the structural factors that fueled the conflict tended to worsen. The mining boom became a new fuel for the war in that it represented new resources for the armed groups. Thus, a convergence between the geography of mining and the geography of the armed conflict is observed.

Between 2008 and 2012, the process of rearmament of paramilitary groups, previously demobilized, called BACRIM and operating as organized armed groups, was accelerated. Between 2012 and 2016, the Colombian government (recognizing the political character of the conflict) and the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC-EP), the country's main guerrilla movement, negotiated the "Final Agreement for the Conclusion of Conflict and Building a Stable and Lasting

Peace". The agreement therefore means, first and foremost, the end of an armed confrontation that has affected millions of Colombians who have been displaced by forced displacement, thousands of dead and disappeared, and hundreds of disadvantaged populations for years. Secondly, it is about initiating a transition phase which contributes to a greater integration of the territories and greater social inclusion, especially those directly affected by the armed conflict.

(2) Environment and Rural Territories

The environmental degradation in the municipalities with the highest incidence of conflict contributes to the presence of high rural poverty, a low capacity of the State to meet the needs of the population and high inequality in the regions where the conflict is concentrated, generating a vicious circle between environmental degradation, poor economic development and poverty. Likewise, the quality and quantity of ecosystem services have been seriously undermined, as well as social capital and relationships between communities and natural ecosystems. In this way, conflict has had an environmental dimension since its inception and, more recently, the revenues generated by valuable natural resources have marked the dynamics and changes of the conflict. The current economic context was crucial not only for the opportunities generated, but also for the profound transformations that led to a war in which the territory became the axis of dispute.

The effects of economic openness and the dismantling of the public institutionality implied the abandonment of the rural state, leaving territories under the control of the armed actors who configured these territories economically. In this sense, the peasant and colonization zones were transformed by the imposition of extensive cattle-raising for the "beef cattle" and agro-industry via paramilitary, producing the decomposition of the peasant economy and the depletion of the landslides. The expansion of the coca economy was promoted as an alternative to an increasingly less viable peasant economy. Insurgent control over large portions of the national territory, many of them with immense natural wealth, has become the mechanism for armed actors to generate income through illegal economies with devastating impacts on ecosystems. In practice, the repeated use of armed actions has been used to define the modalities of appropriation, territorial control and land

use. The latifundia-based agrarian structure, illegal mining, illicit crops and corridors for the illegal trafficking of various commodities illustrate this situation.

(3) Forced Displacement

The recent urbanization process in Colombia is characterized by a sudden and non-voluntary type of migration that continues to cause profound changes in the country's demographic, economic and social structure. Although it is a widely recognized fact that forced displacement has become a widespread problem in Colombia since the beginning of the twentieth century, its roots come from processes of exodus and exile dating from colonial times and independence. Therefore, forced displacement cannot be considered as a recent phenomenon, but rather as a structural element that characterizes transversally the Colombian history, starting from different processes of exile and expulsion of population. Recent urbanization in Colombia was an "unnatural" process, imposed by peasant class warfare, an authentic "agrarian war". Today, the urban population of Colombia reaches 76.7%. In other words, three out of four Colombians live in cities.

In more recent times, after the demobilization of the paramilitaries, the political and economic interests hidden behind the collective and individual forced displacements of the population became visible. Among the illegal interests on the territory stand out the drug traffic and, more recently, the illegal mining; among the legal ones: the mining-energy and agro-industrial projects, as well as land investors. Thus, at different levels and varying degrees of responsibility, armed actors, both legal and illegal, are responsible for the forced exodus of the population through various violent practices to generate intimidation and consolidate territorial control. Currently, forced displacement presents a national character, affecting 99% of Colombian municipalities, 87% of the displaced population lived in the countryside and it is estimated that 8.3 million hectares of land have been expropriated. Consequently, in Colombia there are 7.3 million internally displaced persons and more than 400,000 refugees as a result of the armed conflict. But there is no certainty about the total number of casualties.

Although the main urban centers received constant migratory flows from all over the country, it was the smaller urban centers, including medium-sized cities - within the same region - the largest population recipients. While 14% of the total

number of displaced persons live in Bogota, Medellin, Cali, Cartagena, Bucaramanga and Barranquilla, close to 50% of them live in municipalities that have an average of 15,000 inhabitants. In that order, the growth of urban centers and cities receiving displaced persons also occurred in a forced and accelerated manner, and concentrated mainly on municipalities that did not have the fiscal capacity to respond to their needs. The spaces of social reproduction were then the precarious peripheries of the capitals and medium cities and the immediate rural areas to the urban centers. The recent forced migration in Colombia has an endogenous character, that is, the expelled population avoids leaving their region and departing from their territorial and cultural referents, therefore, prefer to move within the same municipality, department or neighboring community.

(4) Post-conflict Phase

Colombia has been experimenting a gradual process of transformation and pacification since the demobilization of paramilitary groups and the reduction of the intensity of the armed conflict with the guerrilla groups, FARC and ELN, in 2005. By the end of the 2000s, Colombia was literally a miracle, from being a nation categorized as a bankrupt country to be admired internationally for the recovery of security, for generating investor confidence, and for better prospects of economic prosperity. It is recognized that after the signing of the peace agreement, just as it did with paramilitary groups, the conflict will not end instantaneously. Therefore, we understand post-conflict as a stage after the cessation of hostilities between the parties involved, without this implies the immediate establishment of peace. In this sense, the recent peace agreement signed in 2016 with the FARC and the various attempts for the integral reparation of the victims clarifies and reinforces this transitional stage through which it crosses Colombia. Despite the obstacles and challenges ahead, we note that Colombia is a post-conflict nation

Thus, post-conflict is understood as a transitional phase to create the conditions for a better and more equitable distribution of the natural and social resources that guarantee a life worthy of the populations in the territories. Thus, the agreement rather than a simple pact of abandonment of arms, proposes a profound transformation of political and social organization with the final purpose of integrating all territories under a single project of nation. This requires a joint effort

of national, regional and local government institutions, as well as civil society organizations that promote the implementation of different sustainable spatial planning strategies that are inclusive and participatory, regulating the use and occupation of the territory and while ensuring ecological functioning and the provision of ecosystem services in the future. This presupposes that in the post-conflict period, the State must homogenize its presence in the national territory, not only as a provider of security, public goods and guide the economic activity, but must also avoid territorial control by other armed groups or dissidents.

“Post-conflict Cities”

In summary, the Colombian territorial development is characterized by economic growth stimulated by few cities and provinces, strong imbalances within the regions and low poverty reduction. Nevertheless, in spite of the social and economic gap that exists between most of the urban centers of the country and the big cities, the universalization of the provision of domiciliary public services and the recent economic dynamism of some areas of the country have made possible the appearance of new entities that are modifying the Colombian city system and opening up the possibility of a more balanced territorial development. However, the national network is disjointed with regional and local networks, limiting the exploitation of the comparative advantages of regions, specialization and economies of scale to achieve better endogenous development of each city.

Despite the global rural-urban migration trend, in contemporary Colombian history, the process of urbanization is characterized by a type of non-voluntary migration that continues to cause profound changes in the country's demographic, economic and social structure. Thus, the recent urbanization of Colombia cannot be separated from the agrarian problem, and the consequent armed conflict. The historical trend towards a high concentration of land structure, the advance of mono-export agriculture and the poor development of the traditional agricultural sector, added to the state abandonment of the peripheral territories and the systematic use of violence to exercise dominion and control of the territory as a strategic space of economic order, fueled an armed conflict that was provoked by the rise of drug trafficking in the eighties.

The "Post-Conflict Cities" presented here correspond to intermediate urban centers, which fall into the epicenters of armed struggle and forced displacement in the last thirty years, so it is important to reflect – facing a possible end of the armed conflict – about the role that they can play as enablers of the endogenous development of their respective regions facing this new conjuncture. Although the majority of the Colombian population lives in urban centers (76.7%), it is estimated that 84.7% of the national territory is made up of predominantly rural municipalities. In this way, the Colombian rural population would amount to 30.4% of the total population. Post-conflict cities present a great opportunity to integrate the urban and rural face of the country.

Despite the specific heterogeneities of each city, the "Post-Conflict Cities" are characterized by:

- They are urban centers that develop functionally within the political-administrative limits. They develop own activities within the city that do not depend on other centers of the hierarchical urban network. Depending on their regional contexts, they have a demographic size between 10,000 and 200,000 inhabitants in less populated regions such as the Orinoco and Amazon, and up to 600,000 inhabitants in the Andean and Caribbean regions.
- They are urban centers that house local, regional and subnational government administration institutions, playing an important role in administrative and governmental decentralization of these levels.
- Despite the rural character of some of them, they have an urban structure with a certain degree of development and influence on a more or less broad environment, in this way they are considered "centers of reference" associated with urban functions.
- Urban centers with a recent demographic dynamic (1986 - 2016). They have annual population growth rates higher than the national average, in some cases, they have triplicated their population size in the last 30 years. It is estimated that by 2035 and 2050, these centers will be the main centers of population accumulation in the country. In the same way, they are urban centers that register events of expulsion and reception of population displaced by the armed conflict.

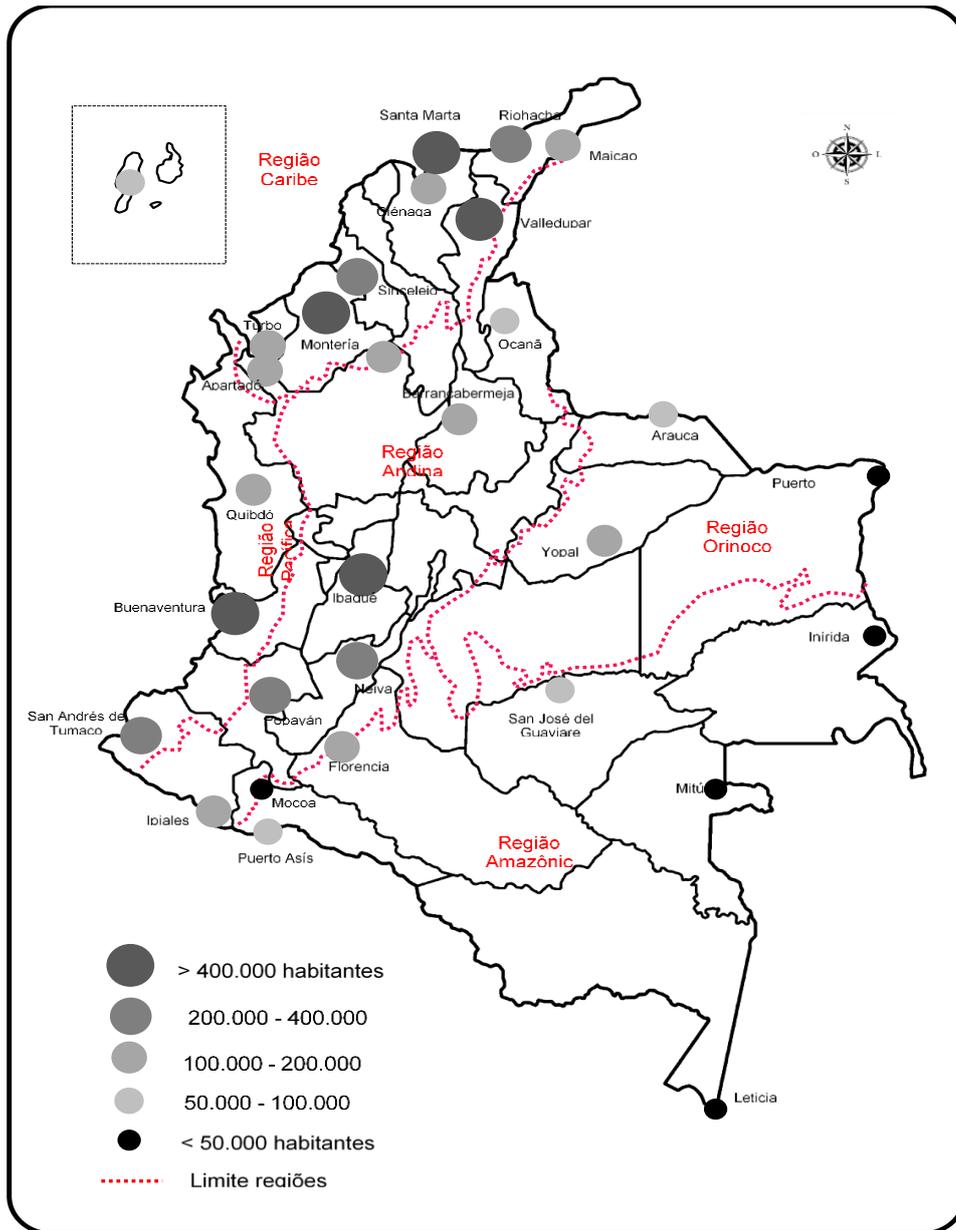
- Urban centers that concentrate a diversity of goods and services more or less specialized to meet local demand and nearby municipalities, constituting important centers of consumption. Specialized services such as high complexity health, high quality education, agribusiness activities, information services, creative industry, tourist and cultural options. Consequently, they are suitable places for the location of commercial structures aimed at distribution of goods in the regions where they are located.
- Urban centers where higher education institutions are located, with emphasis on universities and postgraduate programs. Likewise, they stand out for the potential tourism, culture and the production of local knowledge.
- Settlements interconnected by transport networks and communications provided from infrastructures, airports, ports and roads connecting them to local, regional and national networks and in some cases access to international networks. Some, depending on their geographic and environmental context, are connected or not to the national urban system.
- Urban centers that are located in or adjacent to the geographical territories most affected by the armed conflict from 1986 to 2015. Identified as "priority" municipalities or associated with prioritized regions for the implementation of planning instruments to guide administrative actions for peacebuilding, overcome the use of violence as a means to resolve conflicts, promote social dialogue and sustainable economic and social development alternatives.
- Urban centers located in regions with presence of illegal armed actors, indigenous and Afro-descendant communities, natural parks, forest reserve areas and protected areas. Therefore, its post-conflict role is linked to the protection and preservation of areas of environmental and ecological importance and political-administrative functions.

The set of 30 selected cities has an estimated total population of 5,778,409 inhabitants and 4,896,312 urban inhabitants, equivalent to 11.9% and 13.1% of the total and urban national population, respectively. The 30 cities group is composed of five cities with a population size of over 400,000 and less than one million inhabitants, five cities between 200,000 and 400,000 inhabitants, ten cities between

100,000 and 200,000 inhabitants, five cities between 50,000 and 100,000, and five cities with less than 50,000 inhabitants. Within this group of selected cities, there are 10 of the 23 main cities of Colombia, in population and economic terms, they are: Riohacha, Santa Marta, Valledupar, Montería, Sincelejo, Quibdó, Ibagué, Neiva, Popayán and Florencia. All of them are department capitals. In total, 19 cities correspond to political-administrative centers and 11 cities fulfill subregional functions. Geographically, these cities are located in all Colombian regions and in 24 of the 32 departments.

On the one hand, cities with a population of more than 100,000, a large part of them, political-administrative capitals, stand out in the group of cities studied, since they have a diversified productive structure, in which the activities of the tertiary sector, such as financial services, commerce, transportation and communications. Within this group of cities, the construction sector is an important branch of the local economies, accounting for more than 10% of the municipal GDP, revealing the recent dynamism of these cities. On the other, distant and isolated cities of the urban system have a higher prevalence of commercial activities. Except for San Andrés, which has an economy based on tourism. Leticia, Mitu, Inirida and, to a lesser extent, Puerto Carreño, constitute the main centers of their respective regions, since they concentrate the bulk of productive activities, accounting for 70% of departmental GDP.

migratory flows and new business investments, especially those economic activities focused on the consumer market, like large modern commercial areas such as supermarkets, hypermarkets, department stores and shopping centers, which operated almost exclusively in the country's large urban agglomerations. The increase in the consumption capacity of the population in these cities has been stimulating the implantation of consumption spaces associated with large national and international capitals, where local and regional commerce predominated a long time ago. In this perspective, the cities that stand out for the presence of different retail players, as well as several formats and brands, are: Santa Marta, Montería, Valledupar and Sincelejo in the Caribbean region, and Ibagué, Neiva and Popayán in the center of the country.



In recent years, this group of cities has been an important attraction for both These cities have the largest number of establishments as well as access to mass consumption products, as well as selected and specialized products. It should be noted that cities with a population of more than 100,000, political and administrative capitals, are categorized as cities of robust and intermediate development. In cities such as Caucasia, Turbo, Apartadó, Riohacha and Buenaventura, this type of undertaking takes place from 2012, and in a repetitive way from 2016. In the peripheral cities, distant and isolated from the urban system, the retail trade has a local character. These cities have a smaller potential market

size, limitations in transportation and communications. It can be said that they are not embedded in the networks of modern and global commerce.

In 23 of the 30 cities listed, it is possible to find at least one higher education institution (HEI), which includes 44 educational institutions recognized by the Ministry of Education of Colombia. Popayán (5), Neiva (4), Ibagué, Montería and Sincelejo (3) concentrate the largest number of HEIs. About 20 HEIs correspond to universities. However, only 5 universities are recognized as high quality. While the availability of postgraduate courses, 12 cities count at least one specialization, master or doctorate courses. Arauca, San Andrés and Leticia, peripheral cities, distant and isolated from the urban system, each have a university accredited as high quality, granting a special character to these cities, given that their geographical conditions play important roles in providing access and educational opportunities for the inhabitants of their respective regions.

Post-conflict cities find opportunities in culture and tourism to stimulate the productive processes of social and economic transformation. In total, there are 97 declared goods of national cultural interest (of 1105 national goods) by the Ministry of Culture and 34 museums of the 315 museums that exist in the country. We found cities with a high potential in this field, such as Popayán, Santa Marta, Ciénaga and Ibagué. In these cities are located the majority of the assets of cultural patrimony in the national scope. On the other hand, in cities like Valledupar are manifestations of the "vallenato" music, traditional of the Colombian caribbean. In Tumaco, Quibdó and Buenaventura, there are manifestations of the traditional music of the Pacific, as well as knowledge associated with Afrodescendant culture. These cultural expressions are recognized as immaterial patrimony of the country.

In the selected cities have 28 airports: 10 regionals, 13 national and 5 international or in the process of internationalization. The air passenger traffic in the country in 2017 reached 65,912,984 passengers, 79% of national and 21% international. The selected cities mobilized, altogether, 8,225,354 passengers equivalent to 12.5% of the national total. The cities with the highest number of passengers were San Andrés, Santa Marta and Montería, which mobilized 3.6%, 2.6%, and 1.4% of the national total, respectively. Among the smaller cities, Leticia points out, where 289,682 passengers were mobilized, equivalent to 0.44% of the country's air traffic.

Buenaventura, which is characterized by high poverty rates, is considered the country's most important maritime terminal on the Pacific Ocean and mobilizes more than 60% of the country's trade. Santa Marta, next to agroindustrial enterprises of banana and mining explorations, is considered after the port companies of Barranquilla and Cartagena, the most important on the Caribbean and it specializes in the transport of coal and cargo. The populations of the municipalities located in the Amazon and the Pacific are mobilized through waterways, which, in addition, provide part of their livelihood through fishing and other resources. Barrancabermeja stands out as a port on the Magdalena River for the transportation of oil and oil products.

Only eight cities have unsatisfied basic needs (NBI) indices lower than the national average. The total NBI percentage in Colombia (2011) is 27.8%. In the urban area, it reaches 19.7% of the population, in contrast, it reaches 53.5% in the rural area. Ibagué, Neiva and Popayán, in the southern center of the country, and Barrancabermeja, Yopal and Florencia, associated with oil exploration, and Apartadó and Ocaña, linked to agroindustrial and agricultural activities, respectively. Next to Apartadó, is located Turbo, together they form an agroindustrial pole directed to the production and export of banana, including port activities on the Caribbean. However, Turbo, along with Maicao and Quibdó, present the highest levels of basic unsatisfied needs. In these cities, more than 60% of the population live in poor conditions, including in Quibdó, where 90% of the population does not have access to basic services and a decent house.

From a total of 13 cities evaluated in the components of urban environmental quality, only Ibagué and Riohacha are classified as medium level, while the rest performed poorly. Colombia has also been advancing in the development and generation of knowledge on Climate Change to make decisions in its territories. Each of the analyzed municipalities presents elements to face possible climatic changes, some to a greater extent than others. It is necessary to identify such changes so that municipalities can recognize their strengths and weaknesses in order to draw up adaptation plans. Although there is a low threat of climate change, most of the municipalities have a high and very high climatic sensitivity. These municipalities are sensitive to the variation in the climate, such as the increase of temperature, and increase or decrease of rainfall.

Some cities are located in regions with natural parks, forest reserve areas and protected areas. Therefore, its post-conflict role is linked to the protection and preservation of areas of environmental and ecological importance and political-administrative functions. All cities, except for San Andrés in the island region, are affected by the abandonment of land. Turbo and San José del Guaviare are the cities most affected by forced abandonment of land, at the same time, have limited and outdated cadastral information. In 24 of the 30 cities, there are indigenous reserves, Afro-descendant communities, ethnical communities and / or natural parks and forest reserve areas.

The presence of armed actors in the territories can be assessed as an obstacle to the deployment and consolidation of post-conflict processes. The absence of the State is an incentive for the spread of control by the armed actors as for the spread of illicit crops and illegal mining. In cities such as Arauca, Yopal, Quibdó, Inírida, Neiva and Maicao, the Colombian State does not promote initiatives for the construction of post-conflict. In most cities, 22 in all, the incidence of forced displacement persists. Buenaventura and Tumaco present the most critical situation due to forced displacement, while, Tumaco and Puerto Asís, present a high concentration of illicit crops in their territories.

Conclusions

Cities, as a source of services and infrastructures for the surrounding regions, are therefore centers of development and economic, social and environmental sustainability. On the other hand, there is a relationship of complementarity between the local and the global, between the traditional and the modern, and between regions and cities, a product of globalization and the technological, scientific and informational advances that allow intermediate cities, from the local specificities, generate added value and sustained growth, contributing to the socio-economic rehabilitation of small cities. From this point of view, thinking about the role of cities in the post-conflict period implies imagining and planning new perspectives on urban-rural interrelations in the effort to design new models of territorial urban planning with the potential to stimulate integration processes national. It is thus the effort to provide the potential of each region and contribute to the reduction of socio-economic imbalances between the countryside and cities.

In this way, defining the research based on the concept of "intermediate city" allowed limiting the process of inquiry to a specific group of cities, which are the main urban centers of the areas of greatest incidence of the conflict in the last three decades and whose potential is determined by the degree of influence they are able to exert on their respective geographical environments. Despite the heterogeneity that characterizes Colombian cities, these cities have attributes in common distinguishing them from other cities. The post-conflict cities correspond to the epicenters of convergence of the territories most affected by the phenomena of violence and exile in the recent history of the country, at the same time, they exhibit themselves as alternatives to the great cities, from which, the post-conflict finds a platform to boost the different processes of mediation, coordination and articulation between the different actors at different scalar levels of the territory management.

It is observed the need to make territorial planning processes feasible, in order to regulate the use and occupation of the territory, ensuring the ecological functioning and the provision of ecosystem services in the future. This requires a joint effort of national, regional and local government institutions as well as civil society organizations to promote different sustainable spatial planning strategies that are inclusive, participatory and with a differential approach. In this way, post-conflict must materialize through the construction of conditions that guarantee territorial peace, understanding the territorial peace as a process of management and decision-making among all those involved in order to ensure economic well-being and in harmony with the environment. The war caused ruptures, fear and mistrust. A new proposal based on interaction on a level of equality, transparency and respect between the parties is needed.

In other words, the role of cities in the post-conflict period is to take ownership of the processes of pacification and reconciliation of territories, since the peace of cities also depends on the peace of the countryside. This means an integral view of development with sustainability criteria that encompasses rural and urban as a whole. It is from the convergence of these perspectives that the intermediate city gains centrality during the analysis. This type of city is characterized by valuing the qualitative aspects, they express transition and mediation within the urban networks in which they are inserted and are exalted as factors of balance and places of strong relation between the great and small cities and the rural environment. In this logic, the intermediate character was determining to establish the "post-conflict

cities". The construction and consolidation of territorial peace are linked to the reduction of inequalities and the sustainable development of the territories.

Keywords

Intermediate city; regional development; sustainability; territory; Colombian armed conflict; post-conflict.

Sumário

1 Introdução	37
2 Marco Teórico-Conceitual e Metodológico	60
2.1. Território e Desenvolvimento Territorial	64
2.2. Cidade Intermédia	72
2.3. Aspectos Abordados no Estudo das Cidades Intermédias	85
2.4. Definição das Variáveis de Análise	93
3 Do conflito ao pós-conflito: Conceitos, teorias, fatos e dados sobre o Conflito Armado Colombiano	101
3.1. Gênese e Evolução do Conflito	105
3.2. Território Rural e Meio Ambiente	120
3.3. As Cidades e o Deslocamento Forçado	127
3.4. Pós-conflito e Sustentabilidade	136
4 Cidades do Pós-Conflito	149
4.1. Dinâmica Populacional e Deslocamento Forçado	170
4.2. Dinâmica Econômica	178
4.3. Atores Locais, regionais e Nacionais	191
4.4 Pós-conflito e Desenvolvimento Sustentável	203
5 Conclusões	218
Referências Bibliográficas	230
ANEXO I	249
ANEXO II	251
ANEXO III	253
APÊNDICE A	257

Lista de Figuras

Figura 1. Localização geográfica da Colômbia	48
Figura 2. Interpretação de "Pós-conflito" proposta pelo autor.	96
Figura 3. Correlação e definição das variáveis de análise	98
Figura 4. Regiões da Colômbia	150
Figura 5. Localização e tamanho populacional das cidades intermédias colombianas	157
Figura 6. Afetação territorial segundo a intensidade e persistência do conflito armado	160
Figura 7. Territórios mais afetados pelo conflito armado com presença de cidades intermédias	162
Figura 8. Regiões mais afetadas pelo Conflito Armado e Narcotráfico	169
Figura 9. Variação População Total.	172
Figura 10. Variação População Urbana.	173
Figura 11. Recepção e expulsão de população deslocada	177
Figura 12. Deslocamento forçado neto 1986 – 2016	177
Figura 13. Oferta de consumo em grandes superfícies de retail	185
Figura 14. Área bruta locável por Cidades	186
Figura 15. Taxa de publicações de direito de autor por cada 10.000 hab.	189
Figura 16. Tipos de produção de conteúdos e conhecimentos locais	190
Figura 17. Funções político-administrativas das Cidades	191
Figura 18. Rede Viária e Fluvial Nacional	197
Figura 19. Portos e Ferrovias (2016)	199
Figura 20. Intermediação: Distância entre cidades intermédias e principais aglomerações urbanas	200
Figura 21. Intermediação: Conexões áreas entre cidades.	201
Figura 22. Necessidades Básicas Insatisfeitas por cidades	204
Figura 23. Necessidades Básicas Insatisfeitas por Macrorregiões	204
Figura 24. Tecnologias da Informação e as Comunicações	208
Figura 25. Reservas Florestais, Parques Naturais e Desmatamento	211
Figura 26. Cidades do Pós-conflito	229

Lista de tabelas

Tabela 1. Instrumentos de Planejamento usados para determinar o grau de urbanização	88
Tabela 2. Classificação tipológica para as cidades intermédias	91
Tabela 3. Níveis de Intermediação	92
Tabela 4. Dimensões e variáveis para a análise das cidades intermédias colombianas	99
Tabela 5. População principais aglomerações urbanas	151
Tabela 6. Localização e tamanho populacional das cidades selecionadas	158
Tabela 7. Cidades intermédias mais afetadas pelo conflito armado	168
Tabela 8. Classificação econômica das cidades	178
Tabela 9. Tipos de oferta de Consumo moderno especializado	183
Tabela 10. Presença de Instituições e Cursos de Educação Superior	187
Tabela 11. Tipologias por características territoriais a nível local.	192
Tabela 12. Tipologias por características territoriais a nível regional	194
Tabela 13. Classificação das cidades por características territoriais	195
Tabela 14. Escala de Intermediação das Cidades	202
Tabela 15. Qualidade Ambiental Urbana	207
Tabela 16. Mudança Climática	209
Tabela 17. Distribuição da propriedade rural, estado cadastral e terras abandonadas.	213
Tabela 18. Estado atual das cidades após acordo de paz em 2016	215

Lista de abreviaturas e siglas

SIGLA	NOME COMPLETO
ACCU	Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá
AUC	Autodefensas Unidas de Colombia
BACRIM	Bandas Criminales
CEPAL	Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe
CNMH	Centro Nacional de Memoria Histórica
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DNP	Departamento Nacional de Planejamento
ELN	Ejercito de Liberación Nacional
EPL	Ejercito Popular de Liberación
ERP	Ejercito de Revolución Popular
FARC-EP	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejercito Popular
GLA	Gross Leasable Area
IAWG-DDR	Grupo de Trabalho de Interagências (IAWG) sobre Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) das Nações Unidas
MADS	Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible
MINTIC	Ministério de tecnologias da Informação e as Comunicações
PNN	Parque Nacional Natural

Era como se Deus tivesse resolvido pôr à prova toda a capacidade de assombro e mantivesse os habitantes de Macondo num permanente vaivém do alvoroço ao desencanto, da dúvida à revelação, ao extremo de já ninguém poder saber com certeza onde estavam os limites da realidade. Era uma intrincada maçaroca de verdades e miragens [...].

Gabriel Garcia Márquez, *Cem Anos de Solidão*.

1 Introdução

A urbanização é um fenômeno global e dá-se numa escala planetária, com ritmos desiguais e caminhos diferentes, mas que conduzem a uma mesma realidade complexa e diversa: a construção de um planeta de cidades. Atualmente, assistimos um processo de urbanização que podemos qualificar de global e acelerado, mas que não se desenvolve de forma equilibrada e eficiente sobre o território. A progressiva concentração da população nas grandes aglomerações urbanas, o crescimento acelerado e, às vezes, incontrolado das megacidades são efeitos espaciais do processo e das tendências atuais da urbanização. Não obstante, a maior parte da população urbana no mundo mora em cidades pequenas e médias e as previsões apontam que estes centros continuarão aumentando sua população. Apesar disso, não existem muitos estudos internacionais ou regionais sobre as cidades de menor hierarquia nos sistemas urbanos (BELLET & LLOP, 2002).

A população, superfície, condições climáticas e geografias fazem de América Latina uma região heterogênea¹ (ONU-HABITAT, 2012). Dessa forma, os processos de urbanização e industrialização nesta parte do mundo ocorreram em graus diferentes em cada Estado, mas tendo como elemento comum a distribuição desigual do desenvolvimento no território, afetando, sobretudo às áreas rurais (ORTEGA, 1998). Assim, espacialmente, a urbanização seguiu a tendência histórica de concentração nas principais cidades de cada país. Contraditoriamente, os problemas urbanos aumentam com o tamanho das cidades e suas soluções são cada vez mais difíceis (HARDOY, 1974). Entretanto, nas últimas décadas, vem-se observando que em vários países da região, o modelo de povoamento está mudando e aparecem zonas de importância econômica, onde, destacam-se cidades que, há décadas atrás, constituíam entidades sem muito dinamismo populacional (ORTEGA, 1998).

Os processos e fenômenos que estão ocorrendo atualmente no contexto internacional, a partir da dinâmica imposta pelo capitalismo contemporâneo, na sua etapa atual de globalização marcada pelo uso intensivo da informação e do conhecimento em redes (NEGRET, 2007), indicam uma nova realidade no mundo e na América Latina. Baseados em dados populacionais, Berdegué et al., (2012)

¹ Os países da região se encontram unidos por fortes laços históricos e culturais, mas, ao mesmo tempo, sua distinta evolução e diversidade de influências recebidas no tempo fazem que estes apresentem condições e realidades diversas (ONU-HABITAT, 2012).

evidenciam essa nova realidade de estrutura urbano-rural em boa parte dos territórios latino-americanos, que corresponde a uma rede de centros urbanos de diferentes tamanhos e funcionalidades em entornos rurais bem definidos, onde sobressaem centros intermédios como articuladores daqueles entornos. O ritmo do crescimento populacional nestes espaços segue em aumento, enquanto, nas cidades maiores encontra-se estagnado e a população rural continua caindo.

O elevado e sustentado crescimento natural da população e das migrações originadas das áreas rurais consolidaram, desde meados do século XX, uma das mudanças mais significativas da América Latina: a urbanização (HARDOY, 1974). Assim, entre os principais fenômenos ocorridos nas últimas décadas na ocupação dos territórios nacionais e nos sistemas de cidades de América Latina, destaca-se que (BERDEGUÉ et al., 2015; ONU-HABITAT, 2012; NEGRET, 2007; CEPAL, 2001):

- América Latina é a região mais urbanizada do mundo, embora seja a menos populosa em relação a seu território. Perto de 80% de sua população mora em cidades e se espera que, nos 2050, a proporção atinja 89% da população total. O crescimento demográfico e a urbanização foram processos muito acelerados no passado e vem perdendo força atualmente. O panorama reflete uma urbanização da população, da economia e da sociedade.
- A massiva migração da população das zonas rurais para as urbanas está se estabilizando. Por outro lado, observa-se uma crescente migração entre cidades dentro e fora dos limites nacionais, revelando movimentos migratórios mais complexos. A partir da segunda metade do século XX, a região passou a ser uma região de emigração.
- Sistemas urbanos que se distinguem por uma elevada proporção de cidades grandes e megacidades, uma alta concentração da população na cidade maior, mesmo que, desde a década de 1970, há um maior dinamismo das cidades grandes e intermédias distintas da principal. Os avanços no acesso a serviços como água, saneamento, educação entre outros, aumentaram o atrativo das cidades intermédias, apontando a um maior equilíbrio do sistema de cidades dos países.
- Uma progressiva e agressiva ocupação dos territórios, que, historicamente, têm contado com pouca população, em particular nas bacias Amazônica e do Orinoco, onde se encontram ecossistemas estratégicos regionais.

Em um mundo que tende a ser cada vez mais urbanizado, revela-se um fato irrefutável: o século XXI é o século das cidades. Segundo a ONU, no ano 2050, perto de 66% da população mundial morará em cidades (TORRES & CAICEDO, 2015). Isto implica tanto em oportunidades como em desafios vigentes e futuros para os países da América Latina, uma vez que, “a prosperidade das nações está intimamente ligada à prosperidade das suas cidades” (LÓPEZ et al., 2011, p.6). Porém, enquanto as cidades:

[...] “melhoram a interconectividade e criam novas formas de interdependência entre cidades, essas configurações também podem resultar em um desenvolvimento regional e urbano desequilibrado, porque fortalecem vínculos com centros econômicos existentes, ao invés de permitir um desenvolvimento espacial mais amplo” (LOPEZ et al., 2011, p.4).

Uma realidade presente entre regiões e províncias dentro dos países da região. As cidades latino-americanas, em conjunto, são e se mantêm como as mais díspares do planeta, apesar dos avanços econômicos e as iniciativas para combater a pobreza. A desigualdade é cada vez mais crítica na região, e ela se expressa tanto espacial como socialmente (ONU-HABITAT, 2012).

O processo de concentração populacional nos grandes centros urbanos é mais relevante que o fenômeno de difusão espacial da urbanização. Mas, ao mesmo tempo, a relação entre crescimento populacional e crescimento do número de cidades é bem mais importante para as cidades intermediárias, o que demonstra o dinamismo desta categoria de centros urbanos (EGLER, 2001). Por exemplo, no Brasil, entre 1970/2000, pode-se verificar o aumento constante dessa categoria de centros tanto em número quanto em população, situação que se repete de igual forma em outros países latino-americanos. Essas mudanças convidam a fazer “uma reflexão sobre as transformações no processo de urbanização, sua configuração territorial e, principalmente, o papel das cidades médias e suas articulações no contexto regional, nacional e internacional” (CASTELO BRANCO, 2006, p.245).

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na América Latina, as cidades intermédias estão crescendo de forma mais acelerada que as grandes cidades e, portanto, no futuro, constituem uma grande oportunidade para melhorar a qualidade de vida² de suas populações, podendo se tornar polos de progresso regional que permitam uma ocupação e desenvolvimento mais

² Há um grande debate acerca do que se considera qualidade de vida. Há, no entanto, consenso de que boas condições ambientais e possibilidades de consumo de bens e serviços de diferentes naturezas constituem atributos dessa qualificação (SPOSITO B et al., 2007, p.43).

equilibrado nos territórios nacionais. Sustenta-se que dentro deste grupo de cidades entre 50.000 e 1 milhão de habitantes, algumas apresentam um grande potencial para um desenvolvimento urbano sustentável (CEPAL, 2001 apud NEGRET, 2007, p.50). Quer dizer, “uma forma de desenvolvimento que une as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987, p.24).

Sobre esse assunto, Pontes (2006), assinala que:

No curso dos últimos anos, as cidades médias passaram por transformações em face da implantação de novos serviços, sobretudo os logísticos, de informação, de comunicação, transportes, de educação e de turismo. Aparecem, então, como alternativa de moradia, por oferecerem, ainda que em termos, melhores condições e qualidade de vida em relação às áreas metropolitanas (p. 335-336).

Por exemplo, entre 2005 e 2014, na Colômbia, houve uma consolidação da urbanização e das atividades econômicas urbanas, onde as cidades intermédias ganharam importância e liderança estratégica na escala regional e nacional, permitindo-lhes aumentar sua influência política e econômica (TORRES & CAICEDO, 2015). Estima-se que na Colômbia existem, pelo menos, 33 cidades médias com população entre 100.000 e 1 milhão de habitantes, e mais de 1.000 centros urbanos com menos de 100.000 habitantes (ONU-HABITAT, 2015). Em estudos citados por Bergegué et al., (2015), indica-se que os países que têm padrões de urbanização mais dispersos, com vários centros urbanos de tamanho intermédio, tendem a mostrar uma maior redução da pobreza, que aqueles com uma maior concentração da população e as atividades econômicas em algumas grandes cidades.

Esses autores expressam, por uma parte, que as cidades pequenas e médias estão ganhando importância como centros de crescimento econômico e nelas se encontra uma parte substancial do total da população nacional. Nesse sentido, estima-se que a metade dos residentes urbanos da região mora em centros urbanos com menos de 100.000 habitantes (UN, 2002 apud BERDEGUÉ et al., 2015, p.2). Por outro lado, Berdegué et al., (2015) resgatam que estas cidades apresentam maiores índices de incidência da pobreza. Apesar do desconhecimento acerca do tipo de dinâmica de desenvolvimento que as cidades, de distintos tamanhos, podem estimular nos territórios que as rodeiam; existem sólidas interdependências econômicas e sociais urbano-rurais entre as cidades de

tamanho pequeno e médio e seus respectivos espaços geográficos, constituindo fatores importantes na dinâmica do desenvolvimento territorial (TACOLI, 1998).

No entanto, a urbanização na região possui características especiais, posto que, de certo modo, mostra-se em contraposição às experiências vividas nas sociedades industrializadas e desenvolvidas, nas quais, a urbanização apresenta-se como produto do processo de modernização das sociedades e do progresso econômico e político. Na América Latina, a urbanização recente precede o processo de industrialização, e ela constitui um processo continental que está mudando a estrutura política, econômica e social de todos os países, causando graves impactos sobre o meio ambiente, plataforma que serve de sustento das atuais e futuras gerações (HARDOY, 1974). Deste modo, Fernandes (2014) assinala dois percursos necessários para explicar a especificidade da urbanização latino-americana:

- Primeiramente, a relação entre cidade e campo, dado que o caráter concentrador da estrutura agrária tem efeitos diretos sobre a estrutura da terra urbana e indiretos sobre a concentração da renda e a estrutura de classes sociais.
- Um segundo caminho se explica mediante a relação industrialização e urbanização. A classe proprietária da terra ou ligada à produção primária, a qual se manteve relativamente inalterada desde o período colonial, perpetuou o exercício de sua hegemonia até o início do processo de substituição de importações. Com isso, conservou-se a grande propriedade monocultora voltada à exportação.

Nos anos seguintes ao descobrimento de América se conformou uma rede urbana que perdurou até finais do período colonial, e se manteve sem maiores alterações até metade do século XIX. No início das guerras de independência, América Latina era um continente vazio e predominantemente rural, uma vez que a maioria de sua população dependia de uma economia de subsistência. Para 1850, Brasil, México, Colômbia, Peru e Cuba eram, nessa ordem, os países mais populosos. Não existiam grandes cidades e suas características coloniais apenas começavam a serem modificadas. Desde então, os interesses externos à área têm gravitado na orientação econômica e política de cada uma das nações latinas³

³ A partir da época, segundo Hardoy (1974), a chegada de capitais estrangeiros e a imigração europeia, em meio do processo de incorporação da América Latina ao mercado mundial, influenciaram as características que adotou a urbanização, o crescimento populacional e a expansão econômica de alguns países da região. As repercussões da crise 1929 mobilizaram importantes grupos rurais às cidades. Fenômeno que se intensificou nos anos imediatos à segunda guerra

(HARDOY, 1974). A partir do século XX, as crescentes tensões sociais em torno da terra exigiam a necessidade de reorganizar a propriedade do solo como ponto de partida para transformar as nações latino-americanas (WEINER, 2011).

Como resultado, manifestaram-se diversas lutas pela terra, revoluções e golpes militares que foram causa e consequência da preservação das estruturas tradicionais de poder (FERNANDES, 2014). Em contrapartida, impulsaram-se algumas reformas agrárias⁴ que procuravam amortecer a situação de conflito. Não obstante, elas foram interrompidas ou revertidas (WEINER, 2011). A disputa pela terra é uma disputa pelo poder econômico e político. A terra proporciona segurança econômica, já que representa um ativo que tende a incrementar seu valor com o tempo, e ademais, permite gerar rendas por meio de seu uso produtivo (GUERENA, 2016). Por isso, a luta pela terra tem sido a raiz de conflitos e guerras civis em muitos países da região e, um dos pontos-chaves na sua tentativa de solução⁵. Paradoxalmente, as revoluções que se produziram, raramente conseguiram modificar a estrutura política e socioeconômica dos países (HARDOY, 1974).

A terra se encontra cada vez mais concentrada em poucas mãos e submetida a um modelo de extração e exploração de recursos naturais, que se bem tem ajudado ao crescimento econômico das nações latino-americanas, também reforçou a desigualdade. Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970⁶, o processo acelerado da industrialização substitutiva, combinado a regimes autoritários, contribuiu para a acentuação da desigualdade social, das disparidades setoriais e da concentração de renda⁷. Nesse contexto, a dependência de tecnologia estrangeira, de financiamentos externos e o papel que a região desempenhava na economia mundial como fornecedora de produtos

mundial. O ordenamento do território e a estrutura agrária herdada da época colonial, e, mais tarde, as oligarquias proprietárias de grandes extensões de terra, sentaram as bases de uma lógica de acumulação que perdura nas atuais sociedades rurais latino-americanas.

⁴ Primeiras Reformas agrárias em América Latina: Uruguai (1815), México (1910), Guatemala (1952), Bolívia (1953), Cuba (1959), Venezuela (1960), Colômbia (1961), Chile (1964), Equador (1964), Peru (1969), Nicarágua (1979) e Salvador em 1980 (WEINER, 2011).

⁵ No processo de Paz de Guatemala (1996) incluíram-se medidas orientadas a melhorar a distribuição da terra. Não obstante, vinte anos depois a maior parte dos compromissos não têm sido cumpridos (GUERENA, 2016).

⁶ Nesse período, o mundo começa a experimentar os choques entre os blocos socialista e capitalista, a partir da Revolução Cubana (1959) e a consequente crise dos mísseis em 1962. Simultaneamente, os Estados Unidos desenvolvem a "Aliança para o Progresso" que surgiu no contexto da Guerra Fria, período em que a ameaça comunista colocava em xeque o chamado "terceiro mundo", em especial a América Latina, isto conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de "generosidade" econômica e estratégica (MATOS, 2008).

⁷ Quando a mecanização se estende ao campo, ao longo dos anos 70, os países da região assistem um imenso processo de migração campo-cidade, sem que a cidade estivesse, por sua vez, condições para receber tão imenso contingente de imediato (FERNANDES, 2014).

primários, resultaram numa modernização irregular, tanto entre países, quanto entre regiões de um mesmo país (FERNANDES, 2014).

A continuidade da estrutura agrária, assim como a classe a ela ligada, impediu que o processo de industrialização fixasse mão de obra no campo e nas regiões mais pobres. Tal força de trabalho, geralmente não qualificada, alimentaria um amplo setor informal nas grandes cidades latino-americanas (OLIVEIRA & ROBERTS, 2005 apud FERNANDES, 2014). Mais tarde, nos anos 1990, Weiner (2011) expressa que os governos latino-americanos reorientaram suas políticas agrárias e promulgaram novas leis que buscavam consolidar o mercado de terras como solução ao problema do campo. Desta forma, formularam-se políticas públicas encaminhadas a cobrir a oferta e demanda de determinados recursos dentro do mercado internacional e em consonância com os novos acordos comerciais, ajustando suas políticas aos parâmetros estabelecidos para a exportação e o livre mercado.

Em outras palavras, América Latina, concebida como um território para extrair recursos na época colonial passou a ser um provedor de matérias primas na atualidade, mediante a legitimação da exploração de recursos por parte de empresas estrangeiras (WEINER, 2011).

Portanto, pode-se afirmar que:

“As sociedades latino-americanas – com exceção recente de Cuba – pertencem, individualmente e em conjunto, ao sistema de interdependência formado pelos países capitalistas e ocupam, dentre dele, uma situação de dependência. [...] Em consequência, não é possível explicar adequadamente o processo conjunto de mudança na América Latina, nem nenhuma das suas dimensões significativas, à margem dessa situação histórica” (QUIJANO, 1978, p.12 apud FERNANDES, 2014, p.174).

Dessa maneira, não é possível explicar os processos de urbanização na América Latina, senão pelo entendimento de sua condição historicamente subordinada, que nasce na época colonial e amadurece com a nação capitalista sob os laços de dependência externa. As atuais cidades latino-americanas, nascidas do processo de consolidação do capitalismo na região, exercem, em sua essência, a mesma função política que a do período colonial: a de domínio sobre o campo. Mesmo independentes politicamente, as cidades e as classes dominantes urbanas de um país de passado colonial inserem-se de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho que configura o capitalismo mundial (FERNANDES, 2014).

Hoje, no contexto da globalização e a abertura de mercados, os grandes investimentos⁸ na América Latina provêm não apenas dos países desenvolvidos, mas também de países considerados as novas potências emergentes da região. Conseqüentemente, as últimas três décadas têm-se caracterizado pela consolidação do modelo econômico neoliberal nos países latino-americanos, impondo uma nova realidade nos territórios urbanos e rurais na região. Tal situação foi possível aos diversos ajustes econômicos estruturais e a aplicação de programas neoliberais, que se foram implantando nos distintos países desde meados do século XX (WEINER, 2011). Assim, consolidou-se um processo de industrialização sem que os países latino-americanos tenham superado sua situação de subdesenvolvidos (FERNANDES, 2014).

Como resultado, a América Latina é hoje uma região urbanizada, suas cidades afrontam diversas problemáticas associadas a um processo de urbanização acelerado e sem planejamento. As desigualdades sociais e econômicas associadas à tenência da terra, têm-se agravado e pressupõem um obstáculo para o desenvolvimento sustentável da região (GUERENA, 2016). Fernandes (2014) qualifica o desenvolvimento latino-americano como um modelo excludente, assentado na concentração da renda, no crescimento com base no consumo de bens duráveis, no endividamento externo e na obstrução das vias democráticas de participação política. Um modelo baseado na extração de recursos, na exportação de matérias primas sem processamento, na pressão sobre a terra comunal e camponesa, na falta de regulação e controle dos territórios outorgados em concessões⁹ e na concentração do poder econômico em grupos particulares e reduzidos (WEINER, 2011). Não obstante, esses elementos têm

⁸ Uma característica que sobressai enquanto os investimentos de capital na América Latina é sua relação com o campo. Uma vez que são destinadas à produção de alimentos para exportação, reflorestamento para a produção de madeira e derivados como o papel, exploração de recursos minerais e petróleo e à produção de agrocombustíveis devido à demanda contínua no mercado internacional por este tipo de recursos. As monoculturas de soja, palma, pinos e eucaliptos são parte da paisagem atual do agro latino-americano sem atingir um verdadeiro desenvolvimento rural. Um exemplo interessante sobre como se produz a concentração da terra devido à expansão de plantações de alimentos e de manejo florestal no Uruguai. No ano 2000, existiam 373 mil hectares dedicados à soja e trigo, para o ano 2008, a área superava 1,4 milhões de hectares. Enquanto a mineração e petróleo, Peru é um caso interessante, nos 2008, perto de 12,8% do território peruano se encontrava concedido a empresas transnacionais (WEINER, 2011). O avanço desenfreado do modelo agroexportador também desestimula a produção de alimentos para o consumo interno com conseqüências negativas sobre a segurança alimentaria (GUERENA, 2016).

⁹ As matérias primas minerais, combustíveis fósseis, mateis, madeira, carne e vegetais representam juntas mais da metade das exportações totais na maioria dos países da região, em casos extremos supera o 70% do total das exportações como em Chile, Equador, Panamá, Colômbia, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Comumente, as monoculturas na região se localizam em terras férteis e bem comunicadas. Em muitos casos ocasionam o deslocamento de comunidades locais camponesas, indígenas e afrodescendentes, privando-as de seus meios de vida tradicionais. O deslocamento dá-se através da compra legal ou fraudulenta, e, em outras circunstâncias, por meio da violência como na Colômbia, Honduras, Brasil ou Guatemala (GUERENA, 2016).

uma dimensão própria em cada um dos países (WEINER, 2011; FERNANDES, 2014).

Há séculos de história que a lógica da exploração de riquezas naturais e de pessoas impera nos territórios latino-americanos. Tal modelo extrativista procura o controle do território para aceder a todas as fontes possíveis de matérias primas, e, vem expandindo-se vertiginosamente ao ritmo da demanda insaciável de alimentos, matérias primas e energia. O extrativismo é uma forma de organizar a economia de um país em torno à extração e exploração de recursos naturais em grandes volumes e principalmente para o mercado exportador, na maioria dos casos com um mínimo de processamento e escasso valor agregado (GUEREÑA, 2016). A dependência econômica derivada deste modelo gera uma extraordinária vulnerabilidade, na medida em que as economias latino-americanas dependem das flutuações dos preços destes produtos no mercado internacional e elevados custos ambientais e sociais¹⁰, reconhecendo-se como um modelo insustentável (LLORENTE & CUENCA, 2016).

Ante esta situação, o futuro das economias latino-americanas passa necessariamente por diversificar suas economias com o fim de poder abrir novos mercados. Não obstante, para tal objetivo é preciso realizar um esforço que exige uma mudança do modelo econômico e da mesma concepção de desenvolvimento (LLORENTE & CUENCA, 2016, p.3). Na região é urgente impulsar políticas econômicas que fomentem o crescimento econômico equilibrado e diversificado, priorizando o desenvolvimento territorial, o respeito pelo meio ambiente, a geração de empregos, a fiscalização das condições laborais e sistemas tributários mais justos com o fim de assegurar uma melhor distribuição dos benefícios (GUERENA, 2016). Uma vez que, as economias dependentes de matérias primas se caracterizam por uma relação de intercambio cada vez mais desfavorável, baixo valor agregado e escasso crescimento da produtividade (LLORENTE & CUENCA, 2016).

Em contrapartida, um maior protagonismo das cidades intermédias poderia mitigar os riscos inerentes a uma economia fortemente dependente de commodities, ao promover indústrias centradas no conhecimento e uma maior estrutura econômica de manufaturas baseada em recursos. Um apropriado sistema de cidades melhora o acesso aos serviços básicos, facilita a redução da pobreza e melhora a qualidade de vida (DNP, 2014a). A diversificação econômica

¹⁰ Na Colômbia por cada dólar que as companhias mineiras aportam às contas nacionais, o Estado deixa de receber dois dólares devido às deduções e exceções. Da mesma forma, observa-se um aumento da exploração sexual infantil e do número de adolescentes em estado de gravidez em regiões de intensa atividade mineira (GUEREÑA, 2016).

deve garantir a independência das matérias primas, portanto, é preciso investir em tecnologia, conhecimento, inovação, infraestrutura, logística e serviços para gerar valor agregado. Por conseguinte, a agricultura, a agroindústria, o setor de serviços e o turismo constituem mercados cheios de oportunidades para a região latino-americana, sobretudo em sociedades com uma classe média consolidada ou em crescimento (LLORENTE & CUENCA, 2016).

Conseqüentemente, ao menos três elementos podem ser resgatados com respeito ao desenvolvimento e urbanização dos países latino-americanos:

- As lutas pela terra como parte da formação social latino-americana e a alta concentração da propriedade rural como um fator de expulsão de população do campo à cidade.
- Um modelo econômico baseado no extrativismo, insustentável com elevados custos ambientais e sociais que promove o desenvolvimento desequilibrado e a exclusão.
- Alta concentração da população em áreas urbanas, especialmente em grandes cidades ou megacidades. Não obstante, observa-se uma crescente vitalidade nas cidades de porte médio e pequeno.

Diante disso, a Colômbia aparece entre os países da região como um caso singular de estudo, dado que, o processo de urbanização e industrialização do país coincidiu com o desenvolvimento de uma situação de violência política e armada no campo. Os nascentes conflitos agrários, trabalhistas e sociais, decorrentes do processo de incursão da economia colombiana no mercado mundial e o aumento dos preços do café no início do século XX, provocariam uma polarização política que exacerbaria os níveis de violência a meados do século. Isto levaria, mais tarde, ao surgimento de movimentos guerrilheiros e grupos de autodefesa. Simultaneamente, deu-se o avanço da grande propriedade rural com vocação agroexportadora e, mais tarde, a consolidação do modelo econômico sustentado na extração de matérias primas (FAJARDO, 2015; MOLANO, 2015; CUERVO, 2014; CNMH, 2013).

Nos últimos 30 anos, logo da irrupção do narcotráfico na década de 1980, o conflito agudizaria o fenômeno de deslocamento forçado, modificando a geografia humana e social do país (MURAD, 2003). Assim, as transformações territoriais que experimentou a Colômbia não apenas obedeceram a fatores econômicos e políticos, mas também a aspectos associados ao desenvolvimento do conflito armado, desde a década de 1940 (FAJARDO, 2015; CUERVO, 2014), como fruto das lutas pela terra. Singularmente, o deslocamento forçado, produto do conflito

armado, encontra-se entre os fatores envolvidos nos processos migratórios campo-cidade na Colômbia, e aparece ao mesmo tempo como causa e consequência, em maior ou menor medida, dos processos de despovoamento e povoamento nas diferentes regiões. Conseqüentemente, foram as principais cidades do país as maiores receptoras de população, dando lugar a desequilíbrios urbanos regionais. Não obstante, com os avanços na infraestrutura e as comunicações, começam a surgir entidades urbanas que anos atrás apresentavam pouco dinamismo econômico e demográfico (TORRES & CAICEDO, 2015), denominadas cidades médias ou intermédias.

Nos últimos 30 anos, logo da irrupção do narcotráfico na década de 1980, o conflito agudizaria o fenômeno de deslocamento forçado, modificando a geografia humana e social do país (MURAD, 2003). Assim, as transformações territoriais que experimentou a Colômbia não apenas obedeceram a fatores econômicos e políticos, mas também a aspectos associados ao desenvolvimento do conflito armado, desde a década de 1940 (FAJARDO, 2015; CUERVO, 2014), como fruto das lutas pela terra. Singularmente, o deslocamento forçado, produto do conflito armado, encontra-se entre os fatores envolvidos nos processos migratórios campo-cidade na Colômbia, e aparece ao mesmo tempo como causa e consequência, em maior ou menor medida, dos processos de despovoamento e povoamento nas diferentes regiões. Conseqüentemente, foram as principais cidades do país as maiores receptoras de população, dando lugar a desequilíbrios urbanos regionais. Não obstante, com os avanços na infraestrutura e as comunicações, começam a surgir entidades urbanas que anos atrás apresentavam pouco dinamismo econômico e demográfico (TORRES & CAICEDO, 2015), denominadas cidades médias ou intermédias.

Se bem, historicamente, os principais cenários de confrontação do conflito armado foram as áreas rurais, hoje em dia, as cidades vêm desempenhando um papel determinante para o futuro do país. As cidades colombianas não apenas enfrentam as conseqüências da rápida aglomeração urbana derivada dos fluxos migratórios campo-cidade, elas também devem encarar os impactos surgidos pelo conflito armado, o qual tem gerado grandes inequidades e injustiças (TORRES, 2016). A sobreposição das geografias de guerra do conflito armado com áreas de importância ambiental, projetos minero-energéticos e de infraestrutura, elevadas taxas de pobreza e desigualdade e a presença de cidades de importância regional de porte médio e pequeno, sugere que as cidades intermédias colombianas devem exercer um rol significativo no futuro próximo do país. Condição que toma relevância diante de um possível fim do conflito armado.

Localização geográfica da Colômbia

O território colombiano situa-se no noroeste de América do Sul, possui uma extensão de 1.141.748 km² de plataforma continental, 589,160 km² no Mar Caribe e 339,500 km² no Oceano Pacífico. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; a leste, com a Venezuela e o Brasil; a sudoeste, com o Equador; ao sul, com o Peru; a oeste, com o Oceano Pacífico; e a noroeste, com o Panamá. Como consequência de sua geografia, o território colombiano apresenta diversas formas de relevo. A maior parte do território é formada por planícies baixas, onde as temperaturas permanecem altas e as densidades demográficas pequenas. Estas integram as planícies da Costa Caribe ao norte do país; as planícies do Sul oriente, conhecidas como “Los Llanos Orientales”; as Florestas do Pacífico e as Florestas da Amazônia. No centro do país, o sistema montanhoso andino conforma uma serie de vale e planícies entre 1.000 e 3.000 metros de altitude sobre o nível do mar; com temperaturas moderadas e, em quase todos os casos, albergam os melhores solos. Sobressaem os vales do rio Magdalena, entre a cordilheira Central e Oriental, e o vale do rio Cauca, entre a cordilheira Central e Ocidental.



Fonte: DANE (2012a); IGAC (2002).

Figura 1. Localização geográfica da Colômbia

Conforme analisa Harvey (2014), o desenvolvimento histórico do conflito armado agiu com diferentes intensidades nas diversas regiões do país e tem produzido novas ordens territoriais que determinaram o "tecido da vida" ecológica e social de muitas comunidades. Pode-se então, afirmar que o conflito armado reconfigurou socioeconômica e demograficamente o país, afetando de maneira diferenciada as diversas regiões do país e ampliando as desigualdades regionais, particularmente, nos últimos 30 anos (SALAS SALAZAR, 2016). Assim, vários autores concordam em que a estrutura fundiária caracterizada por uma desigual distribuição da propriedade sobre a terra produtiva, o predomínio do latifúndio como base da agricultura comercial, a baixa absorção de mão de obra, a vulnerabilidade às mudanças climáticas, as inequidades regionais, o centralismo econômico e a fragmentação espacial fazem parte dos fatores que explicam a dinâmica e complexidade que adquiriu o conflito (TREJOS, 2013; FARJARDO, 2015; MOLANO, 2015; CNMH, 2013).

Após a década de 1980, com o fortalecimento do narcotráfico e dos atores armados e, no início do século XXI, com a resposta militar do Estado colombiano, o conflito se transforma num fenômeno descomedido, que ultrapassou as dimensões sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais do país; expressado de maneira dramática nas cifras de deslocamento forçado, com cerca de 7,3 milhões de deslocados internos entre 1986 e 2017¹¹. Portanto, o crescimento dos centros urbanos e das cidades receptoras de população deslocada também se deu de maneira forçada e acelerada, e centrou-se, sobretudo, em municípios que não tinham a capacidade fiscal para responder a suas necessidades, ocasionando a expansão de assentamentos informais nas periferias, junto com as conhecidas consequências negativas em relação ao meio ambiente, urbanismo e qualidade de vida da população originária e recém-chegada (CNMH, 2015, p.18).

Desta forma, reconhece-se que os processos de urbanização e construção das cidades colombianas contemporâneas estiveram também determinados pela dinâmica das migrações forçadas como resultado dos conflitos existentes no campo (SÁNCHEZ, 2008). A princípio, chama atenção como um país que, em 1930, era predominantemente rural, iniciaria um dos processos de urbanização mais rápidos da América Latina (CUERVO, 2014). A soma de várias circunstâncias favoreceu a concentração da população em áreas urbanas,

¹¹ Segundo o Registro Único de Vítimas da Unidade de Vítimas do governo colombiano, até o dia 31 de dezembro de 2017, existem 8.286.032 vítimas do conflito armado na Colômbia, das quais, 7.338.916 são vítimas de deslocamento forçado (UNIDAD VICTIMAS, 2018).

transformando o país rural em urbano já, no início da década de 1960¹². Entre elas, o acelerado crescimento demográfico e o processo de industrialização. Simultaneamente, a existência de conflitos estruturais de ordem, econômica e política, que causaram o deslocamento violento e massivo de milhões de camponeses às cidades (FAJARDO, 2015; CUERVO, 2014; KALMANOVITZ & LÓPEZ, 2006; SCHULTZ, 1971).

Na América Latina, de modo geral, o processo de urbanização caracterizou-se pela natureza cumulativa na localização dos investimentos modernizadores, conduzindo ao fenômeno da macrocefalia urbana, primazia urbana¹³ ou à elevada concentração das atividades econômicas e políticas em alguns pontos do território, acarretando o desenvolvimento de uma única cidade, usualmente a capital, em detrimento do restante do território nacional. Como por exemplo, México, Uruguai, Argentina e Chile (CASTRO, 2014). Por sua parte, o caso colombiano se mostra na contramão da maioria dos países da região. Na Colômbia, a concentração da população urbana ocorreu em várias cidades, Bogotá¹⁴, Medellín, Cali e Barranquilla, dando lugar à denominada “quadricefalia urbana” particular da Colômbia (MURAD, 2003; TORRES & CAICEDO, 2015, DNP, 2014a).

Por outro lado, estima-se que a população urbana na Colômbia passara de 76% da população total em 2010 a 86% em 2050 (TORRES & CAICEDO, 2015, DNP, 2014a). Consequentemente, as cidades são de grande relevância para o país, uma vez que fomentam e potencializam as trocas econômicas, sociais, tecnológicas e de conhecimento. Na atualidade, as 56 cidades pertencentes ao Sistema de Cidades geram o 85% do PIB da Colômbia (DNP, 2014a). Apesar da prevalência das grandes cidades colombianas, principais motores do crescimento econômico do país, o florescimento das cidades intermédias evidencia um fenômeno importante de urbanização na Colômbia¹⁵ (IEU, 2015). Nos últimos

¹² Entre 1950 e 1960, o país experimentou as mais altas taxas de crescimento demográfico (4% anual) explicado pela alta fecundidade (6,5 filhos por mulher) e uma diminuição da taxa de mortalidade neste período (Frente Nacional). No entanto, a população urbana aumentava em taxas de 6,5% anual. Em 1964, a população urbana atingiu 52% da população total (FLÓREZ, 2000; CUERVO, 2014).

¹³ Primazia urbana, monocefalia ou macrocefalia: concentração populacional com uma supremacia cada vez mais forte da cidade de maior importância sobre o resto da rede urbana, geralmente reflexionado num volume de população maior a 20% do total do país (MURAD, 2003). Desta forma, entende-se por primazia a relação entre a capital e as três cidades seguintes em tamanho e importância (CASTRO, 2014).

¹⁴ Bogotá conta com aproximadamente oito milhões de habitantes e representa o 24,5% do PIB nacional. A partir dos anos noventa observa-se uma tendência ao aumento da primazia da capital, não obstante, em menor proporção que em outros países da região (TORRES & CAICEDO, 2015).

¹⁵ O Sistema de Cidades da Colômbia está conformado por cidades de acordo ao tamanho populacional. Diferenciam-se entre as cidades maiores a 100.000 habitantes (18 aglomerações

anos, o país tem direcionado sua política econômica à inserção do mercado local no mercado global¹⁶. Nesse contexto, além de cidades como Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla e Cartagena, outros centros povoados de menor importância têm sido favorecidos principalmente pelos investimentos do governo central e a chegada de capitais estrangeiros¹⁷.

Isto tem contribuído a conformação de uma rede de cidades que se constituem em polos de desenvolvimento econômico que permitem um desenvolvimento mais balanceado em termos regionais e territoriais, posto que, excetuando Bogotá, 40% da população e 45% do PIB concentram-se em 23 cidades diferentes (TORRES & CAICEDO, 2015). Isso se explica em parte pelas recentes melhorias em transporte e comunicações, bem como o desenvolvimento de grandes empresas de serviços, o setor financeiro, comércio e supermercados e, o fortalecimento do setor público (MURAD, 2003). Nesse sentido, as cidades entre 100.000 e 1 milhão de habitantes, denominadas cidades intermédias, vêm ganhando importância e exercendo liderança estratégica na escala regional e nacional, e estão crescendo de forma mais acelerada que as grandes cidades (TORRES & CAICEDO, 2015).

Portanto, existe a necessidade de refletir sobre o papel destas categorias de cidades no destino do país. É imprescindível acompanhar tal crescimento com um planejamento adequado para prevenir a ocupação desordenada do território. As cidades intermédias constituem uma grande oportunidade para melhorar a qualidade de vida de suas populações e promover um desenvolvimento mais balanceado do território (TORRES & CAICEDO, 2015). Por outro lado, as principais cidades colombianas correspondem a aglomerações urbanas que ostentam mais de um milhão de habitantes e apresentam problemas inerentes às cidades pós-modernas¹⁸, uma marcada segregação sócio-espacial e

urbanas e 16 cidades nodais) e cidades de menor tamanho por suas características (8 cidades capitais de departamento e 14 cidades com funções sub-regionais), as quais agrupam 151 municípios e representam 65,5% e 79,4% da população total e população urbana total (2010), respectivamente (DNP, 2012, 2014a).

¹⁶ A Colômbia possui acordos comerciais e de cooperação econômica vigentes com a Comunidade Andina de Nações – CAN (1969), MERCOSUR (2005), CARICOM (1995) e Aliança Pacífico (2012). Ademais, Tratados de Livre Comércio com Chile (1993), México (1995), Cuba (2000), Guatemala, Suíça, Liechtenstein (2009), Salvador e Honduras (2010), Venezuela (2011), a União Europeia e os Estados Unidos (2012), e em 2014 com Noruega e Islândia (MINCIT, 2018).

¹⁷ A inversão estrangeira direta na Colômbia segundo cifras do Banco da República da Colômbia experimentou um acréscimo nas últimas décadas devido principalmente aos investimentos no setor de petróleo, mineração, seguido pelo setor de manufaturas e financeiro. Entre 2005 e 2010, o IED em média alcançou USD 8.400 milhões. No período 2011 – 2016, o IED atingiu em média USD 14.800 milhões.

¹⁸ A cidade pós-moderna é a cidade, ou a ‘anti-cidade’ do neoliberalismo econômico, da urbanização especulativa, da sociedade automatizada, da cultura individualista, da política local fraca, e do capitalismo devorador (BORJA et al., 2016 apud ARDILA, 2017, p.17).

elevados problemas ambientais (ARDILA, 2017). As cidades intermédias podem converter-se em uma alternativa para a prestação de serviços e geração de oportunidades, ao mesmo tempo em que, amortecem o crescimento acelerado das principais cidades (TORRES & CAICEDO, 2015).

A partir de 2016, o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – Exército Popular, FARC-EP, principal movimento guerrilheiro do país, avançam na construção das condições necessárias para a implantação e solidificação do “Acordo Final para a Conclusão do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradora¹⁹”. Do mesmo modo, o interesse de outros atores armados, o grupo guerrilheiro Exército de Liberação Nacional – ELN e a organização criminosa “Clan del Golfo”, em optar por uma solução pacífica do conflito fortalece o caminho para o fim do conflito armado. Após mais de cinco décadas de enfrentamento, o momento atual pelo qual atravessa a Colômbia parece ser o preâmbulo de uma fase inédita na sociedade colombiana. Não obstante, há que reconhecer que nem todos os atores estão se movendo na direção do objetivo de construção de paz.

Em um primeiro lugar, o acordo significa o fim do enfrentamento bélico entre as partes, o que abre possibilidades para a recuperação do campo colombiano com a melhora da qualidade de vida das comunidades, especialmente daquelas historicamente associadas ao conflito. Em segundo lugar, trata-se de iniciar uma fase de transição, que contribui para uma maior articulação dos territórios e uma maior inclusão social, especialmente daqueles afetados diretamente pelo conflito armado (REPUBLICA DE COLOMBIA - FARC-EP, 2016). O processo de implantação do atual e, possíveis acordos futuros, enfrentam-se a enormes desafios políticos e de orçamento. No entanto, sabe-se que a garantia de não repetição do conflito armado depende da transformação real das zonas mais afetadas. Diminuir as desigualdades desses territórios frente ao resto do país é vital para atingir o desenvolvimento sustentável no eventual fim do conflito (SANTAMARIA, 2015).

Desse modo, a Colômbia começa a transitar para uma nova era, o pós-conflito. Segundo, o Grupo de Trabalho de Interagências (IAWG) sobre

¹⁹ O “Acordo Final para a Conclusão do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradora” (*Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*) surgiu das mesas de negociações entre o governo colombiano e as FARC-EP levadas a cabo na cidade de La Havana, Cuba entre 2012 e 2016. O acordo prevê uma reforma rural integral, impulsiona a participação política, busca dar solução ao problema das drogas ilícitas, promove a justiça e a reparação das vítimas, assim como o fim do conflito, o que significa a entrega de armas e a reinserção civil dos combatentes. Cabe mencionar que as FARC-EP foram consideradas a maior guerrilha do país e uma das mais antigas (1964). Perto de 7.000 uniformados fazem parte do atual processo (REPUBLICA DE COLOMBIA – FARC-EP, 2016).

Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) das Nações Unidas, o pós-conflito descreve o tempo, período ou eventos que têm lugar em determinado, Estado ou região, que experimentou a irrupção da violência ou conflitos no passado recente. Não obstante, a Colômbia vem experimentando um processo paulatino de transformação e pacificação desde a desmobilização dos grupos paramilitares e a redução da intensidade do conflito armado com os grupos guerrilheiros, FARC e ELN, a partir de 2005 (AGUIRRE, 2016; LLORENTE, 2016). Para finais da década dos anos 2000, a Colômbia era considerada literalmente um milagre, passando de ser uma nação catalogada como um país falido a ser admirado internacionalmente pela recuperação da segurança, por gerar confiança dos investidores e por melhores perspectivas de prosperidade econômica²⁰ (LLORENTE, 2016).

Reconhece-se que após a firma do acordo de paz, de igual forma como aconteceu com os grupos paramilitares, o conflito não cessará instantaneamente. Dessa forma, entendemos o pós-conflito como “uma etapa posterior ao cese de hostilidades entre as partes enfrentadas, sem que isso implique o estabelecimento imediato da paz” (RETTBERG, 2002, p.2 apud RODRIGUEZ GARAVITO et al., 2017, p.13). Nesse sentido, o recente acordo de paz assinado em 2016 com as FARC e as diversas tentativas para a reparação integral das vítimas, esclarecem e reforçam esta etapa de transição pela qual atravessa a Colômbia. Até o ano 2016, a presença armada das FARC (maior grupo guerrilheiro do país e inimigo central do Estado no conflito armado) em algumas áreas do território, impossibilitava imaginar o fim do conflito. Apesar dos obstáculos e desafios por encarar, sinalamos que a Colômbia é uma nação em pós-conflito (AGUIRRE, 2016; LLORENTE, 2016).

A Reforma Rural Integral que propõe o Acordo de Paz, conseqüentemente, surge como um requisito sem o qual não será possível prover alternativas de desenvolvimento atrativas. Desde esse ponto de vista, a reforma deverá adotar algumas recomendações que surgem do enfoque da agricultura familiar²¹ (SANTAMARIA, 2015). Entretanto, o marco geral do Acordo de Paz não considera, ao menos de forma direta, os impactos deste compromisso sob as

²⁰ O *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) ressalta o caso colombiano como um retorno do abismo. Também aparecem outras publicações “The Colombian Miracle” de *The Weekly Standard*, “La Réurection de la Colombie” de *Les Echos* e “Colombian miracle take off” publicado pelo *The Washington Post* (LLORENTE, 2016).

²¹ Como o fortalecimento técnico do pequeno produtor, a formalização e segurança jurídica das pequenas parcelas, provisão de bens públicos como distritos de irrigação, centros de coleta e vias que melhorem a conectividade dos territórios mais apartados com os centros povoados, além do acesso ao financiamento nas zonas rurais (SANTAMARIA, 2015).

populações urbanas do país e seus respectivos territórios. Incorporar as cidades no processo de paz, na medida em que se interpreta o pós-conflito como caminho para a construção e consolidação de uma paz territorial, significa encontrar uma maneira de retornar às regiões e municípios, os saberes e experiências dos centros de poder²² (ARDILA, 2017), diminuindo as desigualdades e promovendo um desenvolvimento mais equilibrado.

Nesse sentido, um primeiro elemento a considerar é a não dissociação entre campo e cidade, tradicionalmente vistos como opostos (LAMPIS, 2013). A integração campo-cidade constitui uma oportunidade real no contexto do pós-conflito. Dentro deste cenário, são muitos os retos que as cidades terão que afrontar em seus processos de planejamento e ordenamento territorial para alcançar uma reconciliação que garanta o direito à cidade, independentemente da procedência de seus novos habitantes (DNP, 2014c). Assim, a reflexão sobre o papel das cidades no pós-conflito requer que as cidades sejam contempladas desde sua dimensão territorial. Toda cidade depende de um espaço denominado “região”, que provê recursos hídricos e energéticos, segurança alimentar e fluxos de intercâmbios (SALDARRIAGA, 2017).

A Colômbia é um dos países mais desiguais da América Latina, que é, por sua vez, uma das regiões mais desiguais do mundo. Nessa perspectiva, as novas ordens territoriais impostas pela guerra em consonância com a dinâmica econômica do país, aceleraram a tendência à concentração fundiária nas últimas décadas²³. Portanto, a extrema monopolização de terra representa um obstáculo para a conclusão bem-sucedida do pós-conflito. A questão do acesso à terra é um dos elementos centrais do conflito armado, ao mesmo tempo, representa um dos maiores desafios atuais para restabelecer os direitos das vítimas de desapropriação de terras, na sua maioria população camponesa, indígena e afrocolombiana²⁴ (OXFAM, 2017). Simultaneamente, representa uma

²² Bogotá tem reconhecimento por ser a única cidade do país que adotou o “Expediente Urbano” um instrumento valioso para a tomada de decisões sobre uma base de informação de alta confiabilidade e que permite atualizações anuais sobre o qual se calculam as contribuições. De igual forma, Medellín desenvolveu nos últimos anos instrumentos práticos, técnicos e conceituais com alto potencial para a cultura das cidades. Ademais, possui experiência local em processos de desmobilização e reintegração. Compartilhar tais experiências e ferramentas pode ser de muita ajuda no período do pós-conflito em cidades menores.

²³ Segundo o Índice Gini, forma habitual de medir a desigualdade na distribuição de um bem ou recurso, neste caso a terra, onde, 0 representa uma distribuição igualitária (todos tem o mesmo) e 1, a máxima desigualdade, para a Colômbia em 1984 era de 0,839 e avançou até 0,987 no ano 2014 (DNP, 2015).

²⁴ Calcula-se que ao longo do conflito foram abandonadas e desapropriadas entre oito e dez milhões de hectares. A falta de títulos de propriedade impede contabilizar com certeza a cifra real. (OXFAM, 2017).

oportunidade para oferecer alternativas produtivas diferentes à economia da coca (SANTAMARIA, 2015).

O entorno rural de uma cidade intermédia é, entre outras coisas, a plataforma de sustentação de elementos fundamentais de seu potencial desenvolvimento, como a “dotação de recursos renováveis e não renováveis no ecossistema principal de referência, determinados níveis de inter-relação produtiva, presença ativa de atores sociais que oferecem viabilidade histórica e concreta ao desenvolvimento da cidade, assim como, capacidades empresariais, tecnológicas e de inovação²⁵” (JORDAN, 1997 apud ORTEGA, 1998). Deve-se ressaltar que um dos atributos da cidade intermédia, vista como uma entidade socioterritorial é sua capacidade de gerar desenvolvimento sustentável (ORTEGA, 1998). No entanto, é preciso ressaltar que o crescimento econômico estimulado pela presença de uma cidade dentro de um território não está necessariamente acompanhado de inclusão social, dado que, persistem estruturas enraizadas que acentuam a desigualdade (BERDEGUÉ et al., 2015).

Contudo, citando, por exemplo, estudos sobre os vínculos urbano-rurais em alguns países de América Latina, concluiu-se, para o caso da Colômbia, que a presença de uma cidade em um território rural-urbano está associada com mais crescimento econômico e uma maior redução da pobreza. Uma cidade intermédia incentiva o crescimento de um território e facilita o desenvolvimento rural, principalmente através de mecanismos vinculados aos processos de crescimento endógeno, favorecendo a diversidade de ideais, fluxo de informação e de conhecimento, provendo acesso a serviços especializados (BERDEGUÉ et al., 2015). Da mesma maneira, as cidades intermédias formam parte de um sistema urbano que contém entidades populacionais de distintas hierarquias e podem estar vinculadas a outras cidades de sua mesma categoria formando um corredor (PANIAGUA, 1996 apud ORTEGA, 1998) ou eixo de desenvolvimento.

As cidades são fundamentais no processo do pós-conflito, não apenas porque nelas habitam a maior porção da população total, mas também porque nelas se decide o destino de todo o território nacional²⁶. É muito importante anotar, como anteriormente foi mencionado, que as distintas manifestações do conflito

²⁵ As articulações cidade intermédia – entorno rural surgem e tornam-se mais complexas, na medida em que, aparecem e se desenvolvem rubros comerciais dinâmicos, sejam agropecuários, agroindustriais, mineiros, turísticos ou de outra índole (ORTEGA, 1998).

²⁶ Para Borja (2012 apud ARDILA, 2017, p.74) o que acontece nas cidades marca o futuro das regiões e dos países. Dessa maneira, ao proteger as cidades protegem-se as pessoas. Assim, num mundo que assiste um acelerado processo de urbanização, as cidades se convertem no principal laboratório para afrontar os retos que representam promover ações locais destinadas a satisfazer as demandas sociais ambientais impostas pela realidade global (mudança climática, geopolítica, flutuações econômicas, novas tecnologias, etc).

armado tiveram lugar, principalmente, nas zonas rurais e pequenas populações, mas seu impacto é mais notório nas cidades, em algumas mais que em outras. Desde essa perspectiva, reconhece-se que as cidades colombianas são heterogêneas em praticamente todas suas dimensões e, o conflito em todas suas formas, afetou-as direta e indiretamente (SALDARRIAGA, 2017). Portanto, a valorização econômica, social, cultural e ambiental das cidades intermédias pode resultar em uma estrutura urbana nacional “inclusiva” que aumente as possibilidades das diferentes cidades.

Desse modo, o reordenamento do sistema urbano deve nivelar as diferenças de tamanho e oferta de oportunidades entre os diversos centros. Isso permitiria que numerosos povoados, vilas e aldeias se transformem em núcleos urbanos de pequenas dimensões, mas com os serviços necessários e ofertas culturais. Esta nova ordem deve reconhecer a diversidade de inter-relações entre cultura e natureza dentro dos territórios regionais da Colômbia de forma a formular políticas coerentes de atuação (FLÓREZ & RODRÍGUEZ, 2016). A multiplicação de um modelo de redes urbano-rurais como alternativa de desenvolvimento de natureza híbrida e de crescimento social inclusivo nos diferentes espaços geográficos e culturais colombianos definidos, a partir da participação das distintas esferas sociais, determinarão uma nova paisagem cultural e a conformação de imaginários locais e regionais, inéditos e próprios da particularidade do pós-conflito (PÉRGOLIS & RAMÍREZ, 2015).

A presente pesquisa pretende ser um aporte, primeiramente, aos diversos estudos sobre o pós-conflito na Colômbia, e em segunda instância, soma-se aos estudos sobre cidades intermédias em Latino América. Desse modo, busca contribuir para o entendimento da relação entre o conflito social armado neste país, a qualidade de vida das populações e as dinâmicas territoriais nas regiões mais afetadas, com a finalidade de identificar aquelas cidades, que, independentemente de seu tamanho demográfico e posição na hierarquia do sistema urbano, possuem certas características urbanas e exercem funções de intermediação/articulação em diferentes níveis escalares, regional, nacional e global, tal que, elas estão chamadas a liderar a fase do pós-conflito.

Em outras palavras a pesquisa propõe-se identificar um grupo de cidades que devido a sua localização dentro da geografia do conflito armado e a seu recente dinamismo econômico e populacional, apresentam o potencial para impulsar e encabeçar os distintos processos de planejamento e gestão territorial que se requerem para promover a construção da paz territorial. Isto quer dizer: bem-estar e ocupação espacial harmoniosa. Assim, sentar as bases para a

consolidação do pós-conflito e a não repetição do conflito. Desta forma, procura-se facilitar a compressão das dinâmicas urbanas em cidades que mudam mais rápido que as ações de seus governantes que acompanham essas transformações, em meio do contexto inédito e de vital importância para a sociedade colombiana.

As cidades médias ou intermédias, entendidas não como centros isolados na rede urbana, têm aparecido nos estudos recentes da urbanização como importantes pontos na rede (SOARES, 2005), exigindo dos pesquisadores uma análise que considere as relações entre a cidade e a região e entre as cidades de diferentes níveis hierárquicos, em forma de rede-cidade-região ou cidade-rede-região (PEREIRA, 2005; OLIVERIA & SOARES, 2014). Tanto as cidades quanto as regiões têm experimentado um processo de reestruturação urbano, como resultado da atuação de três forças de maneira inter-relacionadas: a globalização do capital, do trabalho e da cultura; a formação de uma nova economia definida em diversas formas pós-fordista/flexível/global; e, o impacto da revolução provocada pela tecnologia da informação e comunicação (SOJA, 2006 apud SOUTO et al., 2017, p.63).

A ideia de redes de cidades regionais surge como consequência do entendimento de que apesar da importância que possuem os fluxos que acontecem diariamente na economia mundial, do processo de globalização e da evolução dos instrumentos de tecnologia e comunicação, não se pode renegar o papel territorial e local que os mesmos vêm provocando no espaço. Estas cidades-região funcionam cada vez mais como módulos espaciais especializados dentro da economia global e como atores políticos dentro do cenário internacional. O papel das cidades e da região tem se renovado como um local de tomada de decisões e de autonomia política. À medida que os fluxos de troca começam a se definir, a análise isolada da cidade tem perdido força em comparação com as cidades-região ou as redes de cidades regionais (SOJA, 2006 apud SOUTO et al., 2017, p.64).

Desde essa perspectiva e, embora, a pesquisa não aborde um estudo detalhado e específico de cada uma das redes de centros urbanos associados às cidades estudadas nas regiões mais afetadas pelo conflito armado. No esforço de superar o horizonte rural dos acordos assinados na Havana entre o governo colombiano e o grupo guerrilheiro das FARC, assume-se essa relação implícita cidade-rede-região e reconhece-se o papel das cidades intermédias como: centros articuladores e intermediadores de seus respectivos entornos rurais nas escalas regional, nacional e internacional, desta forma se aspira estabelecer uma

configuração territorial mais inclusiva com aqueles territórios historicamente esquecidos e afetados pelo conflito armado. **O presente trabalho propõe um marco teórico-metodológico para a definição “Cidades do pós-conflito”, em base ao conceito de “cidade intermédia”.** Decidiu-se que tanto o conflito armado como o pós-conflito deveriam abarcar-se desde uma abordagem territorial.

Indaga-se, assim: *Quais seriam as cidades colombianas, no futuro próximo, de maior potencial de crescimento integral que poderiam assumir funções como centros urbanos impulsores do desenvolvimento regional naqueles territórios mais afetados pelo conflito armado diante do novo panorama do pós-conflito?* Para dar resposta a esse interrogante plantou-se, por um lado, uma construção histórica e teórico-bibliográfica do conflito armado para entender as causas de sua origem, sua evolução no tempo e seus impactos nas cidades e territórios. A partir do aporte de vários autores apresenta-se uma interpretação do pós-conflito e suas implicações. Por outra parte, baseados em um marco teórico-conceitual sobre cidade intermédia e sua relação com o desenvolvimento regional, propõe-se uma metodologia para a identificação das cidades colombianas, localizadas nas regiões mais afetadas pelo conflito armado, que encaixam nesta definição.

Desse modo, a presente pesquisa estrutura-se em cinco sessões ou capítulos com o fim de atingir o objetivo geral: o primeiro capítulo corresponde a esta seção inicial, intitulada *“Introdução”*, a qual apresenta a contextualização, a temática a ser tratada e o objetivo do projeto de pesquisa. Seguido do capítulo *“Marco Teórico-conceitual e Metodológico”*, o qual apresenta, por um lado, o marco teórico-conceitual sobre território, cidade intermédia e desenvolvimento regional e, por outro, expõe o caminho e procedimentos, desde uma abordagem híbrida teórico-conceitual e empírica, para definir as *“Cidades do pós-conflito”*. Serão usados dados e informações produzidas por entidades estatais e organizações não governamentais. Sucessivamente, o terceiro capítulo *“Do conflito ao pós-conflito: conceitos, teorias, fatos e dados sobre o conflito armado colombiano”*.

Embora a discussão sobre o desenvolvimento da violência e o conflito social armado na Colômbia seja o ponto de partida deste estudo, não se pretendeu aborda-las de forma detalhada. Procurava-se levantar elementos que orientaram uma reflexão sobre a origem, os impactos do conflito e o fenômeno do deslocamento forçado nos distintos territórios da Colômbia e suas implicações no período do pós-conflito. Em seguida, o capítulo *“Cidades do Pós-conflito”* apresenta os resultados obtidos a partir da metodologia proposta. Resume as

características das cidades intermédias colombianas, ao mesmo tempo, estabelece a relação entre estas e o conflito armado e o pós-conflito. Finalmente, o quinto capítulo corresponde às conclusões do autor.

A experiência de mestrado no Brasil constitui não apenas uma valiosa oportunidade de formação acadêmica e profissional, mas também um lugar privilegiado para refletir desde outra perspectiva, sobre um momento crucial na vida social, econômica, política e ambiental de meu país, sobretudo pelo fato de ter observado a transformação das cidades e os territórios regionais em meio do conflito. Almeja-se que os resultados desta dissertação possam servir de insumo para a formulação de políticas públicas em consonância com as demandas desta nova realidade do país.

2 Marco Teórico-Conceitual e Metodológico

A construção do conhecimento implica uma apropriação progressiva da realidade. É um processo interativo e dialético de exploração do objeto que se quer conhecer e de reelaboração através da atividade do sujeito que procura conhecer. Portanto, a metodologia que orienta o trabalho científico é um aspecto fundamental como ponto de partida para orientar o pesquisador desde a definição do tema, passando por sua análise, até atingir os resultados da investigação, que poderão ser expostos em forma de texto, exposição oral ou de gráficos e mapas (SPOSITO, 2007). É com essa preocupação que se desenvolve o seguinte capítulo. No marco deste projeto, pretendeu-se uma abordagem, na qual, a análise teórica e os diferentes instrumentos metodológicos utilizados avançassem de maneira interdependente e de modo flexível ao longo da pesquisa.

Ambas as abordagens têm como objetivo de estudar, definir e identificar, a partir do conceito de “Cidade intermédia”, de um grupo de cidades, as quais, devido a seu potencial de crescimento integral e papel intermediador em seus entornos geográficos, poderiam assumir, em um futuro imediato, múltiplas funções como centros alternativos às grandes cidades para impulsionar o desenvolvimento sustentável nas distintas regiões colombianas diante ao novo contexto do pós-conflito. O caminho metodológico seguido para a elaboração dessa pesquisa consistiu em duas etapas:

1. A primeira etapa tem como objetivo a compreensão do conflito armado colombiano e o pós-conflito. Incluiu o levantamento bibliográfico sobre a origem, desenvolvimento e repercussões do conflito armado colombiano, além de alguns aportes que desde a academia contribuem a reflexão do pós-conflito, materializado no Capítulo 3 desta dissertação.
2. Uma vez concluídas as reflexões sobre o conflito e pós-conflito, consultaram-se estudos de análises teóricas, de proposição metodológica ou estudos empíricos que envolvem o universo das cidades intermédias. O resultado desta fase apresenta-se neste Capítulo 2. A identificação das cidades intermédias é retratada no Capítulo 4 e foi feita com base em informações municipais. É importante destacar que se utilizou o Município como unidade de análise, dado que, a informação disponível se encontra sistematizada pelos municípios. Na Colômbia, o município é a unidade administrativa e de gestão básica do território.

As cidades médias ou intermédias, entendidas não como centros isolados na rede urbana, têm aparecido nos estudos recentes da urbanização como importantes pontos na rede (SOARES, 2005), exigindo dos pesquisadores uma análise que considere as relações entre a cidade e a região e entre as cidades de diferentes níveis hierárquicos, em forma de rede-cidade-região (PEREIRA, 2005 apud OLIVERIA & SOARES, 2014). O crescimento da importância dessas cidades no cenário urbano global leva a uma preocupação que envolve aos pesquisadores desta temática, referente à definição ou conceituação do que se entende por cidade intermédia. Apesar de não existir consenso entre os pesquisadores, alguns autores apontam caminhos que podem ser percorridos para a reflexão sobre as cidades médias: Amorim Filho (1976, 1984), UIA (1998), Sposito B (2001), Bolay et al., (2003), Corrêa (2007), Castello Branco (2006, 2007), Sposito B et al., (2007) e Oliveira (2008), entre outros.

Na tentativa de compreender e construir um conjunto de reflexões sobre a temática, Pereira aponta que:

[...] a definição de cidade média tem por base as funções urbanas da cidade, relacionadas, sobretudo, aos níveis de consumo e ao comando da produção regional nos seus aspetos técnicos. Já não é mais um centro no meio da hierarquia urbana, mas, sim, uma cidade com capacidade para participar de relações que se estabelecem nos sistemas urbanos nacionais e internacionais. Os estudos sobre essas cidades devem estar calcados numa concepção, em rede, da cidade e da região, numa perspectiva que prioriza, mais que a dimensão demográfica, o modo como a cidade média articula as suas relações com demais componentes do sistema urbano (PEREIRA, 2005, p.3 apud OLIVEIRA, 2008, p.22).

Nesse mesmo sentido, Bravo afirma que:

El concepto de ciudad intermedia es esencialmente relativo, dependiendo de su tamaño, dos límites demográficos establecidos, con base en diversos factores, entre los cuales se destaca, la extensión geográfica del contexto nacional respectivo. Las ciudades medias o intermedias corresponden a realidades territoriales caracterizadas por primacía de las relaciones y funciones urbanas; distintas formas de la relación con los entornos rurales regionales en que se inscriben; un tamaño poblacional medio en relación con la estructura nacional del país que le corresponde; nivel de especialización económica productiva suficiente y una perspectiva de desarrollo posible en función de los factores antes mencionados (BRAVO, 1997, p.156 apud OLIVEIRA & SOARES, 2014, p.122).

Deste modo, o termo “cidade média” ou “cidade intermédia” adotada neste trabalho faz referência às cidades que desempenham funções de intermediação/articulação entre cidades maiores e menores no âmbito de

diferentes redes urbanas, regional, nacional e global de cidades e que, portanto, diferem das denominadas “cidades de porte médio”, cujo reconhecimento advém, basicamente, de seus tamanhos demográficos (SPOSITO B, 2007, p.9). Entre as denominadas cidades de porte médio podem-se encontrar cidades que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes. Entretanto, nem todas as cidades de porte médio são, de fato, cidades médias ou intermédias, pois para serem assim conceituadas há que verificar mais elementos que os indicadores demográficos e analisar a magnitude e diversidade dos papéis desempenhados por uma cidade no conjunto da rede urbana (SPOSITO et al., 2006, p.175).

Segundo Bolay et al., (2003) existe uma diferenciação entre *cidade mediana* e *cidade intermédia*, sendo a primeira definida em função de critérios quantitativos e a segunda em função das relações estabelecidas entre a cidade e seu entorno. Assim, atribui-se a denominação “cidades médias” àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que tem influência na conformação de um sistema urbano (SPOSITO et al., 2006, p.175). Dado que, estas cidades tornam-se centros que estabelecem interações espaciais em diferentes escalas, seja no sistema urbano nacional ou internacional²⁷, o qual, não depende da dimensão demográfica, mas sim das articulações das relações estabelecidas com os demais centros do sistema urbano (OLIVEIRA & SOARES, 2014).

Segundo Oliveira & Soares (2014), no discurso sobre o papel das cidades intermédias no mundo globalizado, Pereira (2005) ressalta que a qualidade de vida, o desenvolvimento científico e tecnológico, a disponibilidade de mão de obra, a presença de incentivos governamentais são alguns dos elementos responsáveis pelas transformações dessas cidades. Diante disso:

[...] entender as funções das cidades médias no sistema urbano contribui para a difícil tarefa de classificação dessas cidades, uma vez que suas funcionalidades na rede urbana estão associadas diretamente ao consumo de mercadoria, demarcando, assim, seus papéis na divisão territorial do trabalho e na definição dos fluxos de e para as cidades médias. Diante disso, Sposito B (2001) aponta que a caracterização das cidades médias pelo enfoque funcional sempre esteve associada à [...] “definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a

²⁷ Apesar de estarem ligadas diretamente à escala regional, as cidades médias também estabelecem relações com o global, constituindo uma “geometria variável”, principalmente por existir diferentes maneiras das aglomerações urbanas participarem do jogo entre o local e o global, estabelecendo, assim, uma estrutura complexa de relações espaciais (SANTOS & SILVEIRA, 2001 apud OLIVEIRA & SOARES, 2014).

produção na estruturação dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades” (SPOSITO B, 2001, p.635 apud OLIVEIRA & SOARES, 2014, p.122).

Desta forma, o papel intermediador da cidade intermédia pode entender-se por meio da ideia exposta por BOLAY et al., (2003) denominada “*Intermediação Urbana*”:

[...] el concepto de intermediación contempla un espectro amplio y diverso de ciudades, las cuales juegan un papel determinante entre las zonas rurales y las redes urbanas, representando un polo motor tanto en el ámbito económico (centros de transacción entre las actividades rurales y los servicios comerciales y administrativos de tipo urbano), como a nivel sociodemográfico, como zonas de asentamiento para inmigrantes de origen rural e de otros centros urbanos (p.2 apud OLIVEIRA & SOARES, 2010, p.2).

Por conseguinte, a cidade intermédia associa-se a uma área ou região que comanda, conseqüentemente, o reconhecimento da dinâmica cidade–região remete à necessidade de que para estudar as cidades médias é necessário trabalhar com a análise das relações entre o espaço interurbano e o espaço intra-urbano. Assim, a partir desta ótica, duas escalas geográficas são colocadas em relação, os estudos da rede urbana e os estudos intra-urbanos (MELAZZO, 2007, p.235). Dado que é a partir da compreensão dos processos que operam entre as cidades, ou seja, entre os diferentes espaços urbanos com seus papéis e funções definidos em uma rede hierarquizada e as transformações na escala intra-urbana que é possível compreender os movimentos gerais e específicos das transformações do espaço urbano²⁸.

Acompanhando os lineamentos planteados por Castello Branco (2006), Sposito B et al (2007) e Oliveira (2008), o diagnóstico das cidades intermédias envolveu quatro níveis de reflexão: o tamanho demográfico, a centralidade, o espaço intra-urbano e o interurbano. Na necessidade de superar as classificações baseadas exclusivamente no tamanho demográfico, incorporam-se outras dimensões, tais como a posição que ocupa a cidade na região e na rede urbana, a dinâmica socioeconômica e demográfica, as principais características socioespaciais desses centros e, o papel das cidades médias como centros regionais e suas funções mais importantes quanto aos processos de polarização do território. Da síntese das análises realizadas nestes níveis, construiremos um marco reflexivo que permita compreender a organização das cidades intermédias

²⁸ Ibid., p.440.

e suas relações com o desenvolvimento regional e territorial. (SOARES & UEDA, 2007, p.380).

2.1. Território²⁹ e Desenvolvimento Territorial

A ideia de território encontra-se ligada, num primeiro momento, segundo Jean Gottman (1973), à soberania de uma determinada **área** de terras como ocorrera nas *polis* gregas, nas *civitas* romanas³⁰ e nas cidades medievais. Mais tarde, essa ideia é forçada com o descobrimento e ocupação do chamado Novo Mundo, o qual foi visto por parte de uma classe dominante europeia como um novo território para a dominação e exploração e, maiormente nos Estados-Nações, a partir do século XIX. Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e grupos sociais, em consonância com a organização social e política do espaço, sendo este entendido, como área/repartição/compartimentação, controlada através de uma jurisdição específica na geopolítica mundial. Daí a importância dos conceitos de soberania e Estado, como instituição em que há autoridade, delimitação no exercício da soberania e que mantém relações externas³¹.

Para Andrade (1995), o conceito de território é inerente à ideia do domínio ou gestão de determinada área. “Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas, que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p.19 apud SAQUET, 2010, p.133). Dessa forma, admite “(...) que a expressão territorialidade possa vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua

²⁹ O trabalho “*Abordagens e Concepções de Território*” (2010) de Marcos Aurélio Saquet reúne diversas contribuições de grandes e reconhecidos autores, como, Jean Gottman, G. Dematteis, Calude Raffestin, Robert Sack, Friedrich Ratzel, Bertrand Badie, Henri Lefebvre, A. Bagnasco, A. Magnaghi, Milton Santos, M. E. Sposito, entre outros, os quais, desde diferentes perspectivas refletem sobre os significados de território e seus principais componentes. Portanto, o texto será amplamente citado e abordado nesta dissertação, na medida em que se reflete sobre o conceito de território. Em palavras do Saquet, ele tenta fazer uma abordagem de aspectos do pensamento geográfico, mostrando interações com ciências como a sociologia e a economia e centrando-a no movimento histórico e multiescalar entre diversos pesquisadores em distintos lugares, com múltiplas determinações e descontinuidades (SAQUET, 2010, p.16).

³⁰ As “*Civitas*” romanas ao igual que as *polis* gregas fundamentam sua existência na participação dos cidadãos (ROLNIK, 1994). À sobrevivência das cidades dependia das terras férteis para cultivar e da presença de minerais para a elaboração de ferramentas e armas. Por isso, a lógica das cidades-Estado gregas e romanas era sua expansão. Exercer domínio sobre o maior número de territórios possíveis. A tenência da terra constituía, mediante seu usufruto, a principal fonte de riquezas (S. CARDOSO, 1987).

³¹ Direito, política e jurisdição são atributos específicos dos homens e encontram-se presentes na constituição do território que significa suscintamente, uma expressão geográfica de dominação social em certa área (SAQUET, 2010, p.68).

gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado” (ANDRADE, 1995, p.20 apud SAQUET, 2010, p.133).

Sob essa perspectiva, para Fernandes (1966, 2000 apud SAQUET, 2010), o território corresponde a uma área ou a um lugar de vida, apropriado, ocupado e transformado; um lugar de negociação e dominação; de conflitos e lutas entre diferentes classes sociais. Como área, o território pode corresponder a um recorte político-administrativo, sinônimo de região ou do Estado-nação. O território pode ser entendido como produto dos conflitos e contradições sociais, no qual o domínio do espaço é central na efetivação do poder social na vida cotidiana como mecanismo fundamental na busca do lucro e reprodução ampliada do capital. Como lugar, tem um caráter político e de práxis muito forte, identificado com a organização política e de infraestrutura³², ou seja, o território pode ser resumido num conjunto de obras e relações sociais, historicamente definidas, que se desterritorializam e se reterritorializam, no tempo e no espaço (SAQUET, 2010, p.136).

Dessa forma, o território, segundo Jean Gottam (1973), é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização e, ele tem duas funções principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um trampolim para oportunidades. **Segurança e oportunidade** requerem uma organização interna do território, bem como relações externas, de poder e dominação (SAQUET, 2010, p.27). Mas, o território também é organizado através da urbanização e do progresso tecnológico (fluxos, interdependência, complementaridade), inerentes ao avanço da circulação, o que confere um caráter cada vez mais relacional à sua dinâmica de constituição, diluindo a soberania do Estado-Nação. Assim, além de segurança e oportunidade, como papéis principais do território, encontra-se também a **acessibilidade**, ganhando mais complexidade em função das redes, transpondo fronteiras e limites, interligando pessoas e lugares.

Por outro lado, Bagnasco (1977) compreende o território como área, com características econômicas, políticas e culturais, na qual seus agentes sociais mantêm relações com os de outras áreas. Essa conexão entre diferentes áreas/territórios é uma contribuição muito importante, assumindo o caráter de articulação territorial de diferentes classes sociais. Uma formação social também é territorial, fruto de combinações que expressam mudanças e permanências

³² Acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, unidades agroindustriais, veículos, etc.

econômicas, políticas e culturais, que acontecem no tempo e no espaço (SAQUET, 2010, p.73). Nesse sentido, segundo Dematteis (1985):

O espaço geográfico (...) é um meio com o qual representamos nossas relações com o resto da sociedade e do mundo, dando-lhe um significado (...) em termos de territorialidade, como forma particular de experiência que nos permite se identificar, em uma trama de relações (DEMATTEIS, 1985, p.98 apud SAQUET, 2010, p.81).

A terra é tornada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação (DEMATTEIS, 1985, p.98 apud SAQUET, 2010, p.81).

Sob essa perspectiva, o território significa apropriação, infraestrutura, redes de comunicação e circulação, obras e relações sociais, mobilidade, transformações sócio-espaciais historicamente condicionadas, enfim, uma construção material inerente à vida em sociedade.

Referenciando-se em Henri Lefebvre (1973), Claude Raffestin (1976) afirma que o território é um espaço modificado pelo trabalho e revela **relações de poder**. Dessa maneira, o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade³³ ou de territorialidades no espaço, a partir de diferentes atividades cotidianas. Isso, de acordo com Raffestin, assenta-se na construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais que constituem o território, como materialidade. Historicamente, segundo Claude Raffestin (1976), os atores sociais efetuam a repartição da superfície terrestre³⁴, a implantação de **nós** e a construção de **redes**, desta forma, os sistemas territoriais permitem assegurar a coesão de territórios e o controle de pessoas e coisas.

As tessituras, os nós e as redes são subconjuntos que sustentam as práticas espaciais, tanto econômicas como política e culturalmente, revelando a produção territorial. A crescente expansão dos fluxos redimensiona a organização espacial e os lugares, sem eliminar sua importância. A cidade, por exemplo, pode ser ao mesmo tempo, espaço de lugares e espaço de fluxos, como nós interagido em redes (DEMATTEIS, 1995, 1997 apud SAQUET, 2010, p.108). “Fluxos e lugares convivem, em tensão e colaboração entre si. Desse ponto de vista, as cidades são

³³ A territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, variando no tempo e no espaço, com caráter (i) material ligado aos três mundos: do real, das sensações e da representação (RAFFESTIN, 1976, 1978 apud SAQUET, 2012, p.76).

³⁴ Robert Sack (1980) complementa que os limites do território podem-se modificar conforme as estratégias de controle e delimitação do espaço.

lugares no espaço físico onde se estabelece a conexão entre o espaço de lugares e o espaço de fluxos” (BAGNASCO, 2003, p.111 apud SAQUET, 2010, p.108).

Por sua parte, Robert Sack (1980) interpreta o território como **produto da organização social** e a **territorialidade**, correspondente às ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares. Para Corrêa (1994), a territorialidade, corresponde a um conjunto de práticas e suas manifestações, materiais e simbólicas, efetivadas para garantir a apropriação e controle do território. Essas práticas são de agentes sociais, do Estado, de grupos sociais e de empresas. Dessa maneira, o território é compreendido como área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado das estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais, moldando-se comportamentos, constituindo-se o território (SAQUET, 2010, p. 83 -84).

Mais tarde, Badie (1996 apud SAQUET, 2010), com uma ênfase política, compreende o território usado como construção social, instrumento da ação que, por sua vez, é produto de um processo histórico. Para Badie, o território corresponde ao estado-Nação e ao princípio de nacionalidade, ordenado e organizado. Afirma que a territorialidade é resultado político da dominação social. Já a multiplicação das trocas, as novas formas de integração e o renascimento de questões identitárias limitam a ação e controle do Estado e destroem o princípio de territorialidade. Ao compreender o território como Estado-Nação, nacionalidade, em virtude da mundialização do capital e dos identitarismos, o território está em crise, mas não abolido. O fim do território é visto como fruto da desterritorialização. Outra contribuição de autor é o reconhecimento de diferentes sociedades que tem diferentes usos do território ou organizações territoriais, o que reforça a necessidade de se compreender os particularismos e a heterogeneidade social (SAQUET, 2010, p.98-100).

Por sua vez, Rullani (1998) afirma que a globalização não se trata de uma desterritorialização, mas de uma **multiterritorialização**, efetivadas graças às conexões de redes transnacionais. Em relação à desterritorialização e à reterritorialização, Deleuze e Guattari (1992), afirmam que “não se pode mesmo dizer o que é primeiro, e todo território supõe talvez uma desterritorialização previa, ou então, todo ocorre ao mesmo tempo” (DELEUZE & GUATTARI, 1992 apud SAQUET, 2010, p.110). As redes de circulação e comunicação substantivam o território, tanto interna como externamente a cada lugar e são resultado e condicionantes da multiescalaridade. Cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados

distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares. A interconexão e territorialização são processos distintos, mas têm uma unidade; interligam-se e completam-se. Os indivíduos se territorializam na interconexão, na relação, no movimento, na unidade e na diversidade.

As redes estão no território e o território nas redes, cada lugar precisa, assim, ser pensado como específico numa rede global de lugares, em articulação. “A rede não tem nem centro nem limite regional definido, hoje com a internacionalização da economia e das trocas culturais, a rede tende a dimensão planetária” (DEMATTEIS, 1995, p.98 apud SAQUET, 2010, p.114). As redes são um componente do território, desde as formas tribais, imperiais, passando pelas feudais até capitalistas. É claro que, atualmente, as redes são mais intensas, complexas, heterogêneas, velozes e têm novos significados. Desse modo, o território pode ser compreendido em área e em rede, simultaneamente, assumindo as formas área-rede e/ou rede-rede e/ou território-rede-lugar.

Essa relação território-rede-lugar assume ainda mais relevância nos estudos posteriores sobre território. Dematteis (1997), por exemplo, sinala que no território, há relações internas e externas: uma cidade se apresenta como rede ligada a outras cidades, configurando estruturas multiescalares formadas por redes de redes. As redes são reais e virtuais, ao mesmo tempo. Reais porque geram fluxos materiais através de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, e virtuais porque propiciam a articulação, apesar das distâncias que separam os lugares, referindo-se aos fluxos financeiros e de imagens. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se umas nas outras numa trama relacional, multitemporal e multiescalar, indissociável.

Desta maneira, o lugar pode ser compreendido como um contexto, mediação entre o particular e o universal e como componente de nosso sentido de identidade, como território e territorialidade construídos histórica e geograficamente, pela relação efetivada entre os sujeitos e destes com o ambiente de vida cotidiana (SAQUET, 2010, p.109). Da mesma forma, há uma relação de complementariedade entre o local e o global, sem anular o território. As condições de cada lugar ou os valores específicos, locais, são constantemente transformadas em valores universais através de organizações territoriais organizadas em rede. “A produção moderna, para gerar valor econômico, emprega não só conhecimentos abstratos, traduzíveis em coeficientes tecnológicos e em preços de mercado, mas também conhecimentos contextuais:

conhecimentos que nascem em um contexto particular de experiência e que tem validade naquele contexto” (RULLANI, 1997, p.88, apud SAQUET, 2010, p.153).

O mercado global valoriza, paradoxalmente, os contextos locais e nacionais, impulsando-se com a pluralidade de lugares e trocas. Os conhecimentos, experiências e culturas especificam de cada lugar, por exemplo, circulam e são recontextualizados, reterritorializados “O território é um lugar particular, local e, ao mesmo tempo, um nexos entre aquele lugar e todos os outros possíveis lugares, global” (RULLANI, 1997, p.89 apud SAQUET, 2010, p.105). O território para, Rullani significa **enraizamento**, **identidade**³⁵ e **conexão**, entendendo o enraizamento territorial, na economia global, por parte de um produtor significa fazer parte da comunidade, de seus significados em relação às atividades econômicas, refere-se ao envolvimento, a integração cultural, ser simultaneamente mais local e mais global.

Assim:

“[...] as interações locais-globais, de fato, mantem a tensão em direção à universalidade, sem perder contato com a particularidade dos lugares e das histórias (...) o território, desse modo, não é mais confinado à dimensão local, mas se torna uma rede de conexões entre o local e o global” (RULLANI, 1997, p.90, apud SAQUET, 2010, p.153).

Desta maneira, as relações/interações da economia-política-cultural-natureza são múltiplas, complexas, heterogêneas e estão em unidade, em cada período, momento e lugar ou, em cada relação espaço-tempo, são territorializadas e fluidas, em um mesmo ou entre territórios diversos³⁶.

Dematteis e Emanuel (1992) reforçam a importância de se apreender as redes e conexões entre cidades, o que denominam de espaços urbanos reticulares interconexos. Essas articulações são fruto de um processo histórico caracterizado pela passagem de uma fase de elevada concentração urbana para outra de difusão do crescimento econômico e populacional, apontando a uma concepção múltipla da **reorganização do território** a partir da **valorização de cidades pequenas e médias**, como **estratégia de desenvolvimento local** efetivado em rede. Esse processo é tendencialmente reticular através da desconcentração industrial e de empresas prestadoras de serviços a essas

³⁵ “A identidade (...) deriva do agir coletivo dos sujeitos, como portadores de práticas e de conhecimento, ‘construtores’ do território e de novas lógicas identitárias aos lugares” (DEMATTEIS & GOVERNA, 2005, p.22 apud SAQUET, 2010, p.119).

³⁶ Há uma fluidez cada vez mais intensa, sobretudo, em relação à alta tecnologia informática, que torna mais complexa as relações sociais e de trabalho, modificando relações espaciais e temporais (GALLO, 1997, 2001 apud SAQUET, 2010, p.107).

indústrias e as famílias residentes nas pequenas e médias cidades (SAQUET, 2010, p.114).

Nesse contexto, Dematteis (2001) aborda a importância de relações entre o endógeno e o exógeno no processo de **desenvolvimento local**, especialmente no espaço urbano. Na sua discussão, privilegia o que denomina de **sistema local territorial** (slot), um conjunto dotado de identidade, sendo que os sujeitos que o compõem são capazes de definir comportamentos coletivos. O local é um nó articulado em redes tendencialmente planetárias, na forma de acoplamento de relações recíprocas e em unidade. O slot significa relações específicas dos seus atores constituintes com o ambiente local, lugares e fluxos, nós e redes, destacando os aspectos sociais, culturais e econômicos numa certa área (SAQUET, 2010, p.113). No sistema local territorial, há relações entre sujeitos e destes com o ecossistema local, entendendo o território também como projeção e como natureza. Uma condição para efetivação dos processos de desenvolvimento local.

Dematteis (1999) define, ainda, a territorialidade como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social. **Uma territorialidade ativa** através da **organização política** e do **planejamento**. A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território, mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas. Existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade. Tais relações dão identidade ao lugar, numa espécie de território-patrimônio, onde há definição de autores, cooperação, participação e mobilização (SAQUET, 2010, p.115).

Portanto, os planos e as políticas de desenvolvimento devem partir de uma geografia que reconheça as relações, ou seja, de uma geografia da territorialidade, em especial, daquela urbana, como nó e centro da organização espacial. As redes de sujeitos, individuais e coletivos, são um instrumento conceitual e operativo para governar a territorialidade. E governar significa interação com os indivíduos. Para Dematteis (2001), o **sistema local territorial** deve ser um **instrumento da política territorial**, uma forma analítica e, por isso, é construído a partir da realidade, segundo os seguintes componentes analíticos:

- a) A rede local de sujeitos, quer dizer, as inter-relações entre indivíduos em um território local, onde há relações de proximidade física e entre indivíduos do local e outros lugares,
- b) O conjunto de condições ambientais na qual operam os sujeitos coletiva e historicamente,
- c) A relação da rede local com as condições ambientais e como o ecossistema, de forma simbólica como material, da relação interativa da rede local com redes extra-locais, em distintas escalas: regional, nacional e global.

Conseqüentemente, é importante que o sistema local territorial tenha capacidade de se auto-representar e de se autoprojetar, sendo o estudo um meio para a conquista desta organização. Isso significa optar por uma geografia da territorialidade. Desse modo, o território é entendido como lugar de relações sociais, de conexões e redes, de vida, para além da produção econômica, como natureza, aproximação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural, como produto socioespacial e condição para habitar, viver e produzir.

A produção do território pode substituir a produção de mercadorias no desenvolvimento, porém, isso acontecerá, de acordo com Magnaghi (1990), somente com uma nova cultura do habitar, com novas territorialidades e valorização da estética, do lugar e da natureza, da diferença e da autonomia. Na geração das relações que configuram a territorialidade, existe também a necessidade de qualidade ambiental e de vida. A natureza é um patrimônio territorial, nesse sentido, a territorialidade sustentável significa uma conjugação de forças globais e locais, em favor de uma **territorialização do desenvolvimento sustentável** através de componentes materiais e imateriais, os seja, pertinentes à complexidade socioeconômica e natural, que se traduz no que se denomina de complexidade territorial.

Os sujeitos sociais têm ações territorializadas e territorializantes, que podem ser potencializadas, como mediação, para o **desenvolvimento local territorial**, através de seu capital territorial. Desde esse ponto de vista, definem o sistema local territorial como uma maneira de interpretar as relações existentes entre sujeitos e o território, de identificar as potencialidades do território e de caracterizar subsídios para a governança e para o desenvolvimento local. O desenvolvimento para Governa (2005), é sempre territorial, em virtude das práticas que o caracterizam. Na relação entre desenvolvimento e desenvolvimento econômico: "O primeiro envolve e supera o segundo. É mais amplo e complexo. (...) O próprio

econômico é, simultaneamente, social e territorial. Da mesma forma, o desenvolvimento (social e territorial) é resultado dos processos sociais” (SAQUET, 2003 apud SAQUET, 2010, p.145). O **desenvolvimento está ligado**, sempre, de algum modo, **com a dimensão local do território**, sem ser apenas local, isto é, efetiva-se na relação entre o local e o universal.

Há, para Magnaghi (2000), um modo de produção do território, determinado pela organização societal, no qual a identidade historicamente construída também tem centralidade. O território é produto histórico e condição de processos sociais, com formas e territorialidades, interações entre a sociedade e a natureza. A sociedade, construindo o território, está se relacionado historicamente com o ambiente. Assim, conforme Magnaghi (2000), a **identidade** é um código genético local, material e cognitivo, um produto social, de territorialização e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar. A identidade é formada pelas edificações, línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos atos territorializantes dos atores sociais e históricos. Significa, assim, sedimentos em certo lugar e que, por isso, precisa ser gerida com vistas ao **desenvolvimento territorial sustentável** (SAQUET, 2010, p.148).

A **sustentabilidade territorial do desenvolvimento** pode ser entendida segundo Dematteis como a capacidade dos sistemas territoriais de reproduzir, na mudança, a identidade³⁷. A identidade é, constantemente, reconstruída histórica e coletivamente e se territorializa, especialmente, através das ações políticas e culturais. A identidade é um componente fundamental da constituição territorial, e não deve ser entendida apenas como um estado, mas também como “[...] um processo de tornar-se similar no interior de uma área territorial, com as mesmas imagens, ídolos e normas [...] um processo dinâmico de identificação que se faça reconhecer ao outro”. “A identidade se constrói, desconstrói-se e se reconstrói no tempo, ao melhor, através do tempo” (RAFFESTIN, 2003, p.4-5 apud SAQUET, 2010, p.149).

2.2.

Cidade Intermédia

Há um tempo, vem surgindo na literatura a urgência de compreender as dinâmicas territoriais das cidades médias no contexto gerado pelo processo de globalização. Historicamente, os usos da expressão *cidade média* estão

³⁷ A identidade também significa territorialidade ativa, como governança e organização para a conquista de autonomia num sistema local territorial (DEMATTEIS & GOVERNA, 2005 apud SAQUET, 2010).

relacionadas aos critérios demográfico e funcional, às relações com o planejamento regional e às configurações da rede urbana. O termo cidade média, apesar de ser empregado frequentemente na bibliografia, não possui uma definição precisa. É comum encontrarmos estudos que utilizam denominações tais como: cidade intermédia, cidade regional, centro regional ou mesmo cidade de porte médio. Mas para o entendimento da cidade média, não apenas deve ser vista como um nível intermediário entre a grande e pequena cidade (SOARES, 2007, p.462).

A constituição das cidades faz-nos compreender que a conformação territorial, as formas tradicionalmente descritas e os limites oficialmente dados da cidade podem ser repensados, pois a cidade é cristalização da urbanização e essa, enquanto processo, não é definida³⁸, *in fine*, mas articula-se à produção ampla e restrita (WHITACKER, 2007, p.139). A cidade organiza o consumo e é suporte da e meio de produção, permite as relações e inter-relações necessárias à produção, ao mesmo tempo em que, pela conjunção, abarca a essência das relações sociais, das diferenças e dos conflitos (LEFEBVRE, 1983, p.122). Cabe lembrar que as formas espaciais não apenas expressam, mas também são elementos de redefinição dos processos econômicos, sociais, políticos ou culturais, à medida que evidenciam as relações entre o processo de urbanização e a morfologia da cidade (SPOSITO B, 1999 apud WHITACKER, 2007).

Se o padrão de ocupação espacial da indústria incorria, a partir do século XIX, num espaço urbano extremamente concentrado, hoje os meios de transporte colaboram para uma crescente descentralização. De cidades complexas e compactas, observamos hoje cidades que mantêm e exacerbam sua complexidade, porém não são mais compactas (WHITACKER, 2007, p.141). Desta forma, o “tecido urbano” se estende consumindo os resíduos da vida agrária. Por tecido urbano não se entende, de maneira estreita, a parte construída das cidades, e sim o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Sob essa perspectiva, uma residência secundária, uma rodovia ou um supermercado em meio do campo formam parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 1983, p.10).

Na escala mundial, as mudanças recentes na “geografia global da urbanização” do capitalismo tardio, produzidos pela revolução tecnológica, pela reestruturação do mundo do trabalho e pela mudança cultural e da vida cotidiana,

³⁸ Como obra a cidade não é definitiva. Não é um fenômeno pronto e acabado. Encontra-se em constante dinamismo. Seu aperfeiçoamento cria novas formas que repercutem na configuração sociocultural da sociedade (CARLOS, 2005).

determinaram novos parâmetros para a definição de conjuntos espaciais, especialmente das concentrações urbanas (SCOTT, 1994, p.103 apud SOARES, 2006, p.348). **A nova geografia da globalidade produz novas tendências e territorialidades que coexistem com as já existentes.** As oportunidades estratégicas que as cidades e regiões oferecem ao capital são evidenciadas em lugares onde as tendências da metropolização e da urbanização apresentam uma série de escalas e formas espaciais adotando uma nova forma distinta das regiões metropolitanas tradicionais³⁹.

A revolução informacional, a ampliação do consumo e a homogeneização dos hábitos e formas de vida urbanas redefinem a cidade. Ela se expande, ganha largas extensões e, ao estar em todo lugar, redimensiona seu conteúdo de urbanidade (SPOSITO B, 1999 apud WHITACKER, 2007). Nesse sentido, Whitacker (2007) afirma que a cidade está assumindo novas formas, dado que:

Há um conjunto de ideias e possibilidades técnicas que são exemplos das distancias a serem percorridas, ou que foram percorridas, e que hoje fazem parte do cotidiano da cidade, como o automóvel (para se deslocar) e o refrigerador (para diminuir as necessidades de deslocamento); ou a televisão, o telefone, para estar sem ir, o teletrabalho e os teleserviços, como os disponibilizados pelos bancos, governos, lojas, livrarias, através da internet e do telefone. Embora se possa compreender que determinadas dessas características sejam mais comuns ou mais “necessárias” em grandes cidades, as cidades médias e também as pequenas as possuem e nelas se disseminam num ritmo crescente, denunciando uma relação entre fluidez da moradia e a mobilidade do consumo (WHITACKER, 2007, p.153- 154).

Assim, esta nova morfologia urbana se reorganiza por movimentos contraditórios de dispersão e aglomeração na escala regional, numa dinâmica que cria e recria centralidades num movimento que é poli(multi)cêntrico, à medida que se organiza, não apenas como muitos centros, mas também com conteúdos diferenciados. Um desenho em rede, no qual, a transposição de núcleos urbanos de última grandeza pode-se dar diretamente com o principal, sem escalas, contrário a uma organização hierárquica de centros urbanos que culminam na metrópole. Há desta forma, uma articulação em escalas e redes associada a uma extensão territorial que dá novos contornos à cidade, possível graças ao emaranhado de fluxos (SPOSITO B et al., 2007).

A reestruturação urbana está na base da produção de um *novo cenário territorial*, constituído por um tecido urbano estendido que envolve cidades

³⁹ Ibid., p.348.

grandes e pequenas, povoados, pedaços do campo e metrópoles em uma mesma lógica de desregulação. Assim, na atualidade nos dirigimos a um mundo amplamente urbanizado no qual o processo de urbanização tende a se concentrar de modo desproporcional em um novo tipo de região metropolitana, chamada de “constelação urbana⁴⁰” ou “metrópole policêntrica regional⁴¹”. Neste contexto, as comunicações ao permitirem a dissociação entre os centros de tomada de decisão e os centros produtivos, abrem novas perspectivas locacionais para as cidades médias, ganhando novos significados e funções.

As análises do processo de urbanização recente na Colômbia e na América latina em geral, enfatizam a prevalência da metropolização e crescimento das grandes cidades e áreas metropolitanas. Indubitavelmente, a concentração de população em grandes áreas urbanas é marcante e tem se acentuado com os processos de internacionalização da economia, globalização e constituição de uma sociedade em rede, uma vez que esses centros constituem os principais nós das redes urbanas em níveis mundial e nacional (CASTELLS, 1996; SASSEN, 1991; VELTZ, 1996 apud CASTELLO BRANCO, 2006, p.245). Entretanto, a relação entre crescimento populacional/crescimento número de cidades é bem mais importante nas cidades médias (EGLER, 2001). Mas, é na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam (ARROYO, 2006).

Para Arroyo (2006), é através da capacidade das cidades para criar condições de fluidez e porosidade territorial, que elas conseguem ser ponto de confluências de diversos circuitos produtivos. É todo esse movimento, por sua vez, que lhes outorga uma vida de relações intensa. Não necessariamente esses atributos são exclusivos das metrópoles ou das grandes cidades, ao contrário, estes podem ser encontrados nas cidades médias e, inclusive, tornar-se um elemento diferenciador entre elas. Toda cidade preside uma vida de relações que a distingue do campo e, cada vez mais, de outras cidades. Independentemente do seu tamanho ou de sua localização geográfica, a **cidade é o lugar da produção e reprodução da vida social**. Enfim, é **o lugar da vida** em todas as dimensões da existência do homem.

⁴⁰ A “constelação urbana” está formada por diversas áreas metropolitanas disseminadas ao longo de uma enorme extensão territorial, funcionalmente integradas e socialmente diferenciadas em torno a uma estrutura de múltiplos centros (CASTELLS, 2001, p.494 apud SOARES, 2006, p.351).

⁴¹ A “metrópole policêntrica regional” de Campus Venuti (1985, p.35) é composta de diversos centros urbanos especializados, com mais de um núcleo polarizador concentrando habitantes, entre os quais as relações produtivas, sociais e culturais não são produto da continuidade especial típica das metrópoles tradicionais, e sim de uma contiguidade temporal nascida por uma intrincada rede de infraestruturas de transportes e comunicações (SOARES, 2006, p.352).

A partir da constituição de redes urbanas hierárquicas, estruturadas segundo princípios de circulação orientados, sobretudo, pelas possibilidades técnicas de sistemas de transportes que se organizaram para o desenvolvimento do capitalismo, desde meados do século XIX, as cidades médias tinham seus papéis definidos, em grande parte, pela situação geográfica que ocupavam, bem como em alguns casos pelos papéis político-administrativos que desempenhavam. Assim sendo, a importância de uma cidade média tinha, e ainda tem; relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços⁴² (SPOSITO B et al., 2007, p.37).

O processo de concentração urbana, que se manifesta desde meados de século XX, acentua-se a partir da década de 1980 com as transformações introduzidas pelo processo de internacionalização da economia, produzindo alterações na hierarquia urbana. Os centros urbanos deixam de se organizar num *continuum*, passando a integrar uma estrutura descontínua e falha. Nesta nova configuração, os centros intermediários assumem nova importância, pois no contexto internacionalização da economia, além de exercer a **intermediação entre os níveis superiores e inferiores no sistema urbano nacional e regional**, passaram a estabelecer relações e funções com outras cidades do mesmo nível hierárquico, que desenvolvem funções complementares ou similares, no espaço regional ou internacional, articulando-se em rede, numa visão mais abrangente do espaço (CASTELLO BRANCO, 2007).

Como noção ou possível conceito, a expressão cidade média deriva de uma construção intelectual e, enquanto tal encontrasse inserida em determinado contexto histórico e geográfico. Os crescimentos econômicos e demográficos, paralelamente com os processos de integração e diferenciação demográfica e funcional, propiciaram a consolidação de **redes urbanas mais articuladas e dotadas de centros urbanos funcionalmente mais diferenciados entre si**, emergindo, então, centros metropolitanos, cidades médias e inúmeros centros povoados considerados como pequenas cidades (CORRÊA, 2007, p.28).

Nas duas décadas que se seguiram imediatamente ao fim da Segunda Grande Guerra, o planejamento urbano e regional, assim como os estudos de redes urbanas ganharam importância entre os pesquisadores acadêmicos,

⁴² Santos (1998) destaca que as cidades que as cidades intermediárias “são o lugar onde há respostas para níveis de demanda de consumo mais elevadas”.

particularmente na França⁴³. Amorim Filho (2007) cita Pierre George (1959), Michael Rochefort⁴⁴ e Michael Michael (1977) como alguns dos pioneiros neste campo. George chamava a atenção desde 1952 sobre a geografia das cidades médias e a existência na França, de uma rede bastante densa de pequenas e médias cidades, considerando como pertencentes a estes níveis hierárquicos aquelas cujas populações estivessem entre 10.000 e 100.000 habitantes.

Conceituar cidade média implica um esforço de abstração, de estabelecer a unidade de aquilo que é pouco conhecido, que aparece como muito diversificado. Na construção do conceito de cidade média, desenvolvido por Corrêa (2007), o autor assinala que é necessária uma combinação das relações entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intra-urbano, ao mesmo modo que anota a existência de várias dificuldades na conceituação de cidade média. Para Michael (1977) a cidade média é “meio”, isto é o papel de intermediária na difusão de processos socioeconômicos nos territórios regionais e nacionais.

Convém distinguir, de maneira clara, o papel das cidades médias na organização espacial da vida social e econômica. [...]. No plano social, a cidade média se insere, incontestavelmente, em uma área geográfica de dimensões limitadas, sobre a qual ela exerce uma atração e à qual ela oferece seus comércios e dispensa seus serviços [...]. Ela corresponde a relações frequentes e locais. Ela é sentida e vivida pelos habitantes. No plano econômico, ao contrário, a cidade média, reforçada pelas municipalidades periurbanas, doravante dela indissociáveis, nada mais é do que um elo, entre outros, de um sistema de cidades (MICHAEL, 1977 apud AMORIM FILHO, 2007, p.72).

Na América Latina, a maior parte dos estudos urbanos se orienta a análise das grandes cidades, particularmente as áreas metropolitanas (ROVIRA, 2007). Brasil é pioneiro na região latino-americana na realização de estudos sobre cidades médias desde meados da década de 1960, quando sugeriram estudos na escala regional sobre as cidades de porte médio no Estado de Minas Gerais. Entre esses estudos, encontramos o estudo apresentado por Amorim Filho, em 1976, quem caracterizou as cidades médias assim:

⁴³ Uma das reflexões mais completas e críticas realizada na França sobre as principais características das cidades médias é publicada por Michael Michael em 1977. Ele reconhece o efetivo da população como um critério preponderante na noção de cidade média, ao mesmo tempo em que elas devem ter um porte médio, principalmente em sua própria região e resgata a grande heterogeneidade funcional que elas apresentam. Além, do papel de “intermediária” na difusão de uma série de processos socioeconômicos nos territórios regionais e nacionais.

⁴⁴ Michael Rochefort (1960) em seus estudos de doutorado definiu três níveis hierárquicos e funcionais na rede urbana da região francesa de Alsácia (Alsace): grandes cidades, médias cidades e organismos urbanos elementares (AMORIM FILHO, 2007).

A cidade média deve ser capaz de manter interações constantes e de um nível razoável de intensidade e de qualidade tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior.

A cidade media deve ter as condições necessárias para estabelecer relações de dinamização com o espaço rural microrregional que a envolve.

Uma cidade média só deve ser considerada média na medida em que já apresente certa autonomia na criação de pelo menos uma parcela de seus equipamentos de relações externas.

O sistema de redes de cada cidade média deve apresentar uma intensidade e um grau de conectividade tais que facilitem as já referidas interações com o espaço microrregional e com os níveis superiores da hierarquia urbana.

Por outro lado, não deve ser desprezado o fato de que aspectos tais como tamanho, estrutura interna e relações externas das cidades médias podem variar bastante de região para região, sendo naturalmente função do nível de desenvolvimento, da posição geográfica e das condições histórico-sociais de formação de cada uma destas regiões.

Finalmente, a noção de “cidade média” não deve ser confundida necessariamente como a noção de “centro de polarização regional ou microrregional”. A coincidência não sempre ocorre. Além disso, as relações da “cidade média” como seu “environment” nem sempre são relações de dominação, podendo ser também relações de estímulo e de dinamização (e é nesse sentido que a política das cidades médias deve ser encaminhada) e, em certos casos, até de dependência (AMORIM FILHO, 1976 apud AMORIM FILHO, 2007, p.73-74).

Enquanto a estrutura morfológica interna da cidade média, Amorim Filho (1976) assinala um centro relativamente complexo, um número variável de subcentros e uma periferia com descontinuidades espaciais e de estrutura polinuclear. Nos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, o número de pesquisas, publicações e eventos voltados para as cidades médias alcançam uma maior quantidade e intensidade dentro dos estudos acadêmicos. Nos países hispano-americanos, o interesse pelas cidades médias toma um impulso a partir dos anos 1980, com destaque especial para Venezuela, Chile, Argentina e Peru (AMORIM FILHO, 2007).

A designação de “intermediária” nasce da necessidade de ampliar o significado da cidade média, e realçar seu **papel de articulação**, criando e tecendo redes, por introduzir e valorizar aspectos mais dinâmicos e estratégicos que abrem novas possibilidades de inserção nas escalas regional, nacional e internacional, e por incorporar o conceito de sistema urbano mais aberto, dinâmico e interativo. Relacionam-se como “cidades intermediárias”: (a) centros que oferecem bens e serviços mais ou menos especializados para sua área de influência, (b) centros que constituem nós articuladores de fluxos para outros

níveis da rede urbana, (c) centros onde se localizam sedes de governo local e regional, exercendo importante papel na descentralização administrativa e governamental destes níveis (SANFELIU & TORNÉ, 2004 apud CASTELLO BRANCO, 2006, p.248).

No estudo “Ciudades intermédias y Urbanización mundial” da União Internacional de Arquitetos (1998), apresenta uma identificação de cidades médias, considerando:

- São centros abastecidos de bens e serviços mais ou menos especializados para o atendimento da população do próprio município e de outros, mais ou menos próximos, sobre os quais exerce influência;
- São centros de interação social, econômica e cultural;
- São assentamentos interligados por redes de infraestrutura que conectam com redes locais, regionais e nacionais e, inclusive, em alguns casos, com acesso facilitado às redes internacionais;
- São centros que sediam órgãos da administração do governo local, regional e subnacionais;
- São centros mais facilmente governáveis e controláveis e que permitem a princípio uma maior participação popular no governo e gestão de cidade;
- São centros que permitem maiores sociabilidades humanas. Locais onde é relativamente mais fácil o cidadão criar uma identidade com o lugar e da própria cidade;
- Não tem os mesmos problemas ambientais apresentados pelas megacidades;
- Devido a seu tamanho têm uma menor diversidade social e cultural;
- Tem também menor capacidade de competitividade econômica em relação às metrópoles ou grandes cidades, que tendem a concentrar funções superiores do sistema. Assim, as cidades médias têm maior dificuldade de acesso aos principais fluxos de informação e de capital.

Por sua parte, Mertins (2000) propõe uma lista de critérios para a identificação das cidades médias: tamanho populacional, velocidade de crescimento demográfico e expansão espacial; tamanho da área de influência e velocidade de crescimento demográfico e econômico, funções como centros de serviços públicos, privados e distribuição, posição e importância dentro da rede viária regional e inter-regional, posição/função dentro do sistema regional e inter-regional de cidades, diferenciação/especialização nas funções regionais e inter-

regionais. Por último, agrega que as cidades médias são o resultado de uma combinação específica de fatores funcionais, socioeconômicos e físicos (ROVIRA, 2007).

Por outro lado, nos últimos anos, em função dos novos meios de comunicação e transporte, onde a inovação ganha mais força que a capacidade de produção e, onde, as atividades terciárias⁴⁵ especializadas passam a ter mais importância que a capacidade de produção industrial e/ou agrícola, ampliando os papéis urbanos de cidades de diferentes portes, pode-se falar, então, de **competitividade e especialização dos territórios**, mas também de **complementariedade entre regiões e cidades**. Assim, as cidades de uma rede urbana se relacionam com cidades de outras redes urbanas cada vez mais frequentemente, relação que depende da sobreposição de outras redes, sobretudo de transportes e comunicações (SPOSITO B, 2007). Conforme aponta Amorim Filho (2007), as cidades em posição de contato têm maiores possibilidades de se desenvolver como cidades médias, visto que existem dois níveis de ligação, um com a grande cidade e outro com a pequena.

Desta maneira, o princípio da proximidade não se traduz apenas pela distância, mas também pelo tempo necessário aos deslocamentos, uma cidade média é parte de um espaço de relações marcado pela **contiguidade**, ou seja, um espaço que se estrutura como área ou região (CORREA, 2007). Por um lado, o papel da proximidade continua tendo importância e, por outro, as distâncias a partir das quais os consumidores estão dispostos a se deslocar ampliaram-se porque o tempo para esses deslocamentos tem diminuído, já que melhoraram as formas de transportes, inclusive, com aumento do número de veículos próprios, bem como as frequências das viagens propiciadas pelo sistema de transporte coletivo. Esses fluxos definem-se no âmbito da região e marcam e são marcados pela existência de um espaço de continuidade territorial, cuja configuração é a de uma área (SPOSITO B et al., 2007).

Mas a crescente importância das telecomunicações relativiza o peso ou necessidade de deslocamentos materiais para realizar parte das funções necessárias à vida de uma sociedade no sentido econômico, político, cultural e social (CORREA, 2007). Assim, as relações com base nas quais se considera a situação geográfica de uma cidade, na atualidade, está medidas por duas escalas: as **distâncias espaciais e a conectividade** que as redes de transmissão de informações possibilitam, expressando a indubitável dissociação entre espaço e

⁴⁵ O terciário é o setor de comércio e serviços, englobando as atividades que estão na esfera da circulação, da distribuição e do consumo (PONTES, 2006).

tempo (SPOSITO B, 2001, 2007). Ao se considerar o contexto de relações da cidade média, podemos afirmar que se trata de um espaço definido, ao menos, em dois níveis:

- Pelo mercado regional, considerando-se a máxima distância, a partir da qual, os consumidores estejam dispostos a se deslocar para ter acesso a bens e serviços mais qualificados do que em centros urbanos menores e áreas rurais compreendidas nesse subespaço de relações e,
- Pela teia de relações com espaços urbanos de maior importância e/ou outros da mesma importância, potencializada pela situação geográfica da cidade média, segundo as facilidades para a drenagem da produção regional e para o abastecimento pela entrada de mercadorias, sobretudo indústrias, produzidas em outros subespaços, na escala nacional ou internacional (SPOSITO B et al., 2007).

Deste modo, a cidade intermediária ou cidade média é definida como um núcleo urbano que joga um papel convergente em seu território circundante, com forte influência nos fluxos entre este e as relações do mesmo com o exterior. Assim, as cidades médias articulam, em palavras de Lefebvre (1986), “a ordem próxima e a ordem distante” no território e funcionam como **centros de referência** para os núcleos situados no entorno mais ou menos imediato (*a hinterlândia*) (SOARES & UEDA, 2007, p.380). Nesse sentido, a compreensão da dinâmica social espacial não se realiza sem considerar o mundo rural, pois essas cidades tendem ao campo, seja através do deslocamento físico ou por valores, símbolos e práticas pertencentes a universos culturais distintos. Uma realidade ambígua entre o campo e a cidade, desse modo, o urbano está profundamente relacionado ao rural que lhe é contíguo (SOARES, 2007).

“As cidades interagem ao máximo com a área de ação correspondente a sua ordem, o nível dos serviços nela existentes tem um efeito sobre a região” (SANTOS, 1985, p.88 apud SOARES, 2007, p.488). Além de que, o desenvolvimento econômico e social da região fará com que muitas dessas funções sejam realizadas em cidades próximas, na medida em que aumente a acessibilidade física e financeira de todos (SOARES, 2007). As cidades médias apresentam um aspecto duplo: **o tradicional**, com feiras regionais de produtos agrícolas de subsistência e o artesanato, marco da cultura regional, e **o moderno**, onde sobressaem serviços especializados mediante o uso de redes técnico-informacionais (AMORA & COSTA, 2007, p.369).

Assim, o desenvolvimento do espaço urbano de uma cidade média está diretamente ligado ao seu **relacionamento externo com outros núcleos urbanos** e, maior será o espaço de relações de uma cidade média se esta apresenta uma estrutura urbana melhor desenvolvida, concentrando em seu espaço urbano uma grande **diversidade de serviços especializados** (OLIVEIRA, 2008). Na atualidade, é possível verificar que cada centro independente de seu tamanho populacional, consegue manter relações econômicas, políticas e sociais com outros centros, sem ter que, necessariamente, seguir uma ordem piramidal⁴⁶ (SOARES, 2007). A dispersão da informação, tecnologia e ciência pela rede urbana e área rural (transformada em área agrícola) contribui, particularmente, para esse novo contexto histórico.

A globalização da economia, das informações e a criação de uma nova sociedade promoveram expressivos impactos sobre o urbano, de um lado, a criação de novos centros, e do outro, alteração das funcionalidades de centros menores ligados às modificações destes com o entorno rural⁴⁷ (SOARES, 2007). Essas novas possibilidades técnicas viabilizaram a constituição de relações entre uma cidade que, na condição de ponto de rede, pode-se articular com outros pontos mais distantes do território, surgindo uma configuração do espaço de relações marcada pela descontinuidade territorial. Assim, a situação geográfica favorável ao consumo dependerá das infraestruturas que articulam cada cidade média a diferentes sistemas de circulação, ligados aos transportes de consumidores ou às redes de comunicação que possibilitam o **consumo a distância** (OLIVEIRA, 2008).

As cidades médias que melhor se inserem na economia nacional e mundial, no contexto de sobreposição de redes, desde o ponto de vista do desenvolvimento econômico participam de escalas de mercado mais amplas e cumprem mais papéis na atual divisão do trabalho. Entretanto, perdem autonomia, porque os atores locais e regionais, representantes das identidades regionais, entram em confronto ou em aliança com atores nacionais e internacionais que impõem a realização de interesses externos às regiões que essas cidades representam. Além disso, a alteração das lógicas de estruturação das cidades médias tem

⁴⁶ Não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana ou, em outras palavras, cidades de mesmo tamanho populacional podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância (SPOSITO B, 2001, p.613-614 apud SILVA, 2006, p.559).

⁴⁷ O desenvolvimento da atividade agrícola, neste período contemporâneo, vem ocorrendo cada vez mais acompanhado pelo aumento da demanda de conteúdos científicos e tecnológicos. Verifica-se uma interdependência funcional entre campo e cidade, sendo que esta última vai equipar-se, a fim de abastecer o campo com novas técnicas e informações, muitas vezes mudando seu conteúdo (SOARES, 2007, p.471).

promovido ampliação das desigualdades sociais e a fragmentação socioespacial sem ainda atingir a tessitura política das relações sociais, como se nota nas metrópoles (SPOSITO, 2007).

Pertencer a uma rede global, direta ou indiretamente, não exclui o processo local. As cidades continuam dependentes das suas **especificidades locais, de natureza ambiental, cultural, econômica e política**. Isso, por sua vez, vem dar maior valor a tudo o que caracteriza o local. A homogeneização global restringe-se a alguns processos econômicos e culturais, mas não abarca os processos de vida e da cultura do cotidiano. A globalização pode acarretar uma rápida perda de identidade das metrópoles integrantes da rede, a não ser que cada uma consiga formar processos específicos de geração de valor que não possam ser reproduzíveis nas demais, de tal forma que, se diferenciem umas das outras (GOMES, 2007, p.610).

Participar da globalização implica a construção de uma estratégia de sobrevivência no interior da rede global. Tal estratégia significa, em grande parte, o reforço das especificidades locais para que a diferença possa tornar-se valor, revertendo, assim, a tendência de desvalorização geral do capital fixo. Valor na economia pós-industrial é, basicamente, uma categoria despregada da matéria e totalmente ligada ao intangível, isto é, a processos de **criação de informação e cultura**. A cidade que consegue criar e fazer reconhecer as suas especificidades, no interior da rede global, passa a agregar valor à sua produção local, independentemente do setor econômico no qual esteja atuando (GOMES, 2007).

A melhoria nas informações e telecomunicações, transporte e circulação “quebraram” as barreiras espaciais entre os centros urbanos encurtando a distância e contraindo o tempo. A hierarquia tornou-se flexível e os centros de vários tamanhos, localização e funções passaram a criar uma complementariedade entre si. Esses serviços mais especializados, que as cidades médias possuem, para si e para sua área de influência, são geralmente implantados considerando-se uma demanda regional. Nesse sentido, as cidades médias tem um importante papel a desempenhar em relação ao seu entorno, especialmente núcleos rurais e pequenos, pois tem uma função de **contribuir para a reabilitação econômico/social das pequenas cidades**⁴⁸, uma vez que, as diferenças entre todas as cidades em relação ao seu conteúdo socioeconômico revelam, uma vez mais, a forma do fator histórico e regional na conjuntura que as determinam (SOARES, 2007).

⁴⁸ Por exemplo, os fluxos de informação ou até mesmo de energia do núcleo urbano dinamizam a *hinterlândia* da região associada (GOMES, 2007).

Sob essa perspectiva, Silva (2006), considerando os aportes de Amorim Filho (1973) e Amorim Filho & Serra (2000), elenca alguns atributos das cidades intermédias:

- Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior.
- Tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sobre outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente das atividades produtivas.
- Capacidade de receber e fixar os migrantes das cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como ponto de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas.
- Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve.
- Diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos.

Desta forma, podemos caracterizar as 'cidades médias', afirmando que a classificação delas, pelo enfoque funcional, encontra-se associada à definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades (SPOSITO B, 2001, p.635-636 apud SILVA, 2006, p.561).

Igualmente, o conceito de cidade-região⁴⁹ também está sendo utilizado para designar conjuntos de cidades médias articuladas à escala regional em aglomerações urbanas compactas ou difusas. Por essa abordagem, considera-se

⁴⁹ A definição da "cidade-região" é mais ampla, estando relacionada às grandes aglomerações inseridas na economia global. A formulação da cidade-região faz referência a uma nova identidade territorial oriunda da integração de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, conformando grandes "nós" da economia globalizada. As cidades-regiões emergem com a era do capitalismo, fazendo parte da nova "geografia global da urbanização", são as conexões essenciais da economia globalizada emergindo como "atores políticos" na cena mundial, pois muitas concentram um produto interno bruto equivalente ou superior a estados inteiros. A cidade-região atualiza o clássico conceito de metrópole (SCOTT et al., 2001 apud SOARES, 2006, p. 352). Por outro lado, também se associa a escala regional das cidades médias.

a cidade-região um sinônimo dos conceitos de sistema funcional urbano ou cidade regional difusa (SOARES, 2006).

Na bibliografia, encontra-se também a denominada *cidade local*, a qual se distingue da cidade média, dentro de outros fatores, por sua influência estritamente local, mas que detém um crescimento autossustentado e domínio territorial. Apesar de ter um nível urbano elementar, possui importância fundamental para a sobrevivência de seu entorno imediato. As cidades locais “constituem a própria base da rede urbana, sendo contribuintes ao desenvolvimento e à integração entre diferenciados centros urbanos e as áreas rurais de uma região ou país” (SANTOS, 1989). Portanto, as localidades humanas com menos de 50 mil habitantes, especialmente aquelas com número inferior a 10 mil habitantes serão elencadas com a expressão de município, pois, no nosso entender, nestas localidades, o rural e o urbano são muito próximos e, portanto não seria prudente realizar uma análise em que a realidade rural/urbana estivesse dissociada⁵⁰ (BACELAR, 2003, p.51 apud SOARES, 2007, p.469).

2.3.

Aspetos Abordados no Estudo das Cidades Intermédias

A pesquisa do sistema de cidades para a identificação de cidades intermédias pode ser realizada segundo duas linhas de análise: a primeira considera o tamanho demográfico, uma segunda utiliza a estruturação da rede urbana, com base no papel que cada uma desempenha como centro de distribuição de bens e prestação de serviços, como na teoria das localidades centrais (CASTELLO BRANCO, 2007). Por outro lado, o conceito de cidade intermédia leva também a pensar em termos de funcionalidade, do papel que cumpre a cidade dentro do sistema urbano. Com o objetivo de responder a pergunta: *Quais são as cidades colombianas, no futuro próximo, de maior potencial de crescimento integral que poderiam assumir funções como centros urbanos impulsores do desenvolvimento regional naqueles territórios mais afetados pelo conflito armado diante do novo panorama do pós-conflito?*

A análise tem como ponto inicial o reconhecimento do Sistema Urbano da Colômbia com a finalidade de identificar aqueles centros urbanos não metropolitanos, os quais, poderiam se encaixar dentro da definição de cidade

⁵⁰ Mesmo em localidades predominantemente urbanas, existe uma significativa porcentagem de pessoas residentes ou trabalhando no meio rural, dispersas no território do município. Podemos observar que, nestas localidades existe uma forte ligação histórica e produtiva, portanto, social e política com o todo municipal no sentido espacial concreto, enquanto realidade do cotidiano (BACELAR, 2003, p. 51 apud SOARES, 2007, p. 469).

intermediária. Para tal fim, levaram-se em conta os critérios de centralidade e tamanho demográfico e, empregou-se a classificação do Sistema de Cidades elaborada pela “*Misión de Ciudades*”⁵¹. Posteriormente, a análise dos agentes e dinâmicas que definem o espaço intra-urbano e interurbano das cidades. Finalmente, observou-se o grau de afetação territorial, local e por regiões, para determinar as cidades selecionadas.

A **centralidade** é fundamental na definição do fenômeno urbano e é a principal característica dessa categoria de cidades, uma vez que nela se apoia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos, a sua atuação como centro de oferta de bens e serviços para sua área de influência, e como elo de diferentes tipos de redes, funções que estão no cerne do conceito de centralidade (SPOSITO et al., 2007). Ao considerar a centralidade, justifica-se a não inclusão de cidades localizadas no entorno de regiões metropolitanas que, embora tenham o tamanho populacional considerado, estão integradas à dinâmica metropolitana, e, desta forma, não constituem cidades médias no sentido funcional, por pertencerem a uma área urbana estruturada funcionalmente, com grau significativo de coesão urbana. Deste modo, excluem-se as cidades pertencentes a aglomerações urbanas.

O **tamanho demográfico** constitui uma dificuldade quando se quer estudar o universo das cidades intermédias dado que deve ser relativizado. Isto se entende pelos distintos processos de urbanização que ocorre nos distintos territórios, envolvendo entre outros aspetos, uma diferenciação da dimensão absoluta das cidades e suas relações entre os maiores e menores centros urbanos (CORRÊA, 2007). O tamanho demográfico significa, para um mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, maior ou menor economia de escala, envolvendo a cidade e seu espaço de atuação, possibilitando maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas, direcionadas essencialmente para fora da cidade, e de atividades não básicas, voltadas essencialmente para o consumo da própria cidade. A partir dessa relação é possível definir e identificar à pequena, média e grande cidade e a metrópole (SPOSITO et al., 2007).

⁵¹ O Departamento de Planejamento Nacional (2012, 2014a, 2014c) conformou em 2012 a “*Misión del Sistema de Ciudades*” composta por um equipo de expertos nacionais e internacionais, do mais alto nível e apoiado por ONU-HABITAT e o Banco Mundial. Utilizaram-se quatro critérios para a caracterização do sistema de cidades colombianas: relações funcionais entre municípios, tamanho populacional, função político-administrativa dos municípios e importância estratégica dos municípios nas regiões. No desenvolvimento da missão participaram entidades do governo nacional, grêmios, associações, universidades e centros de pesquisa, organismos internacionais e bancos multilaterais.

Quanto maior é o tamanho demográfico, maior complexidade das atividades econômicas, suscitando maior fragmentação do tecido social, portanto mais complexa será a projeção espacial das classes sociais e suas frações, gerando uma mais intrincada divisão social do espaço, com áreas sociais mais diferenciadas. O tamanho populacional da cidade sempre é referido quando se trata de cidades médias, apesar de haver consenso de que essa característica não é determinante, todavia, deve ser considerada como um elemento dentro da investigação (CASTELLO BRANCO, 2006). Apesar de considerar a diferença demográfica um problema metodológico de projeto, deve-se lembrar de que o importante para a análise de uma cidade média é o papel por ela desempenhado na rede urbana em que se insere e não o seu tamanho demográfico. Entretanto, desconsiderar totalmente o tamanho demográfico é uma decisão que pode comprometer as análises de uma pesquisa, principalmente para o estabelecimento de comparações entre cidades (OLIVEIRA & SOARES, 2010).

Torres & Caicedo (2015) indicam que um tamanho populacional maior a 100.000 habitantes sugere uma dimensão populacional da cidade que facilita a provisão de bens públicos locais como a realização de negócios, com dinâmica populacional, econômica e governamental própria. Quer dizer, que elas sustentam sua importância em uma dimensão geográfica adequada, na geração de economias de urbanização e aglomeração, no aproveitamento de vantagens derivadas de uma maior governabilidade⁵², governança⁵³ e participação, características que favorecem o desenvolvimento sustentável (TORRES & CAICEDO, 2015). Em pesquisas realizadas anteriormente sobre cidades médias, Castello Branco (2001) adota o patamar mínimo de 350.000 habitantes, constatando que a partir deste tamanho populacional os centros urbanos apresentam estabilidade no crescimento demográfico e densidade demográfica significativa, características das grandes aglomerações.

Por outro lado, Andrade & Serra (2001) adotam as faixas entre 50 mil e 500 mil habitantes para as cidades médias. Por sua parte, a CEPAL (2001) considera as cidades intermédias entre 100.000 e 1 milhão de habitantes para a região latino-americana. Não obstante, o fator determinante para a seleção dos centros urbanos é o papel estratégico que estes centros possam exercer e não seu tamanho populacional. Em concordância com a literatura internacional e a

⁵² Cooperação e interação entre o Estado e os atores não estatais.

⁵³ Eficácia, qualidade e boa orientação da intervenção estatal que proporciona ao Estado, boa parte, de sua legitimidade.

legislação colombiana, se distinguiram as cidades com tamanho de população urbana igual o superior a 100.000 habitantes.

Levando em conta os dados demográficos do ano 2016 e projeções para o ano 2035 e 2050. Dado que as cidades com um tamanho populacional maior a 100.000 habitantes possuem uma maior capacidade para prestar serviços públicos e sociais mais diversificados e completos, e apresentam os benefícios das economias de aglomeração. De igual forma, também se incluíram as capitais de departamento com menos de 100.000 habitantes por sua importância político-administrativa, oferta de serviços e atividade econômica. Finalmente, incorporaram-se as cidades que, apesar de ter uma população menor de 100.000 habitantes possuem hierarquia estratégica a nível sub-regional em termos de prestação de serviços⁵⁴. Posteriormente, optou-se por classificar as cidades segundo cinco grupos populacionais: a) Cidades com menos de 50.000 habitantes; b) Cidades entre 50.000 e 100.000 habitantes; c) Cidades entre 100.000 e 200.000 habitantes; d) Cidades entre 200.000 e 400.000 habitantes e, e) Cidades entre 400.000 e 1.000.000 habitantes.

O **grau de urbanização** é também importante na definição das cidades médias, uma vez que as atividades necessárias para desempenhar as funções urbanas, tais como a de articulador do sistema urbano, as de centro de atividades, de produtivas e de prestação de serviços constituem características tipicamente urbanas. Para tal fim, empregaram-se alguns instrumentos de planejamento para a caracterização territorial dos municípios desenvolvidos pelo Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia e a CEPAL, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Instrumentos de Planejamento usados para determinar o grau de urbanização

Instrumentos de Planejamento	
Sistema de Cidades	DNP. Misión del Sistema de Cidades. 2014a.
Categorías de Ruralidade	DNP. Misión para la Transformación del Campo. Informe: Definición de Categorías de Ruralidad. 2014b.
Entornos de Desenvolvimento	AGUILAR L et al. Tipologías municipales de Colombia: Herramienta para la consolidación de regiones desarrolladas. Boletín Regional, urbano y Ambiental. 2015.

⁵⁴ Para definir a importância estratégica destes municípios, utilizou-se como base o trabalho “*Aportes para una nueva regionalización del territorio colombiano*” de H. Molina e P. Moreno (2001), onde se empregaram 18 variáveis para hierarquizar as cidades segundo sua função ou serviços que oferecem como mercado bancário e de capitais, saúde, educação, justiça, infraestrutura de comunicações e telecomunicações, infraestrutura para o desenvolvimento tecnológico, serviços comerciais e para empresas, e serviços culturais.

Provincias Urbanas	CEPAL. Configuración territorial de las provincias de Colombia. 2016.
--------------------	-----------------------------------------------------------------------

O **espaço intra-urbano** das cidades médias altera-se diante dos novos papéis e relações espaciais assumidos, seja com a região, país ou mundo. Ele apresenta-se, atualmente, mais diversificado, com comodidades e atrativos antes disponíveis apenas nos grandes centros (AMORA & COSTA, 2007). Desta forma, a análise do espaço intra-urbano das cidades intermédias leva em conta algumas dinâmicas e agentes econômicos que alteram com diferentes intensidades e ritmos, os papéis das cidades médias. Igualmente, considera-se o tamanho econômico, dado que, ele é relevante, pois é um indicativo da dinâmica econômica do centro, responsável pela existência de infraestrutura necessária ao poder de atração locacional e ao papel de intermediação que caracterizam as cidades médias.

A expansão territorial e a multiplicação das redes de estabelecimentos comerciais e de serviços geram descentralização espacial dos capitais comerciais e de serviços de grande porte, passando a abranger maior parte do território nacional. Uma vez estes se localizam em centros menores são capazes de polarizar mercados de consumo regionais. O setor de hipermercados é ilustrativo dessa tendência, assim como a expansão das franquias de todos os tipos. Igualmente, o setor médico-hospitalar, de ensino superior, serviços modernos, bancário e do agronegócio (SPOSITO et al., 2007). Verificam-se em muitas cidades médias, um crescimento do número e da diversidade dos serviços de saúde, além do aumento da densidade técnica em procedimentos e equipamentos sofisticados. Os serviços de alta complexidade produzem fluxos de pessoas, produtos e informações que reforçam o papel polarizador das atividades econômicas nessas localidades (RAMIRES, 2007).

Nas cidades médias, desde a perspectiva dos espaços públicos para a realização da vida, do uso do espaço e das práticas sócio espaciais, um ponto de partida, pode ser a importância que adquirem não somente para a população da cidade, mas também, para a população das cidades menores localizadas nas proximidades ou na região de influência da cidade média. Nesse sentido a importância que os *shopping centers*, cinemas e lojas, incluindo os supermercados, tem nos padrões de consumo de uma parcela da população das cidades pequenas representa fielmente o papel de intermediação das cidades médias, que não se esgota no consumo, mas que se estende para a sociabilidade,

já que o importante não é só comprar no shopping, mas se sentir parte da vida moderna da grande cidade (SOBARZO, 2007).

A chegada de moradores aumenta a demanda por serviços especializados e contribui para a dinamização da economia. Surgem escritórios de advocacia, arquitetura, engenharia e de outras categorias de nível superior. Cresce o setor de hotelaria para atender o fluxo de pessoas que se dirigem a essas cidades, como representantes de empresas, profissionais e estudantes, que se deslocam de grandes e pequenos centros, permanecendo por alguns dias por semana (AMORA & COSTA, 2007, p.371-372). As cidades médias vinculadas à instalação de uma agricultura científica globalizada intensificam sua vida de relações, como decorrência de uma atividade econômica que as transforma em um ponto da topologia das grandes empresas, impondo novos ritmos e novas exigências a seu cotidiano (ARROYO, 2006). Formam-se assim, cidades cuja função principal claramente associa-se às demandas produtivas dos setores relacionados à reestruturação produtiva da agricultura. Nessas cidades, realiza-se a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio (SPOSITO et al., 2007).

A concentração de capital nas cidades promove a expansão territorial, aumentando as periferias urbanas, a reestruturação dos espaços urbanos, multiplicando centralidades e ampliando as desigualdades sociais e territoriais, expressadas pela ocorrência cada vez maior de segregação socioespacial e fragmentação urbana (SPOSITO et al., 2007). Ao mesmo tempo, ampliam-se as demandas sociais, aguçadas pelo caráter de economia que não absorve de modo satisfatório a população migrante. Na paisagem estão as marcas desses novos tempos, com a ampliação da malha urbana, verticalização, especulação imobiliária, abertura de loteamentos para a classe média e construção de condomínios fechados, além dos conjuntos habitacionais populares. Paralelamente, acontecem ocupações e invasões; o espaço intra-urbano torna-se mais complexo e segregado com a formação de bairros que se diferenciam de acordo como o poder aquisitivo da população (AMORA & COSTA, 2007, p.371-372).

O espaço Interurbano. A importância de uma cidade média tem relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência. Ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços.⁵⁵ Observa-se

⁵⁵ Santos (1989) destaca que as cidades que as cidades intermediárias “são o lugar onde há respostas para níveis de demanda de consumo mais elevadas”.

também a teia de relações com espaços urbanos de maior importância e/ou outros da mesma importância, potencializada pela situação geográfica da cidade média, segundo as facilidades para a drenagem da produção regional e para o abastecimento pela entrada de mercadorias, produzidas em outros subespaços, na escala nacional ou internacional⁵⁶ (SPOSITO et al., 2007). Desta maneira, o princípio da proximidade não se traduz apenas pela distância, mas também pelo tempo necessário aos deslocamentos.

Reconhece-se que a heterogeneidade das cidades e regiões colombianas dificulta a criação de modelos de identificação, classificação e interpretação da cidade intermédia. No entanto, Oliveira (2008), a partir das proposições de UIA (1998), Bolay et al., (2003) e Corrêa (2007), apresenta uma classificação tipológica para as cidades médias da América Latina. Baseado em um conjunto de características semelhantes propõem-se oito tipos de cidades segundo sua função econômica, como centros de produção e/ou consumo, conforme a Tabela 2. Não obstante, é necessário lembrar que, apesar da construção de uma proposta de classificação tipológica ampla para as cidades médias latino-americanas, essa não deve ser encarada como uma única forma possível de classificar tais cidades, uma vez que podem existir, em realidades particulares, características não consideradas nesse modelo.

Tabela 2. Classificação tipológica para as cidades intermédias de América Latina

Tipo	Critério
Centro de serviços	Cidade especializada em oferecer serviços públicos e privados para a população regional
Centro administrativo	Cidade que abarca as diferentes instituições políticas e administrativas dos níveis estadual e federal
Polo econômico	Cidade que desenvolve estratégias nos diferentes níveis (regional, nacional, internacional) de produção industrial e comercialização a grande escala.
Centro Turístico	Cidade que aproveita as potencialidades naturais, patrimônio histórico e cultural para promover atividades ligadas ao turismo.
Canal de comunicação	Cidade que utiliza sua localização relativa para servir de espaço de intercâmbio de pessoas, bens e informações.
Centro de fronteira	Cidade que aproveita sua posição geográfica e sua estratégia de desenvolvimento para dominar as relações em áreas de fronteira
Centro regional	Cidade que concentra o comércio varejista e serviços especializados com alcance regional
Centro especializado	Cidade que apresenta atividades especializadas que permitem estabelecer relações de longa distância, chegando ao nível internacional.

Fonte: Baseado em Oliveira (2008).

⁵⁶ As cidades médias que melhor se inserem na economia nacional e mundial, no contexto de sobreposição de redes, desde o ponto de vista do desenvolvimento econômico participam de escalas de mercado mais amplas e cumprem mais papéis na atual divisão do trabalho.

Uma cidade média é parte de um espaço de relações marcado pela *contiguidade*, ou seja, um espaço que se estrutura como área ou região. No entanto, a crescente importância das telecomunicações relativiza o peso ou necessidade de deslocamentos materiais para realizar parte das funções necessárias à vida de uma sociedade no sentido econômico, político, cultural e social (CORREA, 2007). Assim, as relações com base nas quais se considera a situação geográfica de uma cidade, na atualidade, estão medidas por duas escalas: as distâncias espaciais e a conectividade que as redes de transmissão de informações possibilitam, expressando a indubitável separação entre espaço e tempo (SPOSITO B, 2001, 2007).

Para a definição da **área de influência** das cidades selecionadas tomou-se como referência as distâncias e tempos de deslocamento entre a cidade média e a cidade de maior hierarquia mais próxima. Levaram-se em consideração as infraestruturas de transporte (aeroportos e portos) e comunicações. A partir do anterior, definiu-se a escala de **intermediação**. A escala da intermediação das cidades intermédias, segundo os critérios apresentados neste estudo, é definida pela escala de relações que podem ser estabelecidas por elas, no nível regional, nacional ou internacional. Nesse sentido, optou-se por considerar a proposta de Bolay et al., (2003). Os autores definem e descrevem três escalas de relações, resumidas na Tabela 3:

Tabela 3. Níveis de Intermediação

Escala	Descrição
Regional	Se trata de las relaciones establecidas entre una ciudad y su entorno directo (hinterland) entendidas tanto: al nivel social, como una población tejiendo lazos complejos e intensos entre lo rural y lo urbano; al nivel económico, como un sector de producción y comercialización agropecuario, fabril y de servicios que relaciona la economía rural y la economía urbana; al nivel territorial e infraestructura, como un conjunto espacial organizado por una sociedad humana a fin de valorizar su ocupación y extender relaciones sociales y económicas; y al nivel político-administrativo.
Nacional	Se trata de las relaciones establecidas entre una ciudad y el territorio nacional, a través de su integración a redes urbanas y sus relaciones con distintas regiones que constituyen este espacio de referencia, en el marco de las diferentes dimensiones de la intermediación.
Internacional	Se trata de las relaciones establecidas entre una ciudad y el resto del mundo, de manera autónoma y proactiva, o en el marco de una estrategia superior, dándole un rol específico ligado directamente a lógicas mundiales, favoreciendo o afectando el desarrollo de dicha ciudad.

Fonte: Bolay et al (2003, apud OLIVEIRA, 2008, p. 109)

O quadro de características básicas para a definição de cidades médias se completa com a **qualidade de vida urbana**. Aspecto relevante na definição de cidades médias, por levar em consideração a oferta de infraestrutura urbana, segurança, mobilidade, entre outros, constituindo, assim, um fator de atração locacional para indivíduos e também para a instalação de unidades de produção de grupos mais capitalizados (CASTELLO BRANCO, 2006).

Finalmente, a **afetação territorial** (ANEXO I) decorrente do conflito armado na Colômbia, em termos de intensidade e persistência, mostra um comportamento diferencial nos distintos territórios segundo as lógicas e domínios territoriais dos atores do conflito, que incidem de alguma ou outra forma, na configuração territorial. Com o objetivo de analisar a afetação territorial derivada do conflito armado na Colômbia nas cidades selecionadas, encontrou-se, na bibliografia consultada, a proposta de Salas Salazar (2016). O autor propõe uma tipologia de municípios e regiões afetadas pelo conflito armado no período 1986 e 2015. Diferenciam-se, por uma parte, regiões com afetação: muito baixa, baixa, média, alta e muito alta, e por outra, regiões com afetação alta persistente, 1986 – 2015, e alta recente, 2002 - 2015 (ver Anexo I). A elaboração do mapa considerou 10 variáveis ou fatos vitimadores dos atores do conflito armado: 1) homicídios, 2) deslocamento forçado, 3) sequestro, 4) massacres, 5) despojamento/usurpação de terras, 6) desapareção forçada, 7) vítimas por minas antipessoais, 8) assassinatos de líderes comunitários, 9) sindicalistas, 10) autoridades locais. Baseado em informação obtida dos boletins informativos do Departamento Administrativo de Segurança (atualmente dissolvido), as Forças Militares, ISA, Ecopetrol, Unidade de Vítimas, Polícia Nacional, DANE, Unidade Especial de Gestão de Restituição de terras e Cartografia Básica IGAC. Por outro lado, o Departamento de Planejamento Nacional apresentou o índice de incidência do conflito armado (ICCA), com o fim de identificar os municípios colombianos segundo o grau de afetação pelo conflito, mas este modelo não foi considerado porque foi elaborado a partir de dados recopilados entre 2002 e 2013.

2.4. Definição das Variáveis de Análise

As metodologias para o estudo das cidades intermédias propostas pelos autores, Sposito et al., (2006) e Oliveira (2008) foram tidas como base para a definição dos indicadores para o estudo das cidades intermédias (ANEXO II, III). Mas, para a elaboração do projeto, com base no qual se realiza a pesquisa sobre cidades intermédias colombianas e seu papel no período do pós-conflito,

incluíram-se outros indicadores, considerando alguns elementos centrais dos termos pós-conflito e desenvolvimento sustentável. Dada à amplitude dos temas tratados, optou-se por priorizar aqueles indicadores que contavam com informações obtidas a partir de estudos e dados recentes.

A procura de uma solução pacífica para o conflito armado colombiano levou a que, entre 2012 e 2016, o governo colombiano e o grupo guerrilheiro FARC acordaram um pacto pela paz. O acordo de paz é tomado aqui como ponto de partida para a construção de paz, que passa necessariamente pela justiça ambiental e social com o objetivo de dar solução aos problemas estruturais sem resolver como a presença fragmentada do Estado no território, a desigualdade em torno ao acesso à terra e as disparidades entre o campo e as cidades. Dessa maneira, surge uma oportunidade de transição para materializar umas condições que atendam às necessidades, assim como também os desejos e aspirações das populações, reconhecendo suas identidades e particularidades, denominada pós-conflito. Dessa forma, o pós-conflito não é o desarme dos atores armados, nem supõe o fim imediato do conflito armado. Ele consiste em um processo de tomada de decisões, a partir do consenso e a participação de todos os setores sociais do país e as comunidades locais e regionais, com os objetivos de reduzir os desequilíbrios entre regiões, enquanto ao acesso de serviços públicos básicos e oportunidades, e, a gestão adequada do meio ambiente e os recursos naturais (ver Seção 3.4).

Dessa maneira, o pós-conflito implica empreender processos de ordenamento e gestão do território. Conseqüentemente, são os atores territoriais os encarregados de definir os diferentes arranjos territoriais na procura do bem-estar comum e a ocupação harmoniosa do território. Quando, as relações entre esses atores são mediadas por assimetrias de poder, distribuição desigual dos benefícios econômicos, a falta de oportunidades e a corrupção originam conflitos de tipo territorial, políticos, econômicos, ambientais e sociais. Na Colômbia, esses conflitos estão de alguma ou outra maneira, relacionados com o conflito armado desde sua gênese até sua evolução atual (ver Seção 3.1). Por outro lado, o espaço nacional descreve-se como uma estrutura heterogênea de ocupação dividida em cinco compartimentos (regiões), marcada por heranças físico-territoriais que datam do período pre-colombino e a conquista. Tal ocupação caracteriza-se por maiores concentrações populacionais, melhor conectividade e maiores centros urbanos nas regiões, Andina e Caribe. De modo contrário, nas regiões, Amazônica, Pacífica e Orinoquia, onde se concentram as pressões

territoriais derivadas das economias extrativistas e indicadores socioeconômicos precários (ROJAS-NARNAJO, 2016).

Paralelamente, nas últimas três décadas, a Colômbia adotou um modelo de abertura econômica ligada à indústria extrativa, principalmente a exploração de petróleo e outros recursos minero-energéticos, confirmando um padrão histórico de inserção na economia global presente desde o período colonial até a atualidade. Isso trouxe consigo retrocessos em setores como a indústria e a agricultura, sem repercutir numa melhora geral das condições de vida. Dessa maneira, para entender a dinâmica do país é fundamental entender a interdependência dos processos de desenvolvimento e ordenamento territorial. Por um lado, a ocupação territorial determina a articulação produtiva e a satisfação das necessidades, e por outro, o setor produtivo gera impactos variáveis no território. Ambos estão institucionalizados por meio da gestão territorial a cargo do Estado em seus diferentes níveis. Posto que o Estado, por lei, deve garantir o bem-estar e a qualidade de vida de toda a população e a ocupação e uso harmonioso do sistema natural atendendo os limites ambientais e ecológicos⁵⁷.

A concepção de desenvolvimento como uma propriedade emergente dos sistemas sociais, caracterizados por sua construção permanente, supõe o diálogo permanente entre os diferentes níveis para estabelecer consensos e mudanças nos modelos que orientam a atuação da gestão territorial (BOISER, 2004 apud ROJAS-NARANJO, 2016). Nesse sentido, as transformações territoriais no pós-conflito serão produto da negociação e a contenda, entre distintos grupos com interesses e posições sócio-políticas diferentes, portanto, as ações para a construção de paz devem estar orientadas a redução das assimetrias existentes como forma de solução dos atuais conflitos e prevenção de futuros conflitos. Em outras palavras, o pós-conflito é um caminho para atingir o desenvolvimento sustentável dos territórios (Figura 2).

⁵⁷ Ibid., p.137-138.

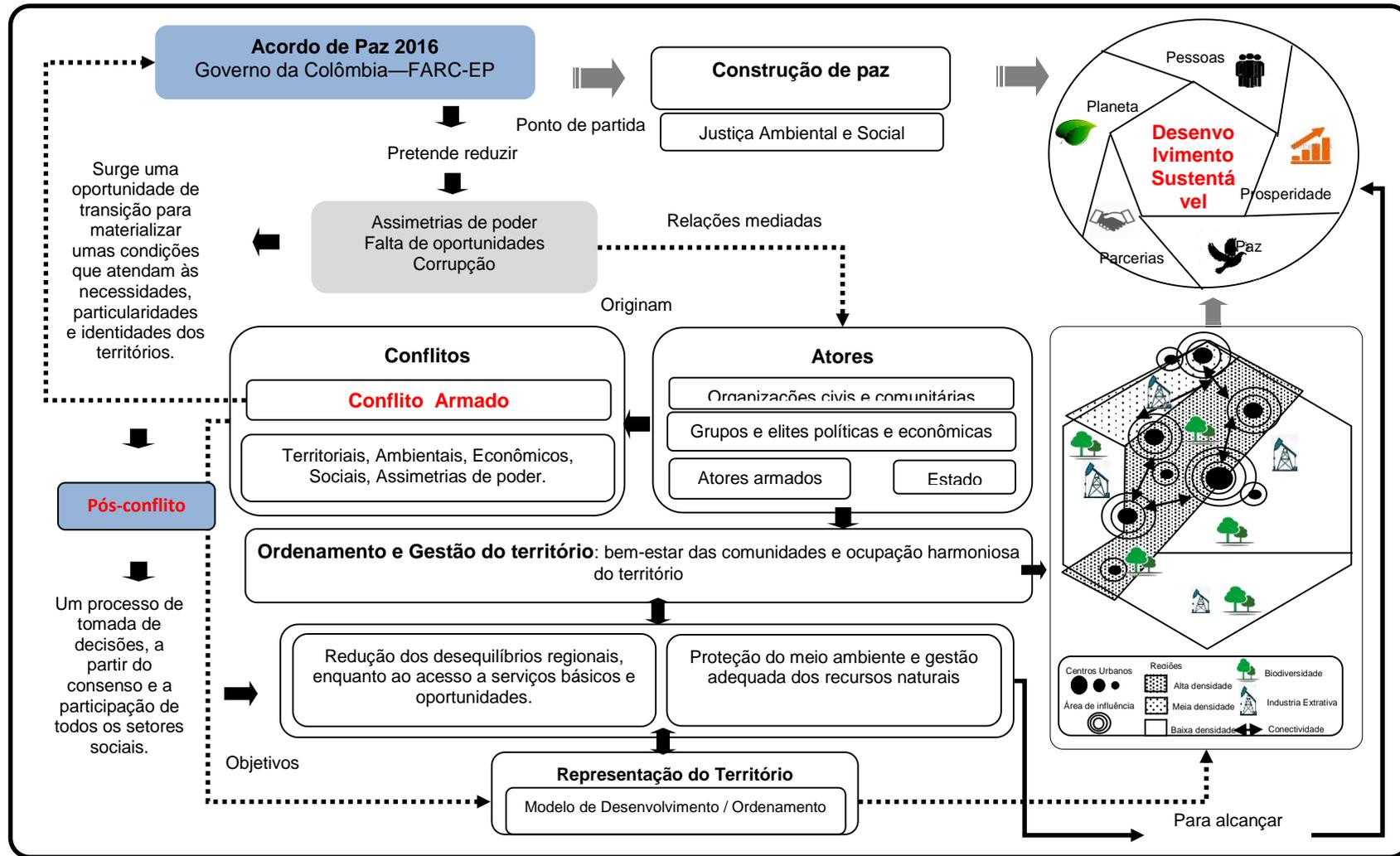


Figura 2. Interpretação de "Pós-conflito" proposta pelo autor.
 Fonte: Adaptado de ROJAS-NARANJO (2016).

Dado que a definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável contempla uma clara articulação entre paz, desenvolvimento econômico inclusivo e o respeito pelos direitos humanos, e, do mesmo modo, abordam temáticas como a erradicação da pobreza, consumo e produção sustentável, a proteção dos recursos naturais como base do desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, governança, cidades pacíficas, equidade de gênero e cooperação internacional, entre outros (SANTAMARIA, 2015), empregaram-se os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS – como um roteiro para a identificação e seleção das dimensões e variáveis usadas para o estudo das cidades intermédias.

O pós-conflito é um projeto único de nação construído desde os territórios locais e regionais, e, visa à articulação e redução dos desequilíbrios e as constantes tensões entre o país urbano e o país rural, entre o centro e a periferia, entre a conexão e a desconexão, entre o tradicional e o moderno, entre o local e o global. Desde essa perspectiva, as cidades intermédias constituem uma grande oportunidade para promover um desenvolvimento mais balanceado do território, ao mesmo tempo, podem converter-se em uma alternativa para a prestação de serviços e geração de oportunidades e amortecer o crescimento acelerado das principais cidades (TORRES & CAICEDO, 2015). Deve-se ressaltar que um dos atributos da cidade intermédia, vista como uma entidade socioterritorial é sua capacidade de gerar desenvolvimento sustentável (ORTEGA, 1998). No entanto, é preciso ressaltar que o crescimento econômico estimulado pela presença de uma cidade dentro de um território não está necessariamente acompanhado de inclusão social, dado que, persistem estruturas enraizadas que acentuam a desigualdade (BERDEGUÉ et al., 2015).

A sobreposição das geografias de guerra do conflito armado com áreas de importância ambiental, projetos minero-energéticos e de infraestrutura, elevadas taxas de pobreza e desigualdade e a presença de cidades de importância regional de porte médio e pequeno, sugere que as cidades intermédias colombianas devem exercer um rol significativo no futuro próximo do país. Condição que toma relevância diante de um possível fim do conflito armado. A partir do levantamento bibliográfico sobre as cidades intermédias (ver Seção 2.2 e 2.3) definiram-se três atributos deste tipo de cidades: dinâmica econômica e populacional, infraestruturas e qualidade de vida. Enquanto ao pós-conflito identificaram-se três campos ou frentes de ação: governança e institucionalidade, reestruturação econômica e meio ambiente e mudança climática (ver seção 3.4). Desta forma, definiram-se algumas variáveis de análise, segundo a Figura 3.

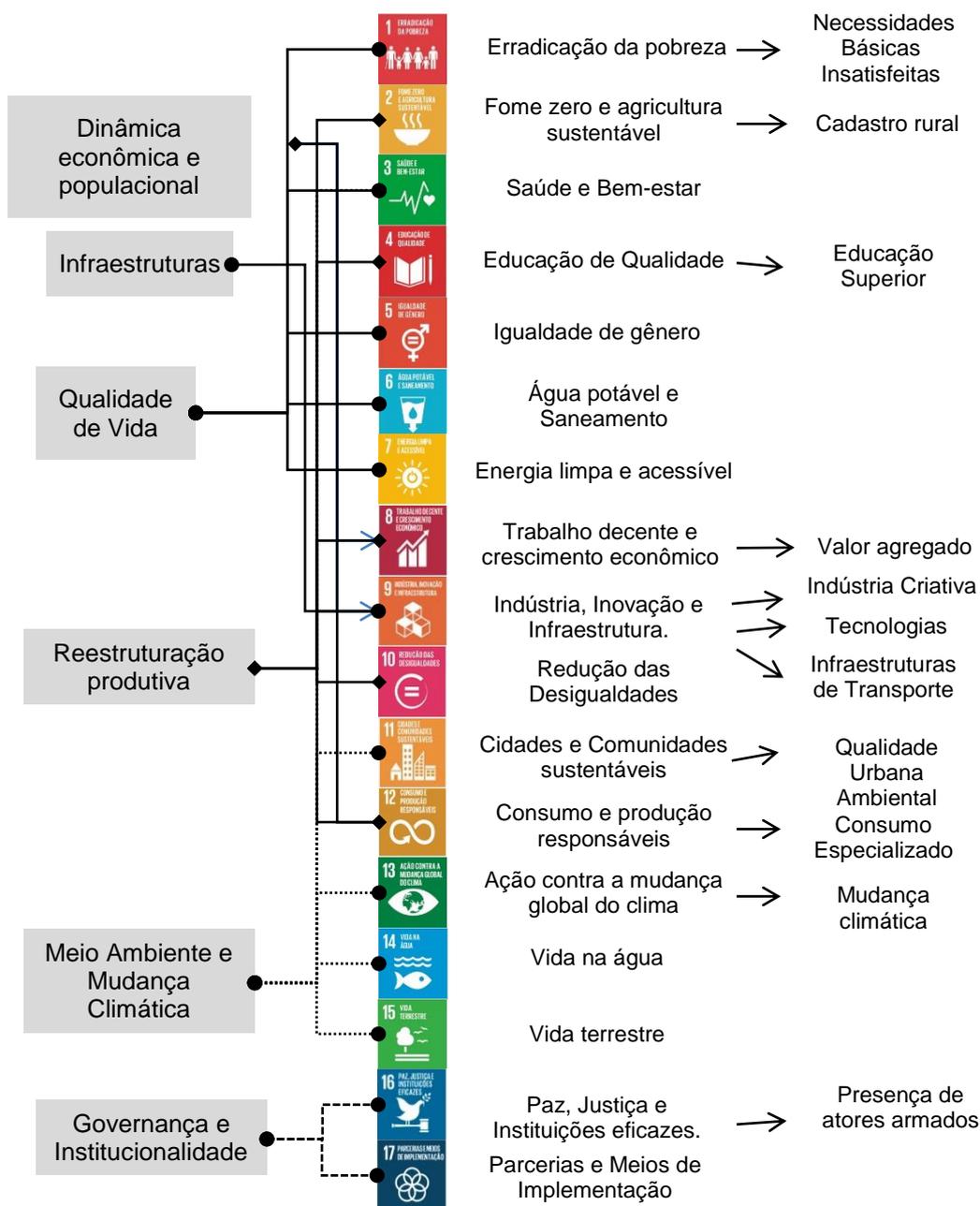


Figura 3. Correlação e definição das variáveis de análise

Desta forma se integraram aspectos relevantes para a definição das cidades intermédias, e ao mesmo tempo, questões relacionadas com o pós-conflito e a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030. Como resultado, obtiveram-se 5 dimensões para a análise: Dinâmica demográfica, Econômica, Infraestruturas, Qualidade de Vida⁵⁸ e Pós-conflito, resumidas na Tabela 4.

⁵⁸ A qualidade de vida urbana é um aspecto relevante na definição de cidades médias, por levar em consideração a oferta de infraestrutura urbana, segurança, mobilidade, entre outros, constituindo, assim, um fator de atração locacional para indivíduos e também para a instalação de unidades de produção de grupos mais capitalizados (CASTELLO BRANCO, 2006).

Tabela 4. Dimensões e variáveis para a análise das cidades intermédias colombianas

Variáveis	
Demográfica	População total, urbana e rural
	Taxa de Urbanização
	Variação da população total, urbana e rural 1986 - 2016
	Taxa de crescimento anual por períodos 1986 – 1996; 1996 – 2006; 2006 – 2016
	População estimada 2035; 2050.
	Variação da população total, urbana e rural 2016 - 2035; 2035 – 2050.
	Expulsão forçada de população 1986 - 2016
	Recepção de população deslocada 1986 - 2016
Qualidade de Vida	Índice Total de Necessidades Básicas Insatisfeitas
	Índice Urbano de Necessidades Básicas Insatisfeitas
	Índice Rural de Necessidades Básicas Insatisfeitas
	Qualidade e Cobertura da Educação Básica
	Presença de Instituições de Educação Superior
	Presença de Universidades / Universidades acreditadas
	Presença de cursos de pós-graduação
	Qualidade Urbana Ambiental
	Presença de tradições culturais imateriais
	Bens e museus de patrimônio cultural
Econômica	Produção de Valor agregado
	Produção de valor agregado per capita
	Setor terciário (%PIB)
	Proporção empresas setor terciário
	Hipermercados, Supermercados e lojas departamentais.
	Shopping centers
	Indústria criativa
Infraestrutura	Rodovias nacionais
	Aeroportos e portos
	Chegada e saída de passageiros aéreos/carga
	Penetração internet
	Presença de infraestruturas TIC's
	Presença de operador postal, rádio e TV
Pós-conflito	Grau de afetação territorial pelo conflito armado
	Tipo de propriedade dominante na distribuição da propriedade da terra
	Estado cadastral
	Terras desapropriadas
	Presença de atores armados

Presença de cultivos ilícitos e mineração ilegal
Deslocamento forçado
Mudança climática – ameaça e sensibilidade
Capacidade de adaptação à mudança climática

3

Do conflito ao pós-conflito: Conceitos, teorias, fatos e dados sobre o Conflito Armado Colombiano

A paz é um processo complexo, antes que um lugar desejado, perfectível, é um acordo de vontades para construir novos cenários para uma sociedade mais justa e equilibrada que respeita a vida e o dissenso (LOZANO, 2016, p.68).

Essa terceira parte pretende analisar brevemente o conflito social armado colombiano. A reconstrução histórico-geográfica da evolução do conflito armado resulta pertinente para entender a complexidade do conflito, suas repercussões nas dinâmicas territoriais, e ao mesmo tempo explica porque as cidades intermédias, desde uma perspectiva urbano-rural, são chaves no processo de transição e consolidação do pós-conflito. Este capítulo faz uma síntese da evolução do conflito armado colombiano, suas continuidades e mudanças, seu alcance territorial, seus atores e vítimas, com o fim de dar resposta aos fatores que propiciaram o surgimento do conflito, as mudanças que marcaram seu desenvolvimento e as razões de sua prolongada permanência. Finalmente, desde uma abordagem conceitual procura-se interpretar o termo pós-conflito, paz territorial e sustentabilidade no contexto colombiano.

A partir de diversas abordagens e disciplinas, têm-se produzido marcos explicativos e trabalhos empíricos para tentar compreender as causas estruturais da violência na Colômbia, e como parte dela, o fenômeno do deslocamento forçado. Dentro das características que lhe outorgam autenticidade ao conflito armado colombiano encontramos: uma cultura política autoritária que se opõe aos comportamentos democráticos, a tendência histórica a utilizar a violência para obter objetivos políticos e a permanência das estruturas de exclusão ou inclusão perversa. Por outro lado, a estrutura fundiária caracterizada por uma desigual distribuição da propriedade sobre a terra produtiva, o predomínio do latifúndio como base da agricultura comercial, a baixa absorção de mão de obra, a vulnerabilidade às mudanças climáticas, as inequidades regionais, o centralismo econômico e a fragmentação espacial fazem parte dos fatores que explicam a complexidade que adquiriu o conflito (TREJOS, 2013).

Na medida em que, as guerras se prolongam no tempo, como no caso colombiano, os motivos se sobrepõem e se realimentam de modo que a guerra adquire sua própria dinâmica com independência dos motivos originais, ao mesmo tempo em que, a guerra incide como um fator próprio, social e politicamente (JAIME, 2003). Desta forma, Hopman & Zartman (2015) definem o conflito

colombiano como o resultado da inequidade, da exclusão política e da ausência do Estado em boa parte do território, além dos problemas relacionados com a corrupção. No entanto, o narcotráfico e a interferência de fatores externos estenderam a duração e propagaram a violência. O conflito se explica por outras questões, tais como a configuração da distribuição da terra herdada da época colonial, excluindo a maior parte da população e, uma economia desigual e dependente de commodities para exportação como café e petróleo.

Outros autores localizam o conflito armado colombiano dentro do contexto da Guerra Fria (Revolução cubana, Doutrina de Segurança Nacional, ruptura chino-soviética), mas com uma série de particularidades próprias que o excluem da classificação simples dos conflitos gerados por o confronto entre blocos capitalista e socialista. Trejos (2013) faz uma análise interessante sobre o marco teórico-conceitual do conflito colombiano. Reconhece de antemão que não existe uma única teoria ou análise da natureza e as características dos distintos conflitos bélicos internos existentes no mundo. Do mesmo modo, assinala que dada à complexidade e longevidade do caso colombiano e as consecutivas mudanças das dinâmicas político-militares dos atores, resulta inconveniente fixar o conflito social armado colombiano numa categoria preestabelecida.

Assim, desde os diferentes enfoques adaptados pelos diversos autores citados por Trejos, o conflito colombiano pode ser entendido como:

- Um conflito interno, uma vez que se caracteriza por ser uma confrontação violenta, cuja origem tem raízes essencialmente em fatores domésticos, onde os atos violentos ocorrem dentro dos limites do Estado (BROWN, 1996 apud TREJOS, 2013).
- Porém, a presença ativa de estruturas guerrilheiras de cultivos ilícitos e a ausência do Estado em zonas de fronteira levaram ao envolvimento de outros países vizinhos, como Venezuela e Equador, sugerem um segundo olhar dentro do contexto da globalização. Desta forma o conflito colombiano pode ser denominado como um “conflito regional complexo” (BUZAN, 1999 apud TREJOS, 2013).
- Um “conflito crônico” pós-Guerra Fria. Os conflitos crônicos são aqueles que mais dificuldades apresentam para sua resolução, devido a que neles persistem altos níveis de ódio e desconfiança, assim como a naturalização e socialização da violência, o qual termina instituindo-se como um meio configurador e reconfigurador das relações sociais, políticas e econômicas (FEARON e LAITIN, 2000 apud TREJOS, 2013, p.63).

- O conflito colombiano também pode ser encaixado dentro das guerras que estão diretamente relacionadas com aspetos económicos, como a dependência de exportações de matérias primas e rendas nacionais escassas ou porque se desenvolvem em contextos de uma manifesta fraqueza do Estado.

Enquanto aos recursos naturais como causas dos conflitos armados, Rodriguez Garavito et al., (2016) primeiramente cita as tensões em torno a distribuição desigual dos ingressos que gera a exploração dos recursos naturais, especialmente daqueles com maior valor comercial, somado a fatores como a pobreza e a falta de oportunidades. Seguidamente, ressalta as tensões geradas pela escassez e a desigual distribuição dos recursos naturais como a terra, água, entre outros. Finalmente, assinala o vínculo existente entre as economias dependentes da exploração de recursos naturais e a fragilidade política inerente a este modelo económico. Dado que, a alta dependência por parte do Estado destes recursos gera pobreza, desemprego, corrupção, distanciamento do governo das necessidades reais das populações, e propicia, desta forma, o surgimento de conflitos. Elementos facilmente identificáveis no contexto do conflito armado colombiano.

Para, Salazar & Castillo (2001) o conflito colombiano é o triste resultado da ação local de atores armados e não armados, que se adaptaram a sobrevivência com elevados níveis de incerteza, pouca solidariedade e ausência de normas que regulem as relações entre indivíduos. Para estes autores, as guerrilhas nasceram em um contexto de injustiça e violência, mas seus fins são primordialmente económicos. No conflito colombiano, a população civil se converteu em peça fundamental para seus fins político-militares e económicos. Assim, juridicamente, o conflito colombiano se encontra definido pelo conceito que faz o Direito Internacional Humanitário, mais especificamente no Protocolo II adicional aos IV Convênios de Genebra, subscrito e incorporado na legislação colombiana através da Lei 171 de 1994.

O Centro Nacional de Memória Histórica⁵⁹ – CNMH - em seu informe geral “*Basta Ya! Colombia: Memorias de Guerra y Dignidad*” (2013) faz uma narrativa

⁵⁹ O Centro Nacional de Memória Histórica – CNMH é um estabelecimento público de ordem nacional, adscrito ao Departamento para a Prosperidade Social (DPS), que tem como objetivo reunir e recuperar todo o material documental, testemunhos orais e por qualquer outro meio que permitam proporcionar e enriquecer o conhecimento da história política e social da Colômbia. Inclui: Construção da Memória Histórica, Museu Nacional da Memória Histórica, Arquivo dos Direitos Humanos e Memória Histórica e Acordos de Verdade (Lei de Vítimas e Restituição de Terras 1448 de 2011).

da longa trajetória do conflito colombiano e as transformações de seus atores, junto às transformações sociais e institucionais no exercício da violência. Sobre a origem, dinâmicas e crescimento do conflito se identificaram quatro períodos para explicar sua evolução.

- Um primer período (1958 – 1982) marca a transição de uma violência bipartidária à subversiva, caracterizada pela proliferação das guerrilhas que contrasta com o auge da mobilização social e a marginalidade do conflito armado.
- Um segundo período (1982 – 1996) distingue-se pela projeção política, expansão territorial e o crescimento militar das guerrilhas, o surgimento dos grupos paramilitares e a crise e o colapso parcial do Estado, a irrupção e propagação do narcotráfico, o auge e declive da Guerra Fria junto com o posicionamento do narcotráfico na agenda global, a nova Constituição Política de 1991, os processos de paz e reformas democráticas com resultados parciais e ambíguos.
- Posteriormente, o período que corresponde ao lapso mais intenso e devastador do conflito (1996 – 2005). Caracteriza-se pela expansão simultânea das guerrilhas e dos grupos paramilitares, a crise e recomposição do Estado em meio do conflito e a radicalização da opinião pública orientada a uma solução militar. A luta contra o narcotráfico e a luta contra o terrorismo renovam as pressões internacionais que alimentam o conflito, conjuntamente com a expansão do narcotráfico e mudanças na organização militar dos atores.
- Finalmente, um último período de apaziguamento e reconfiguração do conflito (2005 – 2012), que se estende até o fim do processo de paz com as FARC em 2016. Esta fase distingue-se pela eficiência das ações militares contra a insurgência por parte do Estado, o fracasso da negociação pacífica com os paramilitares e um violento rearranjo das estruturas altamente fragmentadas ligadas ao narcotráfico e que desafiam ao Estado.

Não obstante, pode-se identificar um período anterior a estes quatro períodos citados pelo CNMH correspondente a transição do conflito agrário a conflito político bipartidário (1920 – 1958), reconhecido pela inserção do mercado nacional no mercado global, os investimentos estrangeiros, a bonança cafeeira e a o início da industrialização, e conseqüentemente, a criação e consolidação de movimentos camponeses e sindicais. Os nascentes conflitos agrários sofrem um

processo de politização que eclode em 1948, e se prolonga como o período da história colombiana, denominado “*La Violencia*”. Apesar do grande dinamismo do conflito social armado colombiano, existem aspectos recorrentes que configuram a continuidade da guerra e aparecem de maneira reiterada nos diagnósticos que a explicam. Entre eles, a concentração da terra, a presença desigual do Estado no território e precária integração territorial, o abandono do país rural, a prevalência da economia extrativa que desconhece os direitos legítimos e históricos dos proprietários, depreda, arrasa e acumula sem gerar desenvolvimento social sustentável (CNMH, 2013).

3.1. Gênese e Evolução do Conflito

A violência aparece na história colombiana como um elemento reiterativo na resolução dos conflitos desde a independência do país. Como sinalam Aprile-Gniset & Mosquera (1978), desde finais do século XIX e princípios do século XX, existiu uma persistência pelo uso da violência no campo, constituindo-se, por uma parte, no meio utilizado pelos poderes econômicos para a apropriação e recuperação de zonas de *colonização agrária popular*⁶⁰. Por outro lado, constituía uma estratégia de defesa por parte dos colonos pioneiros para conservar as terras lavradas⁶¹. Logo da Primeira guerra Mundial (1914 – 1918), a alça do preço do café e o crescimento da demanda interna desencadearam conflitos agrários nas zonas cafeeiras onde predominavam o arrendamento e a colonização das terras. O preço do café representou um aumento considerável do pressuposto de gasto do governo, desse modo, o controle sobre a terra e o Estado, se associariam à violência (MOLANO, 2015).

Desde o início de 1920, os colonos pioneiros foram lentamente deslocados de seus lotes de pequena propriedade para abrir caminho ao latifúndio (SÁNCHEZ, 2008). Sánchez (2008) cita o processo de exílio descrito por Aprile-Gniset & Mosquera (1978): O camponês ou colono pioneiro adequa a parcela do terreno sem título, com seu trabalho valoriza o lote, é posteriormente obrigado a vender os bens produto do trabalho sobre o terreno aos comerciantes, criando

⁶⁰ Camponeses sem terras ou provenientes de terras pouco produtivas nas montanhas migraram (em parte impulsados pela rentabilidade da produção cafeeira), com o fim de colonizar terras mais férteis nas zonas mais baixas, ladeiras virgens de menor qualidade sem população nem títulos, conhecidos como terrenos baldios e localizados nas encostas de montanha (SÁNCHEZ, 2008).

⁶¹ As maiorias das grandes propriedades que hoje existem na Colômbia não surgiram no período colonial, elas nascem dos terrenos baldios nos séculos XIX e XX, sob o impulso da economia agroexportadora (LEGRAND, 1994).

condições para sua posterior desapropriação. O colono emigra então, até outro sítio virgem, adequa novamente, ampliando sucessivamente a fronteira agrícola. Desse modo, a colonização popular agrária de terras vazias levou a que se produziram novas fundações urbanas. Em meio do processo de modernização da economia do país, entre 1922 e 1929 cresceram a rede de ferrovias e o número de fábricas, simultaneamente a criação e fortalecimento de movimentos sindicais⁶² (MOLANO, 2015).

No entanto, as titulações de baldios continuaram favorecendo a grande propriedade⁶³. As concessões estatais de terras, com sua respectiva titulação a comerciantes, coincidiam com aquelas terras lavradas pelos camponeses, fortalecendo os latifúndios⁶⁴. Um estudo do Departamento Administrativo Nacional de Estadística - DANE (1978) descreve a situação do campo colombiano:

Dentro do espaço econômico conquistado efetivamente pelo país durante a década de 1920, a grande propriedade territorial ocupava as terras mais salubres, próximas a centros urbanos, de maior fertilidade, vales e terras planas. La ocupação da terra a escala extensiva foi um recurso durante o século XIX para reter a mão de obra camponesa (...) a maior parte do território nacional se encontrava titulado no século XX. É assim como o espaço econômico efetivamente ocupado por meio de formas supra extensivas de exploração e terras baldias passam a ser também propriedade de um escasso número de indivíduos que faziam difícil, ou impossível, a colonização camponesa de novas áreas no país (apud GIRALDO, 2015, p.10).

A crise de 1929 obrigou a muitos operários a retornar ao campo (MOLANO, 2015). Na década dos anos trinta as amplas colonizações elevaram a produção agrícola, constituindo-se num importante setor da economia. A população rural chegou a representar o 70% da população total (APRILE-GNISET & MOSQUERA, 1978). Para 1932 as fazendas de menos de 12 hectares eram o 40% das unidades produtivas e 98% das fazendas dedicadas ao cultivo de café eram consideradas pequenas (MOLANO, 2015). Após a crise, camponeses e trabalhadores ocuparam fazendas em distintas localidades do país, em uma espécie de *reforma agrária popular* (LEGRAND, 1988). Isto desencadeou enfrentamentos entre as forças policiais e camponeses (APRILE-GNISET, 2007), a expulsão de arrendatários de

⁶² Entre as greves organizadas pelos primeiros movimentos sindicais que mais se destacam na literatura encontram-se: Tropical Oil Company (1924 e 1927), Ferrovias do Magdalena (1926), United Fruit Company (1928). Para 1930, existiam 99 sindicatos na Colômbia (MOLANO, 2015).

⁶³ Ao respeito, LeGrand (1988) diz: mais das três quartas partes de todo o território outorgado a particulares, companhias e populações desde 1827 até 1931 foram repartidas em concessões de 1.000 hectares ou mais. Tais cifras explicam o predomínio na grande fazenda no campo colombiano e as condições de pobreza da população camponesa.

⁶⁴ Fajardo (2002) sustenta que tais conflitos foram à origem de guerra civil que eclodiu nos anos quarenta e estendeu-se até meados dos setenta, período conhecido na Colômbia como "*La Violencia*".

terras cultivadas, o massacre de famílias camponesas e a usurpação de terras indígenas, aprofundando as condições de pobreza (FAJARDO, 2015).

Palácios (1995) agrega que as lutas pela posse da terra adquiriram uma coloração política na medida em que os partidos políticos, Liberais e Conservadores, involucravam-se no conflito agrário pelo controle eleitoral das zonas rurais⁶⁵. Em 1933, o partido Liberal ganha às eleições e os Conservadores responderam com agressões, introduzindo a violência no discurso político. Mais tarde, impulsiona-se uma Reforma Agrária por meio da Lei 200 de 1936. Tal reforma incluiu a função social da propriedade, chave na luta dos camponeses, os quais reclamavam seu direito às terras não cultivadas. Para os grandes proprietários, isto significava uma ameaça que devia ser rechaçada por meios violentos. Desde 1936, os conservadores abertamente chamavam ao uso de armas para a defesa pessoal e alentavam a manter longe das urnas aos eleitores liberais (CNMH, 2013; FAJARDO, 2015).

As ideologias do fascismo espanhol e o nazismo alemão fizeram eco na Colômbia. Desse modo, a década de 1940 começa com um ambiente político tenso, com o florescimento de guerrilhas camponesas e liberais e o aumento da agitação trabalhista e a multiplicação dos sindicatos (MOLANO, 2015). Ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a Colômbia consolidou suas relações comerciais com os Estados Unidos, favorecendo o livre comércio, outorgando benefícios aos capitais estrangeiros e afiançando a cooperação militar com a nova potência militar. Estados Unidos se converteu no principal receptor dos produtos colombianos⁶⁶, ao mesmo tempo, o discurso anticomunista foi adotado no âmbito nacional. A participação das tropas colombianas na Guerra da Coreia (1950 – 1953) é uma mostra da cooperação militar e o apoio anticomunista entre os dois países (PRIETO, 2013).

O Nove de Abril de 1948, com o assassinato do candidato presidencial do partido Liberal, Jorge Eliécer Gaitán, surge “*El Bogotazo*”. Uma série de manifestações violentas que dão início ao período chamado “*La Violencia*”, prolongando-se por dez anos e cujos cenários principais eram as zonas rurais da região central da Colômbia. A constante disputa pelo poder político gerou uma

⁶⁵ Durante o século XIX e boa parte do século XX, os partidos políticos tradicionais, Conservador e Liberal, recorreram à violência para dirimir as disputas pelo poder e o domínio do aparato estatal até tal ponto que é possível considerar este elemento como uma constante na história por várias décadas (CNMH, 2013, p.112).

⁶⁶ Entre 1950 e 1953, perto de 88% das exportações colombianas, representadas principalmente em produtos como café, petróleo, banana, ouro e platino tinham como destino o mercado dos estados Unidos. Do mesmo modo, de 156 milhões de dólares investidos pelos Estados Unidos na América Latina entre 1950 e 1957, uns 18,3 milhões corresponderam à Colômbia, o terceiro mais beneficiado (PRIETO, 2013).

forte crise na democracia representativa, o que resultaria num cruel conflito armado no campo, protagonizado pelo aparato policial e militar, e por bandas armadas ao serviço de ambos partidos. Como resultado desse período, houve uma maior expansão dos latifúndios. O país transformou-se demograficamente, passando do predomínio rural ao urbano (BUILES et al., 2008), colapsando as cidades (APRILE-GNISET, 1992).

É a partir de meados do século XX que as migrações internas do campo para a cidade deixaram efeitos históricos sobre a malha urbana do país. Diversos autores coincidem em afirmar que a acelerada acumulação urbana que se produziu na época teve relação principalmente com uma forte mobilidade populacional traduzida nas migrações internas do campo à cidade (BUILES et al., 2008). População campesina, protagonistas da colonização agrícola da região central, emigrou do campo dirigindo-se aos centros urbanos, gerando um acelerado processo de urbanização (SANCHEZ, 2008). Hoje, segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estadística, a população urbana de Colômbia alcança 76,7%. Em outras palavras, três de cada quatro colombianos mora em cidades (DANE, 2018).

A Colômbia vivenciou uma situação, no qual o crescimento econômico se acompanhava da exacerbação da violência⁶⁷ (FAJARDO, 2015; KALMANOVITZ & LOPEZ, 2006). A violência se associava em algumas zonas com uma vingança dos grandes proprietários de terras pelas lutas camponesas nas décadas de 1920 e 1930⁶⁸ (CNMH, 2013). Sob a estratégia de pacificar o país e finalizar a violência bipartidária deu-se o golpe militar de 1953, que permitiu a ascensão do general Gustavo Rojas Pinilla ao poder (1953 – 1957). Ofereceu-se anistia às guerrilhas liberais e às autodefesas camponesas. As primeiras se acolheram, no entanto, algumas das segundas rechaçaram. Em resposta, o governo militar, seguindo a lógica da luta anticomunista, realizou operativos militares contra os núcleos de autodefesas camponesas (CNMH, 2013, p.115).

Posteriormente, o país experimentaria mudanças internas de reestruturação territorial, que não apenas se relacionam com fatores econômicos, mas também com fatores sociais ligados aos conflitos pela posse de terra no campo. Sánchez (2008) indica que as políticas econômicas do país relacionadas com as exportações e importações, assim como também as tentativas de industrialização

⁶⁷ Entre 1945 e 1950 o crescimento econômico anual era de 11,5%. (MOLANO, 2015).

⁶⁸ Segundo o analista Paul Oquist, na arremetida latifundista foram 2 milhões de hectares arrebatadas dos camponeses, equivalentes ao 11% da fronteira agrícola da época (CNMH, 2013, p.119). Segundo a amostra agropecuária nacional de 1954, 3% dos proprietários rurais monopolizavam 55% das terras produtivas e perto de 60% da população rural ativa carecia de terras.

e modernização agropecuária, estavam, como se sabe, imersas nos processos econômicos mundiais. No entanto, é o conflito agrário convertido em conflito bipartidário quem desempenhou um papel preponderante no fenômeno migratório⁶⁹. Nesse sentido, uma mistura de fatores econômicos globais e fatores sócio-políticos locais geraram uma dinâmica particular (BUILES et al., 2008).

A penetração do capitalismo no campo, a estagnação do minifúndio e a propagação do latifúndio não permitiram a absorção da superpovoação nos territórios rurais, provocando migrações e acumulação urbana. Entretanto, “*La Violencia*” foi um fenômeno que não aconteceu em outros países latino-americanos, o que faz que o caso colombiano apresente diferenças com respeito a outros processos de urbanização nos países da região (SANCHEZ, 2008). Até esta instância identifica-se um período de gestação do conflito armado colombiano (1920 – 1958). Nesta primeira fase, distingue-se pelo surgimento da mobilização, o protesto social e camponês e o agravamento da problemática agrária, simultaneamente marca a transição de conflito agrário a conflito político bipartidário.

A partir de 1958 até 1982, reconhece-se um segundo período do conflito. Após dez anos, desde “*El Bogotazo*”, nasce a *Frente Nacional*, período no qual os partidos políticos, Liberal e Conservador, mediante um pacto, assumiram a presidência e a burocracia em todos os níveis de governo entre 1958 – 1974. Tal artifício tinha como objetivo evitar a continuidade do governo militar, permitindo uma estabilidade política relativa durante 16 anos. Porém, isto não significou a resolução do conflito socioeconômico de terras no campo, motivo original que provocou a guerra. Os primeiros governos do *Frente Nacional* continuaram com as ofensivas militares contra os grupos organizados camponeses denominados “*repúblicas independientes*” e a recuperação militar do território. Entretanto, o pacto bipartidário entre as cúpulas dos partidos não logrou superar as rivalidades entre regiões, municípios e pequenos povoados (CNMH, 2013).

Simultaneamente, com a “Aliança para o Progresso” impulsada pelos Estados Unidos na América Latina⁷⁰, como contrapartida ao discurso alentado

⁶⁹ Sobre a magnitude da violência bipartidária não existe uma cifra oficial. Entre os analistas que apresentam cálculos se encontram Paul Oquist. Segundo Oquist, entre 1948 e 1966, ao redor d 193.000 pessoas morreram e 394.000 fazendas foram abandonadas. Os departamentos mais afetados foram Antigo Caldas (atualmente Caldas, Risaralda e Quindío), Tolima, Antioquia, Norte de Santander, Santander, Valle del Cauca e Cundinamarca (CNMH, 2013, p.115)

⁷⁰ A Aliança para o Progresso foi elaborada como parte dos esforços estadunidenses de contenção às forças sociais contrárias aos interesses do governo dos Estados Unidos, quer fossem movimentos comunistas, de esquerda ou nacionalista na América Latina. Mas, deve-se compreender como um conjunto de ações de contestação de grupos latino-americanos às estruturas socioeconômicas que, além de beneficiar as elites regionais, também asseguravam a realização dos interesses estadunidenses. Como se sabe, tais ações fazem parte de uma tradição de lutas sócias

pelos países soviéticos, conceberam-se planos para impulsionar o desenvolvimento industrial, modernizar o setor rural, melhorar as condições de vida da população rural e fortalecer a democracia. Na época, reconhecia-se que fatores sociais e econômicos poderiam desencadear uma guerra revolucionária⁷¹. Nesse contexto, apresentou-se a Reforma Agrária de 1961 (Lei 135 de 1961). Em meio do cenário social e político, o propósito de eliminar as novas guerrilhas ganhou protagonismo, em consequência, as reformas sociais e econômicas relacionadas com a reestruturação da posse da terra e a modernização da indústria foram postergadas. A exclusão política dos partidos políticos diferentes, durante o *Frente Nacional*, era justificativa suficiente para optar pela luta armada (CNMH, 2013).

Assim, a partir dos anos sessenta, começam a surgir distintas expressões da insurgência armada, em particular as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – FARC⁷² (1964), o Exército de Libertação Nacional – ELN (1965) e o Exército Popular de Libertação – EPL (1967). Eles nascem como movimentos camponeses de resistência e de luta pelas terras, inspirados na ideologia do Comunismo e a Revolução Cubana. As guerrilhas camponesas, aliadas inicialmente com os liberais, enfrentaram, além do exército, novos movimentos de contraguerrilha, paramilitares ou “autodefesa”, criados como resposta à insurgência e os quais permaneceram fieis aos conservadores e grandes proprietários de terras, amparados pela Lei 48 de 1968 (FAJARDO, 2015; CNMH, 2013; SANCHÉZ, 2008).

As guerrilhas consideraram pelo menos três elementos principais na hora de escolher os territórios onde sentaram suas bases inicialmente, dependendo de (CNMH, 2013, p.125):

- Tradições políticas e armadas das zonas.
- Possibilidades de influência: setores sindicalizados e organizados ou zonas periféricas de camponeses pobres.
- Condições topográficas de difícil acesso, mas estratégicas para transitar facilmente de um território a outro.

que marcam a história da própria formação do continente americano, caracterizadas como resistência a uma dominação estrangeira quase sempre apoiada por um grupo instalado no poder local (SILVA, 2008).

⁷¹ Em 1960, a Agência Central de Inteligência, CIA, apresentou ao governo colombiano um informe, no qual expressava que as forças comunistas na Colômbia não representavam uma ameaça no curto prazo, mas advertiu o potencial subversivo devido às tensões originadas pelos grupos paramilitares. Evidenciou a desconfiança que gerava a força Pública entre a população e propuseram reformas sociais, políticas e econômicas para enfrentar os riscos de uma violência subversiva (CNMH, 2013).

⁷² Dois anos depois de sua criação, o grupo guerrilheiro adota o nome de FARC. Contava com 300 homens divididos em seis frentes. Para 1978, o grupo tinha 1.000 homens e nove frentes. A consolidação militar significou a renúncia da tradição agrária e a construção de um verdadeiro movimento social (CNMH, 2013).

Nesse âmbito, os cenários da expansão da fronteira agrícola eram as florestas tropicais da região meia do Rio Magdalena, Urabá, Amazônia e Orinoco, onde os camponeses geraram um aumento populacional que propiciou o crescimento de povoados secundários. Estes novos territórios conquistados, tradicionalmente caracterizados pela grande riqueza em biodiversidade⁷³, recursos de valor econômico, baixa densidade populacional e habitat de comunidades indígenas, converteram-se também, em cenários de conflitos violentos pelo controle do território e os recursos (SANCHÉZ, 2008). A demanda de mão de obra por parte das bananeiras criou uma corrente migratória na zona de Urabá, área com forte presença do grupo guerrilheiro EPL. Paralelamente à expansão bananeira, grandes companhias madeireiras ampliaram sua exploração na zona do Rio Atrato, na região do pacífico (MOLANO, 2015).

De fato, o conflito armado transcorreu em meio de mudanças sociais e econômicas associadas ao avanço da industrialização e ao rápido crescimento da urbanização. Transformações que implicaram a expansão da cobertura educativa e a secularização da sociedade colombiana (CNMH, 2013, p.126). Desta forma, os anos setenta caracterizam-se pela proliferação de movimentos sociais e dos atores armados, apesar da baixa intensidade da violência. Em 1974, nasce um novo movimento guerrilheiro denominado M-19, mais tarde, em 1982, iniciaria um processo de Paz com integrantes de diferentes guerrilhas dando origem ao partido político, União patriótica⁷⁴. Simultaneamente, impulsavam-se organizações operárias, mas o atropelo aos direitos humanos foi impondo-se como política para enfraquecer as demandas sindicais e cívicas (MOLANO, 2015).

Por outro lado, promoveram-se tentativas reformistas para impulsar o desenvolvimento econômico, através da modernização do campo por meio da agricultura capitalista, a segurança jurídica sobre a grande propriedade rural e frente à competência externa. O Estado buscou dar solução ao problema agrário centrando-se na estabilização econômica camponesa e na ampliação da fronteira agrícola. Isto não resolveu o problema agrário, o qual se deslocava na medida em que se ampliava a fronteira agrícola, tornando mais desigual e precária a

⁷³ Dois terços das zonas com maior abundância de biodiversidade e áreas de conservação prioritária ao redor do mundo têm sido afetados por conflitos entre 1950 e 2000 (HANSON et al., 2009 apud JARAMILLO CASTRO, 2016)

⁷⁴ Em 1985, o grupo guerrilheiro M-19 privilegiando o desenvolvimento militar em detrimento de sua dimensão política realizou a toma violenta do Palácio de Justiça. Desde então, deu-se o assassinato sistemático de militantes de União Patriótica e simpatizantes de insurgência (CNMH, 2013, p.137). Entre 1986 e 1995, mais de 2.000 líderes do partido foram assassinados (JAIME, 2003).

integração territorial e econômica do país, gerando as condições para a proliferação de atividades ilegais (CNMH, 2013).

Em 1978, o governo colombiano adota a Doutrina de Segurança Nacional, a qual se baseava em empregar medidas que permitiram defender a Nação dos inimigos políticos. Estas medidas consistiam em ações repressivas, tanto militares como políticas, sob o argumento de manter a ordem social devido à intensificação dos movimentos de protesto social. Em vista de que as guerrilhas promoviam o protesto social com a finalidade de criar uma situação de desestabilização social e política que provocara o levantamento popular, pretendeu-se, estabelecer nexos entre a mobilização camponesa e os grupos guerrilheiros. Por outro lado, as forças Armadas, mediante o aporte de armas, munições, treinamento e respaldo em operações militares, aliaram-se aos grupos armados de autodefesa ou paramilitares⁷⁵. A perseguição e repressão oficial incidiram na multiplicação e expansão da guerrilha (CNMH, 2013).

Mais tarde, nos anos 1980, a Colômbia experimenta novos êxodos rurais causados pela exacerbação do conflito armado no campo. Distingue-se um terceiro período do conflito a partir deste momento (1982 – 1996). É nessa época que aparece com força o fenômeno do narcotráfico na história do país. O que inicialmente foi observado como um fenômeno periférico pela sociedade colombiana, com o tempo foi infiltrando as diferentes esferas sociais e políticas, distorcendo o funcionamento socioeconômico do país e constituindo-se num fator de violência na medida em que seus dinheiros financiavam a capacidade bélica dos grupos de confrontação (BUILES et al, 2008). Isso agravou o conflito armado interno, promovendo uma massiva migração forçada, a qual tem hoje, uma clara incidência na transformação das cidades colombianas contemporâneas (SÁNCHEZ, 2008).

Ao longo da década de 1980, iniciou-se o processo de descentralização estatal⁷⁶ e de privatização dos serviços públicos como a saúde e a educação com efeitos negativos nas zonas rurais impulsados pelos ajustes e reformas estruturais

⁷⁵ As ações paramilitares nem sempre foram levadas a cabo por estruturas ilegais, mas em múltiplos casos correspondiam a ações criminais derivadas de alianças funcionais e conjunturais não permanentes entre distintos atores econômicos, políticos e militares (CNHM, 2013).

⁷⁶ A partir de 1986, o Estado promoveu intervenções territoriais na procura de uma presença integral nas zonas marginadas e afetadas pelo conflito armado. Impulsou uma nova reforma agrária sem resultados importantes (Lei 30 de 1986) e derogou a Lei 48 de 1968 que promovia criação de grupos de autodefesa. Em 1988, levou-se a cabo a primeira eleição popular de prefeitos na Colômbia como parte do processo de descentralização política e administrativa. O avanço eleitoral da esquerda e a grande mobilização social foram observados como uma ameaça, impulsando o fenômeno do paramilitarismo. A descentralização política teve como efeito não desejado, nem planejado, o fortalecimento da interferência dos atores armados na política local e regional e o controle da população, especialmente os grupos paramilitares (CNMH, 2013).

impulsadas por organismos multilaterais, além dos planos derivados da Doutrina de Segurança Nacional. O país se converteu num dos principais receptores de equipamento militar e assessoria por parte dos Estados Unidos a nível mundial, atribuindo-lhe a categoria de laboratório da “guerra contra insurgente” (FAJARDO, 2015). As políticas de drogas na Colômbia mantem um enfoque proibitivo e de punição, sem atacar de raiz os verdadeiros problemas que levam a que o cultivo e o tráfico de drogas ilícitas floresçam, como a pobreza, a pouca segurança alimentar, a falta de posse de terras, o acesso a mercados e a fraqueza institucional (SANTAMARIA, 2015).

Desta forma, as respostas estatais ante os cultivos ilícitos foram à criminalização e a “guerra contra as drogas”, utilizando estratégias como a aspersão aérea de glifosato, um biocida com enormes impactos sobre o meio ambiente e a população (CARNEIRO, 2015) e a repressão das partes mais baixas da cadeia de produção de valor do narcotráfico, como pequenos produtores, microtraficantes e consumidores (TASCON, 2015). Segundo Santamaria (2015), uma série de situações sociais, econômicas e políticas confluíram para permitir o sucesso do desenvolvimento da indústria do narcotráfico no país andino, particularmente da cocaína. Internacionalmente, o aumento da demanda por este produto no mercado dos Estados Unidos e Europa e uma política dirigida a atacar a oferta e não o consumo das drogas.

Internamente, o pobre desempenho econômico do setor agrícola na década de 1970 foi atrativo para os cultivos ilícitos. Os altos e rápidos ingressos do negócio se converteram em um incentivo para o incremento dos cultivos de coca, especialmente nos departamentos com piores indicadores socioeconômicos do país. Por outra parte, a irregular presença do Estado no território nacional propiciou o surgimento de poderes externos ao Estado em algumas zonas do país, enquanto que a cumplicidade de segmentos da sociedade civil e institucional impulsaram o fortalecimento de Carteis de Droga (Cartel de Medellín e de Cali). Nesse contexto, o Estado encontrou-se debilitado devido à abertura de duas frentes de guerra, o conflito armado por um lado e o narcotráfico por outro (CNMH, 2013).

A problemática do narcotráfico na Colômbia transcendeu, desde o início, a barreira criminal, formando um vínculo difuso com fenômenos como a insurgência, o contrabando, a delinquência comum, a violência política, a corrupção e o terrorismo (SANTAMARIA, 2015). O narcotráfico contribuiu em primeiro lugar a elevar os níveis de concentração da propriedade em poucas mãos através da compra massiva de terras por parte de narcotraficantes. Em segundo lugar,

valorizaram-se as terras, desestimulando o ingresso de empresários agrícolas e pequenos pecuaristas no mercado. Permitiu o financiamento de estratégias públicas e privadas para disputar territórios e aterrorizar a população rural aumentando os níveis de violência. Por último, reforçou a lógica ineficiente de destinação das melhores terras do país para a pecuária extensiva, em prejuízo da agricultura e as florestas (REYES, 2009 *apud* GIRALDO, 2015, p.18).

A penetração do narcotráfico na organização paramilitar tornou mais complexa à dinâmica do conflito armado. A partir de 1984, os esforços por combatê-lo têm sido constantes e a Colômbia tem assumido um preço social, ambiental e econômico que nenhum outro país tem assumido (SANTAMARIA, 2015). O CNMH (2013, p.144) argumenta que “(...) o impacto do narcotráfico não se limitou a provisão de recursos ou atores para o conflito armado, seus efeitos sociais e culturais mudaram profundamente o contexto no qual este discorre. O poder corruptor do narcotráfico permeou à classe política e a distintas instituições do Estado”, deteriorando os referentes éticos da ação política e a gestão pública. Culturalmente, o impacto do narcotráfico se encontra relacionado a uma cultura de dinheiro fácil e a instrumentação da violência, provocando a banalização da violência e o deterioro dos referentes éticos da política e a sociedade⁷⁷.

A expansão territorial das guerrilhas, a projeção política da esquerda e o auge da violência paramilitar não apenas foram possíveis por fatores políticos, mas também por fatores econômicos. O país experimentou profundas transformações econômicas na década dos oitenta que multiplicaram os conflitos sociais e criaram polos de desenvolvimento econômico que serviram como oportunidades de expansão para os atores armados. Essas mudanças centraram-se na transição da Colômbia de país cafeeiro a país mineiro⁷⁸ e cultivador de coca. No entanto, novas atividades agrícolas foram introduzidas com o dinamismo da agroindústria de flores, banana (Urabá), palma africana (Cesar), arroz (Llanos Orientais) e cultivos de coca (Putumayo, Caquetá, Guaviare e meta). A irrupção destes novos polos de desenvolvimento econômico nas periferias mudou o caráter dessas regiões, concebidas tradicionalmente como pobres e marginais⁷⁹ (CNMH, 2013, p.147-148).

⁷⁷ *Ibid.*, p. 145.

⁷⁸ A descoberta de recursos petrolíferos no início da década dos noventa na região do Casanare (Cusiana e Cupiagua) esteve acompanhada da exploração de carvão em La Guajira, dinamização da mineração de ouro na Antioquia e esmeraldas em Boyacá.

⁷⁹ A bonança econômica permitiu às guerrilhas acesso a dinheiros para se expandir a outros territórios. Simultaneamente, estas zonas chamaram a atenção do Estado, dado que o crescimento econômico do país empezava a depender do que acontecia nestas áreas. Não obstante, a fraca integração territorial e institucional existente, a chegada massiva de migrantes e a desigual distribuição do ingresso que geravam as economias de enclave criaram as condições propícias para

A presença da economia do narcotráfico, paramilitarismo e as diversas violências ligadas ao deslocamento forçado associados com capitais de empresas estrangeiras agrícolas e mineras têm marcado e reorientado as formas de concentração da propriedade, e em geral, da propriedade rural (FAJARDO, 2015). Surgindo conflitos pelas mudanças do uso do solo, dos impactos e passivos ambientais derivados do modelo de desenvolvimento extrativista e das profundas transformações no território (LÉON, 2016). Além da desigualdade, somada a várias décadas de expulsão violenta de camponeses de seus territórios, encontram-se os impactos gerados pela abertura econômica⁸⁰ depois da década 1990. Para Léon (2016), a ausência de mecanismos de proteção, de apoio institucional e os altos custos deixaram ao setor rural colombiano em desvantagem para competir com os produtos importados procedente de países desenvolvidos com enormes subsídios e barreiras protecionistas.

Mais tarde, a década dos noventa se caracterizaria pelos processos de paz com as guerrilhas M-19 (1990) e EPL (1991). Nesse contexto, surgiu à nova Constituição de 1991. Internamente, o Estado avançava na luta contra as drogas, dirigida a desmantelar os carteis de drogas. Primeiro o Cartel de Medellín (1993) com a morte de Pablo Escobar, e mais tarde, o Cartel de Cali (1995). De igual maneira, foram descobertos novos depósitos petrolíferos na região oriental e o país apostava na abertura econômica⁸¹. A proliferação e consolidação da indústria do narcotráfico⁸² e o paramilitarismo⁸³ incidia na concentração de terras. Portanto, promulgou-se uma nova Reforma Agrária (Lei 160 de 1994). Internacionalmente, a Guerra Fria chegava a seu fim com a dissolução da União Soviética no ano de 1992 (CNMH, 2013).

que se originassem novos conflitos sociais que foram aproveitados pelas guerrilhas em seu projeto político-militar (CNMH, 2013, p. 148).

⁸⁰ Um projeto econômico que não gerou emprego nem desenvolvimento nas comunidades, mas que foi um depredador dos recursos naturais apoiado por políticas fiscais para atrair capitais de duvidosa procedência (FAJARDO, 2015).

⁸¹ A abertura econômica enfrentou a economia nacional com a competência externa. Com esta iniciativa procurava-se dinamizar a indústria, reduzir a inflação e propiciar o crescimento econômico a partir das exportações, contraditoriamente foi o setor agrícola o mais afetado, deteriorando os setores agroindustriais mais dinâmicos da economia nacional. Em outras palavras, apostou-se no país urbano em detrimento do país rural (CNMH, 2013).

⁸² Em 1997, a Colômbia tornou-se o primeiro produtor de coca superando Peru e Bolívia, com mais de 80 mil hectares (CNMH, 2013).

⁸³ Em 1994, a presidência da república da Colômbia emitiu um decreto de lei que regulava os serviços de vigilância e segurança privada, constituindo-se em verdadeiras estruturas cíveis armadas coordenadas com o exército. Com isto, criaram-se os grupos CONVIVIR, julgadas como fachadas do paramilitarismo (GIRALDO, 2015). Em 1995, surgem as Autodefesas Camponesas de Córdoba e Urabá – ACCU, um grupo paramilitar de ordem regional. Mais tarde, em 1997, diversos grupos paramilitares se organizaram sob o nome Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), convertendo-se numa organização político militar de caráter antissubversivo de ordem nacional (CNMH, 2013).

A constituição Política de Colômbia de 1991 tratava-se de um pacto pela paz e uma carta de navegação que permitisse a construção de uma sociedade baseada na convivência pacífica, o Estado social de direito, o fortalecimento da democracia participativa, as garantias políticas e vigência dos direitos humanos numa sociedade reconhecida como diversa, pluriétnica e pluricultural. Promovia o acesso à propriedade da terra como meio para avançar na consolidação da paz, a justiça social, a democracia participativa e o bem-estar das populações rurais. Também ratificou os direitos dos povos indígenas e reconheceu às comunidades afrodescendentes a propriedade coletiva de seus territórios e sua autonomia conforme seus costumes. Por outro lado, promoveu a descentralização política e administrativa, o qual trouxe grandes transformações institucionais e deslocou funções e recursos ao poder local, o qual não contava com as capacidades para tal gestão (CNMH, 2013).

Uma etapa posterior do desenvolvimento histórico do conflito armado colombiano corresponde (1996 – 2005) ao lapso mais intenso e devastador da luta armada. A partir de 1996, a economia colombiana entra num período de desaceleração que terminaria em crise econômica entre 1998 e 2002⁸⁴. Nesse período, a força pública começa a mostrar ter alguma capacidade de neutralização das ações militares das FARC, tendência que se aprofundou nos anos posteriores com a implantação, no ano 2000, de o “Plan Colômbia⁸⁵” (CNMH, 2013). Em 1999, apostou-se em um processo de paz com as FARC, o qual foi suspenso, mais tarde, em 2002⁸⁶. A partir daqui, o governo inicia a política de “Segurança Democrática⁸⁷”, desconhece-se o caráter político do conflito e começa a recuperação do controle territorial por parte do Estado, decorrendo na exacerbação do conflito (FAJARDO, 2015).

Desta forma, a guerra alcançou sua máxima expressão, extensão e vitimização. O conflito transformou-se em uma disputa a sangue e fogo pelas terras, o território e o poder local. Trata-se de um período no qual a relação dos atores armados com a população civil passou da persuasão a intimidação,

⁸⁴ Entre 1999 e 2002, o desemprego disparou-se atingindo um 19,5% (CNMH, 2013). A população sob a linha da pobreza extrema passou de 20,4% em 1991 a 31,1% em 2003, e dramaticamente nos territórios rurais - 53,3% - (GIRALDO, 2015, p.21).

⁸⁵ O “Plan Colombia” foi uma estratégia militar apoiada e financiada pelos Estados Unidos, dirigida ao fortalecimento militar (60%), policial (14%), inversão social (18%) e desenvolvimento alternativo (8%). Não obstante, a maior parte dos recursos investiu-se nos departamentos mais ricos (MURAD, 2003).

⁸⁶ Durante as negociações, o governo colombiano outorgou em concessão uma área de 42.129 km² no Município de San Vicente del Caguán, com o objetivo de adiantar o processo de paz. Não obstante, a área foi usada como base de operações por parte das FARC. Após a terminação das negociações, o governo retomou o domínio militar da zona.

⁸⁷ Para um balance da política de “Segurança Democrática” ver Llorente e McDermott (2014).

agressão, morte e exílio. A violência adquiriu um caráter massivo, os massacres se converteram num signo característico e o deslocamento forçado escalou a níveis impensáveis (CNMH, 2013). A Colômbia é hoje o país com maior número de deslocados internos no mundo⁸⁸. As FARC e o ELN intensificaram o sequestro e a extorsão e os conflitos contra o Estado.⁸⁹ Por sua parte, o paramilitarismo aliava-se ao narcotráfico como estratégia de captura do poder local e influencia no poder nacional⁹⁰.

Ao iniciar o século XXI, a sociedade colombiana continua afetada pelas relações que tem determinado uma elevada concentração da riqueza em poucas mãos e poder político excludente, prevalência da pobreza extrema, particularmente no campo, uma das taxas mais altas de desigualdade do mundo, o aprofundamento do conflito armado e suas sequelas com o deslocamento forçado, igualmente destacado a nível mundial. Paralelamente, as manifestações do conflito armado envolvem países vizinhos, como Equador e Venezuela (FAJARDO, 2015). Com a mudança de governo⁹¹, em 2002, e a implantação da política de Segurança Democrática que pretendia a recuperação militar do território, aprofundou-se a guerra contra as guerrilhas. A política militar concentrou seu esforço contra as FARC como principal ator do conflito, desencadeando a maior ofensiva política, militar e jurídica contra essa guerrilha na história do conflito armado (CNMH, 2013).

A ofensiva militar conseguiu reduzir a capacidade bélica das FARC, isolando-a dos centros urbanos, mas com altos custos econômicos e sociais. A nova estratégia logrou notáveis avanços na segurança dos principais eixos econômicos do país, a força pública recuperou o controle sob as regiões consolidadas política e economicamente, mas, ao mesmo tempo, acentuou o deslocamento forçado e as violações dos direitos (CNMH, 2013). Entre 2004 e 2006, o governo e os paramilitares concretam o processo de desmobilização destes últimos. No entanto, não houve esclarecimento total da verdade, nem

⁸⁸ Segundo o Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (iDMC) existem 7,246,000 pessoas deslocadas internamente na Colômbia, sendo o país com maior número de pessoas nesta condição (até dezembro de 2016).

⁸⁹ Em 2002, as FARC tinham 62 frentes militares e 28.000 combatentes e faziam presença em 622 municípios, equivalentes a um 60% do total de municípios do país. Em 2003 protagonizaram uma greve armada no departamento de Putumayo, isolando as populações por três meses e gerando uma forte crise humanitária na zona. Sua estratégia se baseava na ameaça e intimidação de funcionários públicos com o fim de gerar uma ausência do Estado em suas regiões sob o controle (CNMH, 2013).

⁹⁰ Em 2001, líderes paramilitares e políticos de diferentes partes do país assinaram em segredo o "Pacto de Ralito", um projeto político que pretendia "refundar a pátria". Revelando um fenômeno conhecido na Colômbia como "parapolítica". Para 2002 os paramilitares constituíam uma força política com ao menos 26 congressistas (CNMH, 2013).

⁹¹ Governo do Ex-presidente Álvaro Uribe Velez (2002 – 2010).

restituição completa das vítimas ou entrega de armas⁹². Por meio deste processo, demonstraram-se os nexos entre paramilitares, empresários, militares e políticos. A partir desse momento, evidencia-se uma fase de apaziguamento e reconfiguração do conflito (2005 – 2016).

Esta nova dinâmica do conflito dá-se em meio de um contexto de reativação e crescimento econômico, mas, por detrás desse crescimento, os fatores estruturais que alimentaram o conflito tenderam a agravar-se. A Colômbia converteu-se em um dos países mais desiguais do mundo, ampliando a brecha entre o mundo urbano e rural em termos de desenvolvimento e pobreza. A política de Segurança Democrática também implicou o fortalecimento do setor exportador, representado pelo petróleo e outros minerais, agro-combustíveis a partir de palma azeiteira e cana de açúcar, complementados com cultivos permanentes como cacau, borracha, frutas e o setor do turismo. O auge mineiro converteu-se num novo combustível para a guerra na medida em que representava novos recursos para os grupos armados. Observa-se, assim, uma convergência entre a geografia de mineração e a geografia do conflito armado (CNMH, 2013).

Entretanto, alguns dos integrantes dos grupos paramilitares não se desmobilizaram e continuaram exercendo atividades violentas e econômicas ilegais. Durante os anos 2008 e 2012⁹³ acelerou-se o processo de rearmamento dos grupos paramilitares, previamente desmobilizados. Este novo fenômeno paramilitar se apresenta como um fenômeno fragmentado ao serviço das lógicas regionais e locais, especialmente no norte e o sudoeste do país. Distinguem-se grupos paramilitares rearmados, grupos dissidentes do processo de paz e novos grupos emergentes ao serviço do narcotráfico, denominados BACRIM⁹⁴ que operam como grupos armados organizados. Entre o 2012 e 2016, o governo colombiano (reconhecendo o caráter político do conflito)⁹⁵ e as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – Exército Popular, FARC-EP, principal movimento

⁹² Em 2008, líderes paramilitares foram extraditados aos Estados Unidos para responder pelo delito de narcotráfico, a extradição supunho um obstáculo para o esclarecimento da verdade sobre os criminos de guerra e a responsabilidade sobre os deslocamentos forçados de milhões de colombianos. Em total foram 31.671 desmobilizados das AUC (CNMH, 2013).

⁹³ Em 2007 distinguiam-se ao menos 37 estruturas paramilitares. As disputas e mudanças nas estruturas armadas levaram a desaparecimento de algumas e em outros casos, a mudança de nome. Para 2011, estes novos grupos tinham presença em 209 municípios (18,3%) do país. Em 2012, seis estruturas se encontravam vigentes, entre eles os “Urabeños”, hoje “Clan del Golfo”, a maior e mais perigosa estrutura narcoparamilitar do país (CNMH, 2015).

⁹⁴ BACRIM faz referência a bandas criminais emergentes que nasceram logo da desmobilização do paramilitarismo em 2006. A partir de 2012, reconheceram-se as BACRIM como um novo ator armado do conflito, dado o controle territorial, econômico e social destes grupos em alguns territórios (CNMH, 2015).

⁹⁵ A partir de 2011, o governo reconhece publicamente a existência de um conflito interno, outorgando um caráter político às FARC. Simultaneamente, começam a surgir iniciativas para o reestabelecimento dos direitos da população deslocada e das vítimas do conflito (CNMH, 2013).

guerrilheiro do país, negociaram o “Acordo Final para a Conclusão do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradora⁹⁶”.

O objetivo principal do acordo é o fim do enfrentamento bélico entre as partes, recuperar o campo colombiano e melhorar a qualidade de vida das comunidades, especialmente daquelas historicamente associadas e de maior convergência do conflito. Por conseguinte, o acordo significa, em primeiro lugar, o fim de um enfrentamento armado que por anos afetou a milhões de colombianos vítimas de deslocamento forçado, milhares de mortos e desaparecidos e centenas de populações prejudicadas. Em segundo lugar, trata-se de iniciar uma fase de transição que contribui para uma maior integração dos territórios e uma maior inclusão social, especialmente daqueles afetados diretamente pelo conflito armado (REPUBLICA DE COLOMBIA - FARC-EP, 2016). Assim, o interesse de atores armados em optar por uma solução pacífica do conflito fortalece o caminho a nova era denominada pós-conflito⁹⁷.

Após mais de cinco décadas de enfrentamento, este compromisso entre as partes abriu o preambulo de uma fase inédita na sociedade colombiana. O processo de implantação do Acordo de Paz se enfrenta a enormes desafios políticos e de orçamento. No entanto, sabe-se com anterioridade que a garantia da não repetição do conflito social armado depende de transformar de maneira real a situação das zonas mais afetadas. Apesar do dinamismo e heterogeneidade do conflito armado colombiano existem aspectos recorrentes que aparecem de maneira reiterada nos diagnósticos, entre os quais se ressalta a alta concentração da terra, a presença desigual do estado no território, o abandono do país rural, a

⁹⁶ O “Acordo Final para a Conclusão do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradora” (*Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*) surgiu das mesas de negociações entre o governo colombiano e as FARC-EP levadas a cabo na cidade de La Havana, Cuba entre 2012 e 2016. O acordo prevê uma reforma rural integral, impulsiona a participação política, busca dar solução ao problema das drogas ilícitas, promove a justiça e a reparação das vítimas, assim como o fim do conflito, o que significa a entrega de armas e a reinserção civil dos combatentes. Cabe mencionar que as FARC-EP foram consideradas a maior guerrilha do país e uma das mais antigas (1964). Perto de 7.000 uniformados fazem parte do atual processo.

⁹⁷ Atualmente, o governo colombiano e o grupo guerrilheiro - Exército de Libertação Nacional, ELN - avançam nos diálogos de negociação, abrindo novas possibilidades para a consolidação do fim do conflito social armado. O ELN é considerado a segunda maior guerrilha da Colômbia com perto de 1.500 homens armados. No ano 2002, essa cifra alcançava os 4.130 combatentes. O governo colombiano e o ELN anunciaram o dia 29 de março de 2016, o início das conversações para finalizar o enfrentamento mediante uma agenda conjunta a discutir na cidade de Quito, Equador. Este novo esforço de paz sob a presidência de Juan Manuel Santos é a sétima tentativa desde 1982 (Belisario Betancur) quando teve lugar a primeira aproximação de um governo o com essa guerrilha. Sem sucesso concluíram os outros processos (1986-1988, 1991, 1994, 1998 e 2005). O primeiro resultado tangível desta nova negociação é o anúncio recente do cessar fogo bilateral temporário, entre outubro de 2017 e janeiro de 2018. De toda forma, a organização criminal “*Clan del Golfo*”, com presença em 8 dos 32 departamentos e mais de 3.000 homens, fez pública sua intenção de se submeter à justiça, reforçando o cenário de uma paz integral no curto e médio prazo.

prevalência de uma economia extrativista que depreda, arrasa e acumula sem gerar um desenvolvimento social sustentável.

Finalmente, esta primeira seção ilustra como a guerra não obedeceu apenas a fatores internos. As tensões internacionais, as agendas das chamadas potências mundiais, os movimentos revolucionários e também as dinâmicas dos mercados legais e ilegais incidiram tanto nos referentes ideológicos e políticas governamentais, como também nos recursos e a dinâmica econômica que alimentou o conflito. O narcotráfico com um grande poder corruptor foi um fator dinamizador do conflito armado, reinventando-se nas mesmas condições geográficas, sociais e econômicas onde se localizava o conflito, permitindo a continuação deste. Alguns autores afirmam que a expansão dos cultivos ilícitos não é mais que a expressão mais crítica do problema agrário na Colômbia.

3.2. Território Rural e Meio Ambiente

Após mais de meio século de conflito armado interno, a Colômbia encaminha para entrar na era do pós-conflito, na qual, a restauração ambiental (AGUILAR et al., 2015), e a gestão dos recursos naturais (RODRIGUEZ GARAVITO et al., 2017), cumprem um rol significativo. A degradação ambiental nos municípios de maior incidência do conflito⁹⁸ concorre com a presença de uma alta pobreza rural, uma baixa capacidade do Estado para atender as necessidades da população e uma alta desigualdade nas regiões onde se concentra o conflito, gerando o círculo vicioso entre degradação ambiental, pobre desenvolvimento econômico e pobreza (DNP, 2016). Igualmente, a qualidade e quantidade dos serviços ecossistêmicos têm sido seriamente prejudicadas, assim como também, o capital social e as relações entre comunidades e ecossistemas naturais (AGUILAR et al., 2015).

Se bem é claro que a causa ou origem do conflito armado colombiano não radica de forma exclusiva nas lutas pelos recursos naturais, considera-se que estes têm jogado um papel determinante tanto na origem do mesmo como das mutações pelas quais tem atravessado o conflito armado ao longo das décadas. Tal relação faz que o conflito armado colombiano possa ser ligado aos recursos

⁹⁸ O Departamento Nacional de Planeamento – DNP desenvolveu o Índice de Incidência do Conflito Armado (IICA), cujo objetivo é a identificação e caracterização dos territórios mais afetados pelo conflito social armado. Variáveis associadas ao conflito fazem parte desta medição que inclui: ações armadas, homicídios, recrutamento forçado, vítimas de minas antipessoais, deslocamento forçado e cultivos ilícitos. Os municípios são classificados em quatro categorias: muito alto, alto, médio e baixo.

naturais, sem ser um conflito exclusivamente pelos recursos naturais. Entre as múltiplas causas políticas, sociais e econômicas há uma proeminente relacionada com um recurso natural: a terra. A Luta pelo acesso e aproveitamento deste recurso natural, e a histórica desigualdade na distribuição do mesmo, “têm sido os motores da origem e perduração do conflito armado colombiano” (CNMH, 2013, p.21 apud RODRIGUEZ GARAVITO et al., 2017, p.21).

Dessa maneira, o conflito tem desde seus inícios uma dimensão ambiental e, mais recentemente, as rentas que geram os recursos naturais valiosos tem marcado as dinâmicas e mutações do conflito⁹⁹ (RODRIGUEZ GARAVITO et al., 2017). Segundo, o CNMH (2015), o atual contexto econômico resultou crucial não apenas pelas oportunidades geradas, mas também pelas profundas transformações que sobre ele ocasionou uma guerra, na qual, o território converteu-se no eixo de disputa. Os efeitos da abertura econômica e o desmonte da institucionalidade pública implicaram o abandono estatal do país rural, deixando territórios sob o controle dos atores armados que configuraram economicamente esses territórios. Nesse sentido, as zonas camponesas e de colonização transformaram-se pela imposição da pecuária extensiva para o “gado de corte” e a agroindústria via paramilitar, produzindo a decomposição da economia camponesa (minifúndio) e o esgotamento das zonas baldias ou sertões.

Por uma parte, impulsionou-se a expansão da economia da coca como uma alternativa a uma economia camponesa cada vez menos viável nas zonas de colonização e nos bordes da fronteira agrícola (CNMH, 2015). Na prática, o reiterado uso de ações armadas vem sendo utilizado para definir as modalidades de apropriação, controle territorial e usos do solo. A estrutura agrária baseada em latifúndios, a mineração ilegal, os cultivos ilícitos e os corredores para o tráfico ilegal de diversas mercadorias, ilustram esta situação (JIMENEZ, 2016). O controle insurgente sobre extensas porções do território nacional, muitas delas com imensas riquezas naturais, converteu-se no mecanismo dos atores armados

⁹⁹ Por exemplo, estima-se que as FARC obtiveram em média ingressos anuais por 500 milhões de dólares por sua participação na cadeia produtiva da cocaína. Perto de 20% dos ingressos deste grupo guerrilheiro provinham da mineração ilegal de ouro. O ELN e as bandas criminais (BACRIM) também se financiaram com este tipo de recursos. Em efeito, em oito departamentos o ouro tem deslocado a coca como principal fonte de ingressos dos atores armados. Calcula-se que 54% do território dedicado à exploração aurífera é território sob o domínio de bandas criminais. Do mesmo modo, existem vínculos históricos entre a exploração de esmeraldas, em Boyacá e Cundinamarca, e o narcotráfico e os grupos paramilitares. O ELN encontra-se vinculado principalmente às extorsões no sector petrolífero, e de maneira geral, todos os atores armados empregaram as extorsões como meio para a obtenção de recursos provenientes de atividades como a mineração, gado e agroindústria (Rodríguez Garavito et al., 2016).

para gerar renda através de economias ilegais (MORALES, 2017) com impactos devastadores sobre os ecossistemas¹⁰⁰.

Por outro lado, o deslocamento massivo expandiu a fronteira agrícola e propiciou a formação de “cordões de pobreza” nas principais cidades (MORALES, 2017; DNP, 2016) e em zonas com alta vulnerabilidade ambiental¹⁰¹. Geralmente, foram as zonas de periferia das cidades, encostas de montanhas reconhecidas como zonas de alto risco geológico ou terrenos planos sujeitos a inundação, carentes de serviços básicos e altos níveis de desnutrição, desemprego e violência, as opções daqueles que escapavam da guerra e procuravam estabelecer-se nos centros urbanos (BUILES et al., 2008). Apropriando-se de maneira irregular de terrenos públicos e privados, conhecidas como invasões, os quais, na maioria dos casos, eram locais de pastagem que com o tempo terminam convertidos em bairros urbanos (SANCHEZ, 2008).

Outra das expressões mais claras entre os vínculos da guerra e a acentuação das injustiças territoriais encontra-se referida na posse da terra. Ao longo de vários decênios tem-se aprofundado a tendência à concentração da propriedade e à exclusão dos setores mais vulneráveis, com efeitos negativos e diversos para a sociedade em conjunto, incluindo sua incidência no aprofundamento e prolongação do conflito social armado, associado a outros processos de origem interno e externo (FAJARDO, 2015). Baseado nas afirmações de Jiménez (2016), algumas regiões com altos níveis de concentração da terra encontram-se associados à presença de atores armados, especialmente aquelas zonas com maior número de eventos de deslocamento forçado. As formas de apropriação monopólica e excludente da terra impuseram-se sobre a estrutura da propriedade agrária, restringindo o desenvolvimento da mediana e pequena propriedade (FAJARDO, 2015).

¹⁰⁰ Os cultivos de coca, a mineração ilegal, o desmatamento e o tráfico de espécies fazem parte das economias ilegais que prosperam nas zonas com maior intensidade do conflito, além das problemáticas derivadas das mudanças nos usos do solo. De acordo com o Departamento de Planejamento Nacional (DNP) e o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS), 86% do ouro produzido na Colômbia em 2010 veio da exploração ilegal de minerais, na maioria dos casos associados a grupos armados. Ao redor de 60% das fontes de água potencialmente afetadas pela extração ilegal de minerais e derramamentos de petróleo. A infraestrutura do petróleo foi atacada 2.575 vezes em 35 anos, derrubando 4,1 milhões de barris de petróleo, semelhante à quantidade derrubada no Golfo do México em 2010. Assim, nos últimos 20 anos, o conflito armado colombiano deixou três milhões de hectares de floresta desmatada, 1,3 bilhões de toneladas de CO₂ emitidas pelo desmatamento, 1,5 milhão de hectares degradados. O 86% do desmatamento no país concentra-se nos municípios com maior incidência do conflito. Perto de 780 mil hectares desmatados cujo uso atual é diferente da sua vocação (MADS, 2016).

¹⁰¹ Desde 1950, o crescimento demográfico acelerado das cidades colombianas gerou condições de risco por ocupação de zonas de encosta ou à beira de corpos de água. Como nunca antes, a gestão do risco é uma variável crítica no planejamento das cidades colombianas. Estima-se que hoje em dia, um 36%, 8% e 28% dos colombianos se encontram expostos a ameaças altas por sismos, deslizamentos e inundações, respectivamente (DNP, 2012, 2014a, 2016).

Algumas das economias ilícitas associadas aos grupos armados requerem o uso excessivo de substâncias químicas perigosas que são vazadas irresponsavelmente, afetando ecossistemas e populações. O caso mais evidente é a transformação da folha de coca em cocaína, indústria na qual a Colômbia é o primeiro produtor mundial. Dado que, as maiorias de laboratórios se encontram nas zonas florestais, boa parte destes compostos químicos termina contaminando o solo e as fontes de água¹⁰² (MORALES, 2017). Por outra parte, a resposta estatal ante os cultivos ilícitos foram, por um lado, a criminalização e a “guerra contra as drogas”, utilizando estratégias como a aspersão aérea de glifosato¹⁰³, um biocida com enormes impactos sobre o meio ambiente e a população (CARNEIRO, 2015) e por outro, a repressão das partes mais baixas da cadeia de produção de valor do narcotráfico, como pequenos produtores, microtraficantes e consumidores (TASCON, 2015).

Com respeito ao desmatamento, o Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia identificou que entre sete das principais causas de desmatamento no país, no mínimo quatro delas relacionam-se estreitamente com o conflito armado: cultivos ilícitos, extração ilícita de mineiros, extração ilícita de madeira e deslocamento forçado (DNP, 2016). Desse modo, estima-se que, ao menos, 40% do território continental encontra-se degradado (AGUILAR et al., 2015) e as taxas de desmatamento atual atingem perto de 180,000 hectares de floresta por ano¹⁰⁴. Calcula-se que perto de 20% dos ingressos das FARC, provinham da exploração ilegal de minerais, onde se emprega mercúrio¹⁰⁵. De igual maneira, nos últimos 35 anos foram derramados 4,1 milhões de barris de petróleo por ataques à infraestrutura petrolífera (DNP, 2016).

¹⁰² A produção de cocaína requer de três fases: na primeira, transforma-se a folha de coca em pasta base, utiliza-se ácido sulfúrico, ácido clorídrico, querosene, gasolina, ACPM, benzeno, amoníaco, hidróxido de sódio, carbonato de sódio e cimento. Na seguinte, de pasta base em cocaína base, emprega-se ácido sulfúrico, ácido clorídrico, amoníaco, hidróxido de sódio e carbonato de sódio. Na fase final, usa-se ácido clorídrico, éter, clorofórmio, acetona e amoníaco, entre outros (MORALES, 2017).

¹⁰³ Estima-se que entre 1994 e 2014, perto de 1.750.000 hectares foram fumigadas com glifosato. Em 2015, o governo colombiano suspendeu a dispersão aérea, no entanto a fumigação terrestre continua (MORALES, 2017).

¹⁰⁴ Taxa de deflorestação segundo o IDEAM para o ano 2016 (178.597 hectares). Entre 1990 e 2000, o 59% do desmatamento concentrava-se nos municípios com alta incidência do conflito armado, para 2013, nesses municípios ocorria o 75% do desmatamento nacional (DNP, 2016).

¹⁰⁵ A Colômbia libera 590 toneladas de mercúrio ao ano no ambiente, segundo a organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial (ONUDI). A província de Antioquia é uma das zonas com maior contaminação por mercúrio per capita do mundo (MORALES, 2017), estima-se que nessa região perto de 40% dos ingressos das FARC provinham da mineração ilegal de ouro, onde empregasse mercúrio para o processamento mineral (DNP, 2016).

As mudanças na configuração do país rural não podem dissociar-se do abandono e exílio de terras que acompanhou a disputa territorial. Nestes territórios, sem presença do Estado e abandonados pela população, é possível impor o tipo de desenvolvimento que se acomode aos interesses dos atores armados. Os números revelam que há mais terra abandonada que área agrícola cultivada, resultado da alta concentração de terras e a reconfiguração das zonas rurais imposta por atores armados. Os empresários converteram o abandono de terras numa oportunidade de negócios para a compra massiva de terras em territórios estratégicos para desenvolver projetos agroindustriais, de pecuária extensiva, de infraestrutura e minero-energéticos (CNMH, 2015).

O setor agropecuário vem perdendo relevância durante as últimas décadas no contexto macroeconômico, impactando, não apenas sua contribuição ao emprego, mas também a produção de alimentos e insumos fundamentais para a agroindústria e a indústria.¹⁰⁶ Em decorrência, a economia camponesa resultou altamente impactada e evidencia-se um incremento das importações de alimentos, afetando os usos do solo e a segurança alimentar¹⁰⁷ (LEON, 2016). Desta forma, na Colômbia rural, a ausência de ordenamento territorial e a fraca governança da terra deram lugar a uma ocupação desordenada do território (OXFAM, 2017):

- O atual modelo rural não promove desenvolvimento humano e aumenta a vulnerabilidade da população rural. É desigual, excludente, omite as diferenças de gênero e discrimina às mulheres. Concentra a propriedade rural e cria condições para o surgimento de conflitos (PNDU, 2011). O interesse sobre as terras da população camponesa e os territórios ancestrais de povos indígenas e afrodescendentes tem contribuído a perpetuar um setor rural concentrado, desigual, improdutivo e excludente (CNMH, 2015).
- Apenas 1,1% dos proprietários são responsáveis por 52,2% da terra. Enquanto, 70,4% das unidades de produção agropecuária são inferiores a 5 hectares de extensão, e ocupam o 2% da área rural total e 0,2% das unidades de produção agropecuária possuem uma extensão de 1.000 hectares ou mais e ocupam 73,8% da área rural total mesurada (DANE,

¹⁰⁶ Para 1990, a agricultura representava 16,7% do PIB e aportava 26% da geração de emprego. Em 2013, representou perto de 6,1% e 16,9%, respectivamente (LEÓN, 2016).

¹⁰⁷ A Colômbia é um dos países mais dependentes das importações de milho, arroz, feijão, posto que, dos 8,5 milhões de hectares utilizados para a agricultura, perto de 7,1 milhões são ocupadas por grandes cultivos de café, cana de açúcar e palmeira de óleo africano (14,98% da superfície cultivada) destinado à exportação (GUERENA, 2016).

2016). Nos últimos 45 anos, os latifúndios aumentaram seu tamanho e acumulam mais terra (OXFAM, 2017).

- Prevalece o excesso de uso de terras por grandes fazendas com vocação pecuária¹⁰⁸ (39,2 milhões de hectares dedicados ao gado frente ao potencial adequado de 24 milhões de hectares). Há subutilização do solo para agricultura, 4,1 milhões de hectares utilizados, entretanto, o potencial adequado alcança 21,5 milhões de hectares (DANE, 2016).
- Apenas 2% da população rural tem acesso a terras, água, assistência técnica e crédito, enquanto, 63% não tem acesso a nenhum destes ativos produtivos (DNP, 2015).
- Hoje, os cultivos transitórios¹⁰⁹ e permanentes representam 16% e 74,8% da área cultivada, respectivamente. Na década dos noventa essa relação era inversa, a participação da agricultura no PIB nacional passou de 16% em 1990 a 6% em 2013 (JIMENEZ, 2016). Em 1964, a população camponesa e os obreiros agropecuários representavam 28,5% e 20,7% do total de população ocupada no país, respectivamente. Para 2012, a participação desceu até 12% e 5,8%, por essa ordem. Uma mudança substantiva de caráter estrutural (MONTAÑEZ, 2016).
- Calcula-se que 8,3 milhões de hectares de terras foram abandonadas, não obstante, não existe certeza sobre a cifra real (CNMH, 2013). O PNDU estimou em 6.556.978 hectares abandonados equivalentes a 270.680 lotes entre 1980 e 2010. As pequenas propriedades, lotes de até 20 hectares, representam o 73% dos lotes desapropriados (PNDU, 2011).

Como resultado, a guerra tem determinado as formas de entender, ocupar e usar o território. Portanto, existe na Colômbia uma estreita relação entre o conflito social armado e o meio ambiente. Dada a precária presença do Estado nas zonas do conflito, a ocupação do território tem sido espontânea e sem planejamento (MORALES, 2017). Em aqueles territórios identificados como de “alta” e “muito alta” incidência do conflito armado se apresentam indicadores de baixo desenvolvimento rural, baixa capacidade institucional e grandes desafios para fechar as brechas socioeconômicas existentes. Ademais, o acesso aos

¹⁰⁸ Nas regiões onde a economia da coca se acompanha de uma bonança econômica, a atividade do gado é vista como “um meio de capitalização de ingressos provenientes da coca e uma forma de poupança e valorização de prédios de camponeses e indígenas” (ORTIZ, 2003, p.343 apud RODRIGUEZ GARAVITO, 2017, p.32).

¹⁰⁹ Entende-se por cultivos transitórios aqueles cultivos, cujo ciclo vegetativo é geralmente menor de um ano e têm como característica fundamental que depois da colheita devem ser repovoados para obter uma nova safra.

serviços básicos e a presença do Estado é escassa. Na Colômbia, o conflito armado não só impactou de maneira importante as condições socioeconômicas dos territórios, mas também gerou graves consequências para o meio ambiente e a biodiversidade¹¹⁰ (DNP, 2016).

Portanto, para que a restauração ecológica seja parte integral de um plano de recuperação nacional, esta deve reconhecer-se e incluir-se dentro de uma estratégia de planejamento socioeconômico e político (AGUILAR et al., 2015). Por outro lado, o acesso limitado das populações em alguns territórios por razões de segurança ou por interdição dos grupos armados, favoreceu a conservação de extensas porções de floresta, algumas das quais ainda se conservam no estado original (JARAMILLO CASTRO, 2016). No cenário pós-crise, após a assinatura do acordo de paz, os indivíduos podem acessar as áreas florestais formalmente fora dos limites, anteriormente preestabelecidos pelos grupos armados, para obter recursos da biodiversidade e, portanto, ameaçar os ecossistemas, no mínimo que sejam oferecidas alternativas sustentáveis (MORALES, 2017).

Com a diminuição do conflito os atores territoriais poderão acessar a novas terras, nas quais, anteriormente era quase que impossível empreender projetos econômicos. Tais investimentos podem dinamizar a econômica de zonas tradicionalmente isoladas e afetadas pelo conflito armado, facilitar a construção de infraestrutura e contribuir a uma redução das disparidades entre a Colômbia rural e urbana, na medida em que tal crescimento seja acompanhado de políticas de redistribuição, em consonância com a realidade ambiental e as práticas sociais dos locais. Portanto, o pós-conflito é a oportunidade para que o Estado realize um ordenamento ambiental do país e determine de forma clara e coerente: os limites da fronteira agrícola, os tipos de atividades que podem ser desenvolvidas, os ecossistemas que requerem recuperação e proteção especial, e aumento o conhecimento sobre sua biodiversidade e riqueza meio ambiental (RODRIGUEZ GARAVITO et al., 2017).

Em sínteses e baseados nas ideias do autor anteriormente citado, sustenta-se que o meio ambiente em geral e os recursos naturais em particular, estão vinculados ao conflito armado colombiano de diferentes maneiras. Os atores têm usado os recursos existentes, e o entorno natural para financiar e manter o conflito, isto a sua vez, tem impactos diversos sobre o meio ambiente que fazem do mesmo, uma vítima como também um beneficiário. Cabe lembrar que, os

¹¹⁰ Em 41 das 47 municipalidades categorizadas como de “alta prioridade” segundo a incidência do conflito armado pelo programa das nações unidas para o desenvolvimento (2014) encontram-se parques naturais e reservas florestais (MORALES, 2017).

recursos naturais, incluído a biodiversidade, atuam como um ativo para a recuperação econômica e a melhora das condições de vida em países em desenvolvimento, dado que, eles são fonte de produção, segurança alimentar e conjuntamente, reduzem a vulnerabilidade frente a desastres naturais e conflitos sociais (JARAMILLO CASTRO, 2016).

Fazer frente à perda de biodiversidade requer ações ambientais de conservação e manejo, ao igual que ações econômicas e sociais para prover meios de vida para as comunidades locais (JARAMILLO CASTRO, 2016). Para maximizar os benefícios ambientais da paz, é necessária uma estratégia territorial diferenciada definida a partir do consenso entre todos os atores territoriais na procura do bem-estar comum e de ações decididas por parte do Estado em matéria de restauração, reconversão agropecuária, conservação de ecossistemas estratégicos, ordenamento, formalização da mineração artesanal e a luta contra a mineração ilegal, aproveitamento florestal sustentável e a promoção de negócios verdes (DNP, 2016).

3.3. As Cidades e o Deslocamento Forçado¹¹¹

No processo migratório campo-cidade, as capitais continuando sendo os polos de atração maior do que qualquer outro local. Crescendo sua população e aumentando à miséria e as tensões sociais (CARLOS, 2005).

A fragmentação espacial, derivada da singular geografia colombiana, aparece na bibliografia sobre o processo histórico de povoamento e urbanização da Colômbia, como um dos elementos determinantes do surgimento e desenvolvimento das primeiras e atuais redes urbano-regionais. Na medida em que, ainda hoje, percebe-se como um obstáculo para o desenvolvimento do transporte e as comunicações. Em parte, isto explica as marcadas diferenças regionais existentes no país (GUHL, 1975; PALACIOS & SAFFORD, 2002; FALS BORDA, 1996; CUERVO, 2014). Portanto, sustenta-se que a Colômbia é uma nação de regiões. As diferenças geográficas, a precariedade das comunicações e o relativo isolamento da cada região alimentaram a ideia de uma particularidade regional com uma cultura própria. Desta maneira, a distribuição da população na época colonial foi fragmentada e dispersa, priorizando assentamentos que

¹¹¹ A maior parte informação apresentada sobre o deslocamento forçado provem do informe "Uma Nación Desplazada" do CNMH (2015).

atuavam como enclaves econômicos e militares com acesso ao mar, vias fluviais e presença de mineiros (MURAD, 2003).

Desde início de século XVI até hoje, os fenômenos migratórios têm marcado a configuração do espaço nacional e influenciado as formações urbanas colombianas. Nesse sentido, as redes de cidades evoluíram e transformaram-se conforme os processos demográficos e sociais, ligados ao desenvolvimento econômico do país (BERNARD & ZAMBRANO, 1993). Mas, é a partir do auge dos preços do café a final do século XIX e princípio do século XX que a Colômbia experimenta um forte adensamento do campo através de um processo de colonização de terras virgens ou baldias, especialmente na região central andina (MURAD, 2003). As mudanças econômicas, sociais e políticas da época, relacionadas com a economia cafeeira, a modernização da agricultura, o transporte e a infraestrutura de serviços, a recente industrialização, assim como também, os nascentes conflitos pelas terras no campo e a consequente polarização política estiveram relacionados com os processos migratórios campo-cidade (SANCHEZ, 2008).

Na década de 1930, a Colômbia era predominantemente rural e não existiam grandes cidades¹¹². O país sofreu, no entanto, uma profunda transformação em meados do século XX, em meio de uma transição demográfica e de um processo massivo de urbanização que foi acompanhado pela a exacerbação da violência e por um processo de industrialização incapaz de absorver a mão de obra disponível (MURAD, 2003). A penetração do capitalismo no campo, a estagnação das pequenas propriedades e a propagação do latifúndio não permitiram a absorção populacional nos territórios rurais, provocando migrações e expansão urbana. Milhares de camponeses do interior do país saíram de maneira forçada de suas propriedades convertendo-se em novos migrantes em zonas de colonização espontânea ou nas grandes cidades, especialmente Bogotá durante o período denominado “*La Violencia*” (SANCHEZ, 2008). Já na década de 1960, o país se transformou em urbano, e Bogotá aumentou sua primazia com relação às outras cidades¹¹³.

¹¹² Em 1938, as maiores cidades eram: Bogotá com 330.312 habitantes, Medellín com 168.266 habitantes, Barranquilla com 152.266 habitantes e Cali com 101.833 habitantes (DPN, 2014a).

¹¹³ Entre 1951 e 1964, mais de 61% da migração campo-cidade concentrou-se nas seis cidades maiores. Para 1973, fruto das migrações intradepartamentais e interdepartamentais, 51% da população de Bogotá não era nativa, situação similar em Cali, Medellín e Barranquilla, onde a população não nativa correspondia a 55%, 48% e 42% da população total, respectivamente (MURAD, 2003).

No interior do espaço rural, a estrutura fundiária de concentração de terras, os baixos níveis de educação e os conflitos políticos aprofundaram a crise do setor agrícola e do campo. Tais elementos reforçaram a expulsão da população desde as áreas rurais e as zonas de menor desenvolvimento às cidades intermédias, capitais de departamento¹¹⁴ e áreas metropolitanas (CUERVO, 2014). Dessa forma, a explicação das origens, processos e especificidade da cidade colombiana contemporânea encontram-se ligadas ao campo (APRILE-GNISET, 2007). Mas como sinala Cardona (1968), a violência nas últimas décadas não foi um fator relevante na migração às grandes cidades - Bogotá, Medellín e Cali - pelo contrário. Aqueles que eram forçados a deslocar-se por razões de segurança, procuravam conglomerados urbanos intermédios e pequenos, onde adquiriam alguma proteção e uma situação sociocultural similar à de seu local de origem (PERGOLIS & RAMIREZ, 2015; CNMH, 2015; CUERVO, 2014).

Dessa maneira, o recente processo de urbanização da Colômbia se caracteriza por um tipo de migração precipitada e não voluntária que continua causando profundas transformações na estrutura demográfica, econômica e social do país. Apesar de ser um fato amplamente reconhecido que o deslocamento forçado se converteu numa problemática generalizada na Colômbia desde inícios do século XX, suas raízes vêm de processos de êxodo e exílio que datam desde a época colonial e a independência (CNMH, 2015). Portanto, o deslocamento forçado, não pode ser considerado como um fenômeno recente, mas sim, como “um elemento estrutural que caracteriza transversalmente a história colombiana, partindo de diferentes processos de exílio e expulsão de população” (CNMH, 2015, p.35).

Da mesma maneira, o CNMH (2015, p.26) afirma que durante a maior parte do século XX, o deslocamento forçado permaneceu como uma problemática inadvertida, invisível, e em muitos casos, justificada como uma consequência ou ‘efeito colateral’ da longevidade do conflito armado interno. Nada obstante, na Colômbia, o deslocamento forçado é um eixo de sobrevivência histórica que atravessa a vida nacional desde a fundação da república até o presente. A violência tem sido um elemento contínuo na forma de se relacionar dos colombianos em diferentes momentos, evoluindo na sua magnitude, complexidade e interesses, deixando no seu passo uma profunda destruição social, econômica e política. Uma grave crise humanitária expressada pelo

¹¹⁴ Os “Departamentos” são unidades territoriais de autonomia política administrativa na Colômbia, equivalentes aos “Estados” no Brasil.

deslocamento forçado de milhões de colombianos que moldaram social e demograficamente o país (BUILES et al., 2008).

Afirma-se que o deslocamento forçado é um fator determinante na gênese e evolução do conflito armado interno colombiano. “*La Violencia*” (1948 – 1958) sacudiu a estrutura da propriedade agrária e transformou a vocação predominantemente rural da Colômbia a meados do século XX. Milhares de camponeses do interior do país saíram de maneira forçada de suas propriedades, convertendo-se em novos migrantes em zonas de colonização espontânea ou nas grandes cidades, especialmente Bogotá, aumentando o número de empregados informais, desempregados e assentamentos informais nas cidades. Na época, empregava-se o termo “exiliado” para referir-se a um deslocado interno e estima-se entre dois e três milhões de afetados durante este período (CNMH, 2013).

Para ilustrar como um conflito, que tem como origem e principal cenário o campo, mas que ao mesmo tempo é visível nas cidades, Montañez destaca:

[...] desde a segunda metade do século XX até hoje, grandes massas de camponeses e obreiros agropecuários eram expulsas de seus territórios e expropriados de suas terras, principalmente mediante a coação e a violência. [...] os destinos de realocação deste setor da população foram as grandes, medianas e pequenas cidades onde passaram a ser parte de um imenso grupo de marginados, subempregados e trabalhadores independentes e informais (2016, p.15).

Por outro lado, as pesquisas de Aprile-Gnisset (2007) comprovaram que tais migrações eram, em realidade, êxodos massivos, forçados e prolongados, em condições bélicas de expulsão e desterro de camponeses preocupados em sobreviver. A autora adiciona que a urbanização na Colômbia foi um processo “não natural”, imposto por meio de uma guerra campesina de classes, uma autêntica “guerra agrária”. De igual forma, seus estudos demonstraram que as zonas rurais expulsórias de população não eram zonas economicamente depressivas, pelo contrário, era a região central do país, a mais rica, a qual experimentava uma prosperidade agrícola ao redor da produção cafeeira¹¹⁵.

Mais tarde, a incursão do país nos cultivos ilícitos, na década dos anos setenta, gerou uma profunda transformação na economia nacional e nas dinâmicas do conflito armado interno. Sua propagação no território nacional causou mudanças nos usos do solo, assim como novas manifestações de

¹¹⁵ Fonaguera & Guhl (1969), baseados em estudos estadísticos dos censos entre 1938 – 1964 confirmaram que as áreas de emigração rural foram preferencialmente as mais tradicionais e densamente povoadas, cafeeiras e cujas posses da terra e as técnicas de cultivo permaneceram estacionárias por razões culturais, sociais e ecológicas.

violência por motivações puramente econômicas entre distintos atores em disputa pelo controle dos recursos e territórios. Uma década mais tarde, o problema do deslocamento forçado interno na Colômbia adquiriu uma nova dimensão caracterizada por afetar grandes massas populacionais. O uso da terra para cultivos ilícitos promoveu o surgimento de uma “classe emergente de duvidosa procedência” e um setor rural sem opções econômicas (CNMH, 2015). Em 1995, calculava-se que ao menos 195 pessoas eram deslocadas forçadamente por dia no país e alertava-se a tendência ao aumento deste fenômeno e seu impacto sobre a população rural e posse da terra (CNMH, 2015).

Em tempos mais recentes, após a desmobilização dos paramilitares, tornaram-se visíveis os interesses políticos e econômicos que se ocultavam detrás dos deslocamentos forçados coletivos e individuais da população. Entre os interesses ilegais sobre o território sobressai o narcotráfico e, mais recentemente, a mineração ilegal; entre os legais: os projetos minero-energéticos e agroindustriais, assim como investidores de terras. Desse modo, em distintos níveis e variados graus de responsabilidade, os atores armados, tanto legais como ilegais, são responsáveis do êxodo forçado da população através de distintas práticas violentas para gerar intimidação e consolidar o controle territorial¹¹⁶. Atualmente, o deslocamento forçado é de caráter nacional, afetando 99% dos municípios colombianos¹¹⁷, 87% da população deslocada moravam no campo e calcula-se que 8,3 milhões de hectares de terras têm sido desapropriadas (CNMH, 2015).

Uma pessoa em situação de deslocamento é aquela se viu forçada a migrar dentro do território nacional, abandonar seu local de residência ou atividades econômicas habituais, porque sua vida, integridade física, segurança ou liberdades pessoais foram ou estão sendo ameaçadas diretamente¹¹⁸. Essa condição de vulnerabilidade está associada a diferentes aspectos de ordem material, econômico, social, psíquico, político e institucional (OSORIO et al., 2015). Estima-se, conforme o Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno, IDMC, que, em Colômbia, existem 7,3 milhões de deslocados internos e mais de 400.000 refugiados, produto do conflito armado. Mas não existe certeza sobre o total de vítimas. Para quem se vê forçado a deslocar-se dentro do país, encontra-

¹¹⁶ Desta forma, o deslocamento forçado também se viu favorecido por políticas públicas que incentivam a implantação e expansão de projetos agroindustriais, de mineração, de infraestrutura e exploração de petróleo, ou para a consolidação de uma economia ilegal controlado por organizações criminais, ou por uma mistura de ambos os propósitos (CNMH, 2015, p.26-27).

¹¹⁷ Total de municípios colombianos: 1.122 municípios, incluindo distritos especiais.

¹¹⁸ Lei 387 de 1997, Artigo 1º.

se com uma política pública insuficiente e, em ocasiões, inexistente (CNMH, 2015). A recepção de fluxos de deslocamento forçado supõe um incremento da pressão sobre o solo urbano, menor inclusão e ampliação da brecha entre o ritmo de urbanização e capacidade institucional e política para sua atenção e regulação (NARANJO, 2015).

O deslocado responde a uma imposição violenta. É um forasteiro que chega numa comunidade e entorno que não conhece, regularmente durante uma temporalidade indeterminada. Como é de supor, a consciência de esta circunstância atua de maneira agonizante sobre sua capacidade projetiva. Poderia afirmar-se que a identidade social do deslocado no novo cenário é construída a partir da perda. Ele é de alguma maneira “um ator despossuído de sua história e carece, portanto, de um campo de orientação para sua ação” (CNMH, 2015, p.20). Conseqüentemente, os espaços de reprodução social foram então, as precárias periferias das capitais e cidades medianas (MONTAÑEZ, 2016) e as zonas rurais imediatas aos centros urbanos (SÁNCHEZ, 2008). Nessa ordem, o crescimento dos centros urbanos e das cidades receptoras de população deslocada também se deu de maneira forçada e acelerada, e concentrou-se, sobretudo, em municípios que não tinham a capacidade fiscal para responder às suas necessidades (CNMH, 2015).

Isso ocasionou “a expansão de assentamentos precários nas periferias, junto com as conhecidas conseqüências negativas em relação ao meio ambiente, urbanismo e qualidade de vida da população originária e recém-chegada” (CNMH, 2015, p. 18). Contudo, o processo de urbanização não apenas propiciou o surgimento de conflitos, também permitiu o estabelecimento de laços sociais e a configuração de sentidos comunitários. Em outras palavras, o processo de urbanização na Colômbia é um processo contraditório, no qual, as dinâmicas sociais oscilam entre o conflito e a cooperação, entre a fragmentação e a identidade. Consideram-se duas particularidades: a primeira refere-se ao imaginário da população deslocada no qual as percepções anteriores estão ligadas a contextos rurais ou urbano-periféricos e de difícil inserção na vida da cidade. A segunda aponta aos medos e desconfianças da população nas cidades pela chegada de novos habitantes (CNMH, 2015; NARANJO, 2015).

Para a população deslocada e reassentada nas cidades por causa do conflito armado, a decisão de se instalar os motiva e impulsiona a potencializar suas capacidades e recursos para reconstruir um novo projeto de vida (NARANJO, 2015). Desta forma, conformam-se conglomerados sociais constituídos por sujeitos portadores dos mais diversos referentes culturais, locais

e regionais, onde se misturam e sobrepõem os conflitos rurais e urbanos (CNMH, 2015):

- *Assentamentos nucleados*: população deslocada que se articula para conformar assentamentos conhecidos como “invasões”, onde também participa população urbana pobre, estabelecem relações de solidariedade, o qual lhes permite organizar-se para enfrentar a situação e fazer gestão frente às instituições públicas.
- *Assentamentos dispersos*: a chegada aos bairros está determinada pela presença de familiares ou amigos, onde encontram uma estadia temporal e podem manter-se ocultos, invisíveis entre os habitantes tradicionais dos bairros como estratégia de sobrevivência. Assim, não existem formas organizativas que lhes permita gerenciar recursos e apoio das entidades.

Sánchez (2008) assinala esses aglomerados como elementos que integram a fase atual do processo de urbanização em Colômbia. Para Cardona (1973), eles foram produto tanto da incapacidade do sistema político para responder as demandas habitacionais dos novos imigrantes como da impossibilidade do Estado de deter o processo migratório. Conforme Sánchez (2008), a inserção dos deslocados nas cidades em qualidade de pobres absolutos está produzindo a expansão e densificação da cidade para a periferia. Esses processos urbanos não planejados estão modificando drasticamente a estrutura urbana e a paisagem cultural das cidades (OSORIO et al., 2015). Nas cidades colombianas, as expressões do país rural coexistem e entrelaçam-se com expressões, espaços e tempos da urbanização moderna (NARANJO, 2015).

Embora, os principais centros urbanos receberam fluxos migratórios constantes provenientes de todo o país, foram os centros urbanos menores, incluindo cidades médias -dentro de uma mesma região- os maiores receptores de população deslocada (CUERVO, 2014). Enquanto, 14% do total de deslocados residem em Bogotá, Medellín, Cali, Cartagena, Bucaramanga e Barranquilla, perto de 50% deles, moram em municípios que têm em média 15.000 habitantes. No entanto, a onipresença do deslocamento forçado na realidade colombiana acabou por volver “invisíveis” as vítimas (CNMH, 2015). Em uma primeira tentativa, o exiliado desloca-se a uma comunidade ou centro povoado vizinho com o objetivo de observar as possibilidades de retorno, deste modo, o novo local é apenas um lugar de passo. Dada que a dinâmica da guerra se concentra nos territórios rurais, o deslocado não tem opções de retorno e dirige-

se aos centros urbanos, experimentando um desarraigo que pode ser definitivo (CNMH, 2015, p.21).

Nesse sentido, McGreevey (1968), nos seus estudos concluiu que a violência rural incrementou o processo migratório intradepartamental, devido a que os camponeses se refugiavam nas comunidades perto de seus locais de origem. O vínculo com o entorno rural predeterminou a escolha dos lugares de reassentamento dentro do mesmo município, departamento ou região. Em outras palavras, a migração forçada na Colômbia tem um caráter endógeno, quer dizer, a população expulsa evita sair da sua região e afastar-se de seus referentes territoriais e culturais, portanto, prefere deslocar-se dentro do mesmo município, departamento ou comunidade vizinha (RUIZ, 2006). Desse modo, os deslocados conseguem manter proximidade com as atividades e costumes rurais sem perder o acesso constante aos serviços, oportunidades e segurança, próprios das cidades e ausentes no campo (CNMH, 2015).

Não obstante, Pérgolis e Ramirez (2015), baseados em estudos realizados por Olga Rebolledo (1998) sobre os imaginários urbanos de crianças de famílias deslocadas pela violência que se assentaram na cidade de Montería indicam a existência da “cidade do desarraigo”. Para estas crianças, a cidade não existe como um fato coletivo social, para eles “cidade” corresponde a sua casa individual. As cidades colombianas, no imaginário coletivo da representação do que é chamado de “cidade”, encontram-se carregadas de conteúdos e interpretações inconscientes, nas quais, a violência está presente no conflito cotidiano. A intolerância pelo outro, generalizada pelo medo, influi na dinâmica e espacialidade urbana. As cidades colombianas, grandes e intermédias, abrigam distintas formas de violência associadas geral e historicamente a problemas: socioeconômicos, políticos, e culturais que moldam novas formas de sociabilidade (NARANJO, 2015).

O trabalho de Rebolledo (1998) concluiu que, no imaginário coletivo, a representação de “cidade” pelas comunidades deslocadas passava em primeira instância pelas cidades intermédias mais próximas aos entornos rurais de origem, e chegava até Bogotá, centro político e econômico do país (PÉRGOLIS & RAMIREZ, 2015). Desde outro ponto de vista, a partir da análise dos 33 municípios pertencentes aos 11 departamentos mais afetados pela violência, Negret & Torres (2015) concluíram que esses municípios¹¹⁹ além de estar afetados diretamente,

¹¹⁹ Na maioria dos casos, são municípios de menor condição hierárquica político-administrativa, com disponibilidade reduzida de recursos e assistência técnica. A desigualdade na disponibilidade dos serviços públicos, equipamentos sociais, vias, transporte e problemas

neles produziram-se fatos de expulsão de seus habitantes e recepção de população em condição de deslocamento proveniente de outros municípios. Finalmente, sinalam que a relação entre conflito armado, deslocamento forçado e pobreza encontra-se disseminada por todo o território nacional e faz presença em vários municípios de departamentos de diferentes níveis de desenvolvimento no contexto local.

O deslocamento forçado é, então, o resultado de múltiplas práticas violentas, provocadas e promovidas por alianças entre distintos atores por motivações puramente rentistas, funcionais a um modelo de acumulação e apropriação do poder e a riqueza. Em palavras da Corte Constitucional trata-se de “uma tragédia nacional, que afeta os destinos de inumeráveis colombianos e que marcará o futuro do país durante as próximas décadas” (CNMH, 2015). Builes et al., (2008) afirma que a magnitude desta situação gera um dos fenômenos sociais e humanitários mais complexos e críticos da realidade colombiana. Tal fragmentação das estruturas sociais regionais, o reordenamento social e demográfico produzido pelo despojo violento e a concentração da terra se expressa na qualidade de vida dos camponeses deslocados e em geral na população colombiana.

Como se mencionou anteriormente, o processo de urbanização na Colômbia coincidiu com o desenvolvimento de uma situação de violência política no campo. Portanto, repensar as cidades colombianas contemporâneas e sua relação com os processos migratórios e o deslocamento forçado implica reconhecer a violência como um elemento configurador das territorialidades existentes, das práticas sociais e das entidades urbanas, o que causou rupturas na trama social, política e econômica que definem as cidades até hoje. As cidades constituem um elemento vinculante do conflito armado por duas razões: por um lado, por estar articulada aos processos de “incorporação e centralização” regional e a uma dinâmica de expansão urbano-regional, e por outro lado, porque as regiões que se conectam com as cidades adquirem importância econômica e geoestratégica para as partes do conflito¹²⁰ e, por último, a ressignificação territorial da cidade em um contexto de globalização¹²¹. (NARANJO, 2015).

ambientais relacionados com a contaminação de rios e a falta do manejo adequado dos resíduos, apresentam o mesmo comportamento em todo o país (NEGRET & TORRES, 2015).

¹²⁰ A relação cidade-região faz da primeira o epicentro das disputas territoriais em áreas de interesse militar para os atores armados (NARANJO, 2015).

¹²¹ Na tentativa de articulação das cidades ao mercado internacional através da aplicação de estratégias de competitividade, conduz a conexões fortes com os entornos sub-regionais e a uma transformação de seu significado territorial (NARANJO, 2015).

As crescentes necessidades da população urbana, em meio de um contexto socioeconômico que não consegue gerar dinâmicas de crescimento sustentável e oportunidades, justificam uma nova agenda do desenvolvimento com políticas orientadas a impulsar o desenvolvimento dos territórios ante o eventual fim do conflito. As cidades como motoras do crescimento do país e, como fonte de serviços e infraestruturas para as regiões do entorno, devem ser, portanto, líderes naturais do desenvolvimento e da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim mesmo, devem marcar a pauta em processos que conduzam a melhorar a qualidade de vida dos habitantes, a produtividade e a competitividade de todo o território (DNP, 2014a).

Entre as reflexões sobre o papel das cidades no pós-conflito, figura a publicação “*Ciudades Sostenibles en el Postconflicto en Colombia*¹²²”, a qual, traz aportes interessantes sobre os aspectos fundamentais a tratar nas cidades colombianas. No entanto, o documento se centra nas grandes cidades, Bogotá, Medellín, Cartagena e Bucaramanga, as quais se caracterizam por apresentar dinâmicas metropolitanas complexas, e, encontram-se em vantagem frente a outras cidades menores mais afetadas pelo conflito. Estima-se que na Colômbia existem, pelo menos, 33 cidades intermédias com população entre 100.000 e 1 milhão de habitantes, e mais de 1.000 centros urbanos com menos de 100.000 habitantes (ONU-HABITAT, 2015). Portanto, existe a necessidade de refletir sobre o papel destas categorias de cidades no destino do país¹²³.

3.4. Pós-conflito e Sustentabilidade

Como expressa Bautista (2017), tanto o conflito como a paz devem interpretar-se desde uma abordagem territorial. O termo territorial refere-se a um sistema de relações interterritoriais, que ocorrem num território nacional. Portanto, o pós-conflito implica uma abordagem integral e nacional que reconheça as particularidades e as dinâmicas histórico-geográficas dos territórios e suas cotidianidades (MONTANEZ, 2016). Ao observar os diferentes lapsos de paz na história colombiana é claro que neles ocorreram transformações urbanas

¹²² VALDES, M. F (Ed.). **Ciudades sostenibles en el posconflicto en Colombia: Cartagena, Bogotá, Medellín, Bucaramanga**. Friedrich-Ebert-Stitung (FESCOL), Foro Nacional Ambiental, Bogotá. 2017.

¹²³ Atualmente, avançam numa outra versão do livro que inclui os estudos de caso de centros de porte médio como Montería, Pereira, Buenaventura e Florencia.

importantes.¹²⁴ Assim, em palavras de PÉRGOLIS & RAMÍREZ (2015), o fim do conflito adquire uma dimensão social, cultural e ética sem precedentes, e traz a enorme responsabilidade de construir o tecido social necessário para que a cidade exista. Assim, enquanto à utilização do termo pós-conflito é preciso resgatar a permanência de outros conflitos conjuntamente, como aponta Rojas-Naranjo (2016)¹²⁵.

Do mesmo modo, como foi apontado na introdução desta pesquisa e acompanhando as ideias de Llorente (2016) e Rodriguez Garavito et al., (2017), reconhecemos que a Colômbia se encontra há uma década num processo de transformação e pacificação, reforçado pelo acordo entre o governo colombiano e as FARC assinado em 2016. A partir de aqui, surge uma grande oportunidade para dar início a uma transformação que leve a construção de paz, uma fase denominada neste trabalho como pós-conflito. Entende-se que o recente acordo assinado entre as partes não significa a solução das problemáticas existentes na Colômbia. Do mesmo modo, reconhece-se que nem todos os atores estão se movendo na direção do objetivo da paz nos territórios. Em palavras simples, segundo Jimenez (2016), o pós-conflito não é "o desarmamento dos grupos armados ilegais"¹²⁶.

Considera-se que o desarme dos atores armados não é suficiente para resolver o atraso territorial (JIMENEZ, 2016), portanto, é necessário distinguir que o ordenamento ou desordenamento territorial atual do país tem sido ante tudo, determinado pela dinâmica dos grandes processos sociais, econômicos e ambientais que tiveram lugar nas últimas décadas. Estes processos encontram-se de alguma maneira associados à violência e ao conflito armado, às políticas

¹²⁴ A violência considera-se um elemento preexistente no desenvolvimento da sociedade colombiana desde a época colonial. Entre os lapsos de paz na história encontram-se o período imediatamente depois da Guerra dos Mil Dias, na primeira década do século XX. Mais tarde, em 1930, com a integração do território nacional e o período entre 1960 e 1970 (conhecido como *Frente Nacional*). Nesses momentos ocorreram reajustes importantes no sistema urbano do país como novas rotas comerciais, aproximação e afastamentos dos centros urbanos dos grandes eixos de fluxo, realojamento da população deslocada e a criação de novas fontes de trabalho rural e urbano, que promoveram o desenvolvimento de alguns centros e a estagnação ou desaparecimento de outros (PÉRGOLIS & RAMÍREZ, 2015).

¹²⁵ O autor recomenda a utilização do termo "pós-acordo" ou "pós-conflito armado". No entanto, neste trabalho, o pós-conflito refere-se a uma fase transição que corresponde ao período de 10 anos, no qual o Estado pretende concretizar o acordo assinado em 2016 com as FARC-EP.

¹²⁶ A Colômbia tem uma longa experiência em processos de desmobilização e desarme de grupos armados, entre eles, o M-19 (1990), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, PRT (1991), o Exército Popular de Libertação, EPL (1991), o Movimento Armado Quintin Lame, MAQL, (1991), o Comando Ernesto rojas, CER, (1992), a Corrente Revolucionária Socialista, CRS (1994), as Milícias Populares de Medellín (1994), o Frente Francisco Garnica (1994), o Movimento Independente Revolucionário Comandos Armados, MIR-COAR (1998), as Autodefesas Camponesas de Ortega (2003) e as Autodefesas Unidas de Colombia, AUC (2006). Mais recentemente, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC (2016) e em processo atual desde 2017, com o Exército de Libertação Nacional, ELN.

econômicas neoliberais do Estado, às novas e induzidas normas médio ambientais, à expansão urbana e territorial corporativa, e em alguns casos, à resistência de certos movimentos sociais (MONTAÑEZ, 2016). Assim, o pós-conflito entende-se como uma fase de transição para criar as condições para uma melhor e mais justa distribuição dos recursos naturais e sociais que garantam uma vida digna das populações nos territórios.

Flórez & Rodríguez (2016) argumentam que o acordo de paz assinado implica uma reestruturação das formas institucionais de ordenamento e gestão do território. Adicionam que o acordo procura ampliar a participação política e a democracia por meio do reconhecimento e a inclusão vinculante dos atores historicamente excluídos dos espaços institucionais e a transformação de alguns elementos estruturais que configuram o território como a posse da terra e a representação política. De tal modo, o acordo mais que um simples pacto de abandono de armas, propõe uma transformação profunda da organização política e social com o propósito final de integrar todos os territórios sob um projeto único de nação e devolver ao estado colombiano o monopólio legítimo das armas e a soberania sobre o território (MORALES, 2017).

Num país desigual como a Colômbia, a paz necessariamente tem que passar pela justiça ambiental e social. Com respeito à justiça ambiental e social, Acselrad (2002) afirma que não há como separar os problemas ambientais da forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos. Nesse sentido, são as formas simultâneas de opressão as responsáveis pelas injustiças ambientais decorrentes da natureza inseparável das opressões de classe, raça e gênero. Dessa maneira, o caráter socialmente desigual das condições de acesso à proteção ambiental deve-se a uma relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental, portanto, o mercado não poder ser empregado como instrumento de superação das desigualdades.

A justiça ambiental configura, conseqüentemente, um embate de mobilidade, através do qual "as desigualdades ambientais constituem-se e se alteram continuamente ao longo do tempo, à medida que tanto as fontes de perigo como as populações mudam sua alocação espacial e sua visibilidade" (PELLOW, 2000, p.590 apud ACSELRAD, 2002, p.58). Pois a maior mobilidade, o capital especializa gradualmente os espaços, produzindo uma divisão espacial da degradação ambiental e gerando uma crescente coincidência entre a localização de áreas degradadas e de residência de setores vulneráveis e pobres da sociedade. Por esse motivo, é preciso exigir políticas públicas que sejam capazes

de impedir que também no meio ambiente vigorem os determinantes da desigualdade social e racial e a ação perversa do mercado (ACSELRAD, 2002).

Tal situação exige um esforço conjunto das instituições dos governos nacional, regionais e locais, assim como também de organizações da sociedade civil que impulem a implantação de diferentes estratégias de ordenamento territorial sustentável que sejam inclusivas e participativas, que regulem o uso e ocupação do território e, simultaneamente, assegurem o funcionamento ecológico e a provisão de serviços ecossistêmicos no futuro (MORALES, 2017; ROJAS-NARANJO, 2016; JIMENEZ, 2016). Isto pressupõe que no período do pós-conflito, o Estado deve homogeneizar sua presença no território nacional, não somente como provedor de segurança, de bens públicos e orientador da atividade econômica, mas também deve evitar o controle territorial por parte de outros grupos armados ou dissidentes (ROJAS-NARANJO, 2016).

O entendimento do espaço desde o ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o homem enquanto a ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de vida, de agir e pensar (CARLOS, 2005). Portanto, deve-se considerar que na formação social colombiana, os grupos de poder suscitaram distintas modalidades de apropriação dos recursos e controle da população, separando as comunidades de suas terras e territórios tradicionais, e limitando o acesso aos mesmos mediante procedimentos que combinam o exercício sistemático da violência com políticas de apropriação e distribuição das terras públicas (FAJARDO, 2015). É preciso, então, uma nova proposta baseada na interação no mesmo plano de igualdade, transparência e participação entre as instituições e as comunidades, e a reparação das vítimas.

O pós-conflito trata-se, então, de uma visão do desenvolvimento territorial com critérios de sustentabilidade ambiental e que leve em conta as novas funcionalidades do rural. Fortalecida com políticas públicas direcionadas a resolver o problema da concentração da terra, e a ausência do Estado e das políticas de desenvolvimento que influem na melhora da qualidade de vida das populações e a produção de espaços geográficos articulados ecossistemicamente (LÉON, 2016). Paradoxalmente, um dos maiores desafios atuais da sociedade está na transformação das estratégias ligadas ao desenvolvimento econômico, em um modelo de sustentabilidade que visa o bem-estar do ser humano e promove a equidade social, onde se compatibiliza a exploração dos recursos, os investimentos tecnológicos e as mudanças institucionais com o presente e o futuro (CANEPA, 2007 apud NOGUEIRA, 2015).

Isso significa um processo alternativo de desenvolvimento que considere todas estas questões, que promova a democracia inclusiva, onde o processo de tomada de decisões atenda as identidades, particularidades e necessidades territoriais (FRIEDMANN, 1992 apud MARTINS, 2013). Cabe sinalar que para o entendimento do desenvolvimento territorial, deve assumir-se que o território está inserido em uma economia global, ele sofre a influência das alterações climáticas que afetam todo o planeta, participa de forma passiva de um forte processo de urbanização que ocorre em todo o mundo desde a revolução industrial, e necessita ao mesmo tempo, reconhecer sua cultura e procurar suas virtualidades ou fatores endógenos, como forma de estabelecer um processo de desenvolvimento que procura harmonizar as necessidades de crescimento econômico e respeito pelo meio ambiente com a melhoria das condições de vida dos cidadãos (MARTINS, 2013, p. 17).

Os termos “sustentabilidade¹²⁷” e “desenvolvimento sustentável” surgiram a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX. Com o objetivo de evitar os impactos negativos do crescimento econômico industrial sobre o meio ambiente, os recursos naturais e a capacidade da biosfera de absorver os efeitos decorrentes das atividades humanas. Nesse sentido, foi apresentado o relatório de Brundtland (1987), conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Neste relatório está exposta uma das definições mais difundidas do conceito (BARBOSA, 2008): “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p. 24).

A partir da época, o conceito tem sido incorporado nas agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos, mas como sinalam alguns autores, trata-se de um conceito ainda em construção (CANEPA, 2007; ASCELARD, 1999; BARBOSA, 2008; NOGUEIRA, 2015). Desta forma, o desenvolvimento sustentável ganha centralidade na sociedade capitalista do século XXI configurando uma estratégia global do capital e o desenvolvimento de programas compensatórios perpassado pelo discurso do solidarismo, do respeito aos direitos humanos e da defesa do meio ambiente junto com a lógica da sustentabilidade social (SILVA, 2010 apud SANTOS & COELHO, 2015).

¹²⁷ A sustentabilidade “significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 2003 apud BARBOSA, 2008).

Para Silva (2010 apud SANTOS & COELHO, 2015), o conceito de desenvolvimento sustentável e a institucionalização da questão ambiental surgem como expressões na tentativa de incorporar a problemática ambiental à agenda econômica e social. A autora reflete sobre a pobreza endêmica como um fator desencadeador de catástrofes, dado o círculo vicioso decorrente da relação pobreza e degradação ambiental. Ao mesmo tempo, critica a importância do crescimento econômico como condição para efetivação do novo modelo de desenvolvimento. Isso reitera a incapacidade de o sistema do capital reconhecer as fronteiras da sua expansão, sobretudo nos países periféricos e em desenvolvimento, como é o caso colombiano, onde as propostas de garantias para um desenvolvimento sustentável ainda se encontram em agendas ligadas ao ideário neoliberal.

Posteriormente, foi cunhada a trilogia “Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica”, cujas diferentes interpretações referem-se, em conjunto, ao manejo ambientalmente correto dos recursos naturais, ao desenvolvimento socialmente justo e economicamente viável. Nessa perspectiva, a sustentabilidade é entendida como uma espécie de estabilidade sem mudanças dos recursos naturais e do meio ambiente, como uma rentabilidade permanente do capital, e, por fim, como uma vida digna e estável para todos. É claro que essas “sustentabilidades” representam uma situação desejável, porém são idealistas, posto que, não existe estabilidade ou permanência absoluta em nenhum processo natural, nem nas interações das sociedades com a natureza, muito menos nas relações sociais de produção entre membros das sociedades atuais (NEGRET, 2014, p.85-86).

Assim, o desenvolvimento, num mundo globalizado e cada vez mais urbano, está estreitamente ligado à vida das cidades. Nos países em desenvolvimento, os problemas ambientais e sociais são agravados pela expansão das cidades sem o acompanhamento de infraestruturas para suportar tal crescimento (BARBOSA, 2008). Desta forma, a incapacidade de as políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, provoca um “desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios para satisfazê-las, entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infraestrutura” (GODARD, 1996, p.31 apud ASCERALD, 1999, p.85). Sendo assim, priorizar o desenvolvimento social e humano com capacidade de suporte ambiental, gerando cidades produtoras com atividades que podem ser acessadas por todos é uma forma de valorização do espaço incorporando os elementos naturais e sociais (BARBOSA, 2008).

Mas, para levar a cabo iniciativas de desenvolvimento regional, é preciso incorporar, no processo, a participação permanente dos agentes sociais e da comunidade. Nesse sentido, o conceito de gestão está intimamente ligado ao conceito de desenvolvimento, dado que, o desenvolvimento da escala humana em ambientes locais e regionais é um dos elementos básicos do desenvolvimento sustentável. A gestão social é um processo de articulação entre diferentes agentes sociais e instituições públicas e/ou privadas, que visa conciliar os diversos interesses dos cidadãos e obter, através disso, acordos para o planejamento do desenvolvimento local e regional. Isso quer dizer que, nela, se reconhece que a opinião das comunidades é fundamental, as quais, por conhecerem a sua própria realidade, devem participar, organizar e orientar o trabalho para o futuro que elas mesmas almejam (NEGRET, 2014).

Em 2015, os Estados membros da ONU acordaram tomar medidas transformadoras para colocar o mundo em um caminho sustentável. Adotou-se, então, uma nova agenda global comprometida com as pessoas, o planeta, a promoção da paz, da prosperidade e de parcerias: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em essência, a agenda atua como um plano de ação que servirá de estratégia para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, o que, por sua vez, evidencia a interdependência e a necessidade de equilíbrio entre essas três dimensões no exercício do planejamento e da efetivação de políticas públicas no mundo. A Agenda 2030 engloba 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, os quais, por sua vez, listam 169 metas, todas orientadas a traçar uma visão universal, integrada e transformadora para um mundo melhor (GOVERNO DO BRASIL, 2017).

Em países tropicais como a Colômbia, pequenas mudanças no clima podem resultar mais devastadoras que em outras regiões do globo, dado que seus ecossistemas estão adaptados a um clima regular, sem grandes variações. Caso contrário ocorre nas zonas com mudanças extremas de temperatura como as zonas temperadas, no ártico e na antártica (RODRIGUEZ B et al., 2015). Devido a sua posição geográfica, extensas costas, três cordilheiras e seis regiões naturais diferenciadas, a Colômbia caracteriza-se por ser um país com uma ampla biodiversidade¹²⁸, abundantes fontes de água e solos produtivos. Tais condições

¹²⁸ A Colômbia é considerada uma nação megadiversa, com apenas 0,22% da superfície terrestre alberga mais de 10% da biodiversidade global conhecida (JARAMILLO CASTRO, 2016). Igualmente, o país lidera o ranque mundial em diversidade de aves e anfíbios, é segunda em peixes de água doce, terceira em répteis, e quarta em borboletas. Existem 35.476 espécies de fauna e 27.881 espécies de plantas. Além de 2.906 hectares de paramos, 45,3 km² de geleiras, 720 mil hectares de floresta seca e 31.702 zonas húmidas (MADS, 2016).

umentam a vulnerabilidade do local à mudança climática¹²⁹ (MADS, 2016). Cabe lembrar que, o acesso limitado das populações por razões de insegurança ou por interdição dos grupos armados tem favorecido a conservação de muitos hectares de florestas, algumas das quais se encontram em estado original (JARAMILLO CASTRO, 2016).

No cenário da paz, os indivíduos podem acessar as áreas florestais formalmente para obtenção de recursos, portanto, ameaçar esses ecossistemas em estado de conservação (JARAMILLO CASTRO, 2016). De tal forma, o país deve proteger suas florestas e biodiversidade, promover o desenvolvimento rural e fazer frente à mudança climática. Medidas de ação que simultaneamente se alinham com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris¹³⁰. Em vista de que a degradação ambiental em municípios com alta incidência do conflito se acompanhou da presença de uma alta pobreza rural, baixa capacidade do Estado para atender às necessidades da população e uma alta desigualdade nas regiões onde o conflito se concentra, criou-se um círculo vicioso entre degradação ambiental, desenvolvimento econômico pobre e pobreza (DNP, 2016).

Quando os países emergem de uma crise, a satisfação das necessidades básicas da população é vital para sua recuperação, e isto a sua vez, depende de ecossistemas saudáveis e funcionais (JARAMILLO CASTRO, 2016). Portanto, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS - emergem como uma plataforma para que a Colômbia possa superar suas dívidas sociais e aumentar a

¹²⁹ A Colômbia é o país da América Latina com maior taxa de desastres naturais provocados por fenômenos naturais, com uma taxa de 600 eventos por ano. Assim, segundo cifras do Banco Mundial, 84,7% da população e o 86,6% dos ativos encontram-se localizados em áreas expostas a dois ou mais perigos naturais (RODRIGUEZ B. et al., 2015). Entre 2010 e 2011, na Colômbia apresentou-se o fenômeno conhecido como “La Niña”, deixando três milhões de danificados, centenas de hectares produtivas alagadas e infraestrutura colapsada. Representou perdas econômicas ao redor de 2,2% do PIB. Mais tarde, em 2015, o fenômeno “El Niño” provocou 3.985 incêndios florestais, afetando 150.000 hectares. Ao redor de 318 municípios vulneráveis ao desabastecimento de água e 120 em situação crítica. Perto de 260.000 hectares agrícolas impactadas, gerando um incremento dos preços dos alimentos. As baixas precipitações obrigaram ao governo impulsar estratégias para desestimular o consumo elétrico para evitar uma situação grave (MADS, 2016).

¹³⁰ Na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris, foi adotado um novo acordo como objetivo central para fortalecer a resposta global à ameaça da mudança climática e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países da UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de evitar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais (Fonte: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>). A Colômbia comprometeu-se em aumentar em sete milhões de hectares as áreas protegidas, levar o desmatamento a taxa zero na Amazônia para o 2020 e diminuir em 20% as emissões de GEE para 2030 (MADS, 2016).

cobertura do Estado¹³¹ no período do pós-conflito. Isto devido a que a definição dos ODS contempla uma clara articulação entre paz, desenvolvimento econômico inclusivo e o respeito pelos direitos humanos. Do mesmo modo, aborda temáticas como a erradicação da pobreza, consumo e produção sustentável, a proteção dos recursos naturais como base do desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, governança, cidades pacíficas, equidade de gênero e cooperação internacional, entre outros (SANTAMARIA, 2015).

De assegurar o desenvolvimento sustentável dos distintos territórios nacionais será possível assegurar uma paz verdadeira e bem-estar para as populações. Portanto, admite-se que, refletir sobre o pós-conflito adquire uma especial relevância, na medida em que se percebe o pós-conflito como uma conjuntura que deve aproveitar o país para apostar-lhe ao desenvolvimento sustentável. O cenário do pós-conflito abre a oportunidade para fortalecer as forças democráticas e construir propostas alternativas de desenvolvimento e ordenamento territorial que refletem o interesse comum e propiciem uma melhora nas condições de vida das populações (MESÍAS, 2017). Sabe-se que a garantia de não repetição do conflito social armado depende de transformar de maneira real e expedita a situação das zonas mais afetadas (JIMENEZ, 2016; MONTAÑEZ, 2016; SANTAMARIA, 2015).

Assim, compreende-se o pós-conflito como o período de transição para a construção de paz territorial: bem-estar social e ocupação harmoniosa do território. Vallejo (2016) define o pós-conflito como a grande oportunidade para modernizar e transformar a economia, proteger e governar os recursos naturais, impulsionar a Indústria eficiente e baixa em carbono e construir cidades resilientes. Ele oferece uma chance única para empreender um longo caminho que leve a uma transformação estrutural orientada à justiça social e ambiental sobre a base da resolução do conflito (ROJAS-NARANJO, 2016). Desse modo, resulta determinante focar-se em intervenções integrais e participativas que permitam assentar as bases para sua legitimidade e sustentabilidade no longo prazo (JIMENEZ, 2016).

Enquanto a ideia de paz territorial, Sandra Bautista (2017) reconhece que se trata de um conceito pobremente discutido e fundamentado na academia. Desde uma perspectiva crítica, o autor faz uma análise dos sentidos e intencionalidades do termo no governamental e na produção acadêmica. Ante o

¹³¹ Isto através de uma maior provisão de bem públicos, segurança, acesso a serviços fundamentais como água, educação, saneamento e saúde, formalização de títulos de propriedade sobre a terra, apoio técnico e facilitar mecanismos de financiamento, entre outros (SANTAMARIA, 2015).

novo cenário do pós-conflito, aporta elementos chaves para indicar uma noção do significado de paz territorial para a Colômbia. Desta forma, ressalta o enfoque neoliberal que se propõe desde o governo colombiano¹³². Por outro lado, entre os aportes que traz a autora, encontramos as declarações de Paladini (2016, p.3 apud BAUTISTA, 2017, p.106), para quem, a paz territorial: “é conseguir que a paz se construa e defina desde as demandas e agendas dos territórios, com, desde e para os mesmos territórios e a participação direta e transformadora das populações”.

Nesse sentido, segundo Ulloa & Coronado (2016), a paz territorial nasce de um cenário de deliberação e confrontação política, no qual se põem a prova à interação entre a sociedade e o Estado, e as diversas expressões de representação política; tanto locais como regionais, para a formulação de políticas públicas que respondam as necessidades e interesses das regiões e comunidades. Reconhecendo processos de justiça socioambiental, segurança social, e direitos territoriais, culturais, sociais e políticos. Por outra parte, Jimenez (2016) aponta que o Estado deve reconhecer as formas comunitárias de organização territorial próprias de algumas regiões, nas quais as condições sociais e geo-históricas impulsaram e permitiram o decolar da guerra¹³³.

Igualmente, adverte-se que no empenho institucional de gerar umas condições que impulsionem o desenvolvimento econômico, não se questionam os usos do solo existentes e desejados pela comunidade, mas procura-se o financiamento de processos de acumulação de capital e de poder político sob a ideia de "paz territorial" (BAUTISTA, 2017).

Ante essa situação, entendemos a paz territorial como:

¹³² O autor faz uma análise acerca de o que o governo denominou "La Paz Territorial", apresentado pelo Alto Comissionado de Paz, Sérgio Jaramillo (2014), além de declarações de membros do governo central para afirmar a abordagem liberal sobre o conceito de paz territorial proposto pelo Estado colombiano, enquanto o governo colombiano associa o conflito à ausência Estatal em algumas zonas do país, e pretende corrigir falhas institucionais que permitam impulsar o desenvolvimento nas zonas que se encontravam fora das lógicas imperantes. Assim, conseguir a abertura de novos espaços e cenários para a ampliação de mercados. Batista (2017) parafraseando a Richmond (2013) agrega que esta perspectiva liberal da paz é contemporaneamente denominada como *statebuilding* e *peacebuilding*. Caracterizada por induzir processos focados em apoios externos para a construção de normas e o fortalecimento das instituições. Sob a ideia da modernização e o desenvolvimento, as quais estão estreitamente relacionadas entre si, procura-se minar os dividendos da paz no curto prazo, permitindo assim, manter a desigualdade material e de poder. Nesse sentido, o interesse primário encontra-se na construção de Estado a partir de desenhos institucionais - ou a institucionalização do território- longe da geração de dividendos materiais da paz, quer dizer, a redistribuição da riqueza (BAUTISTA, 2017), em particular no que se refere à terra, aspecto frequentemente ligado na literatura à gênese do conflito.

¹³³ As diversas territorialidades configuradas por diversos sujeitos e derivados processos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, nos quais a guerra aparece como um elemento central. O território é uma construção social mediada também, como no caso colombiano, pela expressão armada que assume o processo de confrontação social e política (BAUTISTA, 2017).

A paz territorial é o processo de transformação dos territórios na base da justiça social, a partir do reconhecimento das trajetórias históricas dos atores que atuam e das diversas características dos conflitos existentes, mediada por apostas sociais, econômicas, importância cultural e ambiental das comunidades. A paz territorial como processo implica a consideração de múltiplas dimensões e múltiplas escalas de ação política, que permitem o trânsito para outras territorialidades, outras formas de se apropriar/viver/sentir o espaço que determine o interesse na conquista do bem comum, o bom viver e um possível futuro coletivo, em que a vida está acima de tudo (BAUTISTA, 2017, p.109).

A paz territorial exige entender o impacto que mais de cinquenta anos de violência teve sobre as cidades, em particular nas cidades médias, e se projetar no futuro¹³⁴, conscientes de uma população urbana crescente e a necessidade de uma relação urbano-rural mais justa, para propor iniciativas efetivas que garantissem uma qualidade de vida apropriada das populações, em harmonia com a proteção dos ecossistemas estratégicos e a biodiversidade¹³⁵ (BAUTISTA, 2017, ULLOA & CORONADO, 2016), como sustento real de uma nova Colômbia, a Colômbia do pós-conflito. Nesse contexto, a Agenda 2030 se introduz num momento histórico para o país. Construir um país em paz é o desafio das novas gerações e, os ODS podem ser um grande aliado neste esforço em temas relacionados com a redução da desigualdade, a educação de qualidade e a proteção do meio ambiente com o fim de construir sociedades mais pacíficas (PNUD, 2015).

A paz territorial parte do reconhecimento de que o conflito armado tem afetado mais alguns lugares da geografia nacional que a outros, e, portanto, é necessário articular esforços em tono ao processo de construção de paz nesses territórios. A construção de uma paz com enfoque territorial deverá ter em conta as particularidades ambientais, além das políticas, econômicas, sociais e culturais dos territórios afetados pelo conflito, para evitar gerar novas tensões. Dessa maneira, a adequada gestão do meio ambiente pode ser um elemento essencial para o desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis. Ao brindar alternativas produtivas também se diminui a probabilidade de reincidência do conflito, posto que, reduz os incentivos para recorrer a atividades armadas e ilegais como forma de sustento (RODRIGUEZ GARAVITO et al., 2017).

¹³⁴ Para o governo colombiano, o pós-conflito consiste num conjunto de ações e planos a desenvolver nos próximos 12 a 15 anos. Sem embargo, repetidamente na bibliografia chama-se a atenção da continuidade das políticas do pós-conflito em pelo menos 20 anos.

¹³⁵ A biodiversidade é fundamental para a vida, na medida em que prove os recursos para satisfazer as necessidades básicas do homem, serviços ecossistêmicos como a proteção das fontes de água e materiais naturais que permitem desenvolver produtos e serviços (JARAMILLO CASTRO, 2016).

Em termos amplos, a construção de paz é um processo de ações governamentais e civis, grupais e individuais, no curto, mediano e longo prazo, encaminhadas à solução pacífica de conflitos através do diálogo e a concertação, a garantia dos direitos humanos, a procura a justiça social, e o fomento de economias sustentáveis e inclusivas (GALTUNG, 1998 apud RODRIGUEZ GARAVITO et al., 2017, p.13). Dessa maneira, e baseados nas ideias dos autores aqui apresentados podemos reconhecer, ao menos, três frentes de ação para a construção de paz e consolidação pós-conflito:

Governança e Intencionalidade: Em termos concretos, o acordo entre o governo e as FARC prevê uma grande reforma rural, o aumento da participação política e a eliminação do narcotráfico. Portanto, a implementação dessas propostas supõe a existência de instituições locais com capacidade para adiantar as políticas públicas necessárias para levar à prática esses objetivos do acordo de paz (GARCÍA & ESPINOSA, 2016, p.14). Nesse sentido, a presença do Estado e de instituições fortalecidas são requisitos sem os quais, consideramos que não é possível empreender essas ações¹³⁶. Por exemplo, a defesa dos direitos sociais, a democracia participativa e a resolução de conflitos cotidianos requerem de um grau de desenvolvimento institucional para que sejam efetivas. Na Colômbia, estima-se que em 60% do território não existe um Estado consolidado, especialmente zonas periféricas, onde habitam perto de seis milhões de colombianos¹³⁷.

Reestruturação Econômica: A realidade econômica do país e a ausência de um debate público acerca do modelo econômico dominante supõem um obstáculo no cenário do pós-conflito. O eventual aprofundamento do modelo neoliberal nos territórios que se mantiveram a margem ou se resistiram a sua implantação, abre a possibilidade para a exacerbação dos atuais conflitos e o surgimento de novos no futuro, em consonância com as pressões sobre os recursos naturais e as comunidades étnicas que esse modelo suscita. O pós-conflito é o cenário de convergência de todas as forças democráticas para construir alternativas, tanto de desenvolvimento como de ordenamento territorial, que requerem uma visão integral de país, que se encontra em contradição com o modelo extrativista imposto à nação (MESIAS, 2017).

¹³⁶ A existência de Estado moderno predica-se quando se cumprem três condições ou características básicas: eficácia, legalidade e legitimidade (BOBBIO, 2005 apud GARCIA & ESPINOSA, 2016, p.14).

¹³⁷ Ibid., p.6.

Meio Ambiente e Mudança Climática: Um dos principais retos para a etapa do pós-conflito consiste em lograr um balance entre a proteção do meio ambiente e o crescimento econômico necessário para financiar e impulsar o processo de construção de paz. O governo enfrenta o reto de programar e incentivar projetos, públicos e privados, sustentáveis que fomentem a conservação e proteção do meio ambiente a través de diferentes modelos como o aproveitamento florestal sustentável, o pago por serviços ambientais e projetos agroflorestais e silvo pastoris. A vulnerabilidade do país às mudanças climáticas e a magnitude de seus impactos podem converter-se em obstáculos significativos para a construção de uma paz estável e duradoura. Assim, tanto as autoridades nacionais como as locais deverão ter presentes os impactos da mudança do clima nos processos de restituição de terras e o nos distintos projetos do pós-conflito (RODRIGUEZ GARAVITO et al., 2017).

Os compromissos adquiridos pelas partes no acordo de paz abrem as portas a um ambicioso processo de construção de paz desde o territorial, o qual traz consigo um país mais inclusivo, mais próspero e mais equitativo. Sem embargo, não todos os atores se estão mobilizando na mesma direção. O sucesso do processo do pós-conflito depende em grande medida da capacidade dos diferentes setores que influenciam a toma de decisões no país, da participação de todos os setores sociais, especialmente daqueles mais afetados pelo conflito armado, a través do desenho e implantação de políticas públicas a nível nacional e local, direcionadas a cobrir as demandas desta nova fase da sociedade colombiana.

4 Cidades do Pós-Conflito

O conflito armado provocou um êxodo massivo e disseminado por todo o território colombiano. Segundo o Registro Único de Vítimas da Unidade de Vítimas do governo colombiano, existem 8.286.032 vítimas do conflito armado na Colômbia, das quais, 7.338.916 são vítimas de deslocamento forçado (até 31 de dezembro de 2017). Tais cifras localizam a Colômbia como a nação com maior número de deslocados internos no mundo.

Para descrever o processo de urbanização na Colômbia é preciso ter em conta que a Colômbia se divide em 32 departamentos, e um distrito capital, os quais constituem os entes mais importantes a nível territorial, e, ademais, possuem autonomia em assuntos relativos à sua jurisdição, e funcionam como organismos de coordenação entre a nação e os municípios. Por sua vez, os 32 departamentos se dividem em 1.122 municípios. Enquanto aos dados demográficos, o Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE, disponibiliza as informações discriminadas por conceitos de “cabeça” para referir-se ao núcleo povoado principal e, “resto”, para a população residente fora do núcleo principal do mesmo município. As “cabeças” nem sempre coincidem com os critérios de tamanho mínimo de população ou serviços que se utilizam para definir uma localidade como urbana. Não obstante, esta é a classificação empregada pelos órgãos oficiais para determinar a população urbana e rural. Por outro lado, também se faz referência as províncias¹³⁸, as quais, como unidades de análise, capturam dinâmicas mais agregadas que o município, ao mesmo tempo em que mostra padrões mais diferenciados e diversos que a perspectiva departamental.

A conformação territorial da Colômbia é o resultado de um efeito conjunto entre o processo histórico-geográfico de formação social, a dinâmica demográfica e as ações das forças econômicas e políticas. Desse modo, a marcada fragmentação espacial derivada da presença do sistema montanhoso andino, que atravessa de sul a norte o país, e amplas florestas que cobrem boa parte do território nacional tem incidido no processo histórico de povoamento e urbanização da Colômbia desde a época colonial até o desenvolvimento das atuais redes urbano-regionais. Uma característica importante da ocupação do espaço colombiano é o contraste entre a região ocidental, densamente povoada, e a

¹³⁸ Segundo a divisão territorial oficial do Departamento Nacional de Estadística (DANE), a Colômbia se divide em 141 províncias. Tal divisão não é político-administrativa, serve para propósitos de recoleção de informação, e, em alguns departamentos, se mantém vigente para zoneamento e administração de alguns serviços públicos. Pode corresponder a área do município, um conjunto de municípios ou até departamentos inteiros.

região oriental, escassamente povoada. Ainda hoje, a complexidade geográfica do território se percebe como um obstáculo para o desenvolvimento do transporte e as comunicações¹³⁹. Nesse sentido, as cidades colombianas se desenvolveram em territórios afastados com pouca relação e complementariedade entre elas. Afirma-se que o relativo isolamento da cada região alimentou a ideia de uma particularidade regional com uma cultura própria (ver Figura 4).

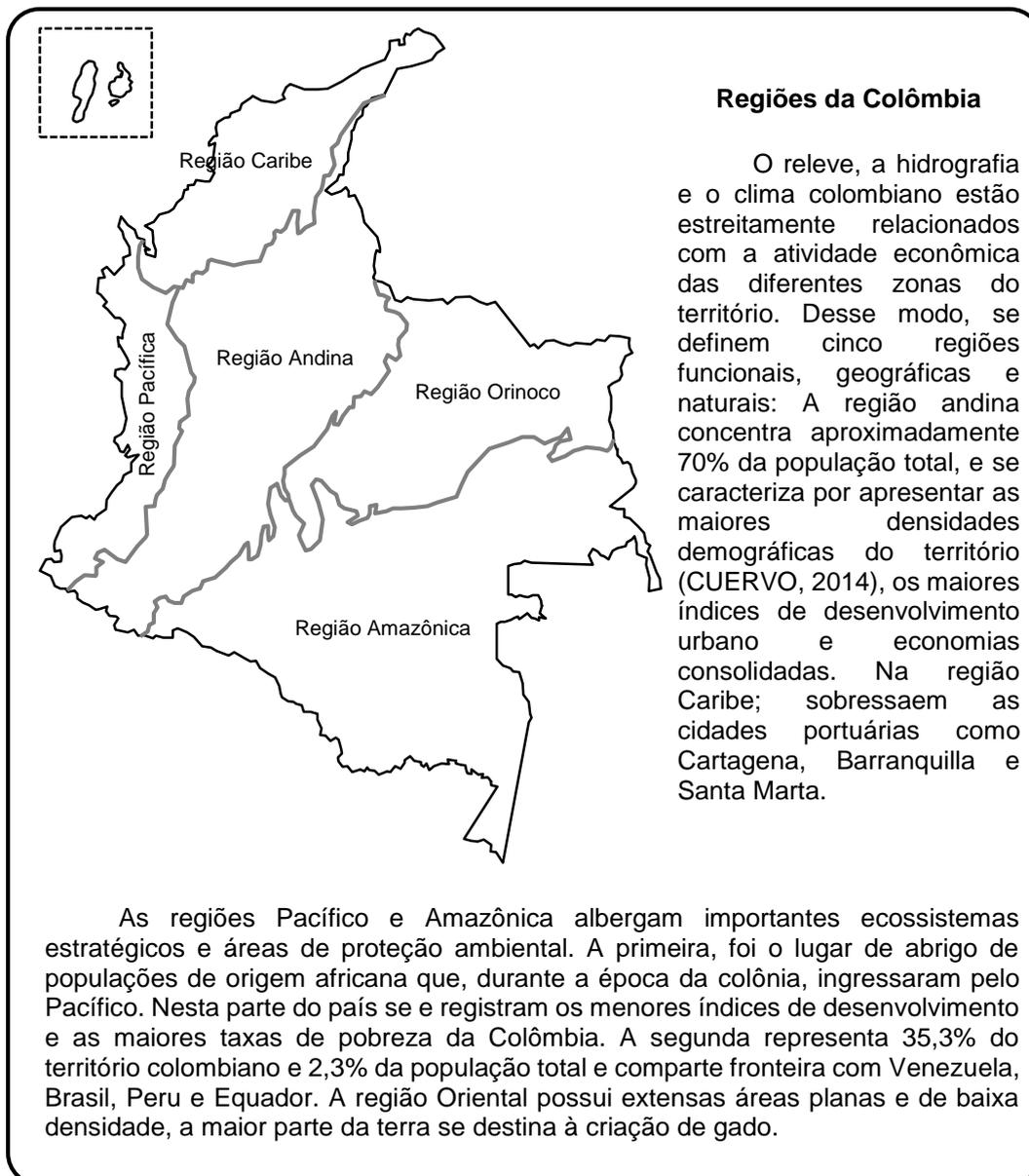


Figura 4. Regiões da Colômbia

Fonte: DANE (2012a), IGAC (2002a, b), Cuervo (2014).

¹³⁹ A precariedade do desenvolvimento da rede viária nacional é um fator que deve ser considerado no relativo isolamento das cidades e regiões colombianas. Apesar dos avanços nessa matéria, o atraso do sistema de conectividade do país continua sendo enorme, e se considera o obstáculo para o desenvolvimento do país.

Desde início do século XX, o sistema urbano colombiano vem experimentando múltiplas e aceleradas transformações. O processo de concentração de população na Colômbia apresenta diferenças consideráveis no espaço e no tempo. Em 1938, sete de cada dez colombianos moravam no campo e apenas Bogotá, Medellín, Barranquilla e Cali superavam os 100.000 habitantes¹⁴⁰. A partir de 1960, os fluxos migratórios direcionam-se de maneira privilegiada para as cidades e não para as novas frentes de colonização como ocorria até então. Desta maneira, o país predominantemente rural se transformou em urbano. Em 1964, concluído o período da violência política bipartidária, denominado “*La Violencia*”, 52% da população colombiana residiam em áreas urbanas. As altas taxas de crescimento populacional das principais cidades, menores taxas de mortalidade e maior dinamismo econômico em algumas zonas do país ampliaram as diferenças entre cidades e regiões.

A consolidação e crescimento de zonas metropolitanas determinaram a redistribuição espacial da população em quatro grandes núcleos urbanos, fortalecendo a chamada “quadricefalia urbana” particular da Colômbia, composta por Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla. Seguidas, posteriormente, pelo decolar de cidades como Bucaramanga, Cartagena e Manizales, Pereira, Villavicencio e outras cidades menores. À vista disso, a Colômbia conta com múltiplas cidades medianas e grandes que influenciam o desenvolvimento de regiões muito diversas (Tabela 5). O sistema de cidades colombiano apresenta-se relativamente “equilibrado”, no qual, a primazia¹⁴¹ da capital (Bogotá D.C) é muito menos pronunciada do que em outros países latino-americanos. Embora, nas últimas décadas, constata-se uma crescente primazia de Bogotá, não chega ao nível de concentração que se observa em outros países do continente.

Tabela 5. População principais aglomerações urbanas

População principais Aglomerações Urbanas		
Total nacional: 48.747.708 habitantes		
Aglomeração urbana	Pop. Núcleo Aglomeração	Pop. Total Aglomeração
Bogotá	7.980.001	9.469.072
Medellín	2.486.723	3.821.890
Cali	2.394.925	2.915.237
Barranquilla	1.223.616	2.388.115

¹⁴⁰ Segundo o DNP (2014a), em 1938, Bogotá tinha 330.312 habitantes; Medellín: 168.266 habitantes, Barranquilla: 152.266 habitantes e, Cali contava com 101.833 habitantes.

¹⁴¹ O índice de primazia (IP) se obtém do cociente entre a população da primeira cidade mais populosa e a soma de população das três cidades que seguem no ranking. O índice de primazia de Bogotá passou de 0,78 em 1951 a 1,28 em 2010 (DNP, 2014a, c).

Cartagena	1.013.389	1.231.171
Bucaramanga	528.269	1.132.339
Villavicencio	495.227	505.855
% total nacional	33,1%	44%

Em total, 56 cidades compõem o sistema urbano colombiano, as quais somam perto de 65% da população total do país e 80% da população urbana. Dentro desse grupo, 18 cidades correspondem a aglomerações urbanas ou áreas metropolitanas, as quais estão conformadas por 113 municípios e representam 81% da população do sistema de cidades (22,4 milhões de habitantes em 2010), e 65% e 79% do total e urbana nacional. Umhas 14 delas se concentram em torno a cidades capitais.

Fonte: Elaborado a partir das projeções de População 2005 – 2020, elaborada pelo DANE (2018).

Apesar da tendência global migratória campo-cidade na história contemporânea colombiana, o processo de urbanização se caracteriza por um tipo de migração precipitada e não voluntária que continua causando profundas transformações na estrutura demográfica, econômica e social do país. Desse modo, a urbanização recente da Colômbia não pode desvincular-se do problema agrário, e o conseqüente conflito armado. A tendência histórica à alta concentração da estrutura fundiária, o avanço da agricultura mono-exportadora e o pobre desenvolvimento do setor agrícola tradicional, somadas ao abandono estatal dos territórios periféricos e o uso sistemático da violência para exercer domínio e controle do território como espaço estratégico de ordem político econômico, alimentaram um conflito armado que se viu fornecido pelo decolar do narcotráfico, a partir da década dos anos oitenta¹⁴².

Em efeito, a dinâmica do deslocamento forçado não termina no momento da expulsão, sua continuidade no tempo se manifesta no processo migratório e na procura, temporal ou permanente, de proteção, principalmente nos centros urbanos (CNMH, 2015). Conseqüentemente, entre os principais destinos receptores de população deslocada aparecem junto a capital do país¹⁴³, outras cidades principais e capitais de departamento, Medellín, Santa Marta, Cali, Sincelejo e Valledupar. Desse modo, entre as regiões que ganharam população se destacam aquelas que contam com um centro urbano de tamanho médio ou grande. A saída de contingentes de imigrantes provenientes do campo propiciou o crescimento e fortalecimento de grandes centros urbanos, onde coexistem expressões do país rural com espaços e tempos da urbanização moderna.

¹⁴² Nesse período, pode-se observar o escalonamento dos eventos de deslocamento forçado por todo o território nacional. Inicialmente, em 1980, este fenômeno se concentrava em apenas 115 municípios, cinco anos mais tarde, a cifra aumentou a 536 municípios. Para 1985, a Colômbia consolidava seu perfil urbano, assim, 65% da população total habitava nas cidades (CNMH, 2015).

¹⁴³ A capital é o maior receptor de população deslocada. Até 31 de dezembro de 2017, Bogotá recebeu 534.828 deslocados segundo dados do Registro Único de Víctimas – RUV (UNIDAD VICTIMAS, 2018).

Do mesmo modo, motivou a consolidação de redes urbanas compostas por um centro urbano de tamanho, mais ou menos médio, e inúmeros núcleos povoados de diferentes tamanhos em espaços regionais bem definidos, onde é possível manter a proximidade aos referentes rurais sem perder as oportunidades próprias da contiguidade à cidade. O crescimento acelerado e forçado das cidades trouxe consigo maiores dificuldades aos governos locais, dada a limitada disponibilidade de recursos e infraestruturas para dotar de serviços básicos à população nativa e deslocada, influenciando de maneira decisiva nas disparidades socioeconômicas entre âmbitos subnacionais. Em outras palavras, o processo de urbanização da Colômbia não se explica unicamente como consequência do processo de industrialização, modernização e inserção da Colômbia na política econômica global. Dado que, estes processos se acompanharam de uma situação de violência política e armada no interior do campo.

Em sínteses, o desenvolvimento territorial colombiano se caracteriza por um crescimento econômico estimulado por poucas cidades e províncias, fortes desequilíbrios no interior das regiões e, baixa diminuição da pobreza. Não obstante, apesar da brecha social e econômica que existe entre a maior parte dos centros urbanos do país e as grandes cidades, a universalização da prestação de serviços públicos domiciliários e o recente dinamismo econômico de algumas zonas do país têm possibilitado a aparição de novas entidades territoriais que estão modificando o sistema de cidades colombiano e abrindo a possibilidade de um desenvolvimento territorial mais balanceado. Porém, a rede nacional está desarticulada com as redes regionais e locais, limitando o aproveitamento das vantagens comparativas das regiões, a especialização e as economias de escala para atingir um melhor desenvolvimento endógeno de cada cidade.

As “Cidades do Pós-conflito” aqui apresentadas correspondem a centros urbanos intermediários, que se inserem em regiões que constituem os epicentros da luta armada e do deslocamento forçado nos últimos trinta anos, portanto, resulta importante refletir, ante o possível fim do conflito armado, sobre o papel que elas podem exercer como entidades dinamizadoras do desenvolvimento endógeno de suas respectivas regiões diante dessa nova conjuntura (Figura 26). Apesar de que a maior parte da população colombiana mora em centros urbanos (76,7%), estima-se que 84,7% do território nacional está conformado por municípios predominantemente rurais. Dessa maneira, a população rural colombiana ascenderia a 30,4% da população total (DNP, 2014b). As cidades do pós-conflito representam uma grande oportunidade para integrar a cara urbana e rural do país.

Apesar das heterogeneidades próprias de cada cidade, as “Cidades do Pós-conflito” se caracterizam por serem:

- São centros urbanos que se desenvolvem funcionalmente dentro dos limites político-administrativos, quer dizer, eles desenvolvem atividades próprias dentro da cidade que não dependem de outros centros da rede urbana hierarquizada. Dependendo de seus contextos regionais, apresentam um tamanho demográfico entre 10.000 e 200.000 habitantes nas regiões menos povoadas como o Orinoco e a Amazônia, e até 600.000 habitantes nas regiões, Andina e Caribe.
- São centros urbanos que abrigam instituições da administração do governo local, regional e subnacionais, cumprindo um importante papel na descentralização administrativa e governamental destes níveis.
- Apesar do caráter rural de algumas delas, apresentam uma estrutura urbana com certo grau de desenvolvimento e exercem influência sobre um entorno mais ou menos amplo, desta maneira eles são considerados “centros de referência” associados a funções urbanas.
- Centros urbanos com uma recente dinâmica demográfica (1986 – 2016). Apresentam taxas de crescimento populacional anual superior à média nacional, em alguns casos, chegaram a triplicar seu tamanho populacional nos últimos 30 anos. Estima-se que para 2035 e 2050, estes centros constituirão os principais focos de acumulação populacional no país (Figura 9 e 10). De igual forma, são centros urbanos que registram eventos de expulsão e recepção de população deslocada pelo conflito armado (Figura 11 e 12).
- Centros urbanos que concentram uma diversidade de bens e serviços mais ou menos especializados para o atendimento da demanda local e dos municípios próximos, constituindo importantes centros de consumo. Destacam-se os serviços especializados, tais como: saúde de alta complexidade, educação superior de qualidade, atividades associadas ao agronegócio, serviços informacionais e indústria criativa, turística e cultural. Desta maneira, são locais propícios para a localização de estruturas comerciais voltadas para distribuição de mercadorias nas regiões onde se localizam.
- Centros urbanos onde se localizam instituições de Educação Superior, com destaque para as universidades e os programas de pós-graduação.

De igual maneira, destacam-se pelo potencial turístico, cultural e a produção de conhecimento local.

- Assentamentos interligados por redes de transporte e comunicações fornecidos de infraestruturas, aeroportos, portos e vias, que os conectam com redes locais, regionais e nacionais e, inclusive, em alguns casos, com acesso às redes internacionais. Algumas, dependendo de seu contexto geográfico e ambiental, se encontram conectadas ou não ao sistema urbano nacional.
- Centros urbanos que se localizam dentro ou nas adjacências dos territórios geográficos mais afetados pelo conflito armado (Incidência do Conflito Armado 1986 – 2015). Identificados como municípios “prioritários” ou próximos a regiões priorizadas para a execução de programas enfocados ao pós-conflito¹⁴⁴. Algumas das cidades aqui apresentadas fazem parte dos 170 municípios do país, onde o governo nacional incentiva os Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial¹⁴⁵ (PDET), definidos como instrumentos de planejamento para orientar ações administrativas para a construção de paz, superar o uso da violência como meio para resolver os conflitos, impulsionar o diálogo social e as alternativas de desenvolvimento econômico e social sustentáveis. Em outros casos, encontram-se associadas a esses municípios.
- Centros urbanos que se localizam em regiões com presença de atores armados ilegais, comunidades indígenas e afrodescendentes, parques naturais, zonas de reserva florestal e áreas protegidas. Portanto, seu papel no pós-conflito encontra-se ligado à proteção e preservação das áreas com importância ambiental e ecológica e as funções político-administrativas.

Consequentemente, a seleção das “Cidades do Pós-conflito” seguiu os procedimentos propostos na metodologia baseada no conceito de cidade intermédia, e permitiu a distinção de ao menos 30 centros urbanos com o potencial

¹⁴⁴ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) identificou 125 municípios que precisam de atenção especial no pós-conflito. O governo colombiano por sua parte detectou 187 municípios, nos quais a intensidade do conflito considera-se “Muito alta” (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2016). Finalmente, a Fundação Paz & Reconciliación (2016), propõem 281 municípios prioritários devido à alta incidência do conflito armado e os altos níveis de pobreza. A priorização destes municípios leva em conta a incidência do conflito armado, índices de pobreza, presença de cultivos ilícitos, economias ilegais e baixa presença institucional. As três propostas foram tidas em conta para reconhecer os municípios prioritários.

¹⁴⁵ Os PDET foram criados pelo Decreto 893 de 2017 com o objetivo de impulsionar a transformação integral do âmbito rural nos próximos 10 anos.

de liderar os processos para a consolidação do pós-conflito em suas respectivas regiões.

O conjunto de 30 cidades selecionadas, segundo as estimativas populacionais do DANE para o ano 2016, soma-se, ao total, 5.778.409 de habitantes e 4.896.312 habitantes urbanos, equivalentes a 11,9% e 13,1% da população total e urbana do país, respectivamente (Tabela 6). Compõe-se de cinco cidades com tamanho demográfico superior a 400.000 e inferior a um milhão de habitantes, cinco cidades entre 200.000 e 400.000 habitantes, dez cidades entre 100.000 e 200.000 habitantes, cinco cidades entre 50.000 e 100.000, e cinco com menos de 50.000 habitantes (ver Figura 5). Dentro deste grupo de cidades selecionadas, encontram-se 10 das 23 principais cidades da Colômbia, em termos populacionais e econômicos, elas são: Riohacha, Santa Marta, Valledupar, Montería, Sincelejo, Quibdó, Ibagué, Neiva, Popayán e Florencia, todas elas capitais de departamento. Em total 19 correspondem a centros políticos-administrativos e 11 cumprem funções sub-regionais. Geograficamente, estas cidades se localizam em todas as regiões do país e em 24 dos 32 departamentos:

Sobressai a região Caribe por um maior número de cidades e maior tamanho populacional. Santa Marta (1525)¹⁴⁶, por sua condição de porto marítimo natural vêm adquirindo uma importante dinâmica fomentada pelo comércio internacional, a localização de indústrias perto das zonas de exportação, e o auge do turismo. Junto a Valledupar (1550) e Riohacha (1535) se localizam nas imediações da Serra Nevada de Santa Marta e o Mar do Caribe. Turbo (1741) se localiza ao noroeste da Colômbia, no Golfo de Urabá sobre o Mar Caribe. Sua localização tem incentivado o perfil portuário da cidade. Na mesma região, encontra-se Apartadó (1907) conhecida como zona agroindustrial com extensas plantações de banana. No interior da região Caribe, encontramos Montería (1777) com uma economia baseada na agricultura e a pecuária extensiva. Por outro lado, Cauca (1886) situa-se numa zona de mineração e alta presença de cultivos ilícitos. San Andrés (1803), por sua parte, localizada na região insular do Archipiélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina no Caribe colombiano, constitui a única cidade nesta região do país, e ela vem sendo favorecida pelo aumento do turismo, convertendo-se num importante nicho para esse setor.

¹⁴⁶ Os dados em parêntesis correspondem à data de fundação das cidades.

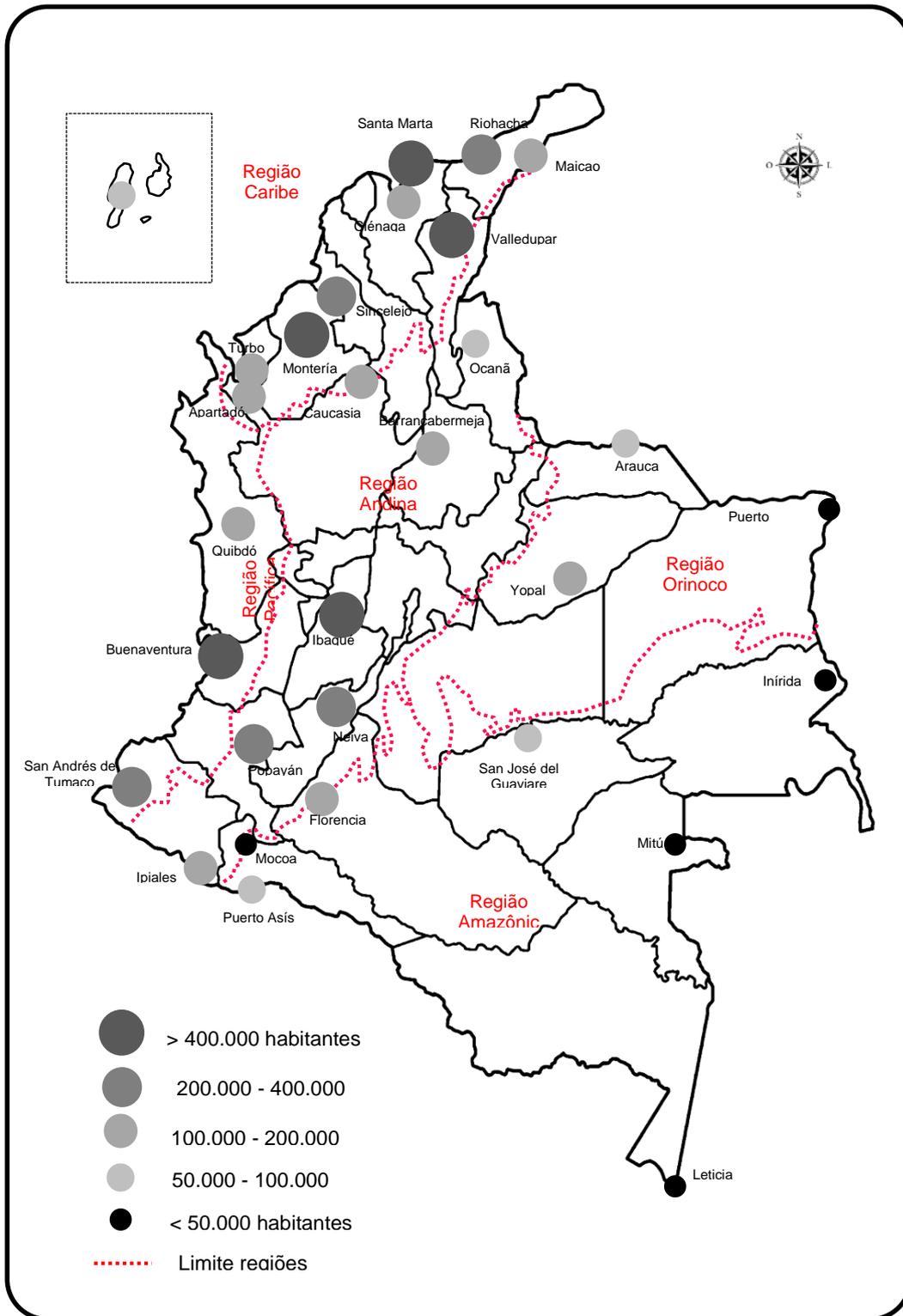


Figura 5. Localização e tamanho populacional das cidades intermédias colombianas

Fonte: Elaborado a partir de dados populacionais do DANE (2018).

Na região Amazônica, dadas as condições geográficas e ambientais desta parte do território nacional, onde se encontram importantes ecossistemas ecológicos, algumas cidades se encontram desconectadas do sistema nacional,

Leticia (1867); Mitú (1936) e Irínida (1963). Nesta região se localizam sete cidades, quatro delas com menos de 50.000 habitantes. Leticia, no extremo sul do país, na fronteira entre Brasil e Peru, é a capital do departamento de Amazonas, o maior em extensão no país e um dos menos populosos, o município de Leticia reúne 54% da população total do departamento. As melhorias nas condições de segurança e no transporte vêm incentivando a chegada de turistas. Por sua parte, San José del Guaviare (1938), desde seu início, se estabeleceu como núcleo de apoio vinculado às atividades colonizadoras da floresta amazônica.

Mocoa (1563), juntamente com Arauca (1780) e Yopal (1915) na região do Orinoco se caracterizam por serem encomias associadas às atividades petrolíferas. Puerto Carreño (1913) situa-se na convergência dos rios Orinoco e Meta, na fronteira com a Venezuela e apresenta uma economia baseada em atividades agrícolas. As cidades pertencentes à região Andina se caracterizam por serem cidades coloniais, situadas sobre as cordilheiras dos Andes. Neiva (1612) e Popayán (1537) e Ibagué (1550) apresentam uma economia diversificada, onde sobressai o turismo, o comércio e a gastronomia como atividades principais. Ocaña (1570), ambas localizadas no departamento de Norte de Santander, com economias baseadas na gastronomia, a agricultura e o turismo. Na sub-região do Magdalena Médio, localiza-se Barrancabermeja (1536), um antigo enclave industrial ligado às atividades associadas ao petróleo, sede de uma refinaria de petróleo.

Tabela 6. Localização e tamanho populacional das cidades selecionadas

		Escala		População 2016		
A	n	Departamento	Cidade	Total	Urbana	% Urb.
		Caribe	Antioquia	1	Apartadó	183.716
2	Caucásia			114.902	159.174	82,5%
3	Turbo			163.525	94.762	39,9%
Arq. San Andrés	4		San Andrés*	71.946	53.214	74,0%
Cesar	5		Valledupar*	463.219	395.860	85,5%
Córdoba	6		Montería*	447.668	346.873	77,5%
La Guajira	7		Riohacha*	268.712	228.749	85,1%
	8		Maicao	159.675	109.412	68,5%
Magdalena	9		Santa Marta*	491.535	474.520	96,5%
	10		Ciénaga	104.617	99.423	95,0%
Sucre	11		Sincelejo*	279.031	261.510	93,7%
Huila	12		Neiva*	344.026	324.375	94,3%

Pacífico	Nariño	13	Ipiales	141.863	102.739	72,4%	
	Cauca	14	Popayán*	280.054	250.043	89,3%	
	Norte de Santander	15	Ocanã	98.992	89.779	90,7%	
	Santander	16	Barrancabermeja	191.704	173.417	90,5%	
	Tolima	17	Ibagué*	558.805	528.214	94,5%	
	Nariño	18	Tumaco	203.971	114.533	56,2%	
	Valle del Cauca	19	Buenaventura	407.675	373.717	96,6%	
	Chocó	20	Quibdó*	115.907	108.142	97,1%	
	Orinoco	Arauca	21	Arauca*	89.712	77.687	86,6%
		Casanare	22	Yopal*	142.979	127.720	94,3%
Vichada		23	Puerto Carreño*	16.000	13.480	91,2%	
Amazonas		24	Leticia*	41.639	26.420	63,5%	
Guainía		25	Inírida*	19.983	12.829	64,2%	
Amazônica	Guaviare	26	S.J. del Guaviare*	65.611	45.705	69,7%	
	Putumayo	27	Mocoa*	42.882	35.066	81,8%	
		28	Puerto Asís	60.792	33.362	54,9%	
	Vaupés	29	Mitú*	31.861	16.302	51,2%	
	Caquetá	30	Florencia*	175.407	153.978	87,8%	
Total "Cidades do Pós-conflito"				5.778.304	4.896.312	85,8%	
%Total Nacional				11,9%	13,1%		
Nacional				48.747.708	37.332.955	76,7%	

*Capital de departamento

Fonte: Elaborado a partir de dados populacionais do DANE (2018).

Na região Pacífico, a beira do rio Atrato, situa-se a cidade de Quibdó (1664), capital de Chocó. Encontra-se próxima a grandes reservas ecológicas e territórios indígenas e de comunidades afrodescendentes. É a única capital departamental da Colômbia que se localiza entre o litoral Pacífico e a cordilheira ocidental. Por sua parte, Buenaventura (1540) é o principal porto colombiano sobre o Oceano Pacífico. Por aqui entram e saem produtos que representam 60% da economia do país. Este município se destaca pela grande biodiversidade e rios caudalosos. Próximo à fronteira com Equador, aparece Tumaco (1640), uma municipalidade habitada maioritariamente por comunidades afrodescendentes e indígenas, que se caracteriza por uma economia agrícola e a presença de plantações de palmeira para extrair óleo.

As cidades do "Pós-Conflito" inserem-se dentro dos territórios mais afetados pelo conflito armado. Desta maneira, dada sua localização geográfica, elas são estratégicas para transição da guerra à paz conforme Figura 6. As informações e dados apresentados nesta parte estão baseados em CNMH (2015).

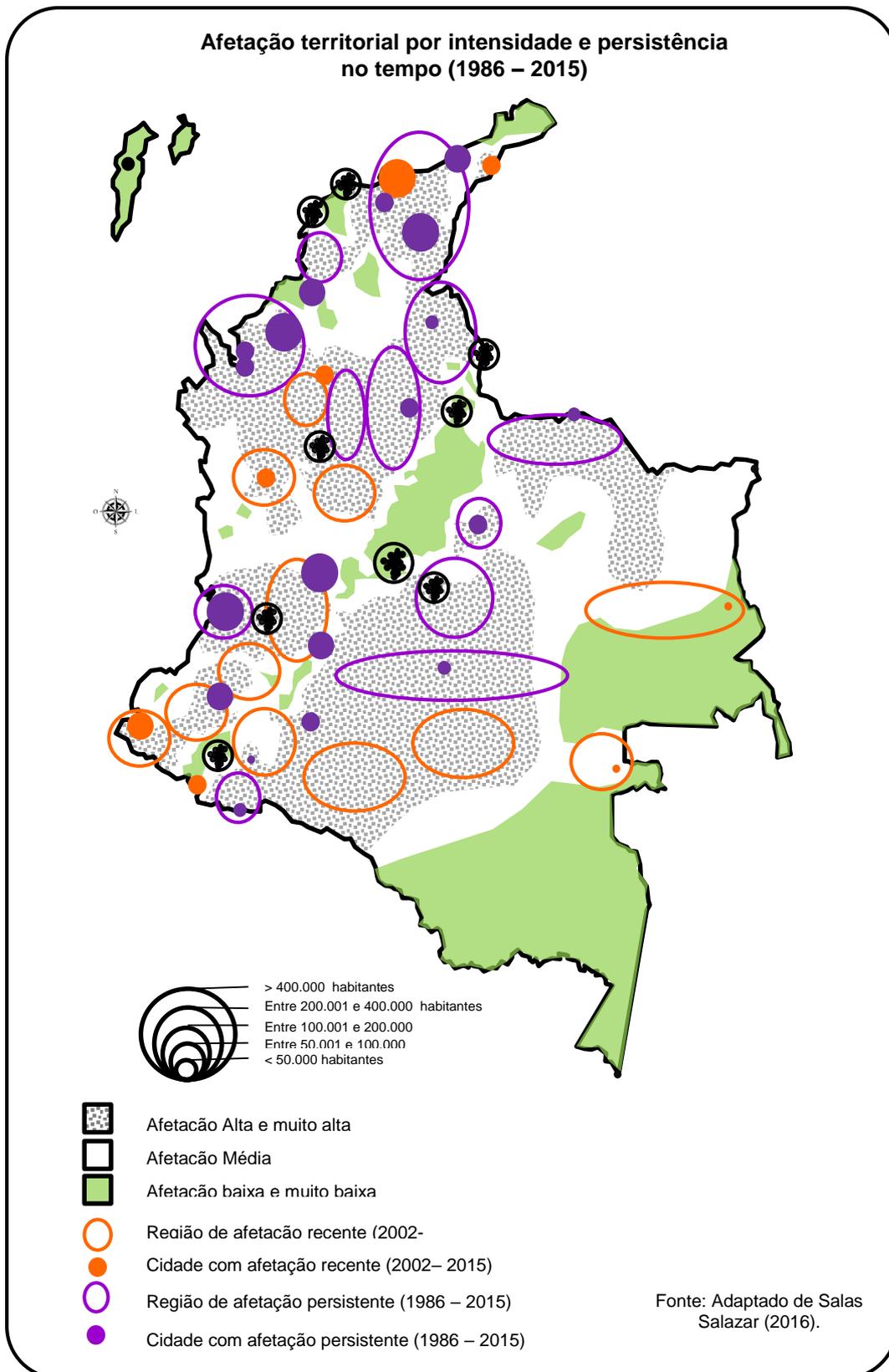


Figura 6. Afetação territorial segundo a intensidade e persistência do conflito armado

A afetação territorial decorrente do conflito armado na Colômbia, em termos de intensidade e persistência¹⁴⁷, mostra um comportamento diferencial nos distintos territórios segundo as lógicas e domínios territoriais dos atores do conflito que incidem de alguma ou outra forma, na configuração territorial. A condição de portos de alguns destes municípios, sua localização e condições de acesso favorecem não apenas a implantação de cultivos ilícitos, mas também, a instalação de laboratórios de transformação de cocaína e o traslado do produto. As regiões mais impactadas tanto pelo deslocamento individual como massivo, compartilham algumas características como ser zonas marginais de colonização, marcadas por processos de lutas agrárias, onde se tem reconhecido territórios coletivos de comunidades afrodescendentes e reservas indígenas, onde existem polos de desenvolvimento econômico importantes para a economia nacional, e onde se tem uma alta concentração da propriedade rural.

O interesse econômico sobre os territórios estratégicos originou um contexto de permanentes manifestações de violência, caracterizadas pelas alianças e guerras “oportunistas” entre o narcotráfico, as guerrilhas, os grupos paramilitares e a força pública. O controle sobre os territórios geoestratégicos, suas terras e recursos justificavam a estigmatização da população civil, para a qual, o discurso contra-insurgente foi funcional aos interesses rentistas de atores armados e não armados, legais e ilegais. Neste cenário, o financiamento da guerra por parte de carteis de narcotráfico, comerciantes e políticos, somada à compra massiva de terras¹⁴⁸, constituiu um fator estimulador para o deslocamento forçado.

As 30 cidades localizam-se em 14 sub-regiões historicamente associadas ao conflito armado, conforme a Figura 7, elas são:

¹⁴⁷ Com o objetivo de analisar a afetação territorial derivada do conflito armado na Colômbia nas cidades selecionadas, encontrou-se, na bibliografia consultada, a proposta de Salas Salazar (2016). O autor propõe uma tipologia de municípios e regiões afetadas pelo conflito armado no período 1986 e 2015. Diferenciam-se, por uma parte, os municípios com afetação: muito baixa, baixa, média, alta e muito alta, e por outra, municípios com afetação alta persistente, 1986 – 2015, e alta recente, 2002 – 2015.

¹⁴⁸ A compra massiva de terras ampliava as possibilidades de exercer influência em muitas regiões do país, ao mesmo tempo, o investimento dos dinheiros ilegais permitia reinserir o capital na circulação do mercado.

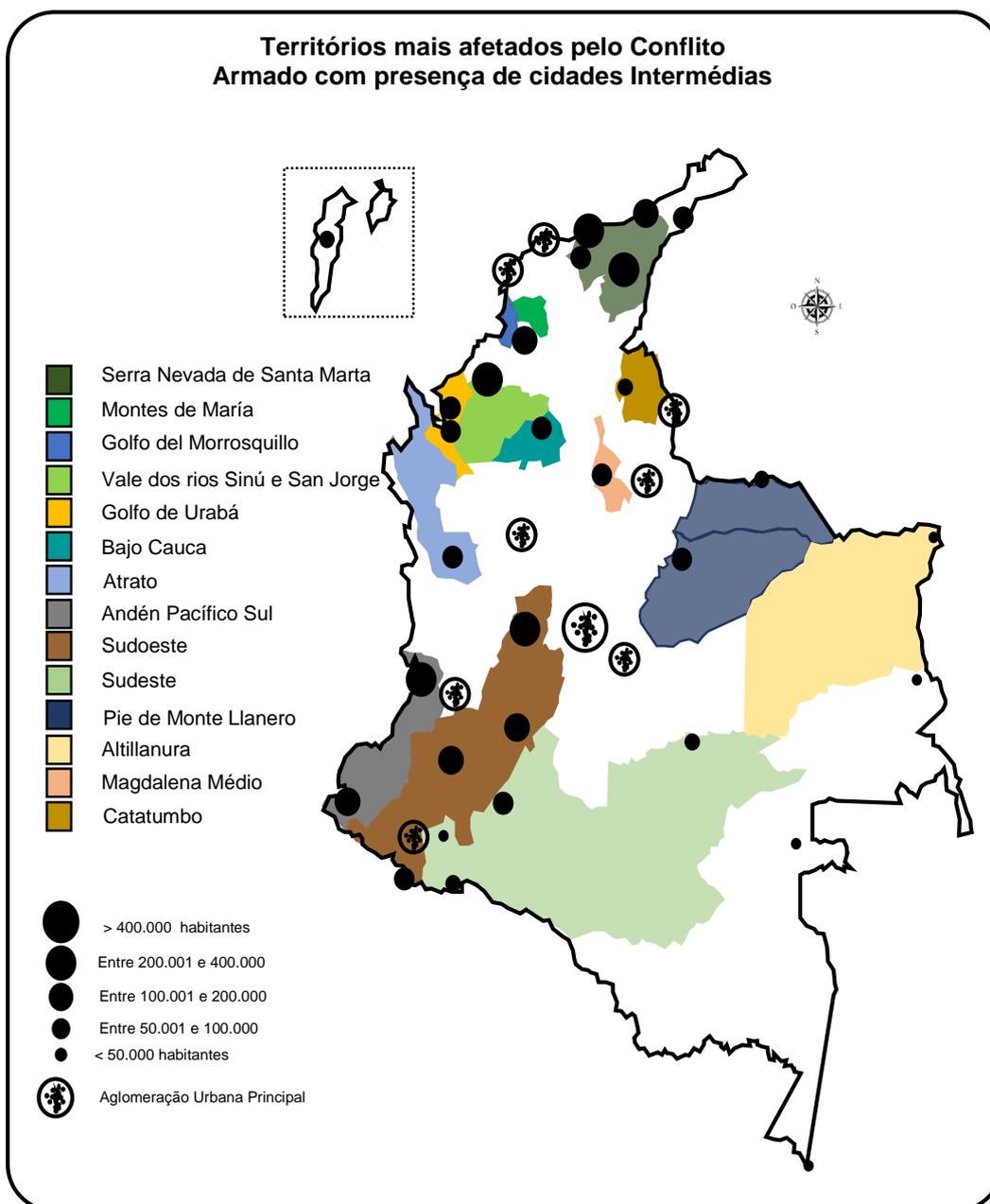


Figura 7. Territórios mais afetados pelo conflito armado com presença de cidades intermédias

Fonte: Elaborado a partir de CNMH (2015).

Urabá e Vale dos rios Sinú e San Jorge: Apartadó, Turbo e Montería.

A partir dos anos oitenta, a região de Urabá, localizada entre os departamentos de Antioquia, Chocó e Córdoba, se converteria na referência mais importante do deslocamento forçado na Colômbia. Devido à sua posição geográfica na fronteira entre a Colômbia e o Panamá, ponto de união entre América Central e América do Sul e de conexão entre os oceanos Pacífico e Atlântico, somada a sua relativa proximidade a florestas, a região de Urabá se

converteu num cenário de permanente disputa territorial. Esta região se caracteriza historicamente por seus conflitos pela terra em cenários de colonização permanente, espontânea e armada. Extensos cultivos especializados para a exportação de banana e a presença de infraestruturas portuárias para a saída deste produto. Com forte tradição sindicalista¹⁴⁹, esta região foi o epicentro de movimentos camponeses para recuperar terras nos anos oitenta. Desta maneira, a população foi estigmatizada como colaboradora das guerrilhas.

Num cenário de permanentes confrontações entre múltiplos atores armados e ataques contra a população; a região de Urabá se converteu numa das regiões mais violentas do país e a maior zona de expulsão com mais de cem mil vítimas de deslocamentos¹⁵⁰. Na história contemporânea do país, esta região representa 10% do total de casos registrados de deslocamento forçado a nível nacional e mais de 21% das expulsões massivas (CNMH, 2015). Por outro lado, o Departamento de Córdoba é o segundo mais afetado pelo deslocamento forçado entre 1980 e 1988. Os altos níveis de expulsão desta zona coincidem com o surgimento de grupos paramilitares da Casa Castaño, particularmente nos municípios de Tierralta e Montería. Nesta região, existe maior associação entre compras de terras por narcotraficantes e ações paramilitares.

Até 1990, ambas as regiões foram zona de influência do EPL (desmobilizado em 1991) e as FARC, e posteriormente, sob o domínio paramilitar. Em 1995, surgiu o grupo paramilitar Autodefesas Camponesas de Córdoba e Urabá – ACCU, as quais tinham controle sobre os vales dos rios Sinú e San Jorge, a região do Baixo Cauca e Urabá. Mais tarde, em 1997, liderariam a conformação das Autodefesas Unidas de Colômbia, exercendo controle e domínio territorial em Córdoba, Urabá, Magdalena Médio e as Planícies Orientais. A região conforma um corredor estratégico para a cadeia de produção de cocaína, onde se combinam solos aptos para os cultivos, florestas para a implantação de laboratórios de processamento, acesso ao mar para a exportação do produto terminado e a proximidade a centros urbanos de consumo. Atualmente, encontra-se sob o domínio do “Clan del Golfo”, uma gangue criminosa que surgiu logo da desmobilização dos paramilitares (2006).

- **Montes de María:** Sincelejo

¹⁴⁹ Durante os anos oitenta, perto de 50% dos trabalhadores se encontravam sindicalizados (CNMH, 2014, p. 157).

¹⁵⁰ No ano 1993, ano de incursão das ACCU, a região de Urabá que representava 1% da população do país, registrou 12,5% das mortes violentas do país. Entre 1989 e 1996, se registraram 167.178 pessoas deslocadas (CNMH, 2014).

A região por sua importância como corredor vital e estratégico que comunica o interior do país e a Costa Caribe se converteu em uma zona de importante valor estratégico para as FARC e as ACCU. Esta região alberga corredores naturais, zonas de retaguarda e avançada, e permite a obtenção de recursos econômicos dado ao acesso facilitado a centros agrícolas e pecuários da região. Durante os anos noventa, a região se manteve sob a influência de EPL, ELN, e ERP. Nesse período, a zona foi o cenário de conflitos sociais associados à luta camponesa pela terra, motivando as invasões a fazendas para propiciar uma reforma agrária. A disputa territorial na região gira em torno do controle do golfo de Morrosquillo, uma zona que adquire um renovado interesse econômico no circuito exportador da economia nacional, a partir da abertura econômica e a passagem do oleoduto Caño Limón- Coveñas¹⁵¹, que finaliza com um terminal de embarque sobre o Mar Caribe nesta região.

- **Altilanura:** Puerto Carreño

A localização geográfica da região a converteu no cenário perfeito para apropriar-se de zonas de cultivos de coca, assim como das rotas do narcotráfico pelo Rio Meta e a fronteira com a Venezuela. Na região se localizam ecossistemas característicos da Orinoquia, entre os que se encontram o Parque Nacional Natural “El Tuparro” localizado no departamento de Vichada com uma extensão de 548.000 ha.

- **Serra Nevada de Santa Marta:** Santa Marta, Valledupar, Riohacha e Maicao.

Localiza-se entre os departamentos de Magdalena, Cesar e La Guajira, sobre o Mar do Caribe. Abriga territórios ancestrais de povos indígenas¹⁵² e a reserva do Parque Nacional Natural da Serra Nevada de Santa Marta. A disputa territorial desta região está estreitamente ligada a sua localização geoestratégica, aproveitada como espaço de retaguarda por parte das guerrilhas, posto que

¹⁵¹ O oleoduto Caño Limón-Covenãs foi inaugurado em 1986, tem uma extensão de 774 km e atravessa 33 municípios de sete departamentos. Entre os anos 2000 e 2017, esta linha de transferência foi objeto de atentados por parte dos grupos guerrilheiros, afetando comunidades de Norte de Santander, Arauca e Boyacá, onde se apresentaram derrames por 1,5 milhões de barris de petróleo, gerando impactos na cobertura vegetal, nas fontes hídricas e na fauna e na flora em geral.

¹⁵² Kogui, Wiwa, Arhuaco, Kankuamo.

constituísse um ponto central que comunica os departamentos do Caribe e o interior do país. Aqui se consolidou um dos primeiros grupos paramilitares¹⁵³, nos anos setenta, afetando particularmente o setor bananeiro, por meio do assassinato sistemático de proprietários de fazendas e pequenos produtores. Na região, localizam-se as cidades de Valledupar e Santa Marta, onde se criaram as primeiras estruturas paramilitares urbanas. Como resultado da guerra paramilitar, a região se converteu na terceira zona do país com maior expulsão de população.

- **Magdalena Médio:** Barrancabermeja

Localizada no coração do país e conformado por municípios localizados em zonas periféricas de sete departamentos, é um território estratégico sobre o leito do rio Magdalena¹⁵⁴ – eixo central das comunicações entre as regiões, Andina e Caribe. Esta região foi o epicentro das Autodefesas de Puerto Boyacá, posteriormente, chamadas “Autodefesas Camponesas do Magdalena Médio”. Aqui operaram as primeiras escolas de treinamento militar para paramilitares. Sob o discurso contra-insurgente, autorizado e promovido legalmente com o apoio de oficiais das forças militares, os poderes econômicos locais e o respaldo político tanto de membros da comunidade como de funcionários do poder público deu-se via livre para a operação conjunta entre militares, polícias e paramilitares. Os grupos conformados serviam para prestar serviços de proteção a grandes proprietários de terras, comerciantes e narcotraficantes. A dinâmica regional se viu impactada pela violência que se manifestou através de uma série de crimes registrados de forma recorrente, incluindo, a desapareção forçada, homicídios, tortura de líderes comunitários, desapropriação de terras; ameaças a camponeses e deslocamentos forçados.

- **Pie de Monte Llanero:** Arauca e Yopal

A região alberga o Parque Nacional Natural “El Cocuy”, localizada entre os departamentos de Arauca, Boyacá e Casanare. Dada a presença de depósitos petrolíferos nesta zona do país, o governo nacional priorizou alguns municípios como zonas de consolidação, e excluiu outros municípios, onde mais tarde, se assentaram as estruturas paramilitares. Nesse sentido, por um lado se produziu

¹⁵³ Autodefesas de Hernan Giraldo.

¹⁵⁴ O rio Magdalena, por sua localização geográfica, conecta os principais centros de produção e consumo do interior do país e os principais portos na costa Atlântica e o Mar Caribe.

uma forte militarização nas áreas estratégicas, como a cidade Arauca e os municípios localizados na fronteira com Venezuela, onde se localizam os recursos petrolíferos, e por outro, se consolidou o projeto de expansão paramilitar no coração do país, próximo à refinaria de Barrancabermeja e ao trajeto do oleoduto Caño Limón-Coveñas. Dessa forma, na região convergiram os interesses dos atores legais e ilegais sobre a economia petrolífera, os quais se relacionavam com o recrudescimento do conflito armado e a expulsão de população. A população civil foi estigmatizada para facilitar a satisfação dos interesses rentistas e a compra massiva de terras estratégicas, afetando principalmente aos trabalhadores sindicalistas do petróleo e do óleo de palma.

- **Catatumbo:** Ocaña

Território ancestral do povo Barí, abrange o Parque Nacional Natural Catatumbo Barí, localizado sobre a cordilheira oriental em Norte de Santander na fronteira com a Venezuela. Esta região, caracterizada pelos conflitos permanentes sobre as terras e os vínculos históricos com as FARC e o ELN, foi um dos cenários mais violentos onde as estruturas paramilitares, ACCU, replicaram as estratégias de sangue e terror a partir da prática sistemática de massacres. A disputa pelo controle do corredor estratégico para o petróleo, o cultivo de coca, o óleo de palma e o contrabando na fronteira com Venezuela, gerou deslocamentos massivos de famílias camponesas e comunidades indígenas.

- **Sul Occidente:** Ibagué, Popayán, Neiva e Ipiales

Desde a estratégica região do Urabá, os paramilitares incursionaram no sul do país em departamentos como Valle del Cauca, Cauca e Huila, perpetuando fatos violentos e ataques contra a população civil que levaram a um aumento sem precedentes dos níveis de expulsão. Décadas mais tarde, a crise humanitária do deslocamento forçado na região do corredor Pacífico Sul, recrudescer a violência pelas disputas territoriais. A região adquire uma enorme importância, posto que ali, articulam-se os departamentos de Caquetá e Putumayo com a Costa Pacífica. Desta maneira, o fenômeno de deslocamento forçado adquire uma nova magnitude, em regiões como o Sul de Tolima, a zona do PNN “Nevado del Huila” (158.000 ha), e Nariño. Recentemente, a região de Florencia e sua área de influência, aparecem entre os principais focos de expulsão de população.

- **Corredor Pacífico Sur:** Tumaco e Buenaventura

Localizado entre os departamentos de Cauca, Nariño e Valle del Cauca ao longo da costa pacífica, esta região alberga um grande número de territórios coletivos de comunidades negras e territórios ancestrais dos povos Awá, Emberá Katio e Waunana. Aqui se encontram os Parques Nacionais de Sanquianga (80.000 ha), Munchique (44.000 ha), Gorgona (49.200 há), Farallones de Cali (150.000 há), Bahía Málaga (47.094 há) e Utria (54.000). A partir da década dos noventa, o governo colombiano reconhece os direitos ancestrais das comunidades negras sobre os territórios coletivos¹⁵⁵, decorrendo, mais tarde, na perseguição contra estas comunidades por parte dos atores armados. Nesta região, o êxodo da população está marcado pela violência gerada em torno à disputa pelo controle de portos naturais, principalmente Buenaventura e Tumaco, os quais constituem pontos estratégicos para o tráfico de drogas, armas e pessoas através do Oceano Pacífico. Estes municípios representam os casos mais representativos do deslocamento na região. De igual forma, na região o governo vem incentivando a implantação de megaprojetos de monocultivos da palma para a produção de óleo, a extração de petróleo, a construção de hidrelétricas e explorações de ouro e madeira.

- **Sul Oriente:** Mocoa, Puerto Asís, Florencia e San José del Guaviare

A região foi o epicentro de expulsão de população civil em meio das contraditórias medidas adotadas pelo governo nacional na luta contra-insurgente. Entre 1998 e 2002, a sub-região de Caguán, foi declarada zona de distensão para dar lugar às conversações de paz em meio da guerra com uma extensão de 47.000 km². Não obstante, o cenário foi aproveitado para o fortalecimento institucional e militar das FARC. Com a terminação das negociações em 2002, a violenta operação para retomar o controle militar da região produz novos deslocamentos e ataques contra a população civil. Enquanto, no departamento de Caquetá se espalhavam as minas pessoais no território, no departamento de Putumayo, os cultivos de coca floresceram, chegando a concentrar mais de metade da superfície cultivada em toda Colômbia. Dessa forma, em meio da aliança entre o paramilitarismo e o narcotráfico, aconteceram fumigações do solo por parte do Estado.

¹⁵⁵ Lei 70 de 1993.

Na Colômbia, os atores armados vinculados a projetos econômicos optam pelo deslocamento forçado como estratégia para desapropriar e apropriar-se de terras produtivas ou estrategicamente localizadas para o desenvolvimento de megaprojetos de infraestrutura, mineração extrativa, agroindústria, petróleo, exploração de recursos florestais e narcotráfico segundo Figura 8. Dentro do grupo de cidades selecionadas, encontramos sete cidades, nas quais, a afetação territorial por abandono de terras supera 10% do total do território, conforme Tabela 7. Todas elas têm em comum o fato de estarem vinculadas economicamente a atividades relacionadas com o petróleo e exportação de banana. Nesse sentido, Apartadó e Turbo, localizados na zona bananeira de Urabá, aparecem entre as cidades selecionadas como os municípios mais afetados pelo abandono de terra como furto da violência nas áreas rurais. Até 2014, em Turbo se registraram 86.805 hectares de terras desapropriadas e abandonadas por parte da população rural. Sem dúvidas, os processos de restituição de terras constituem um dos processos mais críticos na construção do pós-conflito.

Tabela 7. Cidades intermediárias mais afetadas pelo conflito armado

Cidade	Afetação territorial por abandono de terras	Hectares de terras abandonadas	Atividades econômicas
Apartadó	37,1%	22.336	Produção e exportação de banana
Turbo	28,1%	86.805	Produção e exportação de banana
Florencia	18,5%	42.512	Exploração e extração de petróleo
Puerto Asís	13,9%	36.347	Exploração e extração de petróleo
Ciénaga	13,7%	18.684	Produção e exportação de banana
Mocoa	12,2%	12.583	Exploração e extração de petróleo
Santa Marta	11,1%	26.248	Produção e exportação de banana

Fonte: CNMH (2015).

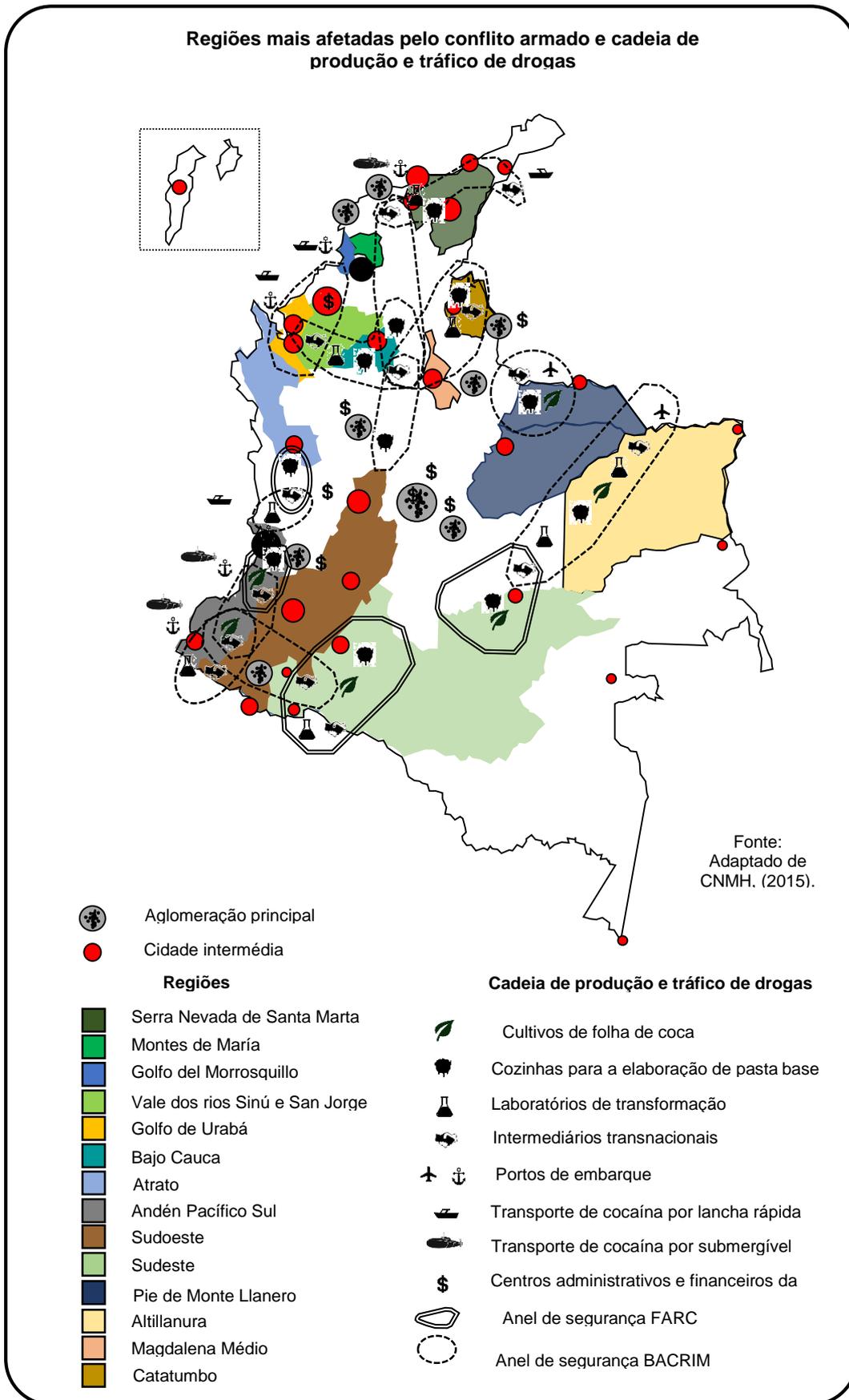


Figura 8. Regiões mais afetadas pelo Conflito Armado e Narcotráfico

4.1. Dinâmica Populacional e Deslocamento Forçado

Uma característica das cidades intermédias na região é seu recente dinamismo demográfico e econômico, desta forma, eles se vêm consolidando como centros de atração e acumulação populacional e de oferta de bens e serviços diversificados e especializados. Em consequência, observou-se a dinâmica demográfica das cidades pré-selecionadas no período compreendido entre os anos 1986 e 2016. Por uma parte, nesse período de tempo, o mundo sofreu as transformações decorrentes da globalização e do período técnico-científico-informacional, cuja materialidade se faz perceber no próprio espaço, marcado pela presença cada vez mais intensa da ciência, da técnica e da informação, como constata Santos¹⁵⁶ (1989).

Por outro lado, internamente, a Colômbia atravessou por múltiplas mudanças relacionadas com a abertura de mercados e o processo de descentralização administrativa. De igual forma, se identificaram três períodos que marcaram a evolução do conflito armado colombiano: entre 1986 e 1996, aparece com força o fenômeno do narcotráfico na história do país. Mais tarde, entre 1996 e 2006, reconhece-se como a etapa mais intensa e devastadora do conflito caracterizada pelo fortalecimento do paramilitarismo e os grupos guerrilheiros, e a resposta militar do governo da Colômbia. Finalmente, entre 2006 e 2016, distingue-se uma etapa de apaziguamento e reconfiguração do conflito armado, e o posterior, início dos diálogos de negociação entre o governo colombiano e o grupo guerrilheiro FARC.

Entre 1986 e 2016, a população total da Colômbia aumentou em um 55%, passando de 31.439.997 a 48.747.708 habitantes. A população urbana e rural cresceu um 77,7% e 9,5%, respetivamente. No período de mostra, a taxa de urbanização do país passou de 66,8% a 76,7%. Desde essa perspectiva, o grupo de 30 cidades selecionadas como base para a análise das cidades intermédias colombianas mostrou um comportamento similar, de 3.222.355 habitantes em 1986 a 5.778.409 habitantes em 2016. Um acréscimo de 79,3%, no período analisado. Ao comparar os dados populacionais entre o grupo selecionado e as quatro principais cidades colombianas, Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla, o

¹⁵⁶ SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

grupo de cidades medianas e pequenas apresentou um crescimento ligeiramente superior que as cidades principais (68,8%).

Dentro do grupo de cidades com menos de 50.000 habitantes identifica-se que a metade delas encontram-se conectadas ao sistema nacional (Málaga, San Gil, Honda e Mocoa), as quais, com exceção de Mocoa, apresentam baixas taxas de crescimento populacional com respeito à média nacional e se estima uma diminuição da população nestes centros nos próximos anos (2035 e 2050). Caso contrário ocorre com as cidades que se inserem em contextos geográficos de difícil acesso, nas regiões do Orinoco e Amazônia, como Mitú, Puerto Carrenõ, Leticia e Inírida. Apesar do leve crescimento populacional nestas cidades, elas continuaram sobressaindo como principais centros urbanos em seus respectivos cenários geográficos. Estima-se que para o ano 2050, apenas Mocoa superará o limite de 50.000 habitantes.

O segundo conjunto de cidades corresponde às cidades com tamanho populacional entre 50.001 e 100.000 habitantes. San Andrés se localiza na região insular do Archipelago de San Andrés, providencia e Santa Catalina no caribe colombiano. Constitui a única cidade nesta região do país, e ela se tem visto favorecida pelo aumento do turismo, convertendo-se num importante nicho para esse setor. Arauca e San José del Guaviare mostram taxas superiores de crescimento demográfico à média nacional. Enquanto na Colômbia a população aumentou 1,7%, 1,2% e 1,1% entre os períodos 1986 – 1996; 1996 – 2006; 2006 – 2016 respectivamente; a população em Arauca aumentou em uma proporção de 4,8%; 2,8% e 1,4%, nos mesmos períodos.

Dentro do terceiro grupo populacional de cidades, entre 100.001 e 200.000 habitantes Barrancabermeja, antigo enclave industrial, apresenta baixas taxas de crescimento populacional. Turbo se localiza ao noroeste da Colômbia, no Golfo de Urabá sobre o Mar Caribe. Sua localização tem incentivado o perfil portuário da cidade. Na mesma região, se encontra Apartadó conhecida como zona agroindustrial. Caucásia mineração e zona com lata presença de cultivos ilícitos. Corredor geoestratégico para o transito transfronteiriço.

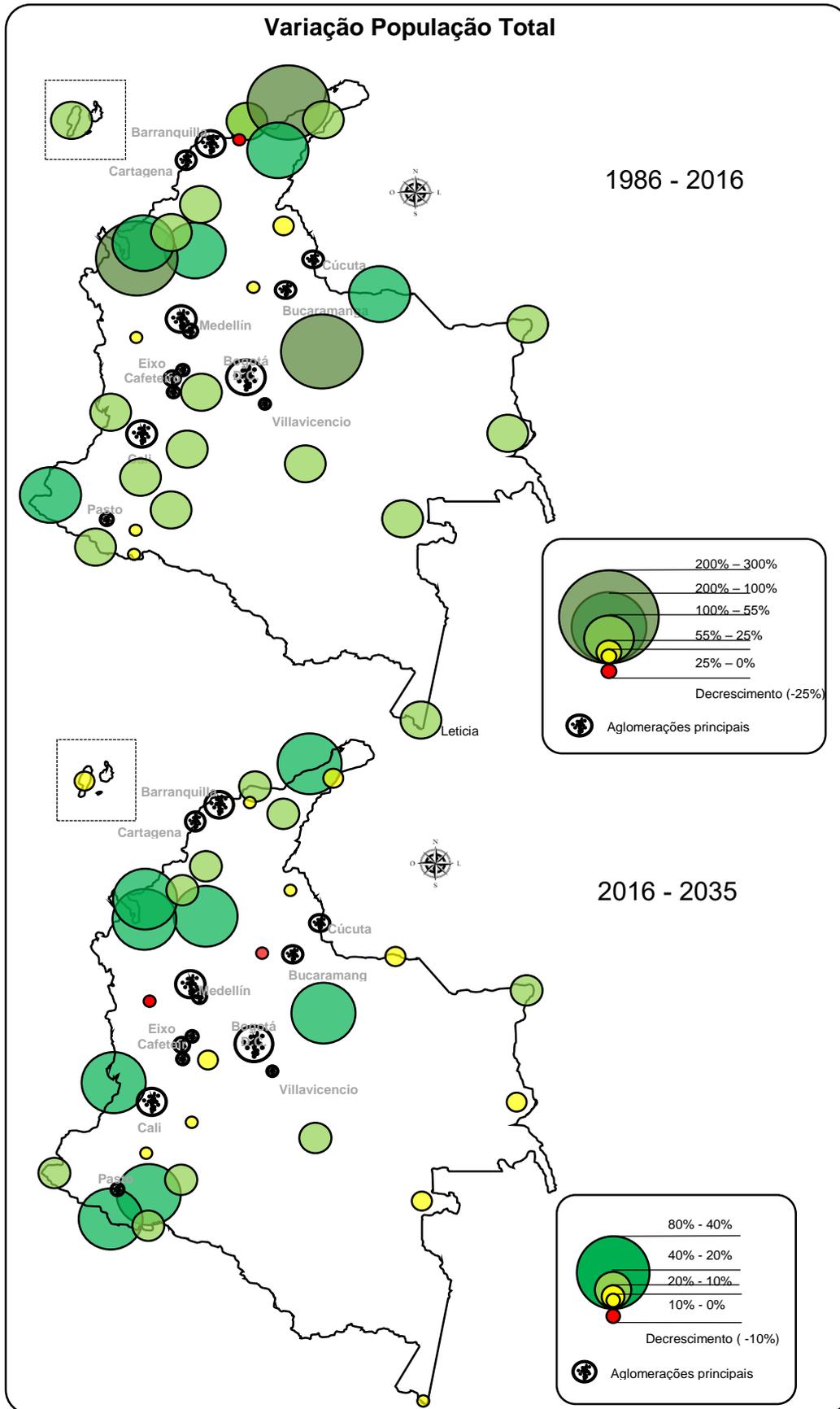


Figura 9. Variação População Total.
 Fonte: Baseado em dados populacionais DANE (1986; 2016)

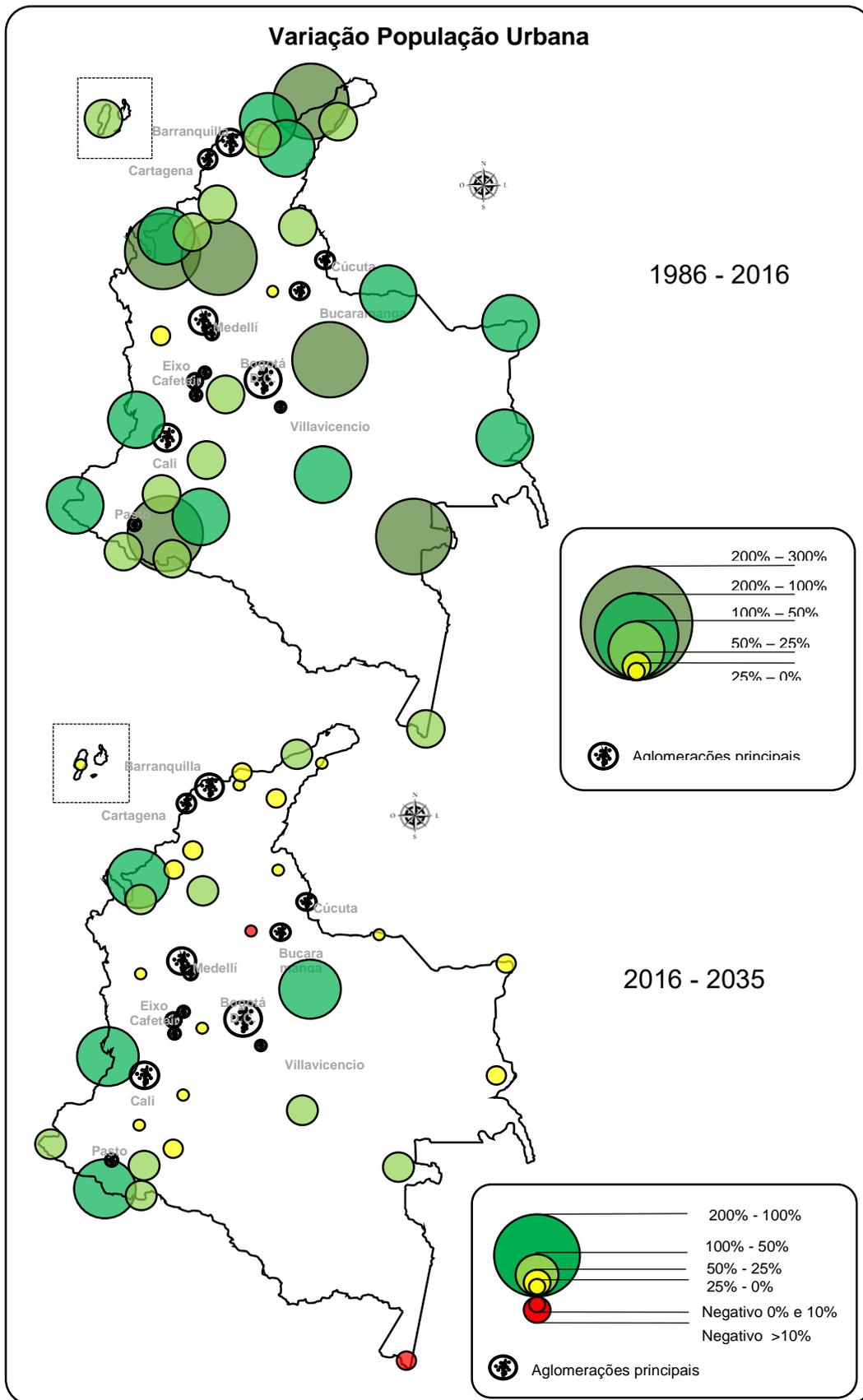


Figura 10. Variação População Urbana.
 Fonte: Baseado em dados populacionais DANE (1986, 2016)

O conjunto de cidades com maior tamanho populacional (400.001 e 1 milhão de habitantes), em geral, apresenta taxas de crescimento superiores à média nacional entre os anos 1986 e 2016. De igual forma, a futuro, se espera que continue a tendência ao aumento populacional, de forma mais acentuada, em Valledupar, Santa Marta e Buenaventura. Valledupar se insere numa região com presença de grandes desenvolvimentos de mineração (carvão). Santa Marta e Buenaventura por sua condição de portos internacionais adquiram uma importante dinâmica fomentada pelo comércio internacional, a localização de indústrias perto das zonas de exportação, e o auge do turismo. Outras cidades sobressaem como centros de serviços regionais, entre elas Montería e Ibagué. Estas duas últimas cidades mostram a futuro, taxas de crescimento moderadas.

Entre 1987 e 1996¹⁵⁷:

- ✓ Santa Marta, Valledupar, Ibagué, Montería, Popayán, Neiva e Buenaventura, aumentaram em mais de 100.000 habitantes sua população.
- ✓ Caso contrário ocorre com as cidades da região Amazônica, as quais apresentaram os menores acréscimos de população total, inclusive, Mocoa e Puerto Asís, apresentam variações negativas.
- ✓ Puerto Asís e Mocoa apresentaram perda de população rural, em mais de 10.000 habitantes rurais, seguidas por Riohacha e Ipiales. Caso contrário, Maicao, Montería e Popayán, as quais aumentaram em mais de 10.000 habitantes a população rural.
- ✓ Ao observar os saldos totais entre recepção e expulsão de população deslocada por cidades, encontramos que Montería, e em menor medida Sincelejo, sobressaem como focos de atração de população deslocada. Não obstante, Montería também apresentou altas taxas de expulsão de população, em mais de 10.000 habitantes, no período. Por outro lado, Turbo e Apartadó, são claros exemplos de focos de expulsão de população.

Para o período seguinte 1997 – 2006¹⁵⁸:

¹⁵⁷ Neste lapso de tempo, a Colômbia atravessou por múltiplas mudanças relacionadas com a abertura de mercados e o processo de descentralização administrativa. A partir da época aparece com força o fenômeno do narcotráfico na história do país, e conseqüentemente, o incremento do deslocamento forçado como produto do fortalecimento do conflito armado.

¹⁵⁸ Esta etapa se reconhece como o intervalo mais intenso e devastador do conflito caracterizado pelo fortalecimento do paramilitarismo e os grupos guerrilheiros, e a resposta militar do governo da Colômbia. A proliferação de grupos armados trouxe como consequência direta a expansão do fenômeno de deslocamento forçado.

- ✓ Valledupar, Riohacha, Ibagué, Buenaventura, Santa Marta e Montería aumentaram sua população total em mais de 50.000 habitantes. Em comparação com o período anterior, nesta ocasião Valledupar apresentou o maior incremento em número de habitantes e aparece Riohacha, entre as cidades que mais ganham população. Todas as cidades com exceção de Montería aumentaram em mais de 50.000 habitantes sua população urbana.
- ✓ Observa-se também que, Neiva e Popayán deixam de aparecer entre as cidades que mais ganham população. A primeira ampliou em menos de 30.000 habitantes sua população em total, enquanto a segunda, em menos de 20.000 habitantes.
- ✓ No período anterior 1987-1996, Mocoa e Puerto Asís apresentaram variações negativas, neste período 1997 – 2006 mostraram uma tendência positiva.
- ✓ As cidades da região Amazônica continuam sendo as que em menor número aumentaram sua população, Puerto Carreño, Inírida, Leticia e Mitú, por outro lado, observa-se um aumento considerável em Ipiales, com respeito ao período anterior.
- ✓ Quibdó, Santa Marta, Ocaña, Popayán e Neiva perderam população rural, Quibdó em mais de 20.000 habitantes rurais.
- ✓ A pugna pelo controle do território, de seus recursos e potencialidades (corredores viários, cultivos ilícitos) incidiu nos fluxos de migração interna forçada de população fundamentalmente camponesa. Sincelejo (mais de 100.000 deslocados recebidos), Santa Marta (mais de 60.000 deslocados recebidos), Quibdó, Florencia, Valledupar e Montería (mais de 40.000 deslocados recebidos), seguidos por Neiva, Popayán e Ibagué constituem os principais receptores de população deslocada para este período. Por sua parte, Ciénaga (mais de 15.000 pessoas expulsadas neto), Puerto Asís, San José del Guaviare, Tumaco e Mitú apresentam tendência a expulsão. Os maiores expulsores neste período, Valledupar (mais de 70.000 habitantes), Santa Marta (60.000 mil) e Apartadó (40.000 habitantes).

Para o período 2007 – 2016¹⁵⁹:

¹⁵⁹ Este período distingue-se como uma etapa de apaziguamento e reconfiguração do conflito armado, a desmobilização parcial dos grupos de autodefesa e, o posterior, início dos diálogos de negociação entre o governo colombiano e o grupo guerrilheiro FARC (2012). Neste intervalo, a pesar dos esforços por concretar o fim do conflito, o deslocamento forçado se mantém vigente como uma estratégia por parte de atores armados legais e ilegais, para exercer controle territorial.

- ✓ Todas as cidades apresentaram variações positivas com respeito ao aumento de população. Em concordância, Valledupar, Riohacha, Buenaventura, Santa Marta e Monteria continuam liderando as cidades que mais ganharam população (mais de 50.000 habitantes). Seguidas por Ibagué, Apartadó, Tumaco e Turbo (entre 50.000 e 30.000 habitantes).
- ✓ Em contrapartida, Barrancabermeja, Inírida, Ciénaga e Puerto Carreño e Quibdó se encontram entre as cidades que menos aumentaram sua população em números totais. Santa Marta e Quibdó perderam de população rural, maiores expulsões, 30.000 habitantes e 15.000 hab. Contrariamente, Valledupar, Monteria, Riohacha e Maicao, aumento da população rural. Buenaventura e Tumaco registraram a expulsão de mais de 100.000 habitantes.
- ✓ Valledupar, Riohacha, Santa Marta e Buenaventura ganharam mais de 65.000 habitantes urbanos. Por outra parte, Santa Marta, Buenaventura, conjuntamente com Tumaco, Popayán e Florência receberam mais de 50.000 habitantes deslocados. Popayán foi o maior receptor (mais de 50.000 deslocados), seguido por Santa Marta (mais de 40.000 deslocados), Florencia, Ibagué, Neiva, Sincelejo, (mais de 20.000 deslocados).
- ✓ Entre os focos de expulsão de população, figuram Buenaventura com mais de 40.000 pessoas expulsadas, seguida por Tumaco com 20.000 expulsadas, e San José de Guaviare e Puerto Asís entre 10.000 e 5.000 pessoas deslocadas.
- ✓ Nos municípios de San José del Guaviare, Puerto Asís, Ciénaga e Buenaventura, o aumento da perda da população rural coincide com um aumento da população expulsada. Turbo mostra uma tendência à diminuição da população expulsada nos três períodos de análise, ao mesmo tempo, que mostra uma tendência ao aumento da população rural.

Deslocamento Forçado 1986 - 2016

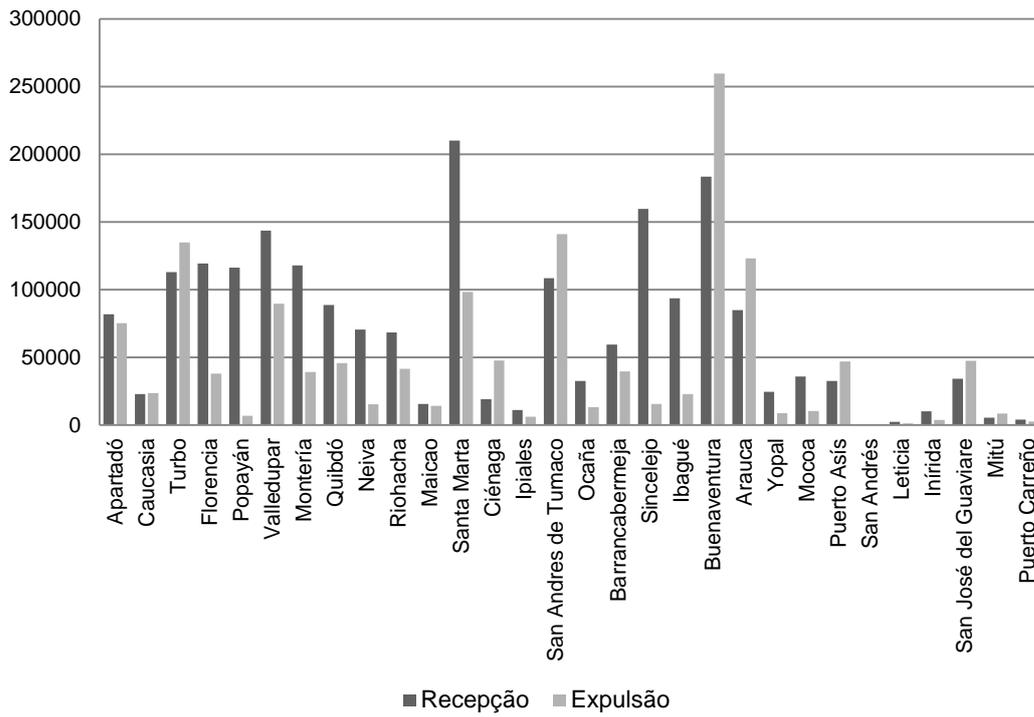


Figura 11. Recepção e expulsão de população deslocada

Fonte: Baseado em dados da Red Nacional de Información, Unidad de Víctimas.

Deslocamento Forçado Neto 1986 - 2016 (Recepção - Expulsão)

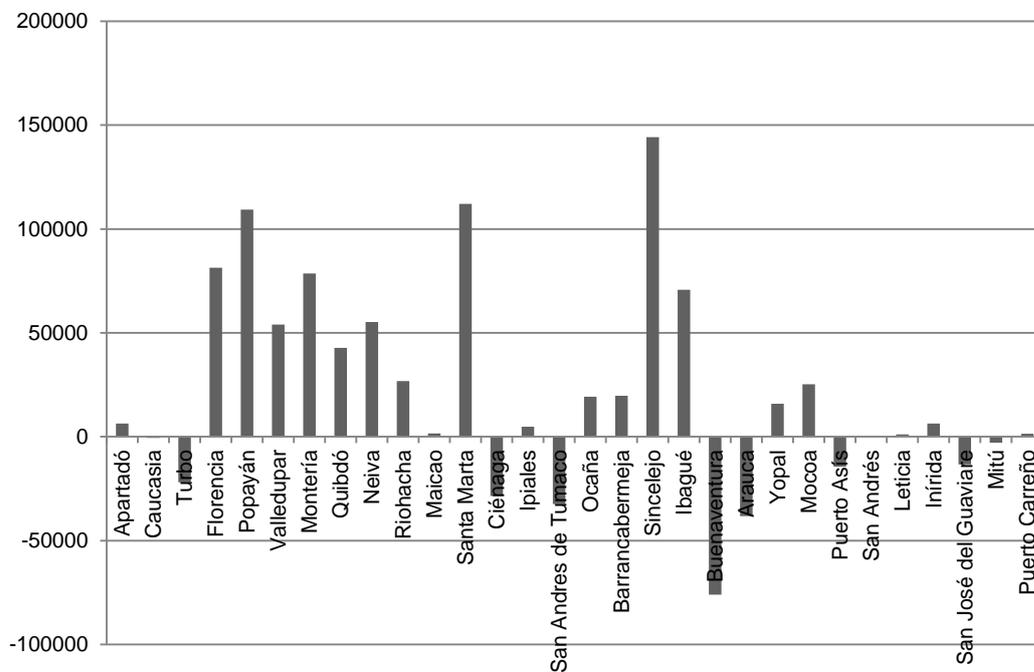


Figura 12. Deslocamento forçado neto 1986 - 2016

Fonte: Baseado em dados da Red Nacional de Información, Unidad de Víctimas.

4.2. Dinâmica Econômica

Na análise econômica das cidades decidiu-se explorar o contexto econômico de cada um dos centros urbanos e observou-se a distribuição da produção de valor agregado por setores produtivos conforme Tabela 8. Desta forma, em concordância com as atividades produtivas dominantes, foi possível determinar o caráter econômico destas cidades¹⁶⁰. Na sua maioria, o grupo de cidades está conformado por cidades que concentram vários tipos de atividades econômicas dentro de seus territórios. Observa-se que os setores ligados às atividades comerciais e de consumo são relevantes nas economias locais.

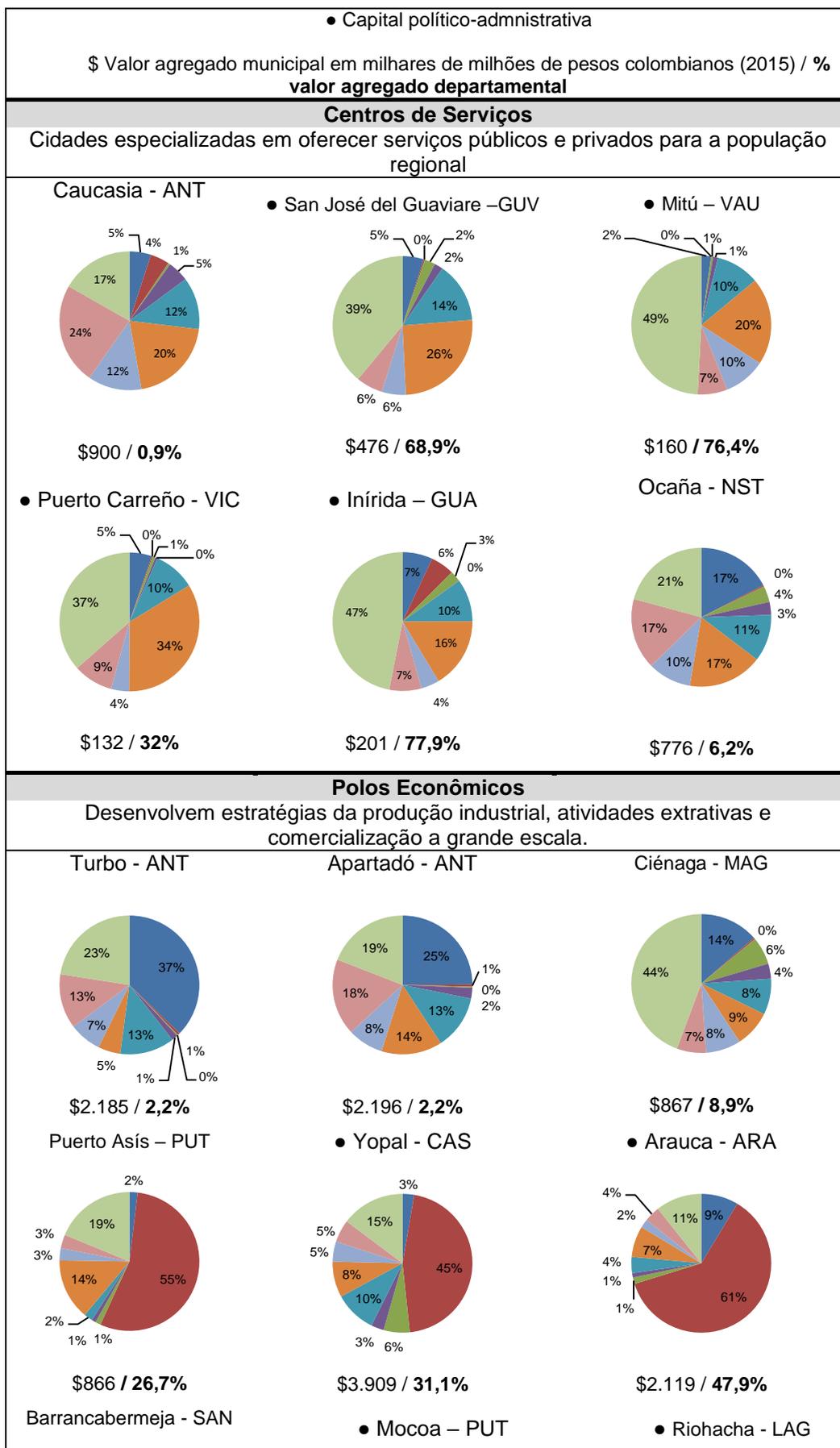
Por um lado, as cidades distantes e isoladas do sistema urbano apresentam maior prevalência das atividades comerciais. A exceção de San Andrés, a qual tem uma economia baseada no turismo. Leticia, Mitú, Inírida e, em menor medida, Puerto Carreño, constituem os principais centros de suas respectivas regiões, dado que eles concentram o grosso das atividades produtivas, chegando a representar 70% do PIB departamental.

Por outra parte, as cidades com população maior de 100.000 habitantes, boa parte delas, capitais político-administrativas, sobressaem no grupo de cidades estudadas, dado que apresentam uma estrutura produtiva diversificada, onde se destacam as atividades do setor terciário, como serviços financeiros, comércio, transporte e comunicações. Dentro deste grupo de cidades o setor da construção mostra-se como um importante ramo das economias locais, chegando a representar mais de 10% do PIB municipal, revelando o recente dinamismo destas cidades.

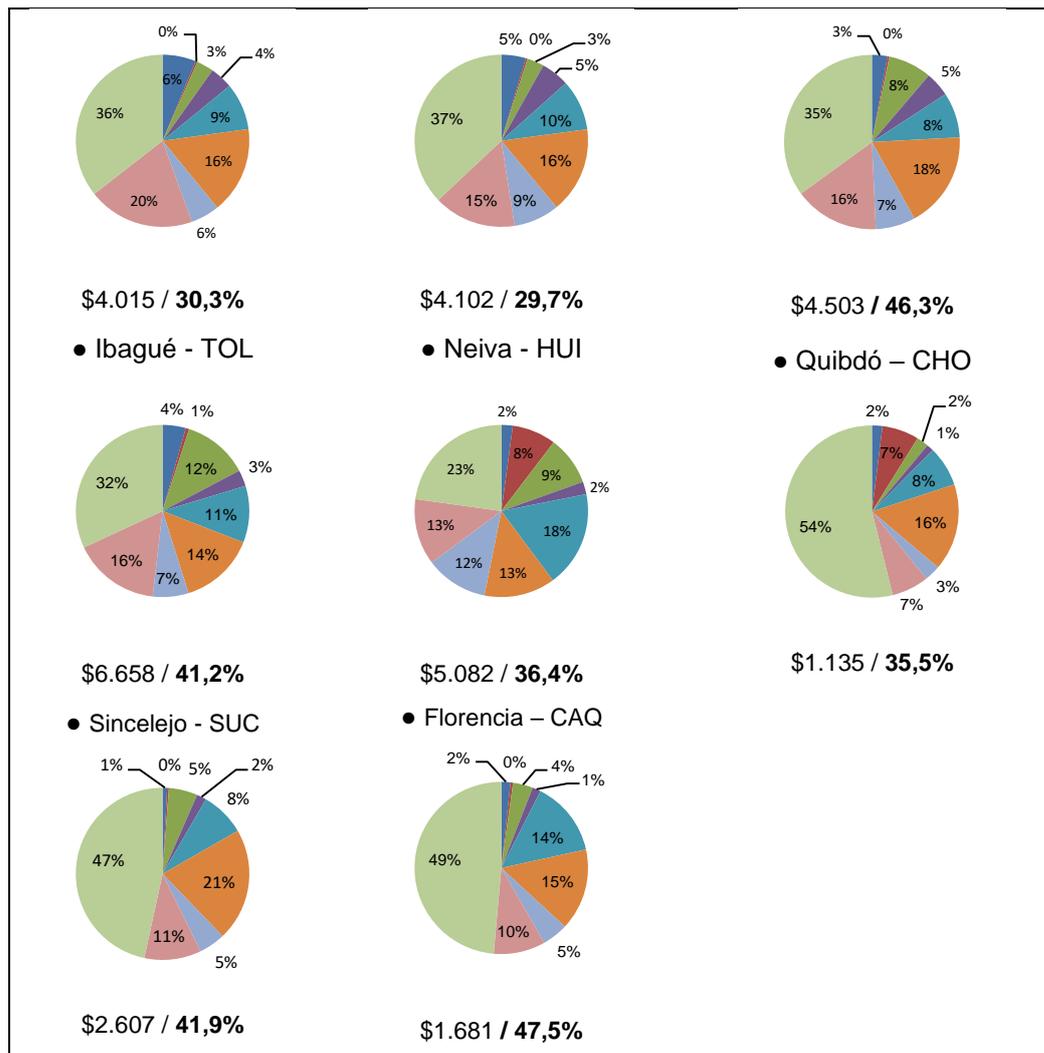
Tabela 8. Classificação econômica das cidades

Tipos de Cidades	
Distribuição da produção de valor agregado (2015)	
	Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca.
	Mineração e petróleo
	Indústria manufatureira
	Fornecimento de eletricidade, gás e água.
	Construção
	Comércio, reparação de automóveis, restaurantes e hotéis.
	Transporte, armazenamento e comunicações
	Estabelecimentos financeiros, seguros e outros serviços
	Atividades de serviço social, comunitário e pessoal.

¹⁶⁰ Não se incluiu o setor de serviços sociais, comunitário e pessoal, correspondente à saúde, educação, segurança e governo, entre outros.



<p>\$17.964 / 34,1%</p>	<p>\$556 / 17,1%</p>	<p>\$1.512 / 19,3%</p>
<p>Centros Turísticos</p> <p>Cidades que aproveitam suas potencialidades naturais, patrimônio histórico e cultural para promover atividades ligadas ao turismo.</p>		
<p>● San Andrés –ASA</p> <p>\$1.140 / 92%</p>	<p>● Leticia – AMA</p> <p>\$376 / 70%</p>	<p>● Popayán - CAU</p> <p>\$3.412 / 26,8%</p>
<p>Canais de Comunicação</p> <p>Cidades que utilizam sua localização relativa para servir de espaço de intercambio de pessoas, bens e informações.</p>		
<p>Buenaventura – VCA</p> <p>\$4.100 / 5,9%</p>	<p>Tumaco – NAR</p> <p>\$1.357 / 11,1%</p>	
<p>Centros de Fronteira</p> <p>Cidades que aproveitam sua posição geográfica e sua estratégia de desenvolvimento para dominar as relações em áreas de fronteira</p>		
<p>Ipiales - NA</p> <p>\$1.084 / 8,9%</p>	<p>Maicao - LAG</p> <p>\$871 / 11,1%</p>	
<p>Centros Regionais</p> <p>Cidades que concentram o comércio varejista e serviços especializados com alcance regional.</p>		
<p>● Montería - COR</p>	<p>● Valledupar - CES</p>	<p>● Santa Marta - MAG</p>



Fonte: baseado em dados extraídos de TerriData (2018).

Nos últimos anos, este grupo de cidades vem constituindo importantes polos de atração, tanto para os fluxos migratórios, quanto para os novos investimentos empresariais, sobretudo aquelas atividades econômicas voltadas ao mercado de consumo, com destaque para as grandes superfícies comerciais modernas, como supermercados, hipermercados, lojas de departamento e *shopping centers*, os quais operavam quase que exclusivamente nas grandes aglomerações urbanas do país. O aumento na capacidade de consumo da população nestas cidades vem estimulando a implantação de espaços de consumo associados a grandes capitais nacionais e internacionais, onde tempo atrás predominava o comércio local e regional. Nesse sentido as cidades intermédias adquirem novos papéis e funções, a ação dos novos agentes econômicos vinculados a enormes capitais produz novas formas espaciais, reconfigurando o espaço intraurbano e redefinindo o conteúdo econômico e social das cidades.

A presença, em pontos espalhados ou concentrados dos agentes hegemônicos ligados aos capitais externos, qualifica os espaços nacionais e

redefine as lógicas e práticas espaciais destes lugares. Diferente dos espaços metropolitanos, nos quais se centralizam os poderes das empresas que controlam a dinâmica global da economia, as cidades intermédias apresentam-se como aquelas que são capazes de se articular globalmente a partir das dinâmicas da atividade comercial e de consumo. Desta forma, as cidades intermédias destacam-se por serem centros urbanos que concentram uma diversidade de bens e serviços mais ou menos especializados para o atendimento da demanda local e dos municípios próximos, constituindo importantes centros de consumo. Particularmente, o consumo massivo através de grandes superfícies comerciais, serviços especializados tais como, saúde de alta complexidade, educação superior de qualidade, atividades associadas ao agronegócio, serviços informacionais e a indústria criativa, turística e cultural.

Nos últimos anos (2011 – 2015), as cidades estudadas apresentaram um crescimento econômico sustentável, consolidando-se como polos de desenvolvimento econômicos alternos às grandes aglomerações urbanas. De igual forma, a maioria delas conseguiu aumentar seu peso relativo dentro da atividade econômica de seus respectivos departamentos, contribuindo a manter sua condição de centralidade em amplos territórios e reforçando os processos de concentração espacial do capital. No entanto, as capitais político-administrativas como Leticia, Mitú, San Andrés e Popayán mostraram uma tendência oposta. Apesar de ter aumentado quantitativamente a produção econômica nos últimos cinco anos, seu peso relativo na escala regional vem diminuindo. Isto pode ser interpretado como um processo de desconcentração do capital que resulta em um dinamismo econômico nas regiões.

Visando compreender as transformações do espaço interurbano no âmbito das cidades intermédias colombianas, a partir da ação dos novos agentes econômicos, a análise do setor comercial e de serviços limitou-se, por um lado, as grandes superfícies comerciais de *retail* como hipermercados, supermercados e lojas de departamento, e por outro, os *shopping centers* localizados nestas cidades. A questão do tamanho é uma questão bastante subjetiva, à qual acreditamos não ser apropriado estabelecer um quantitativo de referência. Nesse caso, dado que há multiplicidade de formatos e dimensões dos estabelecimentos, optou-se por diferenciar e agrupar os estabelecimentos de acordo a oferta de produtos e serviços presentes neles segundo a Tabela 9.

Tabela 9. Tipos de oferta de Consumo moderno especializado

Consumo massivo e diversificado ¹⁶¹
Medianas e grandes superfícies comerciais que se caracterizam por cobrir necessidades genéricas; possuem amplas seções, diversos produtos, mas, ofertam um número reduzido de opções por artigo. Incluem produtos da cesta básica, assim como bebidas, entretenimento e outros produtos e serviços. São implantados como estratégia para o atendimento de população de renda média e baixa. A área comercial oscila entre 500 e 2.000 m ² .
Consumo massivo e especializado ¹⁶²
Grandes superfícies comerciais que se caracterizam por oferecer uma oferta de produtos e serviços que cobre praticamente a totalidade das necessidades e desejos do cliente, devido à diversidade e variedade de tipos de produto, marcas e alternativas para sua eleição. Incluem alimentos, bebidas, têxteis, eletrodomésticos, artigos digitais e eletrônicos, artigos de luxo, entre outros. O tamanho varia de cidade para cidade, normalmente, são as lojas âncoras de shopping centers, possuem uma área comercial entre 2.000 e 8.000 m ² , inclusive maior em alguns casos.
Consumo selecionado e especializado ¹⁶³
Grandes superfícies comerciais que se caracterizam por cobrir poucas necessidades genéricas, limitando-se a oferecer um ou vários grupos específicos de produtos, mas que oferecerem múltiplas possibilidades de seleção. Trata-se de um comércio especializado, usado como estratégia para o atendimento de um público selecionado. Inclui lojas dedicadas à distribuição de eletrodomésticos, artigos digitais e tecnológicos, produtos importados e de luxo. O tamanho por área comercial oscila entre 1.200 e 2.000 m ² .

Dessa maneira, foi possível identificar quais cidades possuem opções variadas de consumo em grandes superfícies comerciais modernas, como uma forma de observar as cidades como espaços articulados a lógica da globalização pelo comércio e pelo consumo. A importância deste tipo de estabelecimentos indica que eles oferecem produtos de alto valor agregado, que comprometem boa parte dos ingressos dos consumidores. Ao pertencerem a grandes grupos econômicos, contam com redes pré-estabelecidas em diferentes escalas, integrando os atores globais e locais no território. Os fluxos de consumidores e visitantes que estes empreendimentos atraem, conseguem impor uma nova dinâmica no espaço urbano das cidades intermediárias. Além dos benefícios econômicos e sociais que se produzem a partir da geração de emprego direto e indireto.

O comércio varejista, tanto a nível nacional como global, constitui um setor econômico com grande dinamismo em comparação com os setores industrial ou

¹⁶¹ Neste grupo estão incluídos Supermercados Éxito, lojas Éxito Vecino, SuperInter, SutiMax, Metro (Cencosud), Supertendencias Olimpica, D1, Ara (Jerónimo Martins), Justo & Bueno, e supermercados Euro.

¹⁶² Neste grupo estão incluídos Hipermercados Éxito, Home Center- SODIMAC, SAO (Olimpica), Jumbo (Cencosud), La 14, Makro e Alkosto.

¹⁶³ Incluem lojas Panamericana, Flamingo, Superdorguerias Olimpica, Alkomprar, Pepe Ganga, Easy (Cencosud).

agrícola. Na última década, a economia colombiana vem se desenvolvendo de maneira positiva, criando um entorno favorável para os investimentos em vários setores, particularmente o *retail*. Entre 2010 e 2015, o PIB nacional cresceu em média 4,5% anual, nesse sentido, o comércio varejista aportou 12% de crescimento do PIB nacional e contribuiu para a geração de 44% dos novos empregos no país (RINCÓN et al, 2017). O incremento da demanda interna e da capacidade de consumo das famílias, uma estabilidade nos indicadores macroeconômicos e um mercado potencial de 48 milhões fazem da Colômbia um importante destino para a chegada de novos atores¹⁶⁴, dentre os quais se destacam empresas provenientes de Portugal, França, Holanda e Chile, assim como também, companhias regionais e nacionais que, hoje em dia, se encontram em plena expansão¹⁶⁵.

Nessa perspectiva, as cidades que ressaltam pela presença de distintos atores do *retail*, assim como também diversos formatos e marcas, encontram-se: Santa Marta, Montería, Valledupar e Sincelejo na região Caribe, e Ibagué, Neiva e Popayán no centro do país conforme a Figura 13. Estas cidades apresentam o maior número de estabelecimentos assim como também acesso tanto a produtos de consumo massivo, como selecionado e especializado. Cabe sinalar que são cidades com população maior de 100.000 habitantes, capitais político-administrativas, categorizadas como cidades de desenvolvimento robusto e intermédio alto. Em cidades como Caucaasia, Turbo, Apartadó, Riohacha e Buenaventura, este tipo de empreendimento tem lugar a partir de 2012 e de maneira reiterativa a partir de 2016. Desta maneira, eles representam locais propícios para a localização de estruturas comerciais voltadas para distribuição de mercadorias nas regiões onde se localizam.

Nas cidades periféricas, distantes e isoladas do sistema de cidades, por apresentarem um menor tamanho de mercado potencial, somado as limitações no transporte e as comunicações nestas regiões, o comércio varejista apresenta um

¹⁶⁴ A empresa líder do comércio de *retail* na Colômbia é o grupo Éxito com mais de 562 lojas de diferentes marcas e formatos e um século de história. A partir de finais da década dos anos noventa, a companhia foi adquirida pelo grupo Casino, de origem francesa. Após um número de fusões e compras, o grupo Éxito é hoje uma multilatina, com presença em Brasil, Argentina e Uruguai. Recentemente, por meio de um ambicioso plano de expansão, o grupo apostou por cidades entre 100.000 e 500.000 habitantes. A locação destes empreendimentos no país, convertendo-se numa estratégia das grandes firmas por ampliar sua participação no mercado, na medida em que uma classe média emergente impulsiona a demanda de bens e serviços de consumo e formatos comerciais modernos.

¹⁶⁵ Empresas nacionais e internacionais do *retail* com presença na Colômbia: Almacenes Exito (Grupo Exito): 254 lojas, SuperInter (Grupo Exito): 76 lojas, SurtiMax (Grupo Exito): 136 lojas, Home Center (SODIMAC): 25 lojas, Jumbo (Cencosud): 75 lojas, Metro (Cencosud): 45 lojas, Easy (Cencosud): 9 lojas, Olímpica: 306 lojas (supermercados, supertiendas e superdorguerias), Makro: 17 lojas, Alkosto: 14 lojas, D1: 450 lojas, ara (Jerónimo Martins): 218 lojas, Justo&Bueno: 218 lojas, La 14: 31 lojas.

caráter local. Pode-se afirmar que elas não se encontram inseridas nas redes do comércio moderno e global.

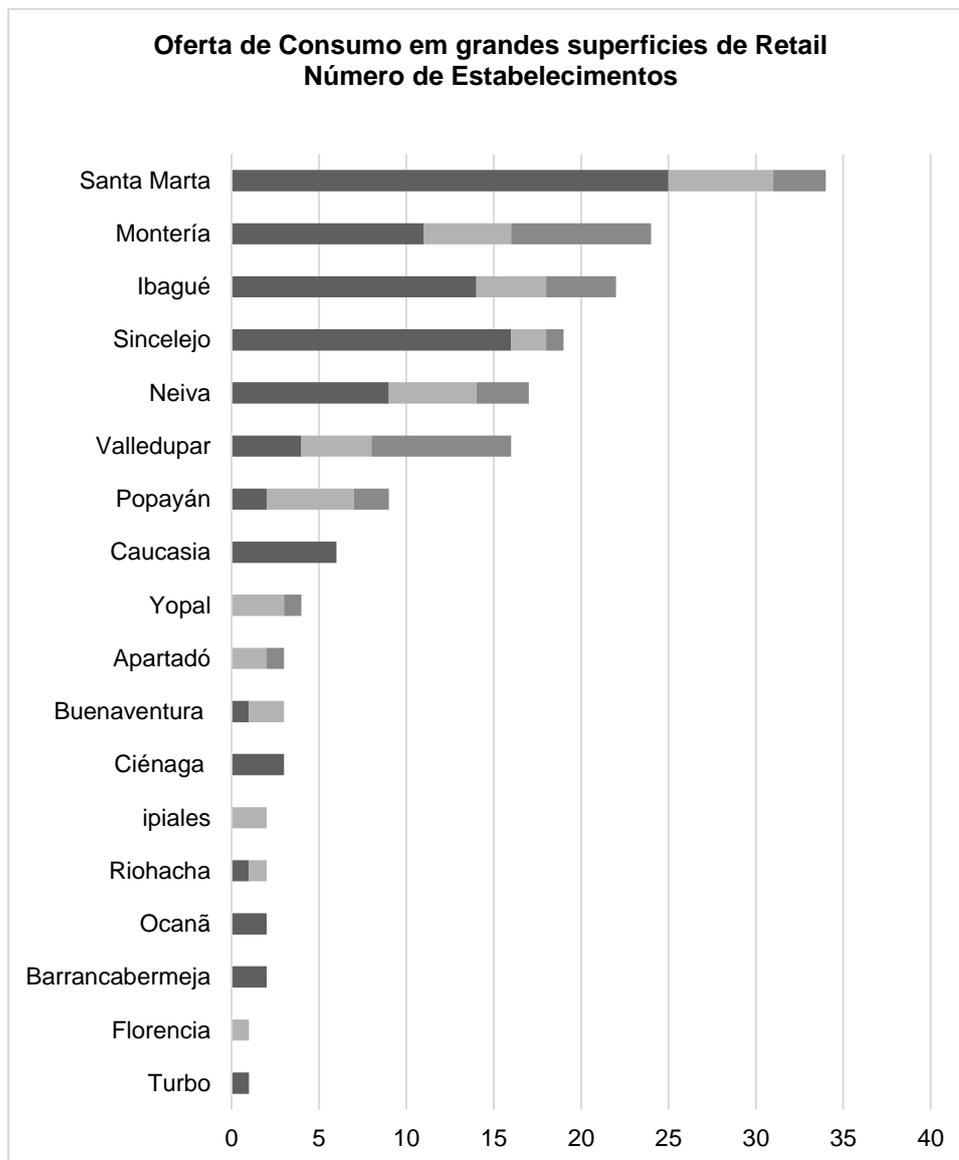


Figura 13. Oferta de consumo em grandes superfícies de retail

Fonte: SECTORAIL (2017).

Sem grandes superfícies comerciais modernas

Leticia, Arauca, Quibdó, San Andrés, Inírida, San José del Guaviare, Maicao, Tumaco, Mocoa, Puerto Asís, Mitú e Puerto Carreño.



Massivo (genérico) e Diversificado

Massivo (genérico) e Especializado

Selecionado e Especializado

De forma semelhante, os *shopping centers* possuem um papel fundamental na estruturação do espaço urbano das cidades, na medida em que formatam um

padrão de valorização das terras urbanas e condicionam os eixos de expansão das cidades. Na Colômbia, os empreendimentos realizados nos últimos anos se localizam em áreas de expansão urbana, zonas periféricas das cidades com acesso facilitado e fornecidas com serviços públicos básicos. Os *shopping centers* são grandes equipamentos comerciais e de serviços, cuja produção no espaço urbano, contempla, em geral, interesses fundiários e imobiliários relativos aos grandes empreendimentos, gerando impactos na estruturação do espaço urbano, o que varia segundo o porte de sua instalação e das cidades. Assim, por motivarem muitos consumidores e frequentadores, mercadorias e capitais, expressam centralidades, em alguns casos, de alcance regional.

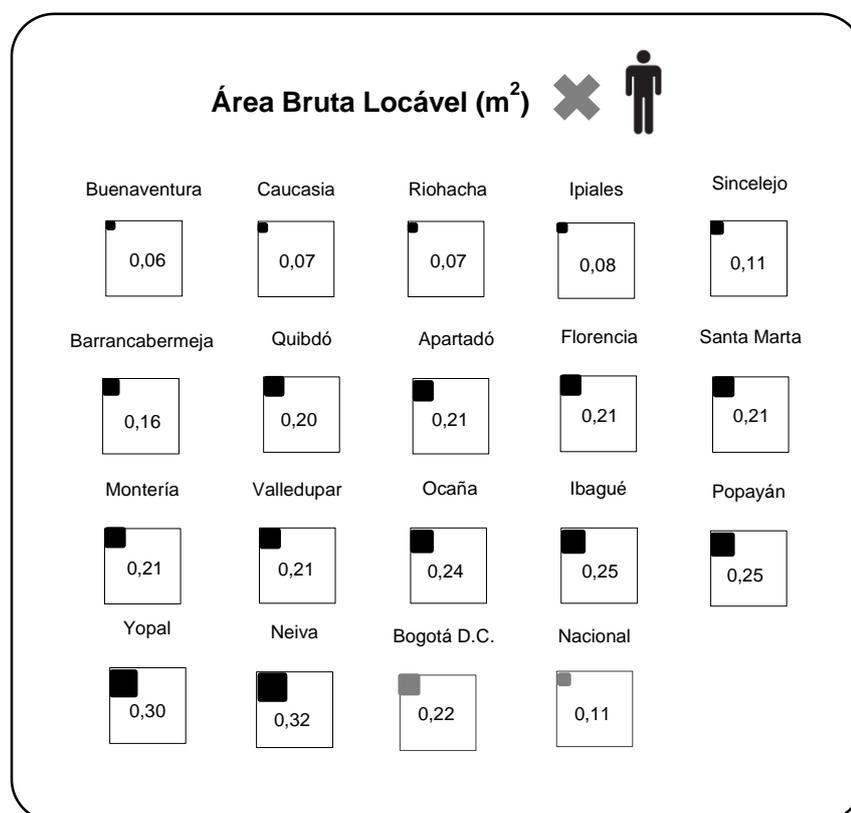


Figura 14. Área bruta locável por Cidades

Fonte: Ver APÊNDICE I

Nos últimos anos, na Colômbia, a indústria dos centros comerciais vem apresentando rápido crescimento, convertendo-se num setor atrativo para os investimentos em *retail* na América Latina. Desta forma, a Colômbia é, depois de Brasil e México, o terceiro maior mercado por penetração de centros comerciais. Em 2016, a Colômbia contava com 214 estabelecimentos comerciais e 4.976.360 m² de áreas comerciais (GLA), equivalentes a 0,11 m² por cada habitante. Não obstante, Bogotá concentra o 34,5% da área comercial total a nível nacional com

um total de 51 *shopping centers* (OSPINAS & CIA, 2016; INVEST & EXPORT BRASIL, 2016). Dentro do grupo de 30 cidades estudadas, em 17 há presença de um empreendimento comercial deste tipo em concordância com a Figura 14. Em média, as cidades dispõem de 20.000 m² de área bruta locável (GLA).

Considerando a área comercial disponível per capita, destacam-se: Neiva, Yopal, Ibagué, Popayán e Ocaña, as quais se encontram por cima da média de Bogotá. Seguidas por Valledupar, Montería, Santa Marta, Florencia e Apartadó com 0,21 m² de área comercial por habitante. Nestas cidades, é possível encontrar, ao menos, duas opções de shopping centers diferentes. Em cidades como Ocaña, Buenaventura, Quibdó e Riohacha, os empreendimentos são relativamente novos, e constituem, em alguns casos, no primeiro desse tipo em ser implantados.

Em 23 das 30 cidades elencadas, é possível encontrar ao menos uma instituição de educação superior (IES), as quais somam 44 instituições educativas reconhecidas pelo ministério de Educação da Colômbia conforme a Tabela 10. Popayán (5), Neiva (4), Ibagué, Montería e Sincelejo (3) concentram o maior número de IES. Das 44 instituições de educação superior situadas nestas cidades, 20 correspondem a universidades. No entanto, apenas 5 universidades se encontram reconhecidas como de alta qualidade. Enquanto a disponibilidade de cursos de pós-graduação, 12 cidades contam ao menos um curso de especialização, mestrado ou doutorado. Arauca, San Andrés e Leticia, cidades periféricas, distantes e isoladas do sistema urbano, contam cada uma com uma universidade acreditada como de alta qualidade, outorgando um caráter especial a estas cidades, dado que por suas condições geográficas cumprem papéis importantes no sentido de brindar acesso e oportunidades educativas para os habitantes de suas respectivas regiões.

Apesar de Popayán contar com o maior número de IES, apenas uma delas corresponde à universidade. Santa Marta e Montería concentram o maior número de IES correspondentes a Universidades, cada uma com três sedes.

Tabela 10. Presença de Instituições e Cursos de Educação Superior

Cidade	Número de Instituições de Educação Superior	Número de Universidades	Universidades acreditadas como de Alta Qualidade	Cursos de Pós-graduação
Popayán	5	1	1	***
Neiva	4	2		***
Ibagué	3	2		***

Santa Marta	3	3	1	***
Montería	3	3		***
Sincelejo	3	1		***
San Andrés	3	1	1	***
Quibdó	2	1		***
Buenaventura	2			
Barrancabermeja	2	1		***
Leticia	1	1	1	
Arauca	1	1	1	
Mocoa	1			
Turbo	1	1		
Apartadó	1			
Valledupar	1	1		
Riohacha	1	1		
Florencia	1	1		***
Yopal	1			***
Tumaco	1			
Ciénaga	1	1		
Ocaña	1			***
Caucasia	1			
San José del Guaviare, Mitú, Inírida, Puerto Carreño, Maicao, Ipiales e Puerto Asís não contam com instituições de educação superior reconhecidas pelo Ministério de Educação da Colômbia.				

Fonte: MINEDUCACIÓN (2018).

As cidades do pós-conflito encontram na cultura e o turismo as oportunidades para estimular os processos produtivos de transformação social e econômica. Em total, somam 97 bens declarados de interesse cultural nacional (de 1105 bens nacionais) pelo ministério de Cultura e 34 museus dos 315 museus que existem no país. Encontramos cidades com um alto potencial nesse campo, como Popayán, Santa Marta, Ciénaga e Ibagué. Nestas cidades se situam a maioria dos bens de patrimônio cultural no âmbito nacional. Por outro lado, em cidades como Valledupar se encontram manifestações da música “vallenata”, tradicional do caribe colombiano. Já em Tumaco, Quibdó e Buenaventura, há manifestações da música tradicional do pacífico, assim como também saberes associados à cultura afrodescendente. Estas expressões culturais são reconhecidas como patrimônio imaterial do país (MINISTERIO DE CULTURA, 2017, 2018).

Participar da globalização implica a construção de uma estratégia de sobrevivência no interior da rede global. Tal estratégia significa, em grande parte, o reforço das especificidades locais para que a diferença possa tornar-se valor, revertendo, assim, a tendência de desvalorização geral do capital fixo. Valor na economia pós-industrial está fortemente ligada ao intangível, isto é, a processos de criação de informação e cultura. A cidade que consegue criar e fazer reconhecer as suas especificidades, no interior da rede global, passa a agregar valor à sua produção local, independentemente do setor econômico no qual esteja atuando.

Taxa de publicações de direito de Autor por cada 10.000 habitantes (2004 - 2016)

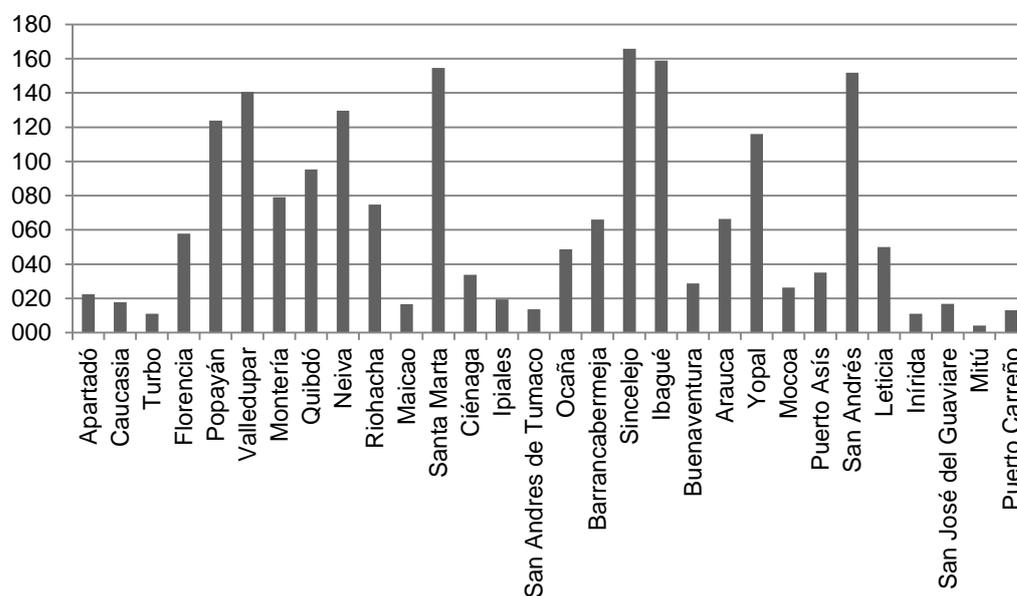


Figura 15. Taxa de publicações de direito de autor por cada 10.000 hab.

Fonte: COMISIÓN NACIONAL DE DERECHOS DE AUTOR (2018).

Na última década, as publicações de autoria vêm aumentando no país. Apesar de que a grande maioria deles se concentra nas grandes cidades, observa-se um recente dinamismo nas cidades aqui selecionadas. Desse modo, entre 2004 e 2016, foram produzidas 635.869 publicações de autor em todo o país, das quais 43,8% correspondem a obras literárias inéditas e o 26,2% a trabalhos musicais. Enquanto as cidades do pós-conflito, somaram 52.160 novas autorias, quer dizer, 8,2% da produção de novos conteúdos a nível nacional. O 45,2% pertencem a obras literárias inéditas e 3,64% a obras musicais. Desta maneira, no país, criaram-se 130 novas autorias por cada 10.000 habitantes nos últimos anos (2004 – 2016), e nas cidades do pós-conflito, 90 novas autorias no

mesmo período. Sobressaem Sincelejo, Ibagué, Santa Marta e San Andrés com mais de 150 publicações por cada 10.000 habitantes. As cidades amazônicas se encontram entre as que menos publicações possuem, entre elas, Leticia, alcança uma taxa de 50 publicações por cada 10.000 habitantes nos últimos anos de acordo com a Figura 15.

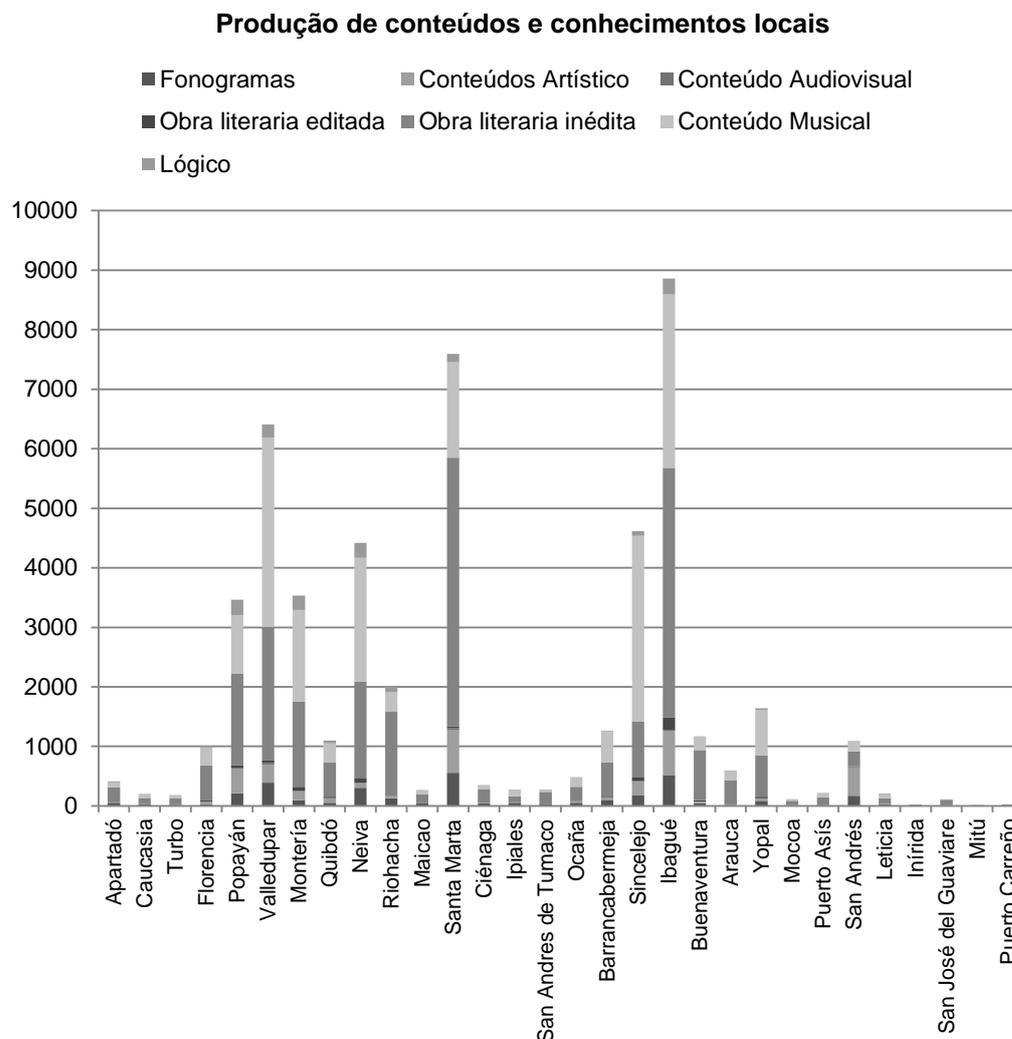


Figura 16. Tipos de produção de conteúdos e conhecimentos locais

Fonte: COMISIÓN NACIONAL DE DERECHOS DE AUTOR (2018).

Enquanto a tipos de conteúdo, conforme a Figura 16, Santa Marta e Ibagué sobressaem pelas obras literárias inéditas, Sincelejo, Valledupar, Neiva e Ibagué, pelos conteúdos musicais, Santa Marta, Ibagué e San Andrés pelos conteúdos artísticos, Neiva, Montería e Popayán, pelos registros de tipo lógico, que inclui novos desenvolvimentos de software e ferramentas técnicas e profissionais.

4.3. Atores Locais, regionais e Nacionais

As cidades médias aparecem como os postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional, do mesmo modo, talvez, como as potências intermediárias mostram-se como pontos de ligação essenciais à manutenção do funcionamento do sistema políticoeconômico mundial. Seja por meio de uma produção própria, seja, sobretudo, funcionando como redistribuidora, a cidade média representa um ponto de difusão da produção e dos valores do sistema socioeconômico de que faz parte. Sua participação nas decisões ainda era relativamente pequena, mas seu papel na “transmissão” é fundamental (AMORIM FILHO & SERRA, 2001).

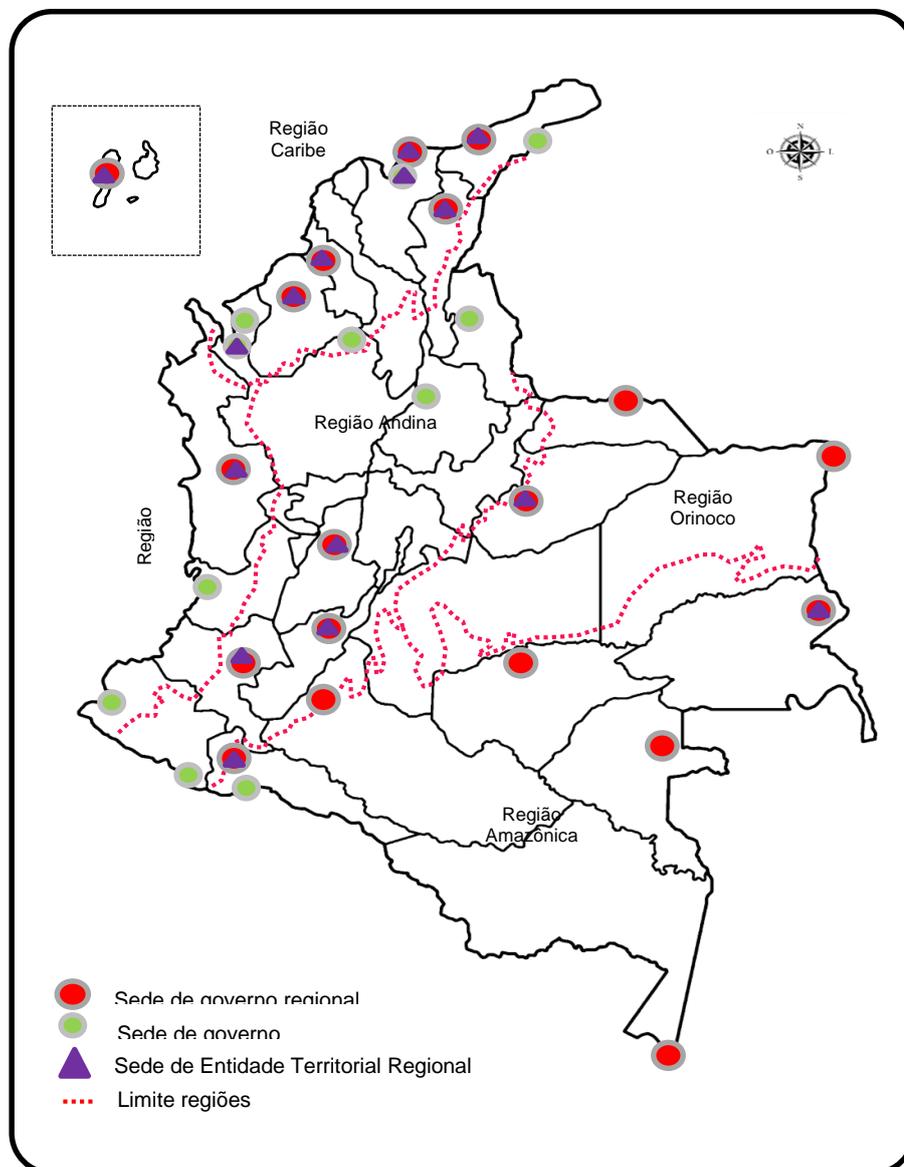


Figura 17. Funções político-administrativas das Cidades
Fonte: IGAC (2002a); ASOCARS (2016).

Nesse sentido, estes centros urbanos acolhem instituições da administração do governo local, regional e subnacionais, cumprindo um importante papel na descentralização administrativa e governamental destes níveis em concordância com a Figura 17.

Por outra parte, foram definidos cinco tipos de entidades territoriais baseados nas características urbano-rurais e no nível de desenvolvimento, ao mesmo tempo, diferenciou-se o grau de urbanização do entorno contíguo ao qual corresponde cada uma das cidades selecionadas, segundo Tabela 11. Com o objetivo de agrupar as cidades segundo características territoriais, de modo a facilitar a geração de políticas públicas diferenciadas para o ordenamento territorial e o desenvolvimento das zonas rurais. Para tal fim, empregamos os “Entornos de Desenvolvimento¹⁶⁶”, as “Categorias de Ruralidade¹⁶⁷” (DNP, 2014) e o “Índice Demográfico de Urbanização” por Províncias.

Tabela 11. Tipologias por características territoriais a nível local.

Tipologia	Características
<p>Entidades territoriais caracterizadas como cidades de desenvolvimento robusto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Centros urbanos que possuem um alto grau de urbanização com tamanho demográfico superior a 100.000 habitantes e densidades demográficas superiores aos 100 hab/km². • Constituem os nós principais de conexão de suas respectivas províncias. • Centros urbanos com alta capacidade de criação de valor agregado, alta capacidade de obter recursos próprios, altos ingressos provenientes da exploração de recursos naturais não renováveis e recursos estatais

¹⁶⁶ Por meio da apropriação do conceito de “Entornos de Desenvolvimento” foi possível reconhecer e identificar as entidades territoriais intermediárias a partir de uma caracterização das condições dos territórios em aspectos como: temáticas urbanas, aspectos econômicos, qualidade de vida, estruturas institucionais, segurança, e meio ambiente. Este tipo de tipologia permite implementar efetivamente intervenções diferenciadas no território, para facilitar o objetivo de se obter convergência territorial e maior desenvolvimento regional. Os municípios foram categorizados da seguinte forma: *Entorno de desenvolvimento robusto*; *Entorno de desenvolvimento Intermédio* e *Entorno de desenvolvimento Incipiente* (AGUILAR L et al., 2015).

¹⁶⁷ A análise por categorias de ruralidade permitiu determinar quais identidades territoriais apresentam comportamentos urbanos ou rurais. Esta classificação considera as características demográficas da população, os níveis de conectividade entre municípios, as atividades econômicas preponderantes, a vocação e o uso do solo e as diversas relações entre o território e os atores territoriais, como comunidades indígenas e afrodescendentes. Foi desenvolvida pelo Departamento Nacional de Planejamento (2014), através do Índice de Ruralidade. Estabelecendo, a categoria de *Cidade*, a qual reúne os municípios e aglomerações urbanas identificadas pelo sistema de cidades com tamanho demográfico superior a 100.000 habitantes. Os municípios identificados como *Intermédios* são aqueles que têm uma importância regional e contam com acesso a diversos bens e serviços. Possuem uma população urbana entre 25.000 e 100.000 habitantes. *Rural*, corresponde aos municípios que tem um tamanho de população urbana menor que 25.000 habitantes e densidades demográficas intermediárias entre 10 e 100 hab/km². Finalmente, *Rural Distante e isolado*, municípios que tem núcleos urbanos pequenos e baixa densidade populacional, abarcam territórios indígenas e afrodescendentes, representam o 64,9% da extensão territorial nacional (DNP, 2014b).

	para o financiamento de serviços como educação, saúde e água potável.
Entidades territoriais caracterizadas como cidades de desenvolvimento intermédio	<ul style="list-style-type: none"> • Cidades com tamanho demográfico superior a 100.000 habitantes e densidades demográficas superiores aos 100 hab/km². • Estas cidades apresentam um grau intermédio na criação de valor agregado, maior dependência dos recursos provenientes da nação e pouca capacidade gerarem recursos próprios. • A população rural representa entre 20% e 60% da população total.
Entidades territoriais caracterizadas como intermédias de desenvolvimento intermédio	<ul style="list-style-type: none"> • Municípios que tem uma importância regional e com acesso a diversos bens e serviços. Caracterizam-se por ter entre 25.000 e 100.000 habitantes no núcleo povoado principal e densidades populacionais entre 10 e 100 hab/km². • Apresentam um grau intermédio na criação de valor agregado e dependem mais dos recursos provenientes da nação que dos recursos próprios.
Entidades territoriais caracterizadas como rurais de desenvolvimento intermédio	<ul style="list-style-type: none"> • Correspondem aos municípios que tem um tamanho de população urbana menor de 25.000 habitantes e densidades demográficas intermedias entre 10 e 100 hab/km². • Incidência da pobreza multidimensional entre 50% e 70%.
Entidades territoriais caracterizadas como rurais distantes e isoladas de desenvolvimento intermédio	<ul style="list-style-type: none"> • Municípios que tem núcleos urbanos pequenos e baixa densidade populacional entre: 0 e 10 hab/km²; abarcam territórios indígenas e afrodescendentes. • Podem apresentar algum risco associado ao deterioro de ecossistemas estratégicos. • Dada sua posição geográfica, elas tem acesso limitado às redes de informação e transporte.

Fonte: DNP (2014b), AGUILAR et al., (2016).

Na compreensão das características do espaço circundante das cidades, optou-se por usar o Índice Demográfico de Urbanização segundo a CEPAL (2016), o qual define o grau de urbanização por províncias,¹⁶⁸ se definiu a Tabela 12, levando em consideração as características demográficas e os tempos de viagem em automóvel por rodovia principal do maior núcleo urbano da província até uma cidade principal.

¹⁶⁸ Ao optar por as províncias como unidade territorial de análise pretendeu-se captar dinâmicas mais agregadas as que possibilitam a escala municipal, ao tempo que mostra padrões mais diferenciados e diversos que a perspectiva departamental. Segundo a divisão territorial oficial do Departamento Nacional de Estadística (DANE), a Colômbia se divide em 141 províncias.

Tabela 12. Tipologias por características territoriais a nível regional (província).

Província	Características
Províncias urbanas	Possuem um alto nível de urbanização, alta densidade populacional e maior tamanho demográfico relativo ao núcleo principal. Correspondem às principais conexões das demais províncias. Todos os núcleos principais das províncias urbanas correspondem a capitais departamentais. Densidades populacionais maiores a 150 hab/km ² uma percentagem da população residente na área urbana maior a 80% e tamanho populacional do núcleo urbano principal maior a 300.000 habitantes.
Províncias intermédias periurbanas:	Este grupo de províncias se caracteriza por encontrar-se na periferia das províncias urbanas (a menos de duas horas), portanto, encontram-se estreita e fortemente relacionadas com elas histórica, cultural, social e economicamente. Possuem um nível de urbanização significativamente menor comparado às províncias urbanas. Entre 80% e 60% da população reside na área urbana.
Províncias intermédias próximas a províncias urbanas:	Caracterizam-se por encontrar-se por fora da periferia das províncias urbanas, não obstante, próximas, entre duas e quatro horas por rodovia até um centro urbano principal. Densidades populacionais maiores a 50 hab/km ² e menores de 200 hab/km ² . Em alguns casos, a população residente na área urbana atinge mais de 90%.
Províncias intermédias distantes a províncias urbanas:	Províncias intermédias distantes a províncias urbanas: encontram-se relativamente distantes dos núcleos urbanos principais (a mais de quatro horas). Densidade populacional mínima de 15 hab/km ² e tamanho populacional do núcleo urbano principal maior a 50.000 habitantes.
Províncias rurais periurbanas	Este grupo de províncias se caracteriza por encontrar-se na periferia das províncias urbanas (a menos de duas horas), portanto, encontram-se estreita e fortemente relacionadas com elas histórica, cultural, social e economicamente. São as principais provedoras de serviços e bens rurais das grandes cidades. Entre 25% e 70% da população reside na área urbana.
Províncias rurais próximas a províncias intermédias	Caracterizam-se por encontrarem-se relativamente distantes dos núcleos urbanos principais (mais de quatro horas), mas próximas a províncias intermédias (menos de quatro horas), as quais se encontram conectadas. Densidades populacionais não maiores a 70 hab/km ² , e percentagem da população urbana entre 20% e 60%.
Províncias rurais distantes e isoladas	Caracterizam-se por encontrarem-se relativamente distantes tanto dos núcleos urbanos principais como dos núcleos intermédios principais (mais de quatro horas). Neste grupo se incluem as províncias isoladas, que não possuem conexão por rodovia com nenhuma província urbana ou intermedia. Densidades populacionais menores a 50 hab/km ²

Fonte: CEPAL (2016),

Contar com infraestruturas modernas, que garantam ao cidadão o exercício de seus direitos fundamentais e suportem o aparato produtivo e social de seus territórios, é essencial para atingir o desenvolvimento sustentável. A Colômbia apresenta um atraso histórico em infraestrutura em comparação com os países latino-americanos¹⁶⁹. Desde o ponto de vista das áreas rurais, que são precisamente as que menores infraestruturas de transporte possuem, a carência das vias de comunicação faz que seja muito difícil, e por tanto custoso, levar produto de um lugar para outro para sua comercialização. No caso das áreas urbanas, são os bairros periféricos, de baixos ingressos e com acesso limitado aos serviços básicos os que sofrem mais, não apenas da carência de vias de comunicação, também da deficiência do serviço de transporte.

Atualmente, o governo realiza o projeto de concessões viárias, denominado de Quarta Geração ou 4G (Figura 18), que tem como objetivo melhorar a competitividade do país, diminuindo consideravelmente os custos e reduzindo os tempos de deslocamento. Inclui a construção de 8.000 km de estradas, 141 novos túneis, 1.300 viadutos em 24 dos 32 departamentos do país com inversões ao redor do USD\$ 18 bilhões, o que pode criar aproximadamente 180.000 empregos.

A Colômbia conta com 590 aeroportos e campos de pouso, dos quais, 75 são propriedade da Aerocivil (16 outorgados em concessão), 14 pertencentes aos departamentos, 94 municipais, 7 militares e o restante são privados (PMTI, 2016). Tais dados insinuam que a Colômbia conta com uma ampla infraestrutura aeroportuária, mas a maioria dos terminais não conta com a infraestrutura e as tecnologias suficientes para atender adequadamente as operações. A partir do ano de 2015, o governo impulsionou a modernização de 51 aeroportos do país com o objetivo de melhorar a conectividade e a competitividade das regiões. Nesse sentido, algumas das cidades selecionadas tem se beneficiado desse tipo de iniciativa. Das 30 cidades selecionadas, 28 contam com aeroportos, 10 regionais, 13 nacionais e 5 internacionais ou em processo de internacionalização.

¹⁶⁹ A Colômbia ocupou a posição 126 entre 144 países no mundo na publicação de World Economic Forum (WEF 2014 – 2015) em matéria de infraestrutura viária.

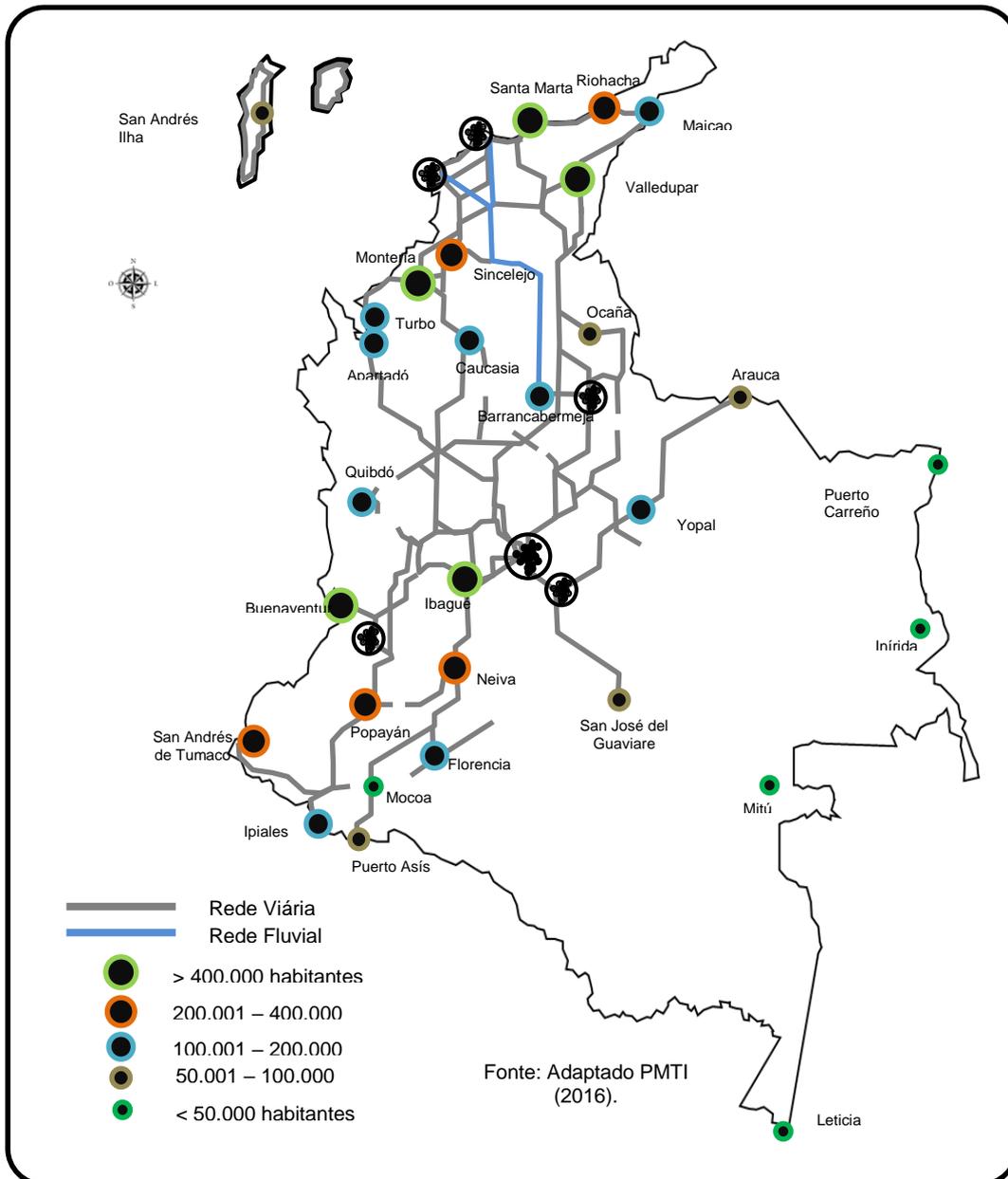


Figura 18. Rede Viária e Fluvial Nacional

O tráfego aéreo de passageiros no país, em 2017, alcançou 65.912.984 passageiros, 79% de origem nacional e 21% internacional. As cidades selecionadas mobilizaram, em seu conjunto, 8.225.354 passageiros equivalentes a um 12,5% do total nacional. Desse total de viagem, 99% são de escala nacional. As cidades que mais passageiros mobilizaram foram, em ordem decrescente: San Andrés, Santa Marta e Montería, as quais mobilizaram 3,6%, 2,6%, 1,4% do total nacional, respectivamente. Entre as cidades menores, sobressai Leticia, onde se mobilizaram 289.682 passageiros, equivalentes a 0,44% do tráfego aéreo do país.

A importância dos portos na economia Colômbia se explica pelo fato que 97% do volume do comércio exterior se realiza por via marítima. Entre

Buanventura, Tumaco, La Guajira, Santa Marta-Ciénaga, Barranquilla, Cartagena, Urabá, San Andrés e o Golfo de Morrosquillo há 91 portos marítimos. O sistema portuário colombiano funciona sob duas modalidades. Por um lado, as sociedades portuárias de serviço público que mobilizam containers, granel e carga em geral correspondentes a 53 portos, e por outro, os terminais de carga privada, 38 portos, os quais transportam carvão e petróleo. Esses são os produtos mais exportados pelo país e representam aproximadamente 70% do comércio exterior. Buenaventura, caracterizada por apresentar altas taxas de pobreza, é considerado o terminal marítimo mais importante do país sobre o oceano Pacífico e mobiliza mais de 60% do comércio do país. Santa Marta, próxima a empreendimentos agroindustriais de banana e explorações mineiras, é considerada depois das sociedades portuárias de Barranquilla e Cartagena, a mais importante sobre o Caribe e se especializa no transporte de carvão e carga.

Enquanto aos portos fluviais, os rios que irrigam o país empregam um papel importante na conexão dos municípios, nos quais, a factibilidade de desenvolver outro tipo de vias é reduzida ou praticamente nula, conforme a Figura 19. Desta forma, as populações dos municípios localizados na Amazônia e Pacífico, mobilizam-se a través de vias fluviais, que, ademais, proporcionam parte de seu sustento por meio da pesca e outros recursos. Barrancabermeja sobressai como porto no rio Magdalena para o transporte de petróleo e derivados.

Para a definição da área de influência das cidades selecionadas tomou-se como referência as distancias e tempos de deslocamento entre a cidade média e a cidade de maior hierarquia mais próxima. Levaram-se em consideração as infraestruturas de transporte (aeroportos e portos) e comunicações. A partir do anterior, definiu-se a escala de intermediação, resumido nas Figuras 20 e 21.

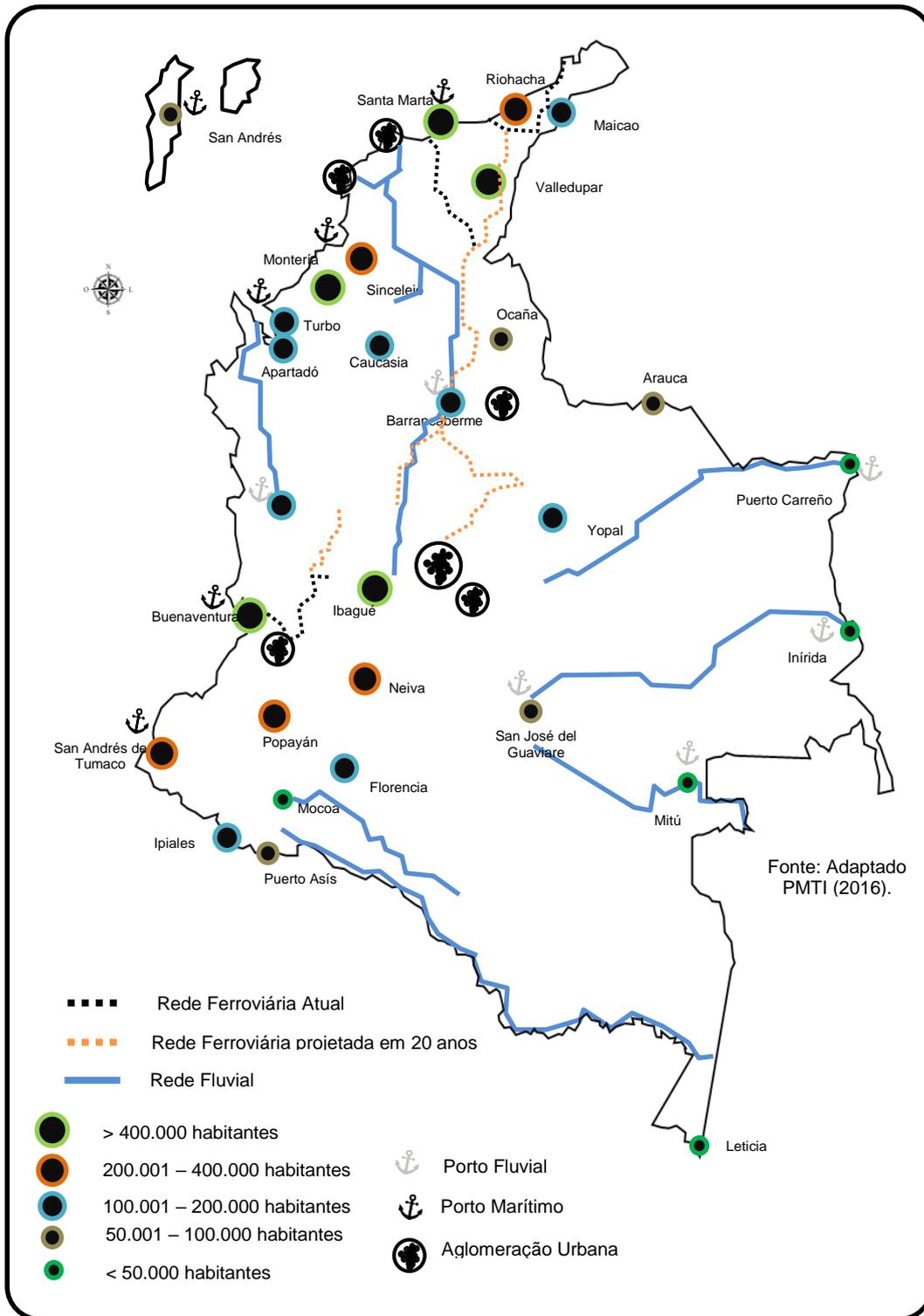


Figura 19. Portos e Ferrovias (2016)

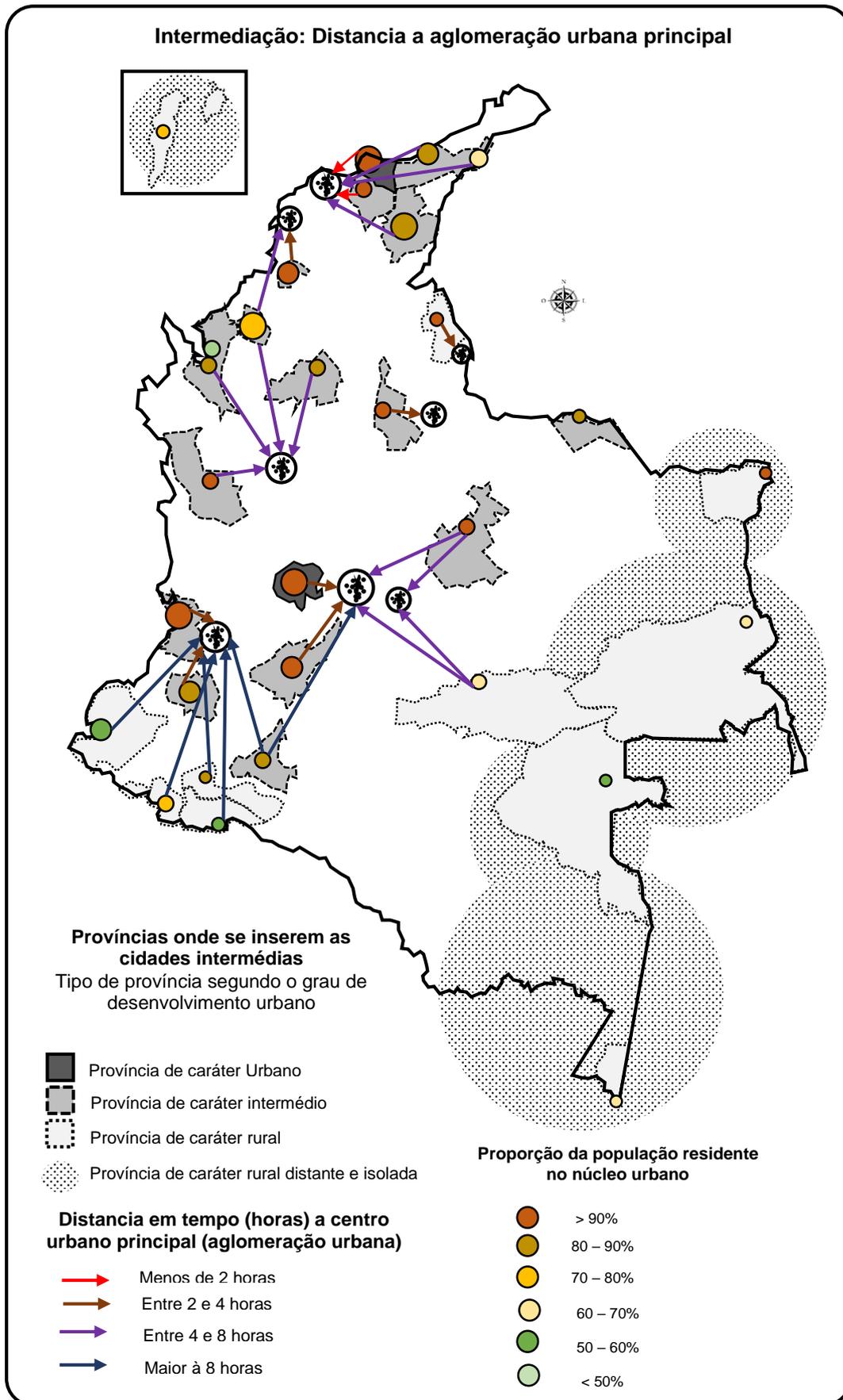


Figura 20. Intermediação: Distância entre cidades intermédias e principais aglomerações urbanas

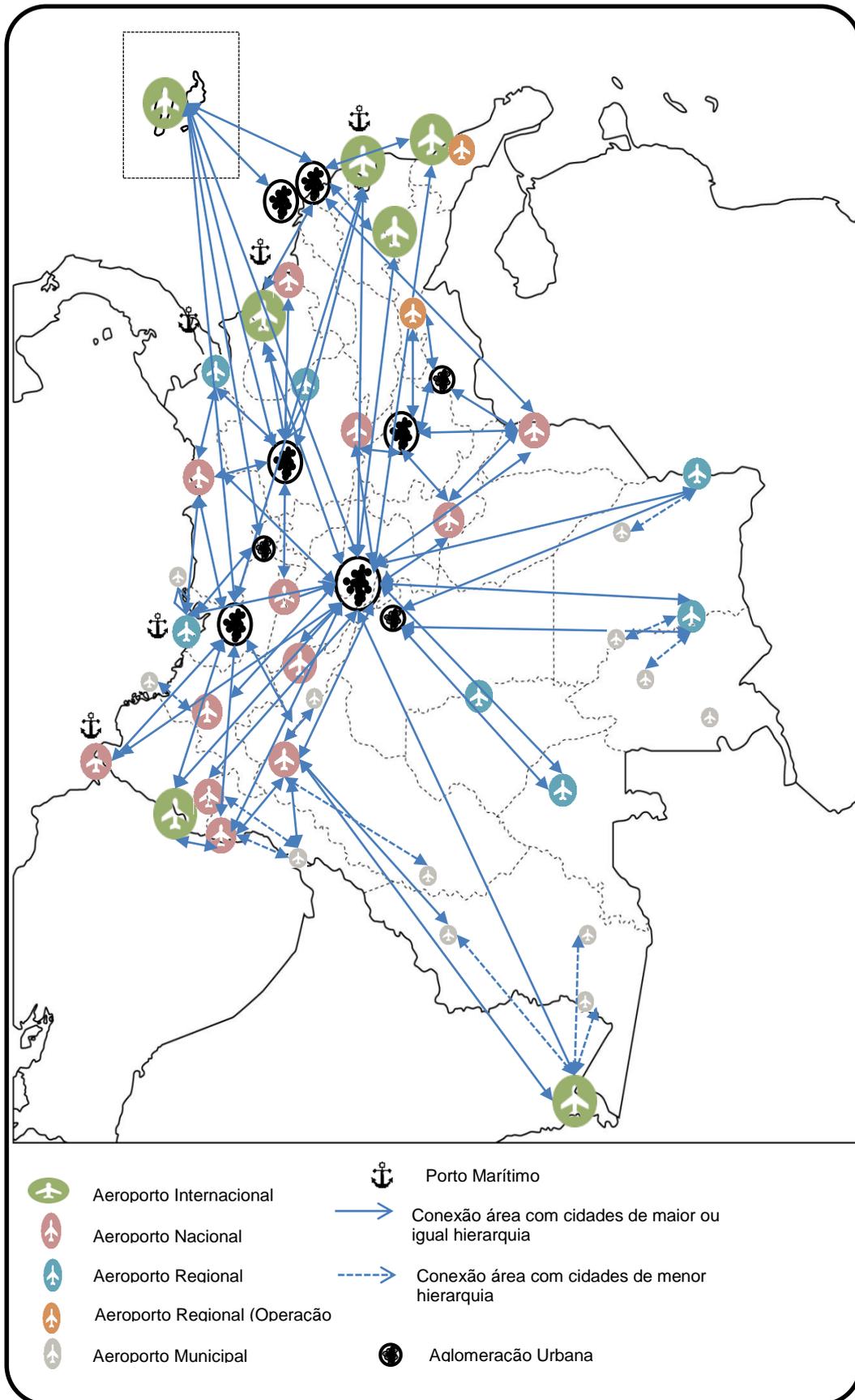


Figura 21. Intermediação: Conexões áreas entre cidades.

Fonte: Elaborado a partir de de PMTI (2016), AEROCIVIL.

A escala da intermediação das cidades intermédias, segundo os critérios apresentados neste estudo, é definida pela escala de relações que podem ser estabelecidas por elas, no nível regional, nacional ou internacional, conforme Tabela 14.

Tabela 14. Escala de Intermediação das Cidades

Escala de Intermediação	Cidades
Internacional	Santa Marta
	Leticia
	Montería ¹⁷⁰
	San Andrés
	Ipiales (centro de fronteira)
	Maicao (centro de fronteira)
Nacional	<i>Cidades capitais político-administrativas</i>
	Riohacha
	Valledupar
	Sincelejo
	Quibdó
	Arauca
	Ibagué
	Neiva
	Popayán
	Puerto Carreño
	Mitú
	Inírida
	Florencia
	Yopal
	San José del Guaviare
	Mocoa
	<i>Cidades regionais de alcance nacional</i>
	Tumaco
Barrancabermeja	
Buenaventura	
Puerto Asís	
Regional	Apartadó
	Turbo
	Ocaña
	Caucasia
	Ciénaga

¹⁷⁰ Aeroporto em processo de internacionalização. AEROCIVIL.

4.4 Pós-conflito e Desenvolvimento Sustentável

Atingir o desenvolvimento sustentável significa que um país, região ou território assumiu o compromisso de acabar com a pobreza em todas suas formas, incluindo a pobreza extrema. Erradicar a pobreza representa uma oportunidade para repensar a relação da pobreza, em seus múltiplos aspectos, com o atual modelo global de desenvolvimento extremamente excludente. O desenvolvimento deve suprir as necessidades básicas da população, o que requer, necessariamente, compartilhar as inovações dos diversos campos do conhecimento, melhorando a infraestrutura urbana e o acesso à população aos serviços de saneamento básico, saúde, educação e comunicação.

Nos últimos anos, o Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE - optou pelo Índice de Pobreza Monetária para medir os níveis de pobreza. Não obstante, considerou-se inconveniente este tipo de medição baseada nos ingressos monetários e decidiu-se empregar o Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), que indica a situação de carência material de famílias e pessoas. Dessa maneira, consideram-se pobres as famílias que apresentam ao menos uma das seguintes características: habitação inadequada, habitação sem acesso a serviços básicos, superlotação, absenteísmo escolar ou alta dependência econômica. O índice total de %NBI na Colômbia (2011) é de 27,8%, por um lado, na área urbana atinge 19,7% da população, e por outro, na área rural, alcança 53,5%.

Apenas oito cidades apresentam índices de necessidades básicas insatisfeitas menores à média nacional. Ibagué, Neiva e Popayán, no centro sul do país, e Barrancabermeja, Yopal e Florencia, associadas à exploração petróleo e, Apartadó e Ocaña, ligados a atividades agroindustriais e agrícolas, respetivamente. Próximo a Apartadó, encontra-se Turbo, juntos formam um polo agroindustrial voltado à produção e exportação de banana, incluindo atividades portuárias sobre o Caribe. No entanto, Turbo, ao lado de Maicao e Quibdó, apresentam os maiores níveis de necessidades básicas insatisfeitas. Nestas cidades, mais de 60% da população vivem em péssimas condições, inclusive em Quibdó, onde 90% da população não tem acesso a serviços básicos e vivenda digna.

Necessidades Básicas Insatisfeitas: Cidades

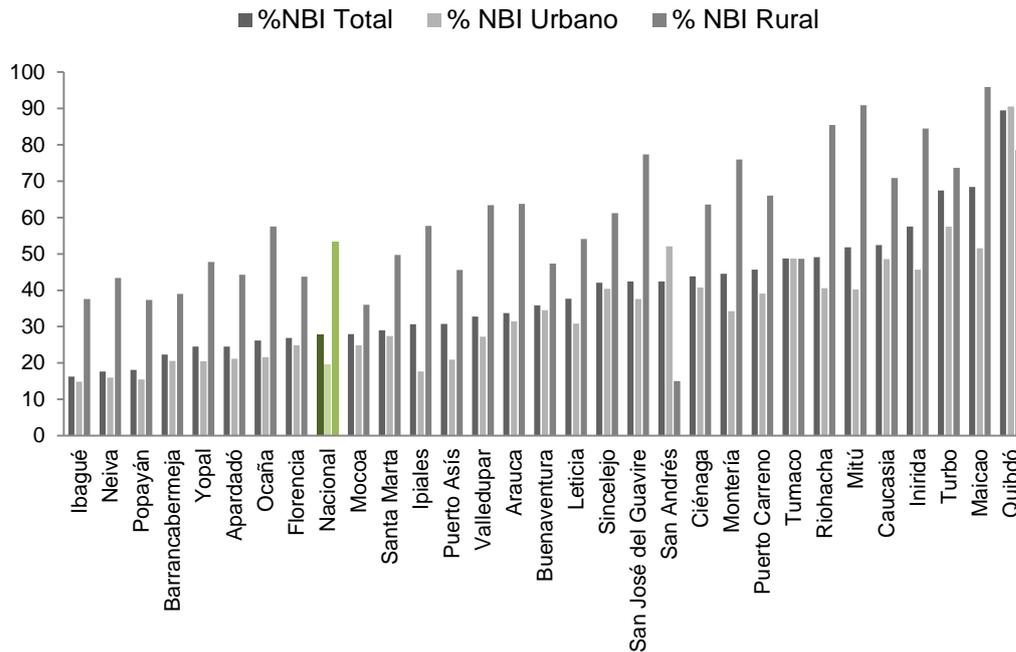


Figura 22. Necessidades Básicas Insatisfeitas por cidades

Fonte: DANE (2011)

Necessidades Básicas Insatisfeitas: Macrorregiões

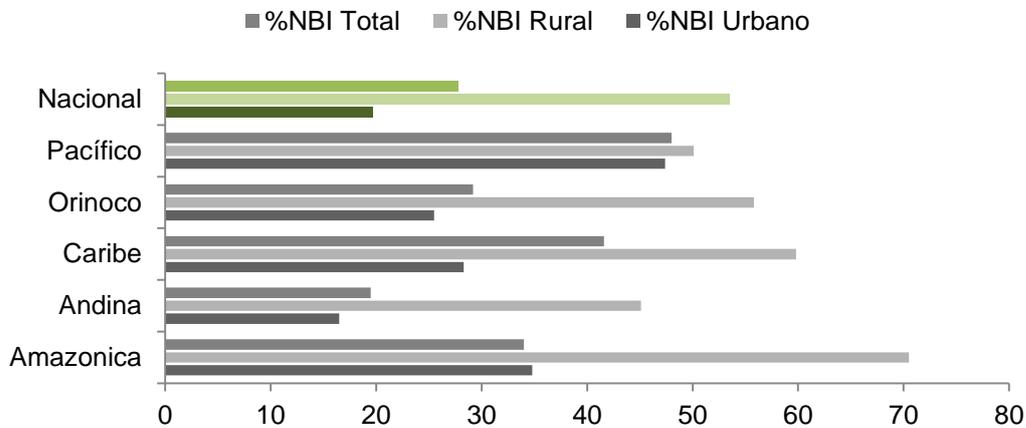


Figura 23. Necessidades Básicas Insatisfeitas por Macrorregiões

Fonte: DANE (2011)

Pode-se observar nas Figura 22 e 23 que apenas as cidades da região Andina (19,5%) apresentam em média taxas melhores em relação às médias nacionais. No entanto, observam-se também, nessa região, disparidades entre as áreas urbanas (16,5%) e rurais (45,1%). Em contrapartida, as regiões Caribe e Pacífica apresentam os maiores índices. Em média, as cidades pertencentes a estas regiões têm taxas de necessidades básicas insatisfeitas entre 40 e 50%. As

idades amazônicas apresentam uma situação similar: nos núcleos urbanos essa porcentagem atinge 34,8% e nas zonas rurais, a taxa se duplica, atingindo 70,5% da população. Como algumas cidades são distantes e isoladas do sistema urbano, isso acaba limitando o acesso às redes nacionais de serviços básicos, especialmente, eletricidade, água potável e esgoto.

Desde o ponto de vista de tipologias territoriais, as cidades de desenvolvimento robusto, as quais são cidades onde a proporção de população residente na área urbana se encontra entre 85% e 95% e o tamanho de população urbana é maior a 100.000 habitantes, apresentam as menores taxas de NBI. Entre elas, Santa Marta apresenta os índices mais altos, tanto na área urbana como rural, 24,4% e 49,7% respectivamente. Em média, as cidades de desenvolvimento médio se encontram acima da média nacional e, de maneira mais dramática, Quibdó exhibe taxas de necessidades básicas insatisfeitas pela ordem de 90,4%. Por sua parte, Montería e Turbo, cujas populações rurais ultrapassam os 100.000 habitantes, apresentam NBI rural de 75,9% e 73,7%, respectivamente. Níveis muito acima da média nacional (53,5%).

As entidades territoriais médias mostram uma situação similar ao panorama nacional, o NBI urbano é igual a 29,4%, enquanto o NBI rural é igual a 52,8%. Existem menores disparidades entre as áreas urbanas e rurais nas entidades rurais de desenvolvimento médio, o NBI correspondente, tanto urbano como rural, atinge 42,3% e 49,1% da população, respectivamente. Enquanto, nas outras tipologias, as taxas nas áreas rurais dobram em relação às taxas urbanas. Dessa maneira, as entidades rurais distantes e isoladas de desenvolvimento intermédio, sobretudo as cidades amazônicas, periféricas e não conectadas ao sistema de cidades e, onde a população residente na área urbana oscila entre 40 – 80% da população total, o NBI urbano alcança 41,5%. Na zona rural, a situação é ainda mais dramática, o NBI rural atinge 86,6% da população.

A qualidade ambiental urbana pode ser entendida como a interação de um conjunto de fatores humanos e ambientais inter-relacionados que incidem favorável ou desfavoravelmente na qualidade de vida dos habitantes de uma cidade. É comumente associada com fatores como a disponibilidade de espaço público, qualidade e quantidade de áreas verdes, poluição ambiental, qualidade de moradia, serviços públicos domiciliários, mobilidade e transporte público, entre outros. Dessa maneira, observaram-se alguns indicadores que reflexam a situação ambiental das cidades intermédias. Cabe anotar, a falta de dados e informações atualizados na maioria das cidades estudadas.

De um total de 13 cidades avaliadas nos componentes de qualidade ambiental urbana conforme a Tabela 15, apenas Ibagué e Riohacha classificam-se como de nível médio, enquanto, o restante obteve um desempenho desfavorável. Com respeito às áreas verdes apenas Neiva e Florencia obtiveram valorações favoráveis. Destaca-se Florencia com 28,9 m² de áreas verdes por habitante (padrão nacional 9 m²/hab). Por sua parte, Neiva é a única cidade que faz seguimento a qualidade do ar. De modo geral, as cidades apresentam dificuldades, enquanto, a qualidade da água superficial e localização de população em áreas de ameaça alta. Tumaco constitui o caso mais crítico, posto que, 72% da população localizam-se em áreas de alto risco. Seguida por Quibdó (32,8%), Florencia (25,9%), Neiva (8,6%) e Popayán (7%). Com respeito ao espaço público, pode-se observar que a maioria das cidades apresenta uma valoração desfavorável. Sobressaem, Valledupar e Neiva com 10,2 e 5,2 m²/hab, respectivamente.

Legenda

	Muito Alta
	Alta
	Média
	Baixa
	Muito baixa
	Sem informação

Tabela 15. Qualidade Ambiental Urbana

	Superfície de área verde por habitante	Qualidade do ar (PM10)	Qualidade a água superficial	Porcentagem de áreas protegidas urbanas incluídas no POT com PMA em execução	Porcentagem de RSU aproveitados	População urbana localizada em zonas de ameaça alta	População urbana que participa na gestão ambiental	Consumo residencial de água por habitante	Consumo residencial de energia por habitante	Espaço público efetivo por habitante	Valoração Qualidade Ambiental Urbana
Riohacha	Amarelo	cinza	Amarelo	Vermelho	cinza	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Marrom	Amarelo
Maicao	Vermelho	cinza	cinza	Vermelho	cinza	Verde	Verde	Verde	cinza	Vermelho	Marrom
Montería	cinza	cinza	Verde	Vermelho	Marrom	Marrom	Vermelho	cinza	cinza	cinza	Vermelho
Valledupar	Marrom	cinza	Verde	Vermelho	cinza	Verde	Vermelho	Vermelho	cinza	Verde	Marrom
Apartadó	cinza	cinza	Amarelo	Vermelho	Marrom	Amarelo	Marrom	Vermelho	Verde	Vermelho	Marrom
Barrancabermeja	cinza	cinza	cinza	Vermelho	cinza	Amarelo	cinza	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho
Florencia	Verde	cinza	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	cinza	cinza	cinza	Marrom
Neiva	Verde	Verde	cinza	Vermelho	cinza	Vermelho	Vermelho	Marrom	Verde	Verde	Marrom
Popayán	Vermelho	cinza	cinza	Vermelho	cinza	Marrom	Vermelho	Vermelho	cinza	cinza	Vermelho
Tumaco	cinza	cinza	cinza	Vermelho	cinza	Vermelho	Vermelho	cinza	cinza	Vermelho	Vermelho
Quibdó	cinza	cinza	Marrom	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Marrom	cinza	cinza	cinza	Vermelho
Yopal	Vermelho	cinza	cinza	cinza	cinza	Vermelho	Vermelho	Vermelho	cinza	Marrom	Vermelho
Ibagué	Verde	cinza	Marrom	Verde	cinza	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelho	Amarelo

Fonte: MADS, ASOCARS (2016).

O governo colombiano através do Ministério de Tecnologias da Informação e as Comunicações (MINTIC) vêm adotando e promovendo um conjunto de políticas, planos, programas e projetos no setor de tecnologias da informação e as comunicações (TIC's) com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país, promovendo e apropriando o uso de novas tecnologias e conteúdos digitais. Entre as iniciativas impulsionadas a nível nacional pelo MINTIC, encontramos os Pontos "Vive Digital" e as Zonas Wifi nas áreas urbanas e os Quiosques "Vive Digital" nas áreas rurais em concordância com a Figura 24.

Os Pontos “Vive Digital” funcionam como centros comunitários de acesso a internet, capacitação, entretenimento e serviços TIC em zonas de baixos ingressos e são implantados em parceria com os governos regionais. Existem 894 unidades instaladas em todo o país, e nas cidades selecionadas, 83 unidades. As cidades que contam com mais unidades do “Vive Digital” são: Valledupar (10), Neiva (9), Ibagué (10) e Montería (7), que somam 36 unidades, mais de 40% do total das cidades selecionadas nesse trabalho. Por outro lado, as cidades periféricas, distantes e isoladas não dispõem deste tipo de infraestrutura.

Tecnologias de Informação e as Comunicações

- Quiosques "Vive Digital" por cada 1.000 habitantes rurais
- Área coberta por Zonas Wifi (m2/habitante urbano)
- Pontos "Vive Digital" por cada 10.000 habitantes urbanos

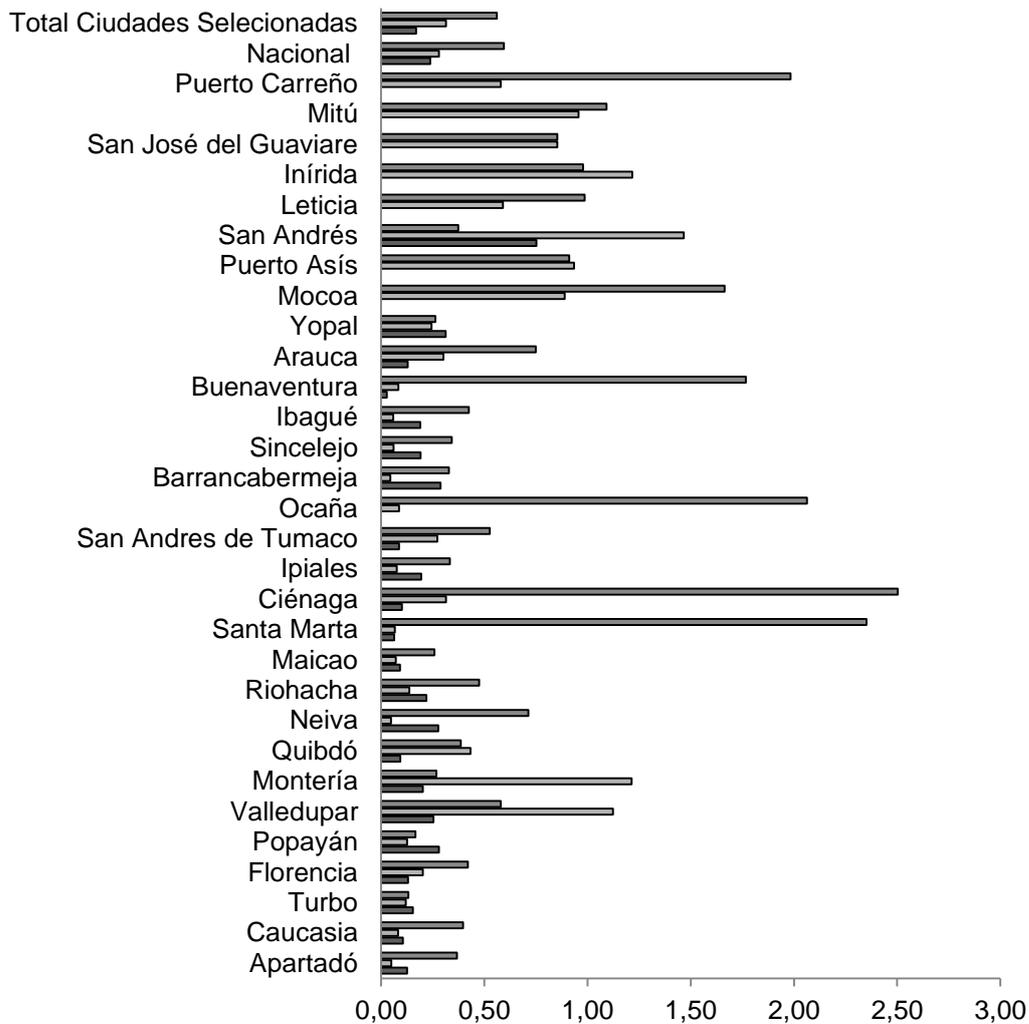


Figura 24. Tecnologias da Informação e as Comunicações

Fonte: MINTIC (2018).

Como estratégia para aumentar a penetração e o uso de internet no país por parte do Ministério de Tecnologias da Informação e as Comunicações (MINTIC) foi desenvolvido as zonas de Wifi de acesso liberado, que se encontram localizadas em parques, praças e áreas turísticas, têm a capacidade de cobrir uma área de 7.800 m² e permitir até 200 conexões simultâneas. De 1.336 zonas Wifi de acesso livre instaladas no país, há 197 delas nas cidades aqui analisadas. Sobressaem Montería, Valledupar, San Andrés e Inírida com uma cobertura superior a 1 m² por habitante na área urbana, em contrapartida, Apartadó, Cauca, Neiva, Ocaña, Sincelejo, Ibagué e Buenaventura mostram taxas inferiores a 0,1 m² por habitante urbano.

Os Quiosques “Vive Digital” são pontos de acesso comunitário a internet, capacitação gratuita em uso e apropriação de TIC para crianças, jovens e adultos em zonas rurais de mais de 100 habitantes e localizadas em áreas distantes do país. Existem 6.960 unidades instaladas de um total de 7.733. Nas cidades selecionadas, situam-se 495 pontos deste tipo. Enquanto a cobertura, apenas Santa Marta, Ciénaga, Ocaña e Puerto Carreño apresentam duas unidades por cada 1.000 habitantes rurais, seguidas por Buenaventura, Mocoa, Mitú e Leticia com 1 unidade por cada 1.000 habitantes rurais.

A Colômbia vem avançando também no desenvolvimento e geração de conhecimento sobre a Mudança Climática para a tomada de decisões em seus territórios¹⁷¹. Cada um dos municípios analisados apresenta elementos para afrontar possíveis mudanças climáticas, uns em maior medida que outros. É necessário identificar tais mudanças para que os municípios possam reconhecer suas fortalezas e fraquezas, a fim de elaborar planos de adaptação. Aproximadamente 21,3% do território nacional apresenta sensibilidade alta e muito alta, equivalente a municípios que apresentam condições não favoráveis para afrontar a mudança climática, incluída baixa qualidade de vidas dos habitantes e uma alta pressão de transformação antropogênica.

Tabela 16. Mudança Climática

Mudança Climática			
Cidade	Ameaça ¹⁷²	Capacidade de Adpatação	Sensibilidade

¹⁷¹ Baseado em: IDEAM, PNUD, MADS, CANCELLERIA. Tercera comunicación nacional de Colombia a la convención marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (CMNUCC). Bogotá D.C., Colombia. (2017).

¹⁷² Potencial de ocorrência de eventos de mudança climática que supõem um impacto físico, social, econômico e ambiental em uma zona determinada, caracterizada pela localização, frequência e intensidade.

Ibagué	Muito baixa	alta	muito alta
Santa Marta	Muito baixa	média	média
Valledupar	Alta	muito alta	média
Riohacha	Muito baixa	média	alta
Montería	Muito Alta	média	alta
Neiva	alta	alta	alta
Popayán	Alta	média	alta
Sincelejo	baixo	muito alta	média
Florencia	baixa	baixa	média
Yopal	Muito baixa	média	média
Quibdó	Muito baixa	baixa	muito alta
Buenaventura	Muito baixa	alta	média
Barrancabermeja	Muito Alta	alta	alta
Apartadó	Muito baixa	muito alta	alta
Arauca	baixa	média	alta
San Andrés	Muito baixa	muito baixa	alta
S.J. Guavire	Muito baixa	baixa	média
Mocoa	Muito baixa	baixa	média
Leticia	baixa	muito baixa	alta
Mitú	Muito baixa	muito baixa	alta
Inirida	Muito baixa	baixa	alta
Puerto Carreno	Muito baixa	baixa	alta
Tumaco	Muito Alta	muito alta	baixa
Maicao	baixa	média	alta
Ciénaga	Muito baixa	média	muito baixa
Ocana	alta	muito alta	média
Ipiales	Muito baixa	muito alta	média
Caucasia	Muito baixa	muito alta	alta
Turbo	Muito baixa	muito alta	muito alta
Puerto Asís	baixa	biixa	alta

Fonte: IDEAM, PNUD, MADS, CANCELLERIA (2017).

Baseados na Tabela 16, as cidades com mais baixa capacidade de adaptação à mudança climática são as cidades amazônicas, como Leticia e Mitú, e na região insular San Andrés. Apesar de apresentar em seu conjunto uma baixa ameaça pela mudança climática, a maioria dos municípios apresenta uma alta e muito alta sensibilidade climática, quer dizer, que apesar de que o potencial de ocorrência de eventos de variabilidade climática com capacidade de gerar impactos negativos nos territórios é limitado, estes municípios são sensíveis à variação no clima, como o aumento da temperatura, e aumento ou diminuição das chuvas.

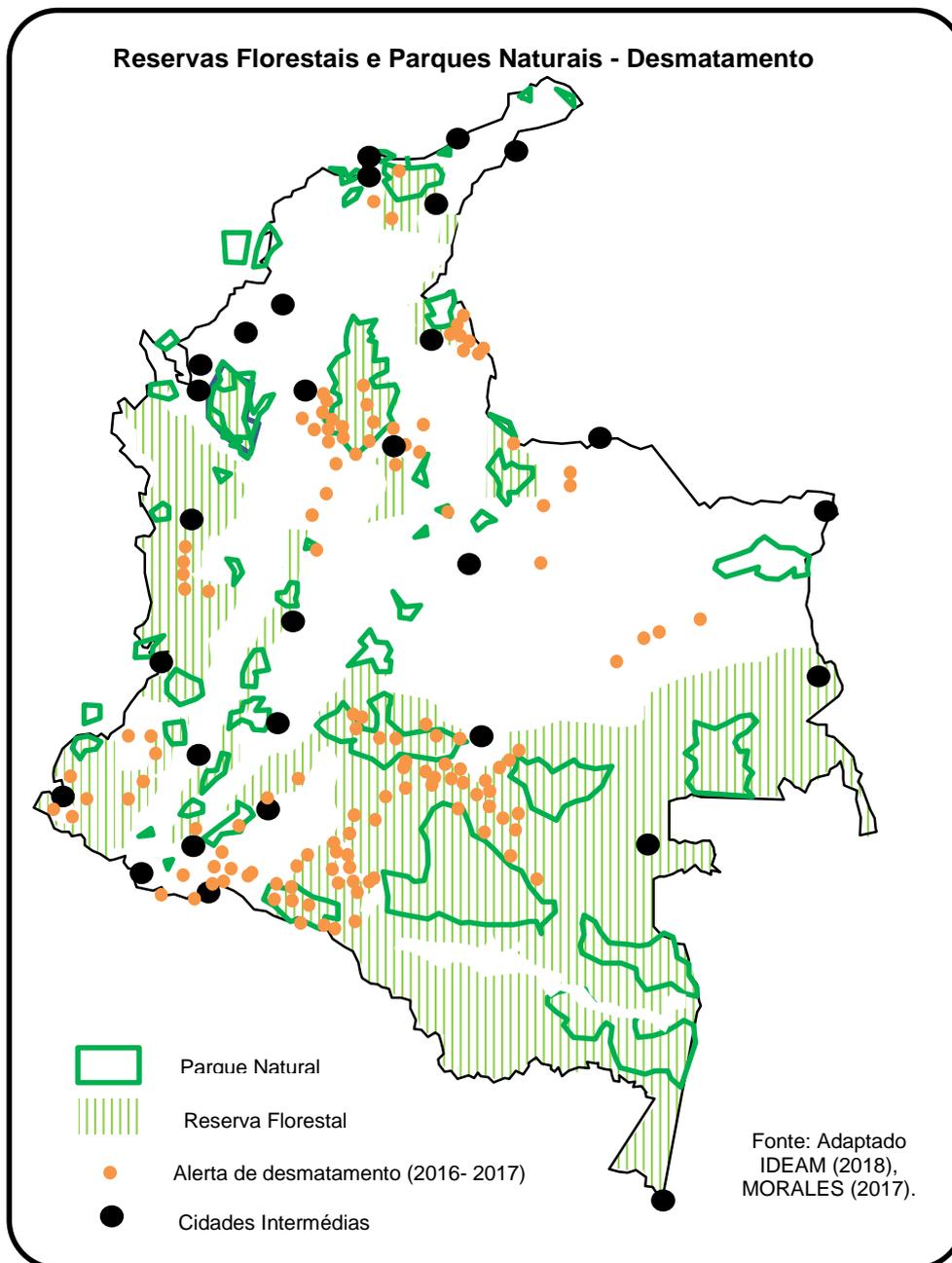


Figura 25. Reservas Florestais, Parques Naturais e Desmatamento

Algumas cidades localizam-se em regiões com presença parques naturais, zonas de reserva florestal e áreas protegidas segundo Figura 25. Portanto, seu papel no pós-conflito encontra-se ligado à proteção e preservação das áreas com importância ambiental e ecológica e as funções político-administrativas.

No que diz respeito ao desenvolvimento rural, é importante frisar que o campo colombiano é um eixo histórico de desenvolvimento do país. No entanto, seu atraso em matéria social e econômica constitui um limitador para seu desenvolvimento. O abandono e o despovoamento de territórios essencialmente rurais, produto do conflito armado, com o conseqüente efeito sobre as economias e sociedades locais, gerou uma desruralização do país que se viu estimulada pela precária formalização dos títulos de propriedade. Isto trouxe consigo uma perda na capacidade produtiva do setor rural, riscos na segurança alimentar e a perda de práticas tradicionais favoráveis à conservação e proteção do meio ambiente. Cabe lembrar, que 1 de cada 10 colombianos é vítima do deslocamento forçado, e que 9 de cada 10 deslocados têm vínculos rurais. Perto de 50% de todos os deslocados internos do país residem em municípios predominantemente rurais, que tem em média 15.000 habitantes e que dispõem de limitados recursos fiscais.

Por outro lado, a paz oferece imensas possibilidades para o desenvolvimento rural, tanto agropecuário como não agropecuário, e permite pensar no avanço das áreas rurais como pilares do desenvolvimento futuro do país. É necessário então fomentar um enfoque territorial participativo, que reconheça a ruralidade diferenciada e as vantagens da associatividade aos habitantes rurais, que podem se tornar atores de seu próprio desenvolvimento com respeito e preservação dos ecossistemas estratégicos.

Na Colômbia, a estrutura da propriedade se concentra em grandes e medianas propriedades: 41 por cento da área de propriedade privada é considerada grande propriedade com mais de 200 hectares, enquanto outro 40% se classifica como mediana propriedade. O restante se encontra distribuído em pequena propriedade, minifúndio e microfúndio. A tendência à concentração da terra é uma característica histórica na Colômbia. Para 1984, o índice Gini, indicador tradicionalmente usado para calcular a distribuição da terra, era de 0,839. Entre o ano 2000 e 2009, o índice Gini de terras passou de 0,853 no ano 2000 a 0.863 no ano 2009. Enquanto, o índice Gini¹⁷³ de proprietários passou de

¹⁷³ Segundo o Índice Gini, forma habitual de medir a desigualdade na distribuição de um bem ou recurso, neste caso a terra, onde, 0 representa uma distribuição igualitária (todos tem o mesmo) e 1, a máxima desigualdade.

0,877 a 0,8886 no mesmo período. A partir do ano 2006 nota-se uma tendência de aumento, no ano 2014, o índice Gini para Colômbia era de 0,987.

Tabela 17. Distribuição da propriedade rural, estado cadastral e terras abandonadas.

1. Tipo de propriedade dominante na distribuição da propriedade da terra (2009)		Minifúndio e microfúndio
		Pequena propriedade
		Mediana e pequena propriedade
		Mediana propriedade
		Mediana e grande propriedade
2. Estado Cadastral (2012)		Grande propriedade
		Atualizado
		Desatualizado
3. Hectares de terras abandonadas forçosamente (2014)		Sem informação
		Entre 1.000 e 20.000 hectares
		Entre 20.000 e 60.000 hectares
		Mais de 60.000 hectares.

Cidade	Gini de terras (2009)	1	2	3	Outras características do território
Popayán	0,88				Presença de reservas indígenas.
Buenaventura	0,87				Presença de reservas indígenas, afrodescendentes e parques naturais.
San Andres de Tumaco	0,85				Presença de reservas indígenas e comunidades afrodescendentes.
Neiva	0,82				Presença de reservas indígenas.
Mocoa	0,80				Presença de reservas indígenas.
Sincelejo	0,79				
Ibagué	0,78				Presença de parques naturais.
Montería	0,78				
Arauca	0,77				Presença de reservas indígenas.

Yopal	0,77				
Barrancabermeja	0,76				
Ipiales	0,75				Presença de reservas indígenas.
Turbo	0,73				Presença de reservas indígenas.
Quibdó	0,70				Presença de reservas indígenas e comunidades afrodescendentes.
Santa Marta	0,68				Presença de reservas indígenas e parques naturais.
Ciénaga	0,68				Presença de reservas indígenas e parques naturais.
Valledupar	0,67				Presença de reservas indígenas.
Ocaña	0,66				
Puerto Asís	0,66				Presença de reservas indígenas.
Florencia	0,63				Presença de reservas indígenas.
Maicao	0,63				Presença de resguardos indígenas.
San Andrés	0,63				Presença de comunidades raizal ¹⁷⁴
Riohacha	0,61				Presença de resguardos indígenas e parques naturais.
Caucasia	0,60				
San José del Guaviare	0,58				Presença de reservas indígenas e reservas florestais.
Apartadó	0,53				Presença de reservas indígenas.
Puerto Carreño	0,50				Presença de reservas indígenas.
Inírida	0,46				Presença de reservas indígenas e reservas florestais.

¹⁷⁴ Raizal corresponde a cultura característica própria do arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina.

Mitú	0,39				Presença de reservas indígenas e reservas florestais.
Leticia					Presença de reservas indígenas e parques naturais.

Fonte: IGAC (2012); CNMH (2015).

Em relação aos dados cadastrais conforme a Tabela 17, oito cidades têm seus cadastros desatualizados e outras quatro não possuem informações disponíveis. As cidades amazônicas em seu conjunto, com exceção de Mitú, não dispõem de informação cadastral. Em cinco delas, Buenaventura, Arauca, Quibdó, Maicao e Puerto Carreño predominam a grande propriedade e, em outras nove, a grande e média propriedade. Todas as cidades, com exceção de San Andrés na região insular, encontram-se afetadas pelo abandono de terras. Turbo e San José del Guaviare são as cidades mais afetadas pelo abandono forçado de terras, ao mesmo tempo, dispõem de informação cadastral limitada e desatualizada. Em 24 das 30 cidades, há presença de reservas indígenas, comunidades afrodescendentes, comunidades raizal e/ou parques naturais e zonas de reserva florestal.

A presença de atores armados¹⁷⁵ nos territórios, segundo a Tabela 18, pode ser avaliada como um obstáculo para a implantação e consolidação dos processos do pós-conflito. A ausência do Estado constitui um incentivo para a propagação do controle por parte dos atores armados como para a disseminação de cultivos ilícitos e mineração ilegal. Em cidades como Arauca, Yopal, Quibdó, Inírida, Neiva e Maicao, o Estado colombiano não fomenta iniciativas para a construção do pós-conflito, como os Planos de Desenvolvimento de Enfoque Territorial. Na maioria das cidades, 22 em total, a incidência do deslocamento forçado persiste. Buenaventura e Tumaco apresentam a situação mais crítica por deslocamento forçado, enquanto, Tumaco e Puerto Asís, apresentam uma alta concentração de cultivos ilícitos em seus territórios.

Tabela 18. Estado atual das cidades após acordo de paz em 2016

Estado Atual das cidades depois do acordo de paz

	Presença GAO	Presença ELN	Presença estatal ¹⁷⁶	Cultivos ilícitos	Mineração ilegal	Deslocamento forçado

¹⁷⁵ GAO: Grupos armados organizados, ELN: Exercito Nacional de Libertação.

¹⁷⁶ Presença estatal através os Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial (PDET¹⁷⁶), definidos como instrumentos de planejamento para orientar ações administrativas para a

	Com presença	Com presença	Com presença	Presença Muito alta	Presença Muito alta	Persistência muito alta
	Sem presença	Sem presença	Sem presença	Presença Alta	Presença Alta	Persistência alta
				Presença média	Presença média	Persistência média
Cidade	Presença GAO	Presença ELN	Presença estatal	Cultivos ilícitos	Mineração ilegal	Deslocamento forçado
Leticia						
Apartadó						
Caucasia						
Turbo						
Arauca						
San Andrés						
Florencia						
Popayán						
Yopal						
Valledupar						
Quibdó						
Montería						
Inírida						
S.J. Guaviare						
Neiva						
Riohacha						
Maicao						
Ciénaga						
Santa Marta						
Ipiales						
Tumaco						
Ocaña						
Mocoa						

construção de paz, superar o uso da violência como meio para resolver os conflitos, impulsionar o diálogo social e as alternativas de desenvolvimento econômico e social sustentáveis.

Puerto Asís						
Barrancabermeja						
Sincelejo						
Ibagué						
Buenaventura						
Mitú						
Puerto Carreño						

Fonte: MOE (2018).

5 Conclusões

O estudo de um objeto abstrato como é a “cidade intermédia” acarreou algumas dificuldades. A princípio, identifica-se como algo pouco conhecido e estudado, sobre o qual existem diversas interpretações. Nada obstante, os diversos autores consultados apontam para elementos comuns que sustentaram a análise. Desse modo, o termo “cidade intermédia” adotado neste trabalho faz referência às cidades que desempenham funções de intermediação/articulação entre cidades maiores e menores no âmbito dos diferentes níveis escalares das redes urbanas. Uma segunda dificuldade refere-se à metodologia. Em primeira instância, pretendeu-se construir um índice a partir das dimensões planteadas pelos autores e baseado em dados quantitativos e qualitativos com a intenção de “medir” o potencial de cada uma das cidades. No entanto, após múltiplas tentativas, encontrou-se inconveniente a adoção de um índice, dado que, existem vácuos de informação em algumas das dimensões abordadas, especialmente nos pequenos municípios, dificultando a interpretação da realidade das cidades.

É importante ressaltar que cada cidade tem diferentes níveis de complexidades e de problemáticas em termos de disponibilidade de informação para a tomada de decisões adequadas à realidade, assim como nos níveis de qualidade de vida de seus habitantes, e que por suposto devem trabalhar de maneira local para lograr melhores níveis de desenvolvimento e diminuir as inequidades. Nesse sentido, limitar a pesquisa era indispensável, dada a amplitude das temáticas abordadas. Pretendeu-se integrar aspetos relevantes para a identificação das cidades intermédias, assim como também, alguns elementos centrais dos conceitos de pós-conflito e desenvolvimento sustentável. Isso implicou optar por uma análise geral, em lugar de um estudo detalhado e específico sobre o estado das cidades intermédias colombianas e seu rol na era do pós-conflito.

A partir das últimas décadas, as relações campo e cidade têm sofrido aceleradas transformações decorrentes dos processos de globalização e internacionalização das economias e o desenvolvimento de mercados. Tradicionalmente, o campo e a cidade eram vistos como opostos. Enquanto o primeiro era sinônimo de atraso, o segundo assemelhava-se a noção de desenvolvimento, e acreditava-se que o desenvolvimento estava condicionado ao processo de urbanização. Isto ampliou as diferencias entre o urbano e o rural,

afetando negativamente o campo, sobretudo em países latino-americanos; incluída a Colômbia. Hoje em dia, as fronteiras que separam o urbano e o rural são menos legíveis, apontando para a ideia de um território contínuo urbano-rural. Ante a crescente expansão dos fluxos decorrente do período técnico-científico-informacional, o território se torna uma rede de conexão entre o local e o universal. Consequentemente, são as relações entre sujeitos, locais e globais, e destes como o ecossistema local, concretadas nas redes, a condição necessária para a efetivação dos processos de desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, as cidades como locais no espaço físico onde se estabelecem as conexões entre lugares e fluxos ganham novos contornos graças ao emaranhado de redes. As cidades se encontram ligadas umas às outras por meio de redes, configurando estruturas multiescalares. Desta forma, o tecido urbano se estende abarcando os diferentes centros urbanos. Fala-se, então, de competitividade e especialização do território, como também de complementariedade entre regiões e cidades. Consequentemente, isso amplia as possibilidades das cidades de incentivar o crescimento de seus respectivos territórios e facilitar o desenvolvimento rural, principalmente através de mecanismos vinculados aos processos de desenvolvimento endógeno.

Por um lado, o potencial das cidades passa a ser contemplado a partir de seus respectivos entornos rurais, os quais atuam como plataforma de sustentação dos elementos fundamentais para o progresso permanente dos membros das comunidades assentadas nos espaços territoriais, sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades das futuras gerações. Por outro lado, a ideia de rede sugere uma homogeneidade horizontal de assentamentos urbanos e fluxos que não implica uma estrutura hierarquizada. Na atualidade, observa-se que cada centro independente de seu tamanho populacional e/ou importância política consegue manter relações econômicas, políticas e sociais com outros centros, sem ter que, necessariamente, seguir uma ordem piramidal. Desde essa perspectiva, o território reorganiza-se a partir da valorização das pequenas e médias cidades como estratégia de desenvolvimento local efetuado em rede.

Dentro desse universo de cidades, aparecem as cidades intermédias. Esta categoria de cidades corresponde a núcleos urbanos, pertencentes ao emaranhado de redes, que cumprem um papel convergente em seus respectivos territórios circundantes. Desta maneira, dada à forte influência nos fluxos de relações e interações entre estas e seu entorno contíguo, elas representam nós articuladores de fluxos, materiais e imateriais, interligados por redes de infraestrutura que conectam as diferentes escalas da rede urbana: local, regional

e nacional e, inclusive, em alguns casos, com acesso facilitado às redes internacionais. Portanto, as cidades intermédias encontram-se associadas à definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, onde o consumo tem um rol preponderante na interpretação do caráter intermediário destas. Conseqüentemente, elas dependem de sua inserção nas redes globais.

As cidades, como fonte de serviços e infraestruturas para as regiões do entorno, são, portanto, núcleos do desenvolvimento e da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Por outra parte, há uma relação de complementariedade entre o local e o global, entre o tradicional e o moderno, e entre regiões e cidades, produto da globalização e os avanços tecnológicos, científicos e informacionais, que permite às cidades intermédias, a partir das especificidades locais, gerar valor agregado e crescimento sustentado, contribuindo para a reabilitação socioeconômica das pequenas cidades. Desde esse ponto de vista, pensar no papel das cidades no período do pós-conflito implica imaginar e planejar novos olhares sobre as inter-relações urbano-rurais no esforço de desenhar novos modelos de ordenamento urbano territorial com o potencial de estimular os processos de integração nacional. Trata-se, assim, do esforço de fornecer as potencialidades próprias de cada região e contribuir para a redução dos desequilíbrios socioeconômicos entre o campo e as cidades.

Planejou-se, desde o começo, identificar as cidades com maior potencial de crescimento integral para liderar o desenvolvimento das regiões mais afetadas pelo conflito armado. Concebeu-se a cidade do pós-conflito como uma entidade territorial de natureza híbrida, rural e urbana, com fortes inter-relações com seu entorno geográfico, onde se articulam o local e o global, o tradicional e o moderno. Tais cidades estão inseridas nas regiões mais afetadas pelo conflito armado e, ao mesmo tempo, apresentam fortes desequilíbrios internos.

Dessa maneira, definir a pesquisa com base no conceito de “cidade intermédia” permitiu limitar o processo de indagação a um grupo específico de cidades, as quais constituem os principais centros urbanos das áreas de maior incidência do conflito nas últimas três décadas e, cujo potencial encontra-se determinado pelo grau de influência que elas são capazes de exercer sobre seus respectivos entornos geográficos. Apesar da heterogeneidade que caracteriza as cidades colombianas, estas cidades apresentam atributos em comum distinguindo-as de outras cidades. As cidades do pós-conflito correspondem aos epicentros de convergência dos territórios mais afetados pelos fenômenos de violência e exílio na história recente do país, ao mesmo tempo, exibem-se como

alternativas às grandes cidades, a partir das quais, o pós-conflito encontra uma plataforma para impulsionar os distintos processos de mediação, coordenação e articulação entre os diferentes atores e níveis escalares da gestão do território.

Reflexionar sobre o papel das cidades colombianas no pós-conflito implica necessariamente partir de uma reconstrução histórico-geográfica e teórica sobre o conflito armado colombiano como ponto inicial para compreender a relação campo-cidade no contexto colombiano. Isto com o fim de identificar elementos que orientaram a pesquisa. Nesse sentido, entender as causas, motivações dos atores e consequências do conflito era indispensável para entender as implicações que, um possível desarme total dos atores traz às cidades e territórios. A partir de múltiplas abordagens, o conflito armado colombiano pode ser interpretado, por um lado, como um conflito interno, no entanto, ao involucrar países vizinhos declara-se como um conflito regional complexo. Por outro lado, coincide com a definição de um conflito crônico dado a naturalização e socialização da violência em altos níveis.

Em um conflito prolongado no tempo, como o colombiano, os motivos iniciais da luta e os posteriores interesses dos atores conjugaram-se de modo que a guerra adotou sua dinâmica própria, aumentando sua complexidade. A datar da década de 1980, o decolar do narcotráfico em meio de um contexto de globalização e abertura econômica, exacerbaria os níveis de violência e o conflito adquiriria outras matizes e dimensões, deixando um grande impacto nos territórios rurais e cidades colombianas. Desde esse ponto de vista, concebe-se o conflito armado colombiano como uma materialização contemporânea das relações de poder, mediadas pela agressão e a opressão entre os diferentes atores na procura do lucro e a reprodução ampliada do capital através do controle e dominação do território. Compreender o conflito significa reconhecer a violência e o exílio como práticas recorrentes nos processos de desterritorialização e reterritorialização, no tempo e no espaço, efetivados pelos atores armados e não armados em diferentes níveis escalares, local, regional, nacional e internacional, com propósitos rentistas.

Admite-se, então, a heterogeneidade do conflito, suas transições, mutações, diversidade de atores e caráter dinâmico. No começo, o conflito se manifestava como reflexo da problemática agrária, posteriormente, acaba convertido em conflito político-ideológico sob os interesses dos partidos políticos tradicionais. Finalmente, em um método de apropriação e desapropriação de terras com fins econômicos, políticos e militares por parte das estruturas hegemônicas. De alguma ou outra forma, o conflito se adaptou aos interesses e a dinâmica econômica da nação. A princípio, associou-se às zonas cafeeiras do centro do

país e, mais tarde, às zonas bananeiras e madeireiras. Durante os anos oitenta e noventa, deslocou-se às zonas petroleiras e mineiro-energéticas. Atualmente, o conflito encontra-se presente nos territórios que constituem corredores estratégicos para a cadeia de produção, transformação e comercialização de cocaína e para a localização de megaprojetos e grandes obras de infraestrutura.

Para inícios do século XX, em meio da penetração do capitalismo no campo, o latifúndio foi imposto como forma de domínio na distribuição da propriedade rural. As novas titulações de terras outorgadas pelo governo coincidiam com aquelas conquistadas pelos colonos, dando lugar a processos de exílio e, posteriormente, ao surgimento de conflitos agrários. A estagnação da pequena propriedade, o avanço do latifúndio improdutivo e o uso da violência nos espaços rurais alimentaram os fluxos migratórios campo-cidade. Na medida em que as forças políticas hegemônicas se envolveram nos conflitos agrários pelo controle eleitoral nas zonas rurais, as disputas territoriais adotaram um caráter armado. O conflito eclodiu em 1948 durante “*El Bogotazo*”, e estendeu-se por uma década, período conhecido na história colombiana como “*La Violencia*”. Ante a descontrolada situação de ordem pública, os partidos políticos tradicionais convergem no *Frente Nacional* como artifício para alternarem-se nos diferentes níveis do governo, sem dar solução à problemática agrária.

Em um contexto particularizado pelo protesto social, a agitação trabalhista e camponesa, o governo colombiano adotou as reformas pós-segunda guerra, impulsionadas pelos Estados Unidos. O discurso anticomunista ganha protagonismo e, nessa ordem, o governo da Colômbia centra seu esforço militar na recuperação dos territórios ocupados por grupos camponeses organizados, que funcionaram como repúblicas independentes. Enquanto, o atropelo dos direitos humanos constituía uma estratégia para enfraquecer as demandas sociais e trabalhistas. A partir dos anos sessenta, inspirados na ideologia do comunismo e a Revolução Cubana, surgem distintas expressões de insurgência armada. Ao longo deste período, os movimentos de guerrilhas multiplicaram-se. Em contrapartida, surgiram forças de contraguerrilha, amparadas pelos grandes proprietários de terras, setores políticos e forças de ordem. Desde esse ponto de vista, uma combinação de fatores, tanto externos como internos, provocaram um fenômeno particular.

O narcotráfico rapidamente associou-se aos grupos armados, e penetrou nas diferentes esferas do país, distorcendo seu funcionamento socioeconômico e político. O narcotráfico constitui um fator de violência e corrupção, na medida em que os recursos provenientes deste continuam financiando a capacidade bélica e

a influência política dos atores armados. Isto contribuiu, a partir de 1990, para a propagação do fenômeno do paramilitarismo e as diversas violências ligadas ao deslocamento forçado associados com capitais de empresas estrangeiras agrícolas e mineras, ocasionando profundas transformações nos territórios rurais derivadas da alta concentração da propriedade e as mudanças do uso do solo. Por um lado, afiançou-se o modelo extrativista baseado na grande propriedade monoexportadora e a exploração de recursos fósseis. Por outro, a compra massiva e o acúmulo de terras por parte de narcotraficantes reforçaram a lógica ineficiente de destinação das melhores terras do país para a pecuária extensiva. Em outras palavras, a Colômbia passa de um país cafeeiro e bananeiro a um país mineiro e cultivador de coca.

No início do século XXI, a Colômbia mostrava-se como um Estado falido. Economicamente, encontrava-se submergida numa profunda crise derivada dos impactos gerados pela abertura econômica no setor produtivo. Politicamente, o avanço da ofensiva militar das guerrilhas nas cidades e territórios revelava a incapacidade do Estado por conter a situação de violência. Em consequência, o desemprego aumentou e os exiliados se multiplicaram. Na medida em que se ampliavam os desequilíbrios entre o campo e a cidade, a presença fragmentada do Estado permitiu a consolidação de poderes paraestatais e criaram-se as condições para a proliferação de atividades ilegais. A partir de então, o governo colombiano, com apoio internacional, concentrou seu acionar militar na recuperação dos territórios estratégicos ocupado pelas guerrilhas e a luta contra as drogas. Esta nova estratégia logrou notáveis avanços na segurança dos principais eixos econômicos do país. A força pública recuperou o controle sob as regiões, política e economicamente consolidadas, mas, ao mesmo tempo, acentuou o deslocamento forçado e as violações dos direitos das populações.

Pode-se afirmar que, apesar da tendência global migratória campo-cidade, a urbanização recente da Colômbia se caracteriza por uma migração forçada, “não natural”, imposta e violenta que está reconfigurando demográfica, econômica, social e ecologicamente aos espaços territoriais do país. Desde o século XIX até os dias de hoje, a violência converteu-se numa tática usada pelos atores armados e não armados para exercer controle e domínio sobre o Estado e os territórios, especialmente, aqueles onde se encontram os melhores solos ou localizados em zonas geoestratégicas. As áreas rurais converteram-se no cenário principal das lutas armadas, deslocando grandes massas de camponeses que passaram a engrossar as multidões de trabalhadores informais nas cidades, enquanto, o processo de industrialização mostrava-se incapaz de absorver a mão de obra

disponível. Desde essa perspectiva, na Colômbia, a migração campo-cidade não apenas se associa a fatores econômicos e políticos, também se encontra determinada pela dinâmica do conflito armado manifestada através do fenômeno do deslocamento forçado.

A condição de deslocado acompanha à vítima do conflito desde o momento de exílio do local de origem até a procura, momentânea ou constante, de um novo lugar para refazer sua vida. A princípio, sua experiência acompanha-se de processos de ruptura, dispersão e perdas de referências. Posteriormente, a chegada às áreas urbanas pressupõe o encontro com diversas culturas e novas práticas sociais. À espera de uma oportunidade para voltar, as populações deslocadas evitam distanciar-se de seus lugares de procedência. Em consequência, os novos locais de reassentamento localizam-se nas proximidades dos territórios mais afetados, onde os novos residentes conseguem manter contato com seus referentes rurais e ter acesso a bens e serviços próprios das cidades. Desse modo, os vínculos campo-cidade são reforçados a partir das práticas cotidianas dos habitantes das regiões associadas a essas cidades. A mistura e superposição das tradições rurais e as expressões do modernismo lhe concebem um caráter híbrido às cidades colombianas.

Portanto, a construção e crescimento das cidades colombianas contemporâneas estiveram também influenciados pela dinâmica das migrações impostas como resultado dos conflitos existentes nos territórios rurais. Porém, o conflito as afetou em diferentes magnitudes, intensidades e ritmos. Por uma parte, o abandono e despovoamento de territórios essencialmente rurais, com o consequente efeito sobre as economias e comunidades locais, motivaram a desruralização do país, uma vez que, a situação de violência e a precária formalização de títulos impedem os processos de reclamação de terras. Por outra parte, o deslocamento de origem rural forneceu os fluxos às cidades, precipitando o processo de urbanização do país. Como resultado, entre as regiões que ganharam população destacam-se aquelas que contam com um centro urbano de tamanho médio ou grande. A chegada massiva de migrantes aumentou a pressão por serviços públicos básicos, moradia, transporte e oportunidades. Entretanto, as cidades encontram-se limitadas, sem infraestruturas e recursos, para satisfazer estas demandas.

O desenvolvimento territorial colombiano caracteriza-se por um crescimento econômico estimulado por poucas cidades e províncias, fortes desequilíbrios no interior das regiões e aumento das desigualdades socioespaciais. Desse modo, a Colômbia apresenta-se como um país de regiões e cidades. O sistema urbano

colombiano compõe-se de múltiplas e diversas cidades de distintos tamanhos e funcionalidades que influenciam o desenvolvimento de seus diversos territórios, onde concentra-se a maior parte da população. Por conseguinte, a Colômbia mostra-se como um país urbano. No entanto, grande parte do território, aproximadamente 85%, considera-se de caráter rural. Ante as possibilidades do fim do conflito, o pós-conflito aparece como uma grande oportunidade para dar início a uma fase de transição para a convergência de todos os territórios sob um projeto único de nação, que integre as regiões e permita superar as inequidades existentes entre elas, em particular das zonas mais afetadas pelo conflito armado.

A princípio, a irregularidade da geografia e a precariedade da conectividade nacional incidiram no desenvolvimento de cidades em territórios relativamente isolados e com pouca relação entre si, reforçando a concepção de uma particularidade regional e cultura própria. Sucessivamente, o processo de acumulação de população e modernização do país concentrou-se em quatro grandes cidades formando regiões funcionais ao redor delas. Mais recentemente, o avanço na universalização dos serviços públicos domiciliários e o renovado dinamismo econômico de algumas zonas do país tem possibilitado a aparição de novas entidades territoriais que estão modificando o sistema de cidades colombiano e abrindo a possibilidade de um desenvolvimento territorial mais balanceado. No entanto, as redes regionais e locais se encontram desarticuladas à rede nacional, limitando os benefícios das vantagens comparativas entre regiões e das economias de escala.

Observa-se a necessidade de viabilizar processos de ordenamento territorial, de forma a regular o uso e ocupação do território, assegurando o funcionamento ecológico e a provisão de serviços ecossistêmicos no futuro. Tal situação exige um esforço conjunto das instituições dos governos nacional, regionais e locais, assim como também de organizações da sociedade civil para promover diferentes estratégias de ordenamento territorial sustentável, que sejam inclusivas, participativas e com enfoque diferencial. Deste modo, o pós-conflito deve-se materializar através da construção de condições que garantam a paz territorial, entendendo a paz territorial como um processo de gestão e tomada de decisões entre todos os envolvidos com o fim de assegurar o bem-estar econômico e social em harmonia com o meio ambiente. A guerra ocasionou rupturas, medo e desconfiança. É preciso uma nova proposta baseada na interação num plano de igualdade, transparência e respeito entre as partes.

Em outras palavras, o papel das cidades no período do pós-conflito consiste em apropriar-se dos processos de pacificação e reconciliação dos territórios, posto

que a paz das cidades também depende da paz do campo. Isto significa uma visão integral do desenvolvimento com critérios de sustentabilidade que abrange o rural e o urbano como uma totalidade. É partir da convergência destas perspectivas que a cidade intermédia ganha centralidade durante a análise. Este tipo de cidade caracteriza-se por valorizar os aspetos qualitativos, elas expressam transição e mediação dentro das redes urbanas nas quais estão inseridas e exaltam-se como fatores de equilíbrio e locais de forte relação entre as grandes e pequenas cidades e o meio rural. Nessa lógica, o carácter intermediário foi determinante para estabelecer as “cidades do pós-conflito”. A construção e consolidação da paz territorial encontram-se vinculadas à redução das desigualdades e ao desenvolvimento sustentável dos territórios.

As cidades aqui apresentadas possuem atributos típicos de uma cidade intermédia, posto que se apresentam como importantes centros de serviços e equipamentos para os municípios vizinhos de menor porte, exibem características qualitativas peculiares e, articulam-se a outros componentes das redes regionais e nacionais, e inclusive, internacional. São cidades com capacidade de influência direta sobre outros municípios adjacentes, não apenas pelo seu carácter de centros políticos administrativos, também como centros de consumo de bens e serviços especializados, especialmente, educação superior de qualidade. Localizam-se em todas as regiões do país, e dependendo de sua posição geográfica, contam com fácil acesso às rodovias principais e, outras estão presentes em territórios periféricos, distantes e isolados atribuindo-lhes um carácter central, dado que constituem os principais centros urbanos daqueles entornos. Estas cidades estão dotadas de infraestruturas de transporte e comunicações, funcionando como pontos de conexão entre diferentes níveis escalares.

Dessa maneira, as cidades do pós-conflito correspondem aos epicentros de convergência dos territórios mais afetados pelos fenômenos de violência e exílio na história recente do país, ao mesmo tempo exibem-se como alternativas às grandes cidades, a partir das quais o pós-conflito encontra uma plataforma para impulsionar os distintos processos de mediação, coordenação e articulação entre os diferentes atores e níveis escalares da gestão do território. A cidade do pós-conflito deve estar em capacidade de estimular os processos de participação política e democrática na construção de uma nova sociedade, inclusiva social e espacialmente. Ela será o resultado do trabalho conjunto das comunidades, construída a partir de uma agenda comum ao longo prazo, baseada no tecido social e a construção da identidade das sociedades nos territórios.

O planejamento muitas vezes fracassa pela ausência de associação política prévia entre os atores sociais, impossibilitando a identificação dos interesses e aspirações, além das necessidades da comunidade. Desde essa perspectiva, as cidades do pós-conflito deverão ser os cenários que possibilitem o contato cotidiano com os outros e permitam a descoberta de problemas, necessidades e perspectivas comuns que levem à construção de uma identidade coletiva como base do processo de construção das cidades. Particularmente, estas cidades não apenas constituem os centros de referência ligados ao consumo em seus respectivos territórios. Também, no imaginário coletivo das populações localizadas nas regiões, estes centros representam a noção mais próxima de cidade. Desde esse ponto de vista, as cidades do pós-conflito são locais onde é relativamente mais fácil criar uma identidade, tanto para os habitantes das cidades como para os habitantes nos arredores, facilitando os processos de participação e gestão.

A recuperação econômica e social do país dependerá da proteção dos recursos naturais como base do desenvolvimento econômico e social. A presença de atores armados em zonas de importância ambiental e ecológica para o país atuava como uma barreira que impedia o ingresso da população civil e dos agentes econômicos a estes territórios. Estas áreas naturais albergam uma ampla biodiversidade e riqueza natural, e algumas se conservam em estado original. As cidades articuladas a estes espaços periféricos, distantes e isolados dos grandes centros urbanos do país, desempenharão um papel essencial no pós-conflito, dado que elas encontram-se associadas à presença de parques naturais, reservas florestais e reservas indígenas em seus territórios. Portanto, é necessário garantir a governabilidade sobre esses territórios com vista a evitar a reprodução do conflito nestas latitudes. Os desafios sociais e ambientais vividos atualmente podem ser vistos como oportunidades para aprendizagem e para inovação, gerando novas práticas de gestão e novas concepções de desenvolvimento.

Valor na economia pós-industrial está fortemente ligada ao intangível, isto é, a processos de criação de informação e cultura. Participar da globalização implica a construção de uma estratégia de sobrevivência no interior da rede global. Tal estratégia significa, em grande parte, o reforço das especificidades locais para que a diferença possa tornar-se valor. Nesse sentido, o potencial das cidades do pós-conflito também dependerá da inserção destas na rede global e da sua capacidade de criar e reconhecer suas especificidades, de modo que independentemente do setor econômico no qual estejam atuando possam agregar valor à sua produção local. A educação de qualidade e a inovação tecnológica constituem ferramentas essenciais para impulsionar o desenvolvimento, mediante

processos qualitativos de transformação da estrutura produtiva, incorporando novas capacidades, produtos e processos que agreguem valor a produção por meio da intensificação do uso do conhecimento e da informação.

O sucesso do processo do pós-conflito dependerá em grande medida da capacidade dos diferentes setores que influenciam a tomada de decisões no país de promover um crescimento inclusivo e políticas que realmente quebrem os círculos viciosos de pobreza e reduzam a inequidade em oportunidades e ingressos. Isso significa uma transformação real das condições atuais das zonas mais afetadas, e entre outras coisas, oferecer soluções a problemas estruturais como a alta concentração de propriedade rural, a presença fragmentada do Estado, as disparidades entre o campo e a cidade, e propor alternativas produtivas atrativas às atividades ilegais. Trata-se de um papel mais ativo do governo que garantisse o acesso à riqueza para o conjunto da sociedade e de um esforço institucional e fiscal por parte do Estado, somado ao interesse real de abrir espaços para a participação ampla das comunidades e setores da sociedade colombiana.

A Colômbia sintetiza as singularidades de América Latina: um país predominantemente urbano, onde a urbanização precede a industrialização. Caracterizado por uma massiva migração da população das zonas rurais para as áreas urbanas, que tem levado a acumulação de uma grande parte da população em apenas alguns locais do território nacional. A alta concentração de propriedade rural reconhece-se como um fator de expulsão de população do campo à cidade. É tal vez o exemplo mais claro dentro da região, de como as lutas pela terra, tem incidido na formação social dos países latinos. No último século, o conflito agrário é um elemento recorrente ao longo do processo histórico da formação social colombiana. Através dos anos, os interesses externos à nação têm orientado econômica e politicamente o país, fortalecendo um modelo de desenvolvimento baseado na exploração dos recursos naturais com elevados custos sociais e ambientais.

No entanto, a Colômbia encontra na heterogeneidade e diversidade de suas cidades uma grande vantagem para fortalecer e incentivar processos de desenvolvimento integral, nos quais possam convergir os objetivos de um país em paz. Nesse sentido, a valorização das cidades intermédias representa uma grande oportunidade para a articulação de um novo projeto de nação.

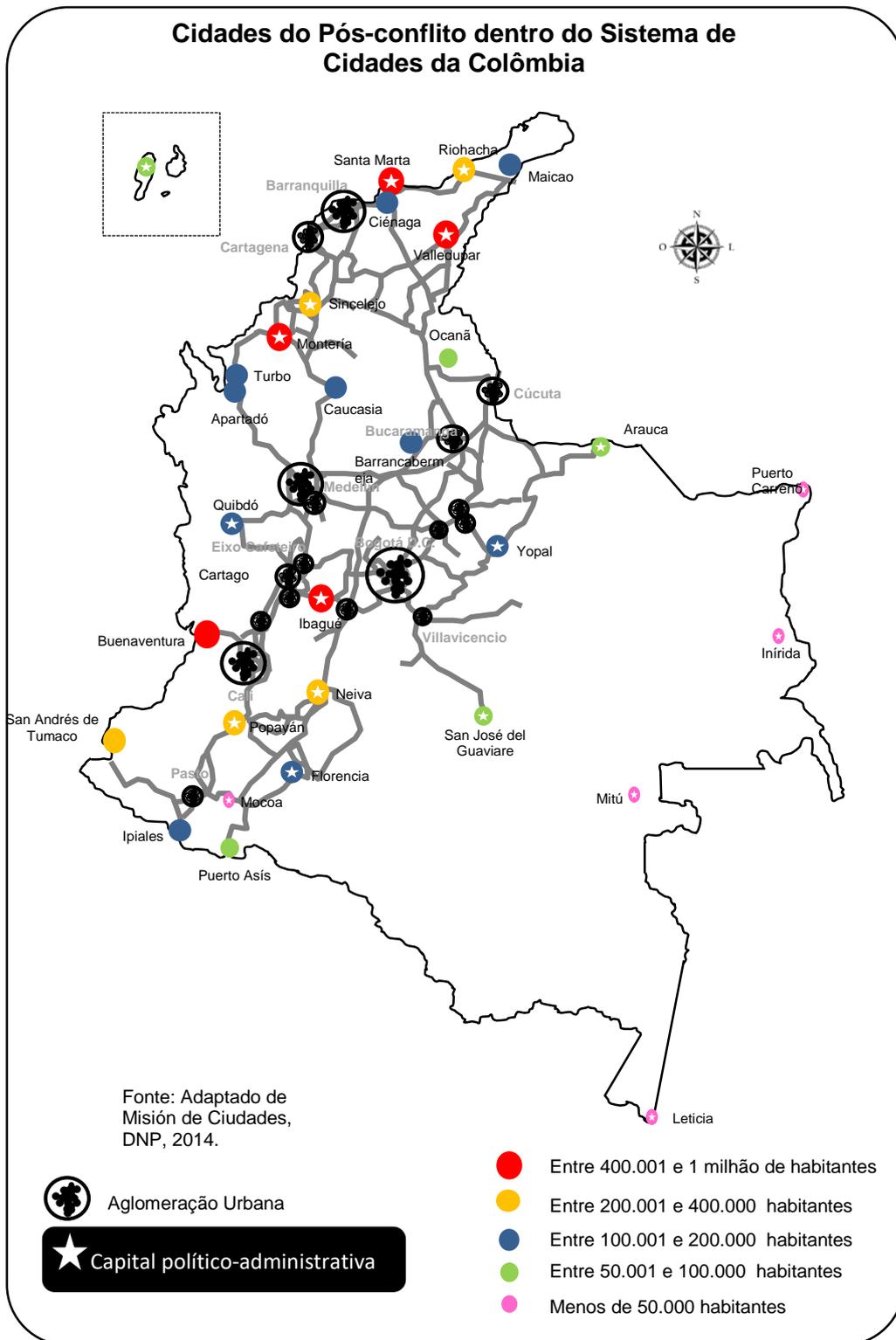


Figura 26. Cidades do Pós-conflito

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Estudos Urbanos e Regionais, 1999.

_____. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5. Editora UFPR, 2002, p. 49 – 60.

AGUILAR, M; SIENA, J; RAMIREZ, W; VARGAS, O; CALLE, Z; VARGAS, W; MURCIA, C; ARONSON, J; BARRERA, J. **Toward a post-conflict Colombia: restoring to the future**. Restoration Ecology, v. 21, 2015.

AGUILAR L, C; VILLAMIL, I; CARMONA, C; SUPELANO, D; GAITAN, J; TABORDA, J. **Tipologías municipales de Colombia: Herramienta para la consolidación de regiones desarrolladas**. Boletín Regional, Urbano y Ambiental, 2015.

AGUIRRE, K. Prólogo. In: INSTITUTO IGARAPÉ e FiP. **Controlando el territorio y construyendo seguridad y justicia en el postconflicto colombiano**. Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana. INSTITUTO IGARAPÉ e Fundación Ideas para la Paz, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

AMORA, Zenilde Baima; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). Cidades Médias: Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 343-378.

AMORIM FILHO, O. **Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS, 2. 1976, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: IGC, UFMG, 1976.

_____. **Os estudos e organização do espaço no Brasil**. Revista de geografia e ensino, Belo Horizonte, v. 2, p. 5-34, 1984.

_____. **Origens, Evolução e Perspectivas dos estudos sobre as Cidades Médias**, p. 69 - 87. In: SPOSITO, B. Maria Encarnação (Org.). Cidades Médias: Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AMORIM, F; SERRA, J. **Evolução e perspectivas d papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, T; SERRA, R (Org.). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T; SERRA, R (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

APRILE-GNISET, J. **La ciudad colombiana. Siglo XIX y siglo XX**. Bogotá: Biblioteca banco Popular, 1992.

_____. **Memorias del destierro y del exilio**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007.

APRILE-GNISET, J; MOSQUERA, G. **Dos ensayos sobre la ciudad colombiana**. Cali: Universidad del Valle, 1978.

ARDILA, G. Prólogo. In: VALDES, M. F (Ed.). **Ciudades sostenibles en el posconflicto en Colombia**: Cartagena, Bogotá, Medellín, Bucaramanga. Friedrich-Ebert-Stitung (FESCOL), Foro Nacional Ambiental, Bogotá, 2017, p. 15-16.

ARROYO, M. **Dinâmica territorial, circulação e cidades médias**. In: SPOSITO, E; SPOSITO, M SOBARZO, O (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

BACELAR, W. **Os mitos do “sertão” e do triangulo mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade**. Uberlândia: Gráfica Composer, 2003.

BADIE, B. **La fine dei territori**. Trieste: Asterios Editores, 1996.

BAGNASCO, A. **Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna: Il Mulino, 1977.

_____. **Società fuori squadra – come cambia l’organizzazione scoiale**. Bolgna: Mulino, 2003.

BARBOSA, G. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Revista Visões, ed. 4, v. 1, 2008.

BAUTISTA, S. **Contribuciones a la fundamentación conceptual de paz territorial**. Revista Ciudad Paz-ando, 10.1, 2017, p. 100-110.

BELLET, C; LLOP, J. **Ciudades intermedias**. Perfiles y Pautas. UIA, UNESCO, 2002.

BERDEGUÉ, J. A; MEYNARD, M. F. **Las ciudades en el desarrollo territorial rural. Claves para el desarrollo territorial**. Santiago de Chile: RIMISP, Centro Latinoamericano para el Desarrollo Territorial, 2012.

BERDEGUE, J; CARRIAZO, F; JARA, B; MODREGO, F; SOLOAGA, I. **Ciudades, territorios y crecimiento inclusivo: Desentrañando los vínculos urbano-rurales en Chile, Colombia y México**. Centro Latinoamericano para el Desarrollo rural, 2015.

BERNARD, O; ZAMBRANO, F. **Ciudad y territorio. El proceso de poblamiento en Colombia.** Bogotá: Academia de Historia de Bogotá, Fundación Misión Colombia, Instituto Francés de Estudios Andinos, 1993.

BOLAY, J. et al. **Intermediación Urbana: ciudades de América Latina en su entorno.** Quito: PGU/UN-HABITAT, 2003.

BORJA, J. **Ciudades, una ecuación imposible.** Barcelona: Icaria, 2012.

BORJA, J; CARRION, F; CORTI, M. (Eds.). **Ciudades para cambiar la vida. Una respuesta a Hábitat III.** Ecuador, Quito: Flacso, 2016.

BRAVO, M. **Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida.** Revista geográfica, Caracas, v. 38, 1997.

BROWN, M. **The International Dimensions of Internal Conflict.** Cambridge, USA: Knopf, 1996.

BRUNDTLAND, G. **Nosso futuro comum.** São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987.

BUILES, G; ASTAIZA, G; SOUSA, M. **Las migraciones forzadas por la violencia: el caso de Colombia.** Ciência e Saúde Coletiva, n. 13.5, 2008, p. 1649 – 1660.

BUZAN, B. **People, State and Fear: Na Agenda for International Security Studies in the Post Cold War Era.** London, England: Harvester Wheatsheaf. 1999.

CAMPOS VENUTI, G. **Metrópolis policéntricas y desafío tecnológico.** In: *Metrópolis Territorio y Crisis.* Madrid: Asamblea de Madrid/Revista Alfoz, 1985, p. 21-36.

CANEPA, C. **Cidades Sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade.** São Paulo: Editora RCS, 2007.

CASTELLO BRANCO, M. **Áreas de concentração de população.** In: *Reunião de Consulta.* IBGE, Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Cidades médias no Brasil.** In: SPOSITO, E; SPOSITO, M SOBARZO, O (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.* São Paulo: Expressão popular, 2006.

_____. **Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias.** In: SPOSITO, ME. *Cidades médias: espaços em transição.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society: The Information Age.** Economy, Society and Culture, v.1. Oxford: Black Publishers, 1996.

CASTRO, B. **As migrações internas e seu protagonismo contemporâneo nos imaginários urbanos da metrópole de Lima, Perú.** São Paulo: Cad. Metro, v. 16, n. 31, 2014, p. 171-196.

CARLOS, Ana. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2005.

CARDONA, R. **Migración, urbanización y marginalidad.** Bogotá: División de estudios de Población, Asociación Colombiana de Facultades de Medicina, 1968.

CARDONA, R. **Los asentamientos espontáneos de vivienda. Aspectos sociales de los programas de mejoramiento.** Bogotá: División de estudios de Población, Asociación Colombiana de Facultades de Medicina, 1973.

CARNEIRO, F. ET AL. **Dossiê ABASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: expressão popular, 2015.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 2003.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA. **Basta ya. Colombia: memorias de guerra y dignidad.** Bogotá, 2013.

_____. **Una nación desplazada:** informe nacional del desplazamiento forzado en Colombia, Bogotá, CNMH – UARIV, 2015.

CELADE-CEPAL. Base de datos del Boletín Demográfico No. 75: **América Latina: Urbanización y Evolución de la Población Urbana 1950-2000.** 2008.

COMISIÓN NACIONAL DE DERECHOS DE AUTOR. **Indicadores y estadísticas.** 2018. Disponível em: <<http://www.derechodeautor.gov.co/web/guest/indicadores-de-gestion>>. Acesso em: Janeiro de 2018.

COMISSÃO ECONOMICA PARA AMERICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **El espacio regional. Hacia la consolidación de los asentamientos humanos en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2001.

_____. **Configuración territorial de las provincias de Colombia,** 2016.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M et al. **Território, globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 251-256. 1994.

_____. **Construindo o conceito de cidade média.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007. In: SPOSITO, B. Maria Encarnação (Org.).

Cidades Médias: Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular. 1ª Edição. 2007.

CUERVO, S. **Migração interna e deslocamento forçado: Análise do padrão migratório colombiano do final do século XX e começo do século XXI**. Belo Horizonte, 2014. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

DELEUZE, G; GUATARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro, 1992.

DEMATTEIS, G. **Metamorfose della terra. La geografia umana tra mito e scienza**, 1985.

_____. **Progetto implícito. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio**. Milano: Angeli, 1995.

_____. **Il tessuto delle centro città**. In: COPPOLA, P. (Org.). Geografia política delle regioni italiane, 1997.

_____. **Il futuro della città**. Torino: Einaudi, 1999.

_____. **Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali**. In: BONORA, P. (Org.). Slot, quaderno I, 2001.

DEMATTEIS, G; EMANUEL, C. **La diffusione urbana: interpretazioni e valutazione**. In: DEMATTEIS, G. Il fenómeno urbano in Italia: interpretazione, prospettive, politiche. Milano, 1992.

DEMATTEIS, G; GOVERNA, F (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello slot**. Milano: Angeli, 2005.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADISTICA - DANE. Seminario Permanente de Problemas Colombianos, Separata: **La Agricultura en Colombia 1950 – 1970**. Bogotá: DANE; 1978.

_____. **Necessidades básicas insatisfeitas 2011**. Acesso em: https://www.dane.gov.co/files/.../NBI_desagregadas_cab_resto_mpio_nal_30jun11.xls>. Acesso em: Janeiro de 2018.

_____. **Mapa Relieve del territorio colombiano**. Dirección de geoestadística, 2012a.

_____. **Mapa Ubicación geográfica del territorio colombiano**. Dirección de geoestadística, 2012b.

_____. **Tercer censo Nacional Agropecuario. Hay campo para todos**. 2016a.

_____. **3er Censo Nacional Agropecuario**. 2016b.

_____. **Dados populacionais**. 2018. Disponível em <<http://www.dane.gov.co/reloj/>>. Acesso em 10/01/2018.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN – DNP. **Misión de Ciudades: Algunos aspectos del análisis del sistema de ciudades colombiano**. DNP, 2012.

_____. **Misión Sistema de Ciudades**. DNP, 2014a.

_____. Misión para la Transformación del Campo. Informe: **Definición de Categorías de Ruralidad**. DNP, 2014b.

_____. **Política Nacional para consolidar el Sistema de Ciudades en Colombia**. Documento Conpes 3819. Consejo Nacional de Política Económica y Social. DNP, 2014c.

_____. **El campo colombiano: un camino hacia el bienestar y la paz**. Misión para la transformación del campo, DNP, 2015.

_____. **Panorama regional: Dividendos ambientales de la paz**. 2ª edición. Gobierno de Colombia. DNP, 2016.

EGLER, C. **Urbanização mundial e no Brasil: mudanças recentes e perspectivas**. In: IPEA, IBGE, UNICAMP. Estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília: IPEA. Serie Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 2001.

FALS BORDA, O. **Región y historia: Elementos sobre el ordenamiento y equilibrio regional en Colombia**. Bogotá: El Tercer Mundo, 1996.

FAJARDO, D. **Para sembrar la paz hay que aflojar la tierra**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, IDEA, 2002.

_____. **Estudio sobre los Orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia e sus efectos más profundos en la sociedad colombiana**. Universidad Externado de Colombia, 2015.

FEARON, J; LAITIN, D. **Ethnicity, Insurgency and Civil War**. The American Political Science Review, Vol 97, 1, 2003.

FERNANDES, B. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A formação MST no Brasil**. Pétopolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, M. **Teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina. Uma primeira aproximação.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 16, n. 2, 2014, p. 197-184.

FLÓREZ, C. **Las transformaciones sociodemográficas en Colombia durante el siglo XX.** Bogotá: Tercer Mundo Editores, 2000.

FLÓREZ, D; RODRIGUEZ, J. **Ordenamiento territorial en Colombia: Violencias, guerra e resistencia.** Bitacora, n. 26.2, 2016, p. 37 – 44.

FONAGUERA, M; GUHL, E. **Colombia. Ordenación del territorio en base del epicentrismo regional.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1969.

FRIEDMAN, J. **Empowerment: the politics of alternative development.** Oxford: Blackwell Publishers. 1992.

FUNDACIÓN PAZ Y RECONCILIACIÓN. **Lo que hemos ganado.** 2016. Disponível em: <<https://www.pares.com.co/wp-content/uploads/2015/02/Descargue-Informe-Completo.pdf>>. Acesso em: Novembro de 2017.

GALLO, A. **Riflesione sul telellavoro.** In: CERRETI, C; TABERINI, A. (Org.). Ambiente geográfico, storia, cultura e società in Italia. Roma: SGI, 1997.

GALTUNG, J. **Tras la violencia 3R: reconstrucción, reconciliación y resolución.** Bilbao: Gernika Gogoratuz, 1998.

GARCIA, M; ESPINOSA, J. **La geografía de la justicia: evaluando la justicia social en el post-conflicto en Colombia.** 2016. In: INSTITUTO IGARAPÉ e FiP. Controlando el territorio y construyendo seguridad y justicia en el postconflicto colombiano. Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana. INSTITUTO IGARAPÉ e Fundación Ideas para la Paz, 2016, p. 6-20.

GEORGE, Pierre. **Questions de géographie de la population.** Paris: PUF, 1959.

GIRALDO, J. **Aportes sobre el origen del conflicto armado en Colombia, su persistencia y sus impactos.** 2015.

GODARD, O. **Environment, Modes de coordination et Systèmes de Legimité: analyse de la Categorie de Patrimoine Naturel.** Révue Economique, Paris, n. 2, 1990, p. 215 – 242.

GOMES, M. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do Oeste Paulista.** In: SPOSITO B, Maria Encarnação (Org.). Cidades Médias: Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GOTTMAN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GOVERNA, F. **Risorse e potenzialità territorial nella contruzione dell' azione coletiva**. In: CORRADO, F. (Org.). Le risorse territoriali nello sviluppo locale. Alinea, 2005.

GOVERNO DO BRASIL. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2017.

GUEREÑA, A. **Desterrados: Tierra, Poder y Desigualdad en América Latina**. OXFAM, 2016.

GUHL, E. **Colombia. Bosquejo de su geografía tropical**. Bogotá: Instituto colombiano de Cultura, Subdirección de comunicaciones culturales, 1975.

HANSON, TT; DA FONSECA, G, HOFFMAN, M; BROOKS, M; MACHILS, G; MITTERMEIER, CG; MITTERMEIER, RM; PILGRIM, JD. **Warefare in Biodiversity Hotspots**. Conservation Biology, 23, 2009, p. 578 – 587.

HARDOY, J. **El proceso de Urbanización en América Latina**. La Habana, Cuba: Oficina Regional de Cultura para América Latina y el Caribe, 1974.

HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. 5 ed. Traficantes de Sueños, 2014.

HOPMANN, T; ZARTAMN, W. (Eds). **Colombia: Understanding Conflict 2015**. Conflict Management Program, Johns Hopkins School of advanced international studies, 2015.

IDEAM. **Alertas tempranas por Deforestación**. Instituto de Hidrologia, Metereologia y Estudios Ambientales, 2018.

IDEAM, PNDU, MADS, DNP, CANCELLERIA. **Tercera comunicación nacional de Colombia a la convención marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático**. 2017.

IDMC. **Internal Displacement Monitorig Centre**. 2018. Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/>. Acesso em: Janeiro de 2018.

IEU. **Colombia: el país del siglo XXI**. INSTITUTO DE ESTUDIOS URBANOS Bogotá D.C: Debates Gobierno Urbano, n. 2, 2015.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTIN CODAZZI – IGAC. **Mapa Regiones Naturales**. IGAC, 2002a.

_____. **Geografía de Colombia**. Bogotá: IGAC, 2011.

_____. **Atlas de la distribución de la propiedad rural en Colombia.** IGAC, 2012.

_____. **Conflictos de uso del territorio colombiano.** IGAC, 2014.

INVEST & EXPORT BRASIL. **Estudio de Mercados – Centros Comerciales. 2016.** Disponível em: <
http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/estudos/29_MercadoCentrosComerciales.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2018.

JAIME, M. **El conflicto armado en Colombia.** Barranquilla: Revista de derecho, Universidad del Norte, 2003.

JARAMILLO, S. **La paz territorial.** Alto Comisionado para la Paz, 2014.

JARAMILLO CASTRO, L. **Sustaining peacebuilding and post conflict recovery through BioTrade: Lessons from Indonesia and Colombia.** UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD, 2016.

JIMENEZ, C. **Justicia territorial para la construcción de la paz.** Bogotá: Bitacora 26 (2), Universidad Nacional de Colombia, 2016, p. 59-66.

JORDAN, R. **Las ciudades intermedias. Políticas y lineamientos para la acción.** Chile: CEPAL, 1997.

LAMPIS, A. **Ciudades intermedias, Dinámicas sociales y ordenamiento del Territorio en Colombia: Retos e Reflexiones.** Universidad nacional de Colombia, 2013.

KALMANOVITZ, S; LÓPEZ, E. **La agricultura en el siglo XX.** Ed. 1, Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção.** Cadernos O homem e a Sociedade. Publicações Escorpião, 1973.

_____. **La revolución urbana.** Madrid: Alianza, 1983.

_____. **La production de l'espace.** Paris: Ahtrhopos, 1986.

LEGRAND, C. **Colonización y Protesta Campesina en Colombia 1850 – 1950.** Universidad Nacional de Colombia. Bogotá: UN. 1988.

_____. **Colonización y Violencia en Colombia: perspectivas y debates.** In: “El Agro y la Cuestión Social”, Bogotá: Tercer Mundo y otros, 1994.

LEON, N. **Territorio y Ambiente: Prioridad en los acuerdos de Paz.** Bitacora, n. 26.2, p. 91 – 94, 2016.

LOPEZ, E; OYEYINKA, O; MBOUP, G. **Estado das Cidades do Mundo 2010/2011 Unindo o Urbano Dividido**. Resumo e Principais Constatções. UN HABITAT. Versão em Português: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011.

LLORENTE, M. **De la guerra a la paz: seguridad y estabilización de Colombia**. In: INSTITUTO IGARAPÉ e FiP. Controlando el territorio y construyendo seguridad y justicia en el postconflicto colombiano. Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana: INSTITUTO IGARAPÉ e Fundación Ideas para la Paz, 2016, p. 3-5.

LLORENTE & CUENCA. **La diversificación de las exportaciones en América Latina**. Informe Especial. Desarrollando Ideas, Madrid. Outubro de 2016.

LLORENTE, M; MCDERMOTT, J. **Colombia's Lessons to Mexico**. In: ARNISON, C; OLSON, E. (Ed.) One Goal Two Struggles: Confronting Crime and Violence in Mexico and Colombia. Washington DC: Wilson center, 2014, p. 1-45.

LOZANO, D. **Ordenamiento territorial y Cultura de paz**. Bitacora, n. 26.2, 2016, p. 67 – 69.

MADS - MINISTERIO DE AMBIENTE Y DESARROLLO SOSTENIBLE DE COLOMBIA. **El Acuerdo de Paris: Así actuará Colombia frente al Cambio climático**. Gobierno de Colombia. Bogotá, 2016.

MADS-ASOCARS. **Informe nacional de calidad ambiental urbana: Áreas urbanas con población entre 100.000 y 500.000 habitantes**. MINISTERIA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SOSTENIBLE – ASOCIACIÓN DE CORPORACIONES AUTONOMAS REGIONALES E DE DESARROLLO SOSTENIBLE, 2016.

MAGNAGHI, A. **Il território dell'abitare**. Milano: Angeli, 1990.

_____. **Il progetto locale**. Torino: Bollati, 2000.

MARTINS, O. **Gestão territorial: os vetores do desenvolvimento sustentável**. Tese de Mestrado em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2013.

MATOS, E. A. **O Programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil**. in: Simpósio Internacional Processo Civilizador, 11, Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2008.

MCGREEVEY, W. **Causas de la Migración interna en Colombia**. 1968.

MELAZZO, E.S. **Indicadores empíricos para a leitura de cidades de porte médio.** In: SPOSITO, M. E. B. (org.) Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 439-460.

MERTINS, G. **Ciudades medianas en América latina: criterios, indicadores y el intento de un modelo de su diferenciación socio-especial y funcional.** Espacio y desarrollo, n. 12, 2000.

MESIAS, I. **Postconflicto, modelo económico y ordenamiento urbano-regional.** Bogotá: Bitácora 27.1, Universidad Nacional de Colombia, 2017, p. 101-104.

MICHAEL, M. **Ville moyenne, ville moyen.** Annales de Géographie, n. 478, p. 641 – 685, sep. /oct. 1977.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL DE COLOMBIA. **Municipios priorizados para el posconflicto.** 2016. Disponível em: <https://www.minagricultura.gov.co/convocatorias/Documents/Apertura_Registro_2016_2018/Anexo_2_Municipios_Priorizados_Posconflicto.pdf>. Acesso em: Novembro de 2017.

MINISTERIO DE CULTURA DE COLOMBIA. **Lista de bienes declarados bien de interés cultural del ámbito nacional.** Fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.mincultura.gov.co/prensa/noticias/Documents/Patrimonio/BIENES%20DE%20INTER%20C3%89S%20CULTURAL%20DEL%20C3%81MBITO%20NACIONAL_%20febrero%202018.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2018.

_____. **Lista representativa de patrimonio cultural inmaterial del ámbito nacional.** Dirección de patrimonio. Actualización septiembre de 2017. Disponível em: <<http://www.mincultura.gov.co/prensa/noticias/Documents/Patrimonio/LRPCI%20Nal-%20septiembre%202017.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2018.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN – MINEDUCACION. **Instituciones de educación Superior.** Disponível em: <<https://www.mineducacion.gov.co/sistemasinfo/Informes/342228:Perfil-de-Instituciones-de-Educacion-Superior>>. Acesso em: Janeiro de 2018.

MINISTERIO DE INDUSTRIA, COMERCIO Y TURISMO DE COLOMBIA - MINCIT. **Acuerdos Vigentes.** Disponível em: <<http://www.tlc.gov.co/>>. Acesso em: Fevereiro de 2018.

MOE. **Mapas y factores de riesgo electoral.** Elecciones nacionales Colombia 2018. Misión de Observación Electoral, 2018.

MOLANO, A. **Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920 – 2010).** 2015.

MONTAÑEZ, G. **Territorios para la paz en Colombia: procesos entre la vida y el capital**. Bogotá: Bitacora 26, Universidad Nacional de Colombia, 2016, p. 11-28.

MORALES, L. **Peace and Environmental Protection in Colombia. Proposals for Sustainable Rural Development**. The Dialogue, 2017.

MURAD, R. **Estudio sobre la distribución espacial de la población en Colombia**. CELADE, CEPAL, UNPA. Santiago de Chile: Serie Población y desarrollo, 48, 2003.

NARANJO, G. **Ciudades y desplazamiento forzado en Colombia**. El 'reasantamiento de hecho' y el derecho al restablecimiento en contextos conflictivos de urbanización. 2015.

NEGRET, F. **Território, Globalização e Desenvolvimento Regional**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, 2007, p. 36-55.

_____. **Planejamento regional e o desafio da sustentabilidade**. Revista política e Planejamento Regional (PPR), rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2014, p. 81-102.

NEGRET, F; TORRES, C. **Prioridades socioambientales para um território en paz**. Bitacora, n. 25.1, 2015, p. 153 – 164.

NOGUEIRA, A. **Planejamento e Gestão Territorial: Uma análise sobre as estratégias de desenvolvimento urbano e ambiental do Município de Maricá/RJ**. Monografia (Curso Especialização em Engenharia Urbana) - Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

OSORIO, H; MAYA, T; ROJAS, E. **Territorios y migraciones: Territorialidades em formación**. Bitacora, n. 25.1, 2015, p. 113 – 122.

OLIVEIRA, O; ROBERTS, B. **O crescimento urbano e a estrutura urbana na América Latina**. In: BETTEL, L. (Org.) História da América Latina: a América Latina após 1930: economia e sociedade. São Paulo: Edusp, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p. 299.

OLIVEIRA, H. **Em busca de uma proposição metodológica para os estudos das cidades médias: reflexões a partir de Uberlândia (MG)**. Tese de mestrado - Universidade federal de Uberlândia, 2008.

OLIVEIRA, H; SOARES, B. **Contribuições do projeto MONITOREO DE CIUDADES INTERMEDIAS para os estudos das cidades médias: apontamentos metodológicos**. Geo UERJ – Ano 12, n. 21, v. 2, 2010.

_____. **Cidade média: Apontamentos metodológicos e tipologia**. Caminhos de geografia, Universidade federal de Uberlândia, 2014, p. 119-133.

OSPINAS & CIA. **Elementos claves para el diseño de centros comerciales.** 2016. Disponível em: <<http://sociedadcolombianadearquitectos.org/memorias/ECC/2-elementosClavesparaeldisenodeCentrosComerciales.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2018.

_____. **Anexo Centros Comerciales 2. Detalles sobre los principales Centros Comerciales Actuales en Colombia.** 2016b. Disponível em: <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/estudos/29_AnexoCC2_Detalles_sobre_los_PrincipalesCentrosComercialesActuales.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2018.

ORTEGA, L. **Los vínculos rurales con ciudades intermedias: síntesis de estudios de caso.** CEPAL, 1998.

ORTIZ, C. **Agricultura, cultivos ilícitos y medio ambiente en Colombia.** In. CÁRDENAS, M; RODRÍGUEZ BECERRA, M. Guerra, sociedad y medio ambiente. Bogotá: Foro Nacional Ambiental, 2003, p. 297-352.

ONU-HABITAT. **Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012.** Rumbo a una nueva transición urbana. 2012.

ONU-HABITAT; FINDETER; APC; SDDE, CAF. **1er reporte del estado de las ciudades de Colombia: camino hacia la prosperidad urbana.** 2015.

OXFAM. **Radiografía de la desigualdad: Lo que dice el último censo agropecuario sobre la distribución de la tierra en Colombia.** OXFAM, 2017.

PALACIOS, Marco. **Entre la legitimidad y la violencia.** Colombia 1875 – 1994. Bogotá: Editorial Norma, 1995.

PALACIOS, M; SAFFORD, F. **Colombia: país fragmentado, sociedad dividida: su historia.** Bogotá: Norma, 2002.

PALADINI, B. **Paz territorial: reconocimiento y dialogo.** Ponencia “Restitución de Tierras y derechos territoriales en contextos de transición hacia la paz”, Universidad Nacional de Colombia, 2016.

PANIAGUA, A. **Formulación de políticas de desarrollo de servicios agrícolas en ciudades intermedias.** Análisis global del caso peruano, informa de consultoría, FAO. Santiago de Chile, 1996.

PARQUES NATURALES DE COLOMBIA. **Parques Naturales De Colombia.** Bogotá: Villegas Editores, 2014.

PELLOW, D. **Environmental inequality formation – towrad a theory os invironmental injustice.** American Behavioural Scientist. v.43, 2000, p. 590.

PEREIRA, A.M. **A propósito das cidades médias: algumas considerações sobre Montes Claros.** In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS. **Anais...** Presidente Prudente: GASPERR/UNESP, 2005, p. 1-13.

PÉRGOLIS, J; RAMÍREZ, C. **Las ciudades después del conflicto: La ciudad del arraigo.** Bitácora, n. 25.1, 2015, p. 137 – 142.

PLAN MAESTRO DE TRANSPORTE INTERMODAL – PMTI. **Una política de estado para hacer de Colombia un país más competitivo.** 2016.

PONTES, Beatriz M. S. **As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas.** In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, Maria E. B.; SOBARZO, O. (Org.) **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 327-346.

PRIETO RUIZ, A. **Acuerdos Comerciales y Cooperación Militar entre Colombia y Estados Unidos, 1946 – 1953.** Análisis Político, [S.J.], v. 26, n. 79, 2013, p. 35-54.

PNDU. **Colombia rural: razones para la esperanza.** PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Bogotá: INDH-PNUD, 2011.

_____. **Objetivos de Desarrollo del Milenio. Informe 2015.** PNUD, 2015.

QUIJANO, A. **Dependência, mudança social e urbanização na América Latina.** In: ALMEIDA, F. L. (Org.). **A questão Urbana na América Latina.** Rio de Janeiro: Forense – Universitária; 1978, p. 9 - 60.

RAFFESTINI, C. **Problématique et explication on géographie humaine.** Geopoint, Universités de Genève et Lausanne, 1976.

_____. **Les construits em géographie humaine: notions et concepts.** Geopoint. Avignon: Groupe Dupont, 1978, p. 55-73.

_____. **Imigini e identità territoriali.** Torino: IRES, 2003.

RAMIRES, J. C. L. **Cidades Médias e serviços de saúde: algumas reflexões sobre os fixos e os fluxos.** In: BELTRÃO SPOSITO, M. E. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 173-186.

REYES, A. **Guerreros y campesinos.** Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2009.

REPUBLICA DE COLOMBIA – FARC-EP. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera.** 2016.

REBOLLEDO, O. **La ciudad de los niños.** Bogotá: Bartleby, 1998.

RETTBERG, A. **Preparar el futuro: conflicto y postconflicto en Colombia.** Bogotá: Alfaomega, 2002.

RINCÓN, H; NIÑO, F; GÓMEZ, D. **Retail en Colombia 2010 – 2015: Un estudio a partir del análisis financiero integral como elemento de soporte para la toma de decisiones.** Revista Espacio, v. 38, n. 42, 2017.

ROCHEFORT, M. **L'organisation urbaine de l'Alsace, Paris.** Les Belles lettres, 1960.

RODRIGUEZ B, M; MANCE, H; BARRERA, X; GARCIA, C. **CAMBIO CLIMÁTICO. Lo que está en juego.** Universidad de los Andes, Friedrich Ebert Stiftung, WWF, FNA, 2015.

RODRIGUEZ GARAVITO, C; RODRIGUEZ, D; DURAN, H. **La paz ambiental. Retos y propuestas para el posacuerdo.** Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, DeJusticia: Antropos. 2017. 166 p.

ROJAS-NARANJO, J. **Postacuerdo y gestión territorial en Colombia.** Bitacora, n. 26.2, p. 135 – 146, 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROVIRA, A. **Las ciudades intermedias em el sistema urbano de Chile.** In: SPOSITO B et al. (Org.). **Cidades Médias: Espaços em Transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RUIZ, Nubia. **Desplazamiento forzado en Colombia 2000 – 2004. Aportes teóricos, análisis demográfico y territorial.** Bogotá: Alianza. Cuadernos del CIDS, serie 3, n. 6. Universidad Externado de Colombia, 2006.

RULLANI, E. **Più locale e più globale: verso una economia postfordista del territorio.** 1997.

_____. **Internazionalizzazione e nuovi sistemi di governance nei sistemi produttivi locali.** 1998.

S. CARDOSO, C. **A Cidade-Estado Antiga.** Atica, 1987.

SACK, R. **Conceptions of space in social thought – a geographic perspective.** Mineapolis: University of Minnesota press, 1980.

SALAS SALAZAR, L. **Conflicto armado y configuración territorial: elementos para la consolidación de la paz en Colombia**. Bitacora 26, Universidad Nacional de Colombia, 2016.

SALAZAR, T; CASTILLO, M. **La hora de los dinosaurios. Conflicto y Depredación en Colombia**. Bogotá, Colombia: Universidad del valle, CEREC – CIDSE, 2001.

SALDARRIAGA, A. Bogotá D.C. **La ciudad de hoy frente al posconflicto**. In: VALDES, M. F (Ed.). Ciudades sostenibles en el posconflicto en Colombia: Cartagena, Bogotá, Medellín, Bucaramanga. Friedrich-Ebert-Stiftung (FESCOL), Foro Nacional Ambiental, Bogotá, 2017, p. 91-104.

SÁNCHEZ, L. **Exódos rurales y urbanización en Colombia: Perspectiva histórica y aproximaciones teóricas**. Universidad Nacional de Colombia, Bitácora, n. 13.2, 2008, p. 57 – 72.

SANFELIU, C; TORNÉ, J. (Org.). **Ciudades intermedias: urbanización y sostenibilidad**. Lleida: Milenio, 2000.

SANTAMARIA, M. **El desarrollo territorial sostenible en el Posconflicto, de la economía ilícita a la economía lícita**. Análisis de tres regiones de Colombia. Programa de las Naciones unidas para el Desarrollo, Cuadernos PNDU, 2015.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. EDUSP: São Paulo, 1985.

SANTOS, WILSON dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico – o exemplo da região de Campinas – SP**. Tese Doutorado. Universidade de São Paulo, 1989.

SANTOS, M. F; COELHO, R. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**. UNIGRANRIO, 2015.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Outras Expressões, 2010.

SASSEN, S. **The Global City: new York, London and Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SCOTT, A. J. **La economía metropolitana: organización industrial y crecimiento urbano**. In: BENKO, G; LIPIETZ, A. Las regiones que ganan. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1994, p. 103-119.

SCOTT, A. et al. **Global city-regions**. In: SCOTT, A. (Org.). *Global City-Regions: Trends, Theory, Policy*. New York: Oxford University Press, 2001.

SECTORAIL. **¿Cuántos Almacenes de Cadena Hay en Colombia?** (Infografía). 2017. Disponível em: <https://www.sectorial.co/articulos-especiales/item/52640-%C2%BFcu%C3%A1ntos-almacenes-de-cadena-hay-en-colombia-infograf%C3%ADa>>. Acesso em: Janeiro de 2018.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. 1ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2010, 256 p.

SILVA, Vicente Gil. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dissertação de mestrado, 2008.

SILVA, W. **Centralidade e produção de loteamentos fechados na cidade de Londrina/PR**. In: *Cidades médias: Produção do espaço/SPÓSITO, E; SPOSITO B, M.E., SOBARZO, O. (Org.). 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.*

SOARES, B. **Cidades médias: uma revisão bibliográfica**. In: ALVES, A.F.; FLÁVIO, L.C.; SANTOS, R.A. (Org.). **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005, p. 273-285.

_____. **Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil**. In: SPOSITO, E; SPOSITO, M SOBARZO, O (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 347-364.

_____. **Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas do cerrado de Minas Gerais**. In: SPOSITO, B. Maria Encarnação (Org.). *Cidades Médias: Espaços em Transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOARES, P; UEDA, V. **Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul**. In: SPOSITO, B. Maria Encarnação (Org.). *Cidades Médias: Espaços em Transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOJA, Edward. **Algunas consideraciones sobre el concepto de Ciudades-región globales**. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XX, n. 2, 2006, p. 9-43.

SOUTO, R; SPINOLA, N; JUNIOR, G; REIS, R. **Cidade, Região, Hierarquia de Cidades e Redes urbanas: Uma Proposta de Revisão Teórica**. Salvador: *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE – Ano XIX – v.2, n. 37, 2017, p. 57 – 81.*

SPOSITO, E. **Cidades médias e eixos de desenvolvimento no Estado de São Paulo: Metodologia de abordagem.** In: SPOSITO B, Maria Encarnação (Org.). **Cidades Médias: Espaços em Transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 215 -232.

SPOSITO, E; SPOSITO, M; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão popular, 2006.

SPOSITO B, M. **A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas especiais.** In: DAMINANI, A; CARLOS, A, SEABRA, O. **O espaço no fim do século: a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos.** In: SPOSITO B, M. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** São Paulo: UNESP/FCT, 2001, p. 569-607.

_____. (Org.). **Cidades Médias: Espaços em Transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO B, M; et al. **O estudo das cidades médias brasileiras.** In: SPOSITO B, M. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 35-67.

SCHULTZ, T. **Rural-Urban Migration in Colombia.** The review of Economics and Statistics, MIT press, v. 53, 1971, p. 157-163.

TACOLI, C. **Rural-urban interactions: a guide to the literature.** Environmental and Urbanization, Vol. 10, No. 1, Abril 1998.

TASCON, F. **La guerra contra las drogas.** Montevideo: Il foro para la paz de Colombia, 2015.

TORRES, P; CAICEDO, C. J. **Las ciudades intermedias con mayor potencial en Colombia.** Un sistema de identificación. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – Departamento de Países Grupo Andino. Nota técnica 758, 2015.

TORRES, C. **Conflictos territoriales y acuerdos de paz en Colombia. Impactos en el ordenamiento territorial.** Bitacora 26, Universidad Nacional de Colombia, 2016.

TREJOS, L. **Colombia: Una revisión teórica de su conflicto armado.** Revista Enfoques, V. XI, n. 18, 2013, p. 55 – 75.

UIA - UNIÓN INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS. **Programa internacional de trabajo de la UIA: Documento 1 do proyecto: Ciudades intermedias y urbanización mundial.** 1998.

ULLOA, A; CORONADO, S. (Ed.). **Extractivismos y posconflicto en Colombia: retos para la paz territorial**. Grupo de Investigación Cultura y Ambiente, Universidad Nacional de Colombia, 2016.

UN. **World Urbanization Prospects**. The 2001 Revision. New York: ST/ESA/SER:A/216, United Nations Population Division, 2002.

UNIDAD PARA LA ATENCIÓN Y REPARACIÓN INTEGRAL DE LAS VICTIMAS – UNIDAD VICTIMAS. **Registro Único de Víctimas**. Red Nacional de Información. 2018. Disponible em: <mi.unidadvictimas.gov.co/RUV>. Acesso em: Janeiro de 2018.

VALDES, M. F (Ed.). **Ciudades sostenibles en el posconflicto en Colombia**: Cartagena, Bogotá, Medellín, Bucaramanga. Bogotá: Friedrich-Ebert-Stitung (FESCOL), Foro Nacional Ambiental, 2017.

VALLEJO, G. **Buen clima para la Paz. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible**. En: El Acuerdo de Paris: Así actuará Colombia frente al Cambio climático. Gobierno de Colombia. 2016.

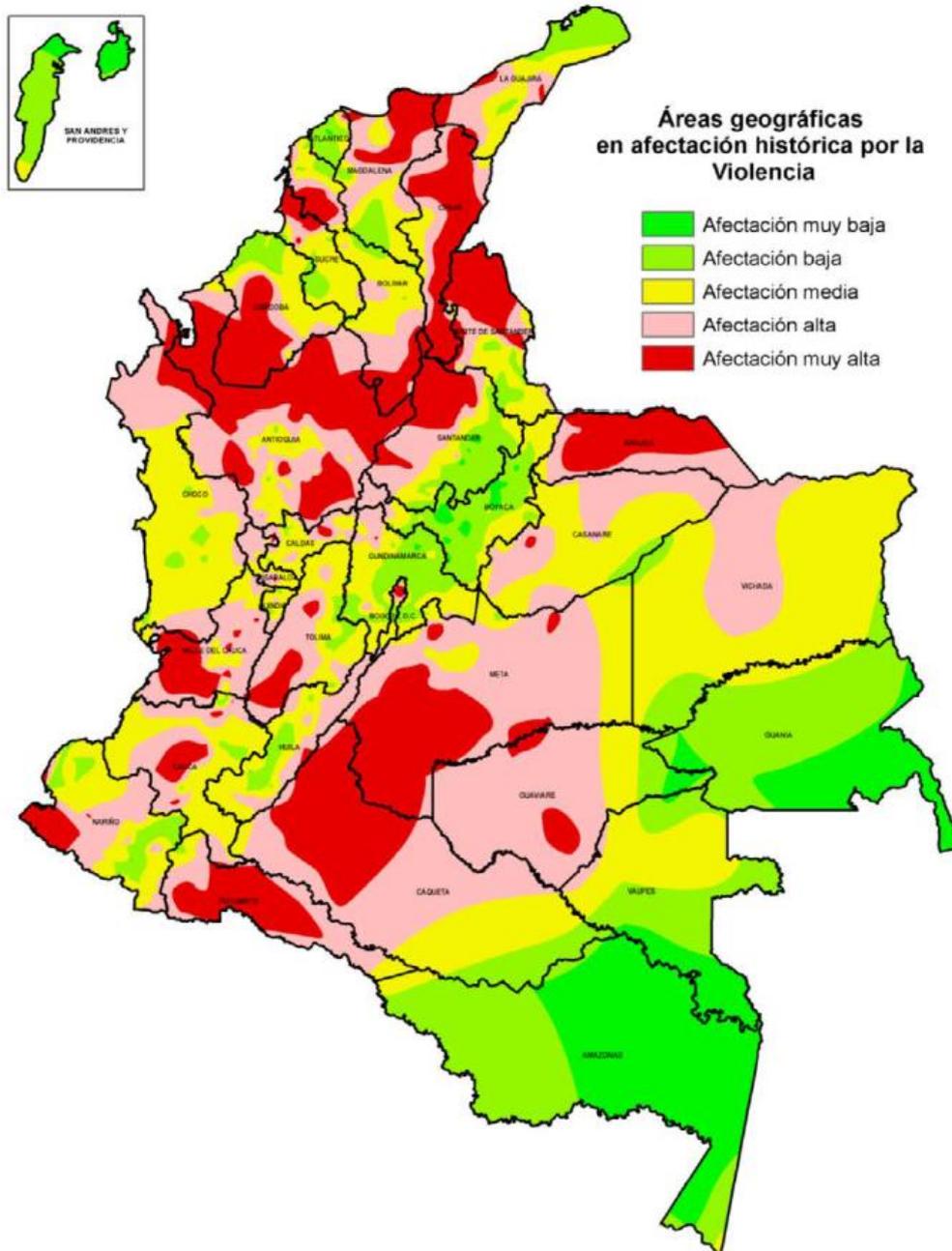
VELTZ, P. **Mondialization. Villes et territoires. L'économie d'archipel**. París: Presses Universitaires de France, 1996, 262p.

WHITACKER, A. **Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização**. In: SPOSITO B, Maria Encarnação (Org.). **Cidades Médias: Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 139-156.

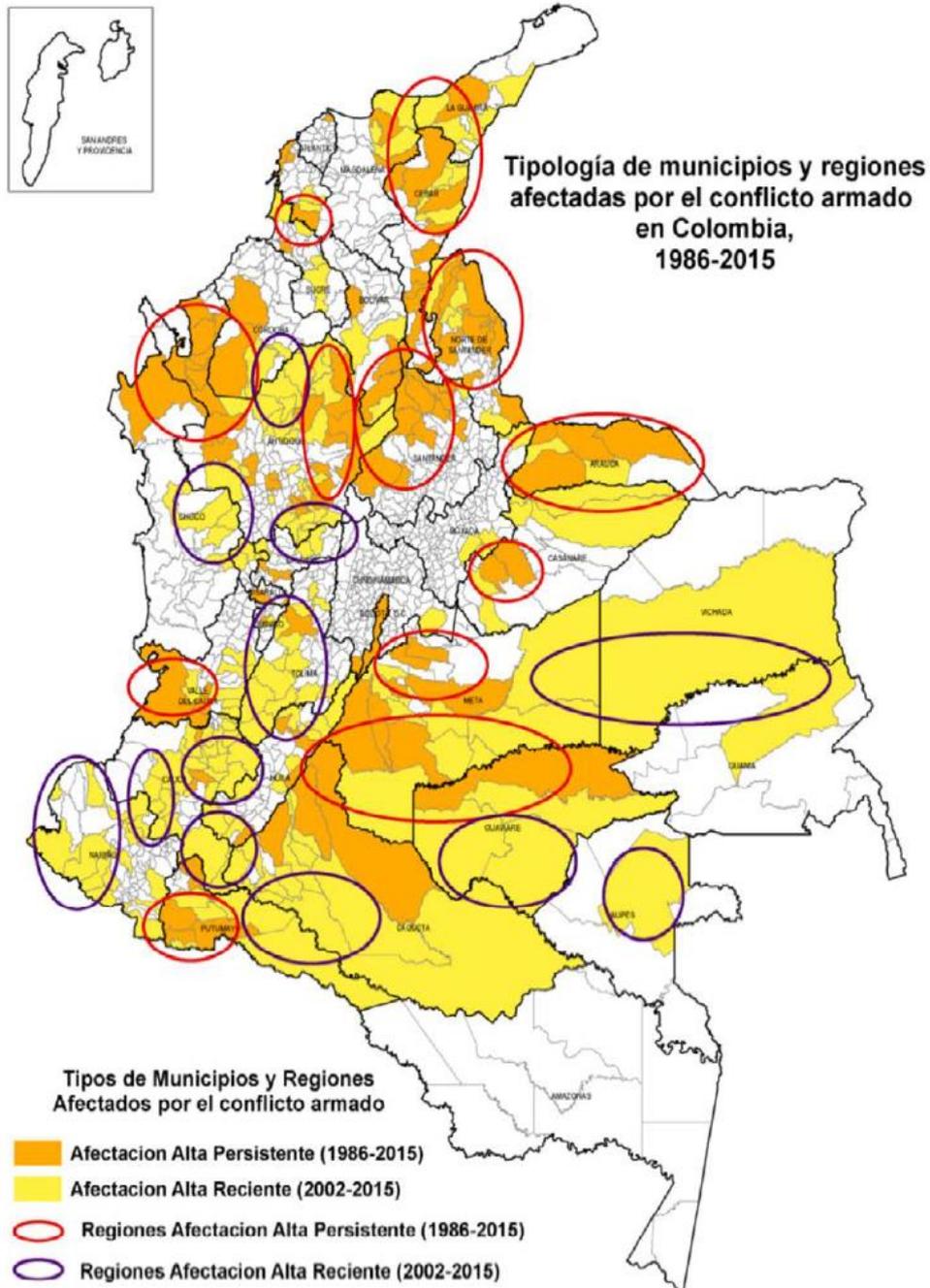
WEINER B, E. **La Concentración de la propiedad de la tierra en América Latina: una aproximación a la problemática actual**. Coalición Internacional para el acceso a la tierra, Roma, 2011.

ANEXO I

Intensidade da afetação pelo conflito armado colombiano em Municípios e regiões (1986 – 2015).



**Municipios e regiões com afetação alta persistente (1986 – 2015)
e alta recente (2002 – 2015) pelo conflito armado colombiano.**



Fonte: (SALAS SALAZAR, 2016, p. 51).

ANEXO II

Proposta Metodológica Sposito et al (2006)

Eixo I: Ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos:

- Grandes equipamentos industriais e/ou de tecnologia avançada
- Supermercados e hipermercados
- Serviços de saúde especializados
- Ensino superior, com destaque para a pós-graduação.
- Empresas (comércio e serviços) associadas à agricultura científica ou agronegócio.
- Rede bancária e financeira
- Empresas de consultoria
- Redes e filiais de venda de eletrodomésticos e eletrônicos
- Empresas do setor imobiliário

Eixo II: Dinâmica populacional e mercado de trabalho:

- Evolução da população total, urbana e rural.
- Migração (campo-cidade, de mão de obra especializada da cidade maior para a cidade menor).
- Distribuição emprego formal, segundo os diferentes setores da economia.
- Evolução da população economicamente ativa
- Evolução do índice de desenvolvimento humano

Eixo III: Equipamentos e Infraestruturas:

- Shopping centers
- Aeroportos
- Terminais intermodais
- Rodovias de acesso
- Hotéis de alto padrão
- Distritos industriais modernos
- Espaços fixos e transitórios para a realização de eventos (festas, feiras, convenções).

Eixo IV: Condições da moradia:

- Favelas e áreas de risco
- Loteamentos irregulares e clandestinos
- Programas habitacionais de interesse social públicos e não governamentais
- Loteamentos e condomínios fechados
- Intervenções do mercado imobiliário de locação
- Uso residencial e diversificação nas áreas centrais associado à verticalização
- Déficit habitacional, co-habitação, improvisação e usos de materiais rústicos

- Condições inadequadas de moradia: densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infraestrutura e de instalações sanitárias no domicílio.
- Interfaces entre a questão habitacional e os conflitos de uso do solo, problemas de mobilidade, precariedade das redes de infraestrutura, acessibilidade do deficiente aos equipamentos sociais e serviços urbanos.
- Políticas públicas habitacionais nas diferentes esferas de governo
- Processos de planejamento urbano e habitacional
- Instrumentos de gestão do solo

ANEXO III

Proposta Metodológica Oliveira (2008)

Baseada nas propostas de Amorim Filho (1978), UIA (1998), Bolay et al (2003), Sposito et al (2006).

Dimensão	Variáveis	Indicadores
Demográfica	Crescimento demográfico	Evolução da população total, urbana e rural
		Motivos da evolução populacional
		Evolução populacional da cidade em relação à região em que está inserida
		Motivos que explicam a evolução populacional diferenciada na região
	Fluxos migratórios	Origem e destino das migrações
		Migração campo-cidade
		Motivos das migrações
Econômica	Setores da economia	Fluxo pendular de pessoas
		Principais atividades segundo os setores da economia
		População economicamente ativa segundo os setores da economia
		Produto interno bruto segundo os setores da economia
		Arrecadação de impostos por mercadorias e serviços segundo os setores da economia
		Atividades econômicas segundo valor de produção e quantidade de empregados
		Número de pessoas e valor de capital movimentado no mercado informal
		Evolução das inovações tecnológicas nos setores da economia
		Escala de atuação das empresas ligadas ao setor secundário e terciário
		Evolução dos setores da economia desde 1970
	Importação e exportação de produtos	Valores dos investimentos nos setores da economia
		Origem e destino dos bens e serviços importados e exportados
	Grupos econômicos	Valores das exportações e importações
		Grandes equipamentos industriais e/ou de alta tecnologia: primária, de transformação e agroindústrias
		Redes de supermercados e hipermercados
		Ensino superior
		Empresas ligadas à agricultura científica e o agronegócio
		Rede bancária e financeira
		Empresas de consultoria: ambiental, agrícola, planejamento urbano, tecnologia, recursos humanos
		Empresas do setor imobiliário
		Redes e filiais de eletrodomésticos, eletrônicos e roupas.
		Rede de franquias
		Rede de concessionárias
		Empresas atacadistas
		Empresas ligadas às telecomunicações
		Agências de turismo
		Empresas organizadoras de eventos

	Emprego e renda	Quantidade de empregados segundo setores da economia
		Quantidade de desempregados
		Renda per capita
		Renda segundo setores da economia
		Relação escolaridade e renda
	Estratégia de desenvolvimento econômico	Quantidade de profissionais liberais
		Planejamento de políticas econômicas
		Estrutura de promoção econômica
		Atores envolvidos no processo
		Participação das elites locais nos investimentos econômicos
Equipamentos e infraestruturas	Equipamentos e infraestruturas urbanas	Rede de água potável
		Sistema de esgotamento sanitário
		Rede de energia elétrica e iluminação pública
		Serviço de limpeza urbana
		Aterro sanitário
		Pavimentação de ruas
		Rede de telefonia
		Aeroporto, estação rodoviária, ferroviária e hidroviária
		Terminais intermodais
		Rodovias, ferrovias e hidrovias de acesso
		Distrito industrial e de negócios
		Hospitais, postos de saúde, clínicas especializadas
		Mercado público
		Agências de correios
		Provedores de internet
		Emissoras de rádio e televisão
		Jornais impressos
		Bibliotecas públicas
		Escolas de ensino fundamental, médio e centros tecnológicos
	Centros de esportes	
	Rede de hotéis	
	Espaços para a realização de eventos	
	Órgãos públicos	
	Praças, bosques e parques	
	Espaço público	Feiras livres
		Calçadões
		Espaços públicos de uso coletivo
Origem e destino dos usuários dos espaços coletivos		
Caracterização socioeconômica dos usuários desses espaços		
Clubes		
Monumentos e edificações públicas		
Política	Instituições	Identificação das instituições públicas e administrativas
		Evolução das ações das instituições
		Papel das instituições nos fluxos de mercadorias, pessoas e capitais
		Papel das instituições frente aos diversos níveis de administração pública
		Identificação dos organismos representativos da vida pública
		Identificação dos conflitos e consensos entre os atores da vida pública
		Forma de resolução dos problemas urbanos
	Formação histórica e socioespacial	História de formação da cidade
		Formação territorial da cidade
		Estrutura de classes sociais
		Constituição dos grupos políticos

		Transformações sociais significativas ao longo da história
		Organização socioespacial da cidade
		Uso e ocupação do solo
	Papel das elites	Grupos empresariais da cidade
		Papel das elites nos meios de comunicação
		Grupos políticos
		Representações das elites no setor público e privado
Gestão do território	Legislação urbana	Descrição dos papéis legais da cidade frente aos diferentes níveis de escala espacial
		Organização das relações entre a cidade e os níveis superiores da estrutura política
	Planejamento e ações	Formas de planejamento das ações políticas e territoriais
		Formas de utilização das informações
		Formas de aplicação e tomada de decisões referentes ao planejamento
		Instrumentos utilizados: recursos financeiros, humanos, equipamentos, organizações públicas e privadas
		Determinação dos espaços de referências cobertos pelo planejamento das ações urbanas, local, regional e nacional
Estratégias e instrumentos para o planejamento urbano e gestão		
Ambiental	Infraestrutura urbana	Identificação das infraestruturas e dos serviços existentes e previstos ligados ao meio ambiente
	Origem e importância do uso urbano dos diferentes recursos naturais	Localização das regiões abastecedoras
		Quantificação do uso
	Degradação do meio ambiente	Causa e forma de contaminação do meio ambiente
	Impacto urbano e regional da contaminação	Impactos da contaminação urbana em diferentes níveis, individual, produção econômica, patrimônio construído, atratividade da cidade
		Impacto direto ou indireto nas regiões de abastecimento e nas áreas externas afetadas pela contaminação
	Patrimônio ambiental	Identificação das áreas de preservação
		Aproveitamento turístico
		Políticas de preservação
		Potencialidade turística
	Qualidade de vida	Poder aquisitivo
		Oferta de emprego e de habitação
Saneamento de infraestrutura		
Tipos de poluição		
Acesso aos serviços de saúde, educação e lazer		
Analfabetismo		
Áreas verdes		
Segurança pública		
Social	Condições de moradia	Existência de políticas públicas habitacionais
		Número de moradias sem água, energia elétrica e esgoto
		Número de sem-teto
		Identificação de favelas e áreas de risco
		Loteamentos irregulares e clandestinos
		Verticalização

		Conjuntos habitacionais
		Bairros nobres
	Trabalho e renda	Subemprego
		Renda per capita
		Média salarial segundo atividade exercida
		Índice Gini
		Número de desempregados
		Número de famílias com renda inferior a um salário mínimo
		Número de famílias com renda superior a quinze salários mínimos
		Nível de concentração econômica
		Acesso a serviços
	Outros	Indicadores de pobreza
		Indicadores de desenvolvimento humano
		Índice de escolaridade
Número de analfabetos		
Cultural	Patrimônio histórico	Patrimônio histórico edificado e natural
		Política de preservação e restauração do patrimônio histórico
		Identificação das áreas mais visitadas
		Potencialidade turística
	Calendário de festas	Tipos de festas
		Identificação dos grupos sociais frequentadores
		Origem histórica das festas
		Finalidade das festas
		Política de incentivo e manutenção para a realização de festas
		Potencialidade turística
	Religiosidade	Igrejas e locais de culto
		Locais mais visitados
		Potencialidade turística

APÊNDICE A

Área ou Superfície Bruta Locável (GLA) por cidades¹⁷⁷					
Cidade	Shopping Center	GLA	Cidade	Shopping Center	GLA
Ibagué	Acqua	32.050	Santa Marta	Arrecife	11.071
	La Estación	26.250		Ocean Mall	16.688
	Multicentro	31.242		Buenavista	28.000
	Arkacentro	15.000		Zazué Plaza	5.331
	La Quinta	14.656		Gran Bazar	5.000
	Combeima	18.000		Tayrona	36.000
	Total GLA (m²)	137.198		Total GLA (m²)	102.588
Montería	Alamedas del Sinú	28.190	Valledupar	Guatapurí	22.000
	Buenavista	25.338		Mayales	31.000
	Nuestro	24.500		Megamall	21.000
	Plaza Outlet	12.853		Unicentro	25.000
	Places Mall	5.000		Total GLA (m²)	99.000
	Total GLA (m²)	95.881		Yopal	Unicentro
Neiva	San Pedro Plaza	41.136	Alcaraván		10.416
	Calima	20.000	Morichal		10.000
	Unicentro	35.457	Total GLA (m²)		42.416
	Oasis Plaza	12.000	Apartadó	Nuestro	18.000
	Total GLA (m²)	108.593		Plaza del Rio	20.000
Popayán	El campanario	38.000		Total GLA (m²)	38.000
	Terraplaza	32.412	Sincelejo	Guacarí	20.000
	Total GLA (m²)	70.412		Viva Mall	29.730
Riohacha	Viva Mall	20.000		Total GLA (m²)	49.730
	Total GLA (m²)	20.000	Caucasia	Viva Mall	8.500
Quibdó	Cabí	22.800		Total GLA (m²)	8.500
	Total GLA (m²)	22.800	Florencia	Gran Plaza	14.400
Ipiales	Gran Plaza	11.757		La Palma	22.000
	Total GLA (m²)	11.757		Total GLA (m²)	36.400
Ocaña	Ocaña Plaza	23.752	Barrancabermeja	Iwaná	11.850
	Total GLA (m²)	23.752		San Silvestre	19.500
Buenaventura	Viva Mall	15.800		Total GLA (m²)	31.350
	Bellavista	10.000			
	Total GLA (m²)	25.800			

Fonte: OSPINAS & Cia (2016a, b), INVEST & EXPORT BRASIL (2016).

¹⁷⁷ O Centro comercial Cabí possui 51.243 m² de área construída e 152 locais, o Centro comercial Iwaná possui 16.000 m² de áreas construídas e 79 locais, e o Centro comercial San Silvestre possui 50.000 m² de área construída e 130 locais. O GLA foi estimado considerando uma área de 150 m² por local.